

ISSN 2975-979X

# Vallis Longus

História · Arte · Cultura · Património · Identidade · Cidadania



Serras do Porto  
**VaLongo**  
○○○○○○○○○○○○○○○○

Instagram Facebook LinkedIn YouTube

Série



Nº1 2023

Ficha Técnica

Título: Revista Vallis Longus. História. Arte. Cultura.

Património. Identidade. Cidadania

Numeração: Série II n.º 1 2023

Proprietário: Câmara Municipal de Valongo

Sede de Redação: Arquivo Histórico de Valongo/CMV

Diretor: Joel Mata

Comissão Científica: Francisco Castelo Branco,

Lino Tavares Dias, José Manuel Pereira,

José Manuel Tedim, Manuel Pinto, Paulo Amorim.

Depósito legal: 6154/84

ISSN 2975-979X

Página web: <https://www.revistavallislongus.pt>

Local: Valongo

Ano: 2023

Periodicidade: anual

Conceção gráfica: Ricardo Durão Designer

Impressão e acabamento:

Tipografia Lessa | [www.tipografialessa.pt](http://www.tipografialessa.pt)

Tiragem: 250 ex.

# Sumário

- 5 Nota de Abertura
- 9 Pobreza e assistência pública no concelho de Valongo (séculos XVI-XIX)  
**Joel Silva Ferreira Mata**
- 37 A Emigração do Concelho de Valongo para o Brasil (1836-1851)  
**Paulo Amorim**
- 65 Comportamentos Demográficos em São Lourenço D' Asmes no último Quartel do séc. XVII  
**José Manuel Pereira**
- 89 Apontamentos da 2ª Invasão Francesa no Concelho de Valongo  
**André Teixeira**
- 103 As Lutas Liberais e a fundação do Concelho de Valongo  
**Manuel Augusto Dias**
- 123 A década em que conheci Valongo. E antes, como era?  
**Lino Tavares Dias**
- 151 Antecedentes onomásticos do topónimo "Luriz" (S. Martinho do Campo – Valongo)  
**Domingos A. Moreira**
- 165 Itinerários do Caminho de Santiago no Concelho de Valongo: Algumas Breves Evidências  
**Paulo Caetano Moreira**
- 181 Cine-Teatro de Valongo - O nosso Cinema Paraíso  
**Vitorino Neves**
- 187 Bugiada e Mouriscada de Sobrado: A Festa e seus Espaços Interpretativos e de Salvaguarda  
**Paulo Caetano Moreira**
- 203 O Fundo da Administração do Concelho de Valongo, do Arquivo Histórico de Valongo  
**Manuela Ribeiro**
- 209 Recensões críticas
- 221 Estatuto Editorial e normas para apresentação de textos



# Nota de Abertura



O município de Valongo tem vindo, na última década, a reforçar a sua intervenção na cultura tendo sido capaz de primar pela pluralidade e qualidade de ofertas editoriais alicerçadas no conhecimento do território.

Para o efeito, ao longo dos últimos anos contou com um elenco assinalável de autores, ilustradores e investigadores de múltiplas áreas, que no seu conjunto deram corpo a mais de duas dezenas de publicações inéditas.

A Revista Vallis Longus, que agora se publica, corresponde a um desafio que, não sendo novo, tem uma história relativamente recente.

Começou como uma iniciativa do então presidente da Câmara Municipal de Valongo, Dr. João Moreira Dias, tendo saído apenas um único número, em 1985, constituído pelas comunicações apresentadas às “Primeiras Jornadas Culturais do Concelho de Valongo”.

Sob o nome original, a Revista Vallis Longus é, agora, uma publicação com um novo formato, de periodicidade anual e de acesso aberto para o munícipe. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento, disseminação e legitimação do conhecimento produzido nas áreas da história, da arte, da antropologia, do património, da cidadania e da cultura deste concelho.

O Município assume com grande satisfação este projeto editorial, científico e interdisciplinar, como forma de valorizar o estudo e a experiência dos autores interessados, académicos e sociedade civil, tendo como denominador comum a dimensão cultural e o progresso das sociedades.

A educação e a cultura conduzem-nos a um maior respeito pelos demais, a uma maior empatia e, conseqüentemente, a mais coesão social. Mas, também, empoderam-nos, qualifica-nos e proporciona-nos mais e melhor conhecimento.

Agradeço a todos e todas, autores e autoras, o empenho e a sensibilidade com que participam neste projeto.

Deixo uma palavra de apreço ao Prof. Doutor Joel Mata por supervisionar e a toda a Comissão Científica que contribuíram para a sua realização.

E, como não podia deixar de ser, tratando-se de uma publicação de índole coletiva e institucional, também se fica a dever ao contributo de todos.

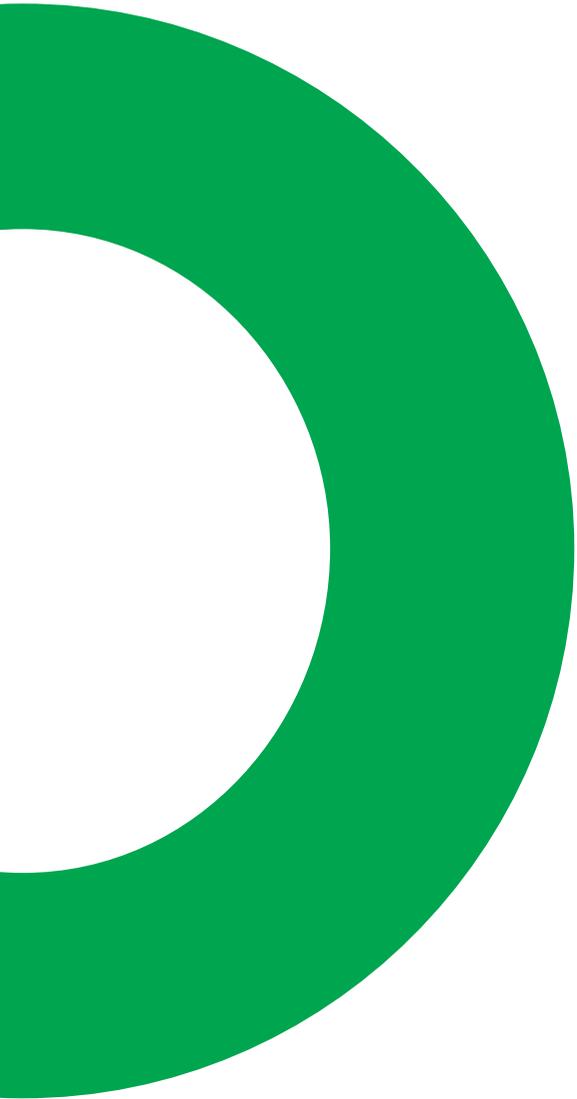
Termino, relembrando que aquilo que somos faz-se à custa de muitas vontades, de muitas entregas, de muito querer, de muito esforço e de muita capacidade empreendedora. É essa a nossa essência.

Um bem-haja,

*José Manuel Ribeiro*

Presidente da Câmara Municipal de Valongo





# Pobreza e assistência pública no concelho de Valongo (séculos XVI-XIX)

**Joel Silva Ferreira Mata**

Universidade Lusíada (CEJEA)

## *Resumo:*

Portugal enfrentou, desde a Idade Média, um problema social e moral muito sério: o infanticídio e o abandono de crianças recém-nascidas fora do casamento.

Para colmatar, mas não resolver o problema, foram criadas algumas instituições de caridade. A partir do século XVIII, esta questão passou a ser um assunto político de maior relevo e, no século XIX, as câmaras municipais são chamadas para tratarem das crianças abandonadas, à custa das suas receitas. O concelho de Valongo não fugiu à regra, e em cumprimento da lei, cuidou de todos os enjeitados e concedeu subsídios de lactação e outros apoios a todas as mães pobres ou abandonadas pelos maridos.

*Palavras-chave:* enjeitado, mãe solteira, pobreza, mãe casada, lactação.

## *Abstract:*

Portugal has faced, since the Middle Ages, a very serious social and moral problem: infanticide and the abandonment of newborn children out of wedlock.

To remedy, but not solve, the problem, a number of charities have been set up. From the eighteenth century onwards, this issue became a political issue of greater importance, and in the nineteenth century the municipal councils were called upon to deal with abandoned children at the expense of their revenues.

To remedy but not solve the problem, some charities have been created. From the eighteenth century, this issue became a political issue and in the nineteenth century, the city councils are called to deal with abandoned children, at the expense of their revenues. The municipality of Valongo did not escape the rule and in compliance with the law, took care of all the rejected and granted lactation subsidies and other support to all poor mothers or abandoned by their husbands.

*Keywords:* castaway, poverty, single mother, married mother, lactation.

## 1. Introdução

A sociedade portuguesa, desde os tempos mais remotos e obscuros, teve sempre, no seu seio, o problema dos mais desfavorecidos social e economicamente, devido à mentalidade de pendor fortemente rural, encostada a um estado crónico de pobreza e de miséria só muito dificilmente colmatadas através dos organismos

de índole social, que surgiram pela bonomia de alguns benfeitores, fossem eles reis, príncipes, rainhas, bispos ou particulares. O tema dos mais desfavorecidos, estigmatizados com o rótulo social de enjeitados e desqualificados foi já aflorado na Idade Média, partindo de uma questão central em todo esse universo: o infanticídio deliberado que estava associado a uma multiplicidade de causas, quer fossem de natureza económica dos progenitores no seio da família, quer no âmbito de relações condenadas por todos, mas que muito poucos tiveram coragem para enfrentar. Apenas algumas medidas foram tomadas, durante séculos, mas com um cariz piedoso e caritativo<sup>1</sup>.

---

1 Cf. RAIMUNDO, Ricardo Varela (2011) – «A assistência à infância pobre e abandonada: as crianças de Torres Novas acolhidas pelo Hospício de Santarém (1874-1912)», in *Nova Augusta: Revista de Cultura*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, n.º 23, II série, pp. 37-61 LOPES, Maria Antónia (1993) – «Os pobres e a assistência pública» in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, volume V, *O Liberalismo*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 501-507»; LOPES, Maria Antónia (2008) – «O socorro a lactantes no quadro da assistência à infância em finais de Antigo Regime» in *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XX)*, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 97-110; SÁ, Isabel dos Guimarães e

Neste sentido, na Idade Média, surgiram algumas instituições para cuidar dos que não tinham lugar no seio familiar ou aqueles que a ele nunca pertenceriam. Em Lisboa havia o Hospital dos Meninos Palmeiros e o Hospital de Santa Maria dos Inocentes<sup>2</sup>; em Coimbra cita-se a Real Casa dos Expostos<sup>3</sup>, e em Santarém o Hospital de Santa Maria dos Inocentes<sup>4</sup>, destinado à recolha de uma ínfima parcela dos que nasceram de mulheres que com medo, vergonha ou por seus pecados deixavam as crianças abandonadas nos rios, nos caminhos ou em lugares ermos, que,

com a morte destas escondiam a sua condição<sup>5</sup>.

No início do século XVI, quando já estava em funcionamento o Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, mandado construir por D. João II, que, em parte, também estava destinado ao recebimento dos enjeitados, D. Manuel através da lei geral do Reino – as *Ordenações Manuelinas*<sup>6</sup>, na edição de 1521, *Livro I, Título “Do juiz dos órfãos e cousas que a seu ofício pertencem”*, faz uma lista de todos os indivíduos que são estigmatizados numa época de grande expansão económica, resultante da Carreira da Índia e desenvolvimento social com níveis de riqueza visíveis na aquisição e ostentação de escravos africanos para uso doméstico e outros<sup>7</sup>, sendo então considerados expostos os filhos ilegítimos de homens casados, de clérigos, freires, freiras, e mulheres casadas que a desonra levava

- 
- CORTES, Nuno Osório (1992) – «A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados», in *Cadernos do Noroeste*, volume 5 (1-2), pp. 179-190.
- 2 MARQUES, A. H. de (1990) – «Lisboa», in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, org. de A. H. de Oliveira Marques; Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, p.57.
- 3 ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e (1984) – «Em Torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas», in *Revista de História: [s.n.]*, Vol.I, pp.147-167.
- 4 BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1980) – *Santarém Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p.251.

- 
- 5 BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1980), p.253.
- 6 *Ordenações Manuelinas* (1984). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- 7 MENDES, António Almeida (2004) – «Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI», in *Africana Studia*, n.º7. Porto: Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.14.

à prática do infanticídios. Estas crianças enjeitadas, nos termos da lei manuelina, deveriam ser recolhidas em hospitais ou albergarias que existissem localmente. Como a grande parte do território continental não estava coberto por estes estabelecimentos de caridade, competiria às câmaras municipais o encargo resultante do acolhimento dos enjeitados, sustentados à custa das suas rendas, estando livremente autorizadas a lançar impostos locais, como as fintas, para a obtenção de receita adicional para este fim.

As *Ordenações Filipinas*, publicadas em 1603<sup>8</sup>, de longa duração administrativa, não introduziram alterações substantivas em matéria assistencial. No século XVIII, o flagelo dos enjeitados começou a ser visto por outro prisma, com a publicação de vários diplomas legislativos que estariam na base do lançamento dos fundamentos de uma nova dinâmica política e social sobre a criança desqualificada<sup>9</sup>.

---

8 *Ordenações Filipinas* (1985), *Livro I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

9 Os diplomas de 31 de Janeiro de 1755, de 24 de Março de 1783, de 5 de Junho de 1800, de 18 de Outubro de 1806 e de 24 de Outubro de 1814, podem ser

Deve-se, porém, a Pina Manique, Intendente Geral da Polícia, a ordem-circular de 24 de Maio de 1783, a introdução de uma nova ordem na protecção dos enjeitados, com a criação das casas da roda em todas as cidades e vilas para acolher as crianças discretamente<sup>10</sup>. Este esforço não obteve os resultados estimados porque não se atacou a origem do problema e, portanto, o número de estigmatizados não diminuiu. As casas da roda foram extintas pelo Decreto de 21 de Novembro de 1867.

No século XIX, não faltaram diplomas avulsos, nem os códigos administrativos, ou civil, nem regulamentos conducentes à protecção das crianças sem pais e sem lar. Entre eles, O Decreto de 19 de Setembro de 1836, promulgado pelo *VI Governo Constitucional*, chefiado por Passos Manuel, o Código Administrativo de 1842, o Decreto de 21 de Novembro de

---

considerados como os mais significativos que dariam início a uma nova etapa sobre esta matéria.

10 LOPES, Maria António (1985) - «Os Expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1866): subsídios para o seu estudo», in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, n.º 21, pp.124-130.

1887, que criou os hospícios em substituição das casas da roda; o Código Administrativo de 1878 que obriga as câmaras a inscrever nos seus orçamentos ordinários uma despesa obrigatória para acorrer à subsistência dos enjeitados.

## **2. A reacção da câmara municipal de Valongo às quotas lançadas pela Junta Geral de Distrito**

O auxílio aos desprotegidos, a partir da época liberal, era, assim, feita a dois níveis. Em primeiro lugar, o recolhimento em instituições patenteadas pelo Estado suportadas por quotas atribuídas a cada concelho pela Junta Geral de Distrito, em função do rendimento do próprio município, calculado sobre as contribuições de repartição ao Estado (contribuição predial, renda de casas e sump-tuária) e, em segundo lugar, pelo apoio directo das câmaras às famílias pobres e aos abandonados nas ruas, ou à porta de pessoas com posses. A câmara valonguense foi sempre renitente em contribuir para os hospícios a cargo da Junta Geral de Distrito do Porto, mas não deixou de ser compassiva com as

mulheres ou famílias que recorreram à caridade pública valonguense para não deixarem morrer, à fome, os seus filhos, na sua maioria ilegítimos, filhos de mães solteiras e de outras situações censuráveis.

O território que hoje constitui o concelho de Valongo, à semelhança da realidade de outros espaços homólogos, padecia deste mal geral da sociedade portuguesa, e, por nascimento, aparecem, desde os finais do século XVII várias dezenas de indivíduos de ambos os sexos rotulados de enjeitados, sendo 30% de homens e 70% de mulheres documentadas, já em idade adulta, quase sempre como padrinhos e madrinhas de baptismo de outras crianças que, como eles, não iriam conhecer os progenitores. No seu mais disperso espectro social, havia os que habitavam nos casebres, cabanas dos pobres, filhos nascidos nas suas famílias, mas também os que eram rejeitados, enjeitados, expostos, filhos de mães solteiras e de clérigos, situações que em geral rotulavam filhas e mulheres de família ou homens socialmente bem colocados<sup>11</sup>. O número de

---

11 MATA, Joel Silva Ferreira (2017) – *Contributos para a História Económica e Social*

crianças nascidas fora do casamento, de finais do século XVI ao século XVIII, neste concelho<sup>12</sup>, é bastante expressivo, como se colhe através dos registos paroquiais nos assentos de baptismo<sup>13</sup>.

A Junta Geral de Distrito, por força da lei, determinava o valor das quotas com que cada município deveria contribuir para uma causa que era de todos. A Câmara Municipal de Valongo começou a sua prestação social para os desvalidos do distrito do Porto, em 1842 e que se prolongou no tempo republicano.

O descontentamento das sucessivas vereações deste concelho foi motivado pela discordância da imposição tributária lançada pelo organismo distrital, fundamentando a sua posição em dois aspectos essenciais: o número

pouco significativo de enjeitados abandonados no concelho e por ser considerado um território geograficamente reduzido em comparação com os outros e que, para espanto do presidente e seus pares, suportavam, alguns deles, quotas inferiores. Apesar da sua “voz e fama”, a vereação, com dificuldade e relutância lá ia pensando cumprindo a sua obrigação ainda que em certos anos e depois de alguma insistência da Junta Geral de Distrito, pagava, por fracções, a quantia que deveria ser entregue de uma só vez e no prazo estipulado.

O Código Administrativo de 1886 transferiu para as câmaras municipais as competências sobre os expostos que foram realçadas pelo governador civil por ofício lido à vereação na sessão ordinária de 19 de Janeiro de 1787<sup>14</sup>, e pelo qual foi solicitado que a câmara nomeasse um representante à Junta Geral de Distrito para tratar desta questão. A reunião não veio a acontecer em virtude de, entretanto, entrar em vigor o Regulamento de 5 de Janeiro de 1888, que veio fixar as normas de funcionamento daquele organismo.

---

*de Valongo entre 1258-1835. Perspectivas.* Valongo: Câmara Municipal de Valongo, pp.58-59.

12 Para efeito deste estudo e para facilitar a compreensão deste problema, falaremos de “concelho de Valongo” mesmo quando ainda não existia como unidade administrativa e de “Ermesinde” para evitar falar-se também de S. Lourenço d’Asmes”, relativamente à freguesia de Ermesinde.

13 MATA, Joel Silva Ferreira (2017), pp.58-59.

14 AHVLG/CMVLG, B/A 18, fl.106.

As casas da roda do distrito do Porto foram substituídas por dois hospícios que receberiam os expostos de toda a região até à idade de 7 anos. Mais tarde, o Decreto de 6 de Agosto de 1893 veio regularizar a distribuição das quotas pela Comissão Distrital.

O distanciamento da autoridade administrativa valonguense quanto à prestação das quotas que lhe foram atribuídas até 1926 deveu-se à verificação da existência de poucos casos de expostos identificados neste concelho, embora o número de crianças nascidas fora do casamento seja elevado. O infanticídio e o abandono parece não ter sido uma prática das mães que, por si, por pressão dos progenitores ou dos familiares, acontecesse nestas freguesias. O apoio público, através do subsídio de lactação, terá contribuído para auxiliar as mães no primeiro ano de vida da criança desvalida, pobre ou miseravelmente pobre.

### **3. Os espúrios no concelho**

O maior número acontece na freguesia de Valongo, sede e cabeça do concelho, demograficamente mais significativa, mais movimen-

tada por agentes económicos que afluem num vaivém constante; das casas de proprietários de grandes rendimentos que dão emprego doméstico a mulheres solteiras. Perante a pressão familiar, por vezes, identifica-se um progenitor que, acossado, protesta judicialmente a acusação, querendo provar a sua inocência<sup>15</sup>. As situações anómalas estão entranhadas em todas as freguesias.

No século XVIII o estigma das mães solteiras era muito forte e, a freguesia de Valongo, visitada por indivíduos que aqui se deslocavam para fins profissionais, comerciais ou industriais maioritariamente da cidade do Porto, mas também da Terra da Maia, de Gondomar, da comarca da Feira e de outras proveniências, acabava por criar um ambiente permissivo que facilitaria o envolvimento com mulheres solteiras que engravidavam e, salvo algumas exceções, a maioria dos homens nunca chegou a saber da sua paternidade, até porque muitas mães não sabia identificar o homem com se envolvera.

Outras mulheres, não pertencendo ao concelho vieram para

---

15 ADP, E/27/4/2-6.1, fls.73v e 93.

cá para terem os seus filhos, longe da censura familiar e social da sua terra de origem, e os exemplos abundam nos registos paroquiais nos assentos de baptismo<sup>16</sup>. Em S. Martinho do Campo foram identificadas algumas ocorrências análogas, embora em menor número<sup>17</sup> do que as que se anotam nos assentos de baptismos dos registos paroquiais da vila. Na freguesia de Ermesinde, desde o século XVI que se podem identificar mulheres solteiras de proveniência diversa que não conseguem evidenciar o homem com quem se relacionaram<sup>18</sup>; em Sobrado, em meados do século XVII, uma mulher pobre da cidade do Porto, moradora na Rua Chã, deu à luz, nesta freguesia, mas foi incapaz de dizer qual o pai da criança<sup>19</sup>.

Na freguesia de Valongo instalaram-se também mulheres solteiras que vieram trabalhar para aqui e que se envolveram com homens de

---

16 ADP, E/27/4/2-5.1, fls. 39, 49, 76v e 112v; E/27/4/2-5.2, fls.66; E/27/4/2-6.1, fl.5 e fl.76.

17 ADP, E/27/4/3-9.1, fl.79v, 83vv e 89; Dep. G, fls. 23v, 24v, 25v, 27v, 30v-31, 32, 35v, 40v e 41.

18 ADP, E/27/4/4-14.5, fls. 2, 4, 49, 51v, 68v, 72v, 77v, 80v; E/27/4/4-15.1 fls.10v, 55 e 106.

19 ADP, E/27/4/5-19.12, fl. 55.

Barcelos, Matosinhos, Guimarães, Alentejo, Braga, Galiza, Águeda, Terra da Feira, Árvore, Milheirós de Poiares, Águas Santas, Fonte Boa, Canelas, Penafiel, Lordelo, Baguim do Monte, Amarante e da cidade do Porto.

### 3.1. Filhos adúlteros

Depois vêm os filhos de relações adúlteras, duplamente censuradas por contaminarem o costume, a moral e a virtude do casamento; havia situações que envolviam homens casados com mulheres viúvas que, por essa razão, não legitimavam os filhos, cuja paternidade permanecera incógnita. Em Alfena, no século XVII, registaram-se alguns casos como o da viúva Maria Gonçalves que levou ao sacramento do baptismo uma filha que tivera de um indivíduo de nome Gaspar, de quem não foi registado o estado civil<sup>20</sup>; Maria Martins, casada, que se envolvera com Francisco Pires, de Baguim; neste caso o marido foi padrinho de baptismo da criança<sup>21</sup>; também Gonçalo Domingos, casado, e domiciliado na freguesia

---

20 ADP, E/27/4/2-5.1, fl. 14.

21 ADP, E/27/4/2-5.1, fl. 32.

de Figueira, teve relações extraconjugais com Maria Francisca, viúva, das quais nasceu um filho baptizado em 1628<sup>22</sup>.

Em S. Martinho do Campo registam-se alguns casos de adultério provocados por ambos os sexos: Gaspar Gil, casado, da freguesia de Barrosas engravidou Madalena, solteira desta freguesia<sup>23</sup>; André Lopes, casado, da freguesia de Valongo, envolveu-se com Benta, filha de Bernardo Nogueira, e não assumiu a paternidade depois de denúncia feita pela jovem<sup>24</sup>.

Oriundo da urbe portuense Jacinto, o *galinheiro*, casado, teve uma filha de viúva Catarina de Sousa, da aldeia de Balsehas<sup>25</sup>; também de fora de S. Martinho do Campo, aponta-se um Manuel Pereira que era pai do espúrio Manuel, filho da viúva Ana Benta<sup>26</sup>; a órfã de nome Rosa, de Luriz, foi denunciada publicamente por andar envolvida com Manuel Gonçalves, o *branco*, casado e morador em Valongo<sup>27</sup>; António Guedes, casado, da aldeia

da Quintã, foi pai de José, filho de Teresa, mulher solteira, que recebeu o sacramento do baptismo em 1745<sup>28</sup>.

Na freguesia de Sobrado, João Coelho, casado, do lugar da Aldeia, mantinha relações com Isabel da Rocha, solteira, moradora no lugar da Quintã<sup>29</sup>; Matias da Cunha, casado, foi denunciado por fazer vida paralela com a órfã Domingas<sup>30</sup>.

Em Valongo nasceram vários filhos espúrios, tanto de homens estranhos como dos que viviam na freguesia: Ana, solteira, teve um filho do capitão Manuel da Fonte<sup>31</sup>; João Baltasar, casado com Catarina Francisca, teve, em meados do século XVIII, uma filha, fora do casamento, com Domingas, solteira, que vivia na Rua do Sapal<sup>32</sup>; conheceu-se, também, António Pinto, casado, envolvido com Serafina, solteira, do lugar do Outeiro, dando origem ao nascimento da menina Maria<sup>33</sup>.

---

22 ADP, E/27/4/2-5.1, fl.51.

23 ADP, G, fl.45v.

24 ADP, E/27/4/3-9.1, fl.74.

25 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.105v.

26 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.120v.

27 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.180v.

---

28 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.20v.

29 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.8v.

30 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.140.

31 ADP, E/27/6/1-3.1, fl.44.

32 ADP, E/27/6/1-3.1, fl.56.

33 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.93.

### 3.2. Filhos sacrílegos

Além destes casos considerados moralmente graves, havia outros que provocavam grande imoralidade entre os paroquianos, e por isso, ainda mais censurável; eram os chamados filhos sacrílegos, de pais clérigos que estavam sujeitos ao voto de castidade e celibato<sup>34</sup>. Quebrando o voto, caíam em sacrilégio, uma conduta desviante que provocou o nascimento de algumas crianças, em três freguesias do município: em Alfena, S. Martinho do Campo e em Valongo. Na primeira conhecem-se os casos do padre Manuel Farinha, no ano de 1600<sup>35</sup> e de Frei Manuel Barbosa, que sendo de Águas Santas, da Terra da Maia, teve um filho com Isabel, solteira, de Alfena, que foi baptizado em 1610<sup>36</sup>; na segunda freguesia regista-se o nascimento de Domingos, filho de Ana, solteira, com o abade André Correia de Mesquita<sup>37</sup>; o

padre João Moreira, de S. Gemil, veio a S. Martinho envolver-se com Domingas, solteira, que teve uma filha de nome Maria<sup>38</sup>. Já no início da centúria de Setecentos, foi denunciado o padre Manuel Rodrigues, que entretanto deixara a freguesia, assim como outro sacerdote, homónimo, que vivendo nesta paróquia, teve um filho de nome Martinho, de Maria Neves, solteira, que foi baptizado em 1721, pelo abade Domingos de Azevedo e Carvalho<sup>39</sup>. Na freguesia de Valongo, fala-se do padre Pêro João de Vasconcelos, em 1699<sup>40</sup>, e o padre Manuel da Fonseca que foi pai em 1657 e 1658, com Domingas, solteira; esta mãe teve outro filho espúrio baptizado em 1661, mas não foi revelada a paternidade; o vigário João Marques, no assento de baptismo deixou escrito: “não o declarei pai por ser proibido aqui assentar-se”<sup>41</sup>, podendo indicar um terceiro filho do padre Manuel da Fonseca ou de outro homem que não podia ser denunciado.

Em 1745 nasceu João filho de Maria escrava de Amaro Ferreira da

---

34 CARVALHO, Joaquim Ramos de (2010) – «As sexualidades», in *História da vida privada em Portugal*, dir. José Mattoso. *A Idade Moderna*, coord. Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, p.109.

35 ADP, E/27/4/2-5.1, fl.13v.

36 ADP, E/27/4/2-5.1, fl.13v,

37 ADP, E/27/4/2-5.1, fl.47v.

---

38 ADP, E/27/4/3-9.1, fl.75.

39 ADP, E/27/4/3-10.1, fls.98v 3 120.

40 ADP, E/27/6/1-3.2, fl.97v.

41 ADP, E/27/6/1-3.1, fl.8v.

Corredoura, sendo dado por pai, sem contestação, o reverendo João Ferreira da Costa, desta freguesia<sup>42</sup>, para evitar esta situação, não era permitido os padres terem escravas brancas (norte de África) por serem mais atraentes dos que as negras<sup>43</sup>.

### 3.3. Espúrios de mães prostitutas

Não conhecemos registos claros e objectivos da prática da prostituição no concelho de Valongo. No entanto, parece que alguns filhos desqualificados socialmente devessem ter origem na prática de relações sexuais desta natureza. Em Alfena, no lugar de Baguim, em 1637, recebeu o sacramento de baptismo Isabel, filha de Maria solteira, conhecida por *a pega*<sup>44</sup>. Em Junho de 1637, foi também baptizada a menina de nome Ana, filha de Ana Pacheca, solteira, do lugar da Ferraria, que não escondeu a paternidade que foi atribuída a António da Silva, viúvo, o *cornija* “embora tenha estado com mais

homens”<sup>45</sup>. Em S. Martinho do Campo, vivia a paroquiana Ana Domingas Ferreira que teve vários filhos de outros tantos homens, documentada em 1619 e 1627<sup>46</sup>.

### 3.4. Filhos de escravas negras

No concelho havia proprietários de escravos e escravas negras, que eram menos consideradas do que as escravas brancas do Norte de África; aquelas eram compradas aos monopolistas de resgate e contratadores, como Pedro de Sevilha, António Mendes de Lamego; João Rodrigues Coutinho; André da Fonseca ou João Gonçalves da Fonseca<sup>47</sup>, desde o século XVII. Estas escravas reproduziam-se pelo cruzamento de escravos de proprietários diferentes e entre escravas e brancos, de profissões e estatutos heterogéneos.

Em Alfena nasceu Maria em 1608, filha da escrava Catarina André, a *preta de Alfena*<sup>48</sup>, que

42 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.200v.

43 SAUNDERS, A. C. de C. M. (1982) – *História dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p.140.

44 ADP, E/27/4/2-5.2, fl.20.

45 ADP, E/27/4/2-6.1, fl.48.

46 ADP, E/27/4/3-9.1, fls.35v, 37, 39v e 43.

47 CARREIRA, António (1983) – *Notas sobre o tráfico português de escravos*, 2.ª edição revista. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p.26.

48 ADP, E/27/4/2-5.1, fl.29.

registou a paternidade de João, homem solteiro, criado que vivia na cidade do Porto<sup>49</sup>; em 1745 nasceu João, filho de Maria escrava de Amaro Ferreira da Corredoura, e do reverendo João Ferreira da Costa<sup>50</sup>; Maria, que era escrava do alferes Amaro Ferreira da Costa, teve Francisco, mas neste caso não foi revelada a paternidade<sup>51</sup>.

Nos finais do século XVIII, a escrava Marcelina, natural de Canas de Senhorim, do bispado de Viseu, que pelas inquirições levadas a cabo pelo padre Manuel Rodrigues, se constatou estar em casa do capitão Luís Ribeiro de Figueiredo<sup>52</sup>.

Na freguesia de Valongo recebeu o baptismo, a criança de nome Francisco, nascida em 1671, filha de Maria escrava de Pantaleão Álvares, rendeiro desta freguesia, mantendo-se o anonimato da paternidade<sup>53</sup>. Em finais do século XVII, uma escrava de Bernardo Ferraz, da cidade do Porto, veio dar à luz em Valongo<sup>54</sup>; por esta altura, a escrava

Maria, do sargento-mor Manuel de Sousa, foi mãe e confessou que o pai da menina era Manuel Marques de Oliveira, conforme consta no assento de baptizados, pelo punho do reitor André Alão Duarte<sup>55</sup>; no fim do século XVIII nasceu Francisco filho da escrava Catarina que vivia em casa da viúva Maria Dias<sup>56</sup>; em 1699 foi também sacramentado o menino André, filho de Filipa, escrava de João Marques das Neves; foi madrinha de baptismo, a escrava Maria, da casa do sargento-mor Manuel de Sousa<sup>57</sup>.

No início do século XVIII, uma outra escrava de nome Filipa, propriedade da viúva Catarina da Rocha, teve uma filha de João Pinto, solteiro, do lugar da Rua, da freguesia de Alfena<sup>58</sup>; em 1705 cruzaram-se a escrava do capitão Vicente de Sousa com o escravo da viúva Maria Dias; apadrinharam o baptismo o escravo Manuel, pertencente à casa de Álvares Ribeiro, e Filipa, escrava da viúva Catarina da Rocha<sup>59</sup>; em meados do século XVIII, notifica-se ainda

---

49 ADP, E/27/4/2-5.1, fl.32v.

50 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.200v.

51 ADP, E/27/4/3-10.1, fl.214.

52 ADP, E/27/4/3-10.3, fl.137.

53 ADP, E/27/6/1-3.1, fl.71.

54 ADP, E/27/6/1-3.2, fl.36.

---

55 ADP, E/27/6/1-3.2, fl.75.

56 ADP, E/27/6/1-3.2, fl.86v.

57 ADP, E/27/6/1-3.2, fl.96v.

58 ADP, E/27/6/1-3.2, fl.145.

59 ADP, E/27/6/1-3.2, fl.181v.

a filha da escrava Rita, do capitão José Pereira, de nome Maria, mas não há referência ao seu progenitor<sup>60</sup>. Vários são, pois, os casos de reprodução consciente ou não da reprodução de “um objecto de luxo, de ostentação [...] de quem possui escravas”<sup>61</sup>.

### 3.5. Filhos de mães solteiras

Com o advento do liberalismo, no século XIX, a assistência pública nas suas múltiplas vertentes será uma das grandes tarefas que animará todo o tipo de debates entre políticos, intelectuais, membros do clero e altos funcionários administrativos, que se interrogavam sobre a falência dos sistemas anteriores que eram considerados ineficazes no combate ao infanticídio e ao abandono de crianças indesejadas, nascidas à margem da boa honra e no seio familiar.

A mobilidade das mulheres solteiras que procuravam na cidade do Porto meios de subsistência pelo trabalho honrado, por vezes resvalavam para a situação de mães solteiras, que, sem meios

e condição eram obrigadas a abandonar os recém-nascidos na Casa da Roda ou como frequentemente acontecia, à porta dos edifícios movimentados, mantendo a esperança de que os filhos pudessem ser recolhidos e sobreviverem. As iniciativas para combater o abandono e o infanticídio vêm de longe, mas o seu resultado foi quase sempre insuficiente.

### 4. Os enjeitados

Em finais do século XIX corria um inquérito do administrador do concelho para tentar identificar os pais de uma criança do sexo masculino, com cerca de três meses de idade que foi abandonada, no lugar do Reguengo e encontrada pelo morador Manuel José da Costa. Este menino, por informação do presidente da câmara Oliveira Zina, já havia sido entregue a uma ama de nome Ana Margarida, casada, de Souto dos Moinhos, da freguesia de Ermesinde, a quem foi dado o subsídio de lactação de três mil réis mensais, por um período que não foi referido<sup>62</sup>.

No auto de inquirição levantado pelo administrador do concelho

---

60 ADP, E/27/6/2-5.1, fl.162.

61 MENDES, António Almeida (2004) – *ob. cit.*, p.13.

---

62 AHVVG/CMVVG, B/A, 20, fl.62v.

refere-se que foram interrogadas duas testemunhas, cujo depoimento foi coincidente. Uma, José da Costa, pedreiro, jurou que, por volta da meia-noite, do dia 25 para 26 de Março, ouvira gritar “Aqui d’el Rei” e que saindo de casa encontrou na soleira da porta de Luzia Martins de Castro, vizinha, um menino mal agasalhado, embrulhado em farrapos. Havia uma nítida intenção do abandonante em chamar a atenção da moradora por ter atirado pedras ao telhado da casa e, por esse motivo, a moradora terá gritado, por estar convencida de que se tratava de um assalto. Afinal em vez de larápios do bem alheio, deparou-se com a criança que foi encaminhada para o regedor José Lourenço Pereira e posteriormente entregue à ama Guilhermina Martins de Castro, do lugar do Reguengo, com os seus adereços: “dous chambres, duas camisas usadas, uma baeta branca e dous lenços pequenos”<sup>63</sup>.

De Ermesinde consta o abandono em Janeiro de 1889, do menor de nome António, filho de pai incógnito e que entretanto perdera a mãe<sup>64</sup>, comprometendo-se Manuel

Moreira Roque a colocá-lo no estabelecimento público dos Meninos Desamparados da cidade do Porto, mas como lhe não foi possível realizar esse objectivo, o enjeitado foi entregue à ama Ana Ferreira de Ascensão, de Ermesinde, pessoa idónea. Manuel Roque chamou a atenção da vereação para atribuir o subsídio de lactação à ama designada<sup>65</sup>.

Esta criança acabou por ser entregue ao pai biológico que apareceu para requerer a posse e guarda do António, quebrando o anonimato parental. O menor, de seis anos de idade, terá sido entregue ao pai Luís António da Rocha e Silva que, por informação adicional prestada pelo Presidente da Junta de Paróquia, os dois foram para o Brasil, mas a sua viagem não pôde ser confirmada através do *Registo de Passaportes Livro 88*, correspondente aos embarques efectuados no mês de Outubro<sup>66</sup>, a não ser que pai e filho tivessem embarcado clandestinamente como aconteceu muitas vezes com outros portugueses<sup>67</sup>.

63 AHVLG/CMVLG, P/B, 737.

64 AHVLG/CMVLG, B/A 19, fl.105.

65 AHVLG/CMVLG, B/A 19, fl.108.

66 ADP, *Registo de Passaportes*, Livro 88.

67 RODRIGUES, Teresa (2009) – «O Século XIX», in *História da População Portu-*

Em S. Martinho do Campo mencionam-se dois casos de abandono. O primeiro em Janeiro de 1887. Catarina Ferreira, do lugar da Retorta, encontrou, à porta de sua casa, de madrugada, um menino com o nome de Vicente Brederote, com cerca de três dias de vidas, envolto num cobertor de baeta encarnada, um vestido e um lenço de algodão e dois panos brancos do mesmo tecido. O administrador do concelho, José Ferreira dos Santos Pinheiro não se opôs ao livre-trânsito da criança para a cidade do Porto, onde foi colocado no Hospício dos Expostos, inscrito com o n.º 4 de 1883<sup>68</sup>.

Três anos mais tarde, em Março de 1886, foi deixado, na soleira da porta de entrada de Faustino Dias Rodrigues, do lugar de Terrafeita, dentro de um alguidar, por volta das três horas da madrugada, o exposto que foi baptizado por ordem do corregedor da paróquia com o nome de Emídio e em seguida foi levado para o Hospício dos Expostos da cidade do Porto<sup>69</sup>.

---

*guesa*, coord. Teresa Ferreira Rodrigues. Porto: Edições Afrontamento, p.411.

68 ADP, *Processo de Admissão de Vicente Brederote*.

69 ADP, *Processo de Admissão de Emídio*, n.º 18 de 1886.

Na freguesia de Alfena, nos finais do século XVII, foi evidenciado, no lugar do Xisto, uma menina chamada Catarina, do lugar do Xisto<sup>70</sup>. À porta do proprietário Vicente Moreira, do lugar do Outeiro, foi encontrado abandonado um menino, logo baptizado em 1748, a quem foi dado o nome de Vicente, de pais incógnitos<sup>71</sup>.

Foram igualmente encontrados abandonados, nesta freguesia, o menino António<sup>72</sup>, o José deixado, na berma da estrada, de noite, neste caso, estrategicamente colocado em frente da porta de entrada da casa de Silvestre Moreira Belo, do lugar do Outeiro, que, por caridade religiosa, o colocou na Casa da Roda da cidade do Porto<sup>73</sup>.

Em S. Martinho do Campo foi salva, em 1641, a enjeitada de nome Domingas que jazia abandonada junto de Ponte Ferreira<sup>74</sup>; cerca de cem anos depois, há um novo caso que provavelmente recebeu o baptismo pela segunda

---

70 ADP, E/27/4/2-5.2, fl.78.

71 ADP, E/27/4/2-6.1, fl.73.

72 ADP, E/27/4/2-6.1, fl.73.

73 ADP, E/27/4/2-6.1, fl.82v.

74 ADP, E/27/4/2-9.1, fl.58.

vez por não haver a certeza de ter sido sacramento na origem<sup>75</sup>.

Já adultos, mas sempre com o estigma de enjeitado, aparecem algumas pessoas na qualidade de padrinhos, madrinhas de outras crianças<sup>76</sup>. Durante o século XVIII podemos citar a Martinha dos Anjos que foi “posta à porta de Ana João de Ponte Ferreira”<sup>77</sup>; à porta de entrada da casa do proprietário António da Silva, moleiro de profissão, morador no lugar de Balselhas, foi deixado, em 1751, o enjeitado Joaquim<sup>78</sup>. Rotulado de enjeitado, João António, casado, baptizou o filho em 1748<sup>79</sup>.

Continuando o périplo pelas freguesias, constatamos que a freguesia de Ermesinde não fugiu à regra e nela, encontramos nos assentos de baptismo desta paróquia várias crianças desafortunadas, como o menino Urbano, em 1620 e o António exposto á porta do mendigo Bernardo Ferreira, no lugar de Sá, em 1722<sup>80</sup>; a Ana, em

1725; outra Ana exposta, que foi trazida à igreja por Josefa Martinha, mulher de António de Sousa, do lugar de São Paio e “me entregou [ao abade] hum escrito do theor seguinte: dando-lhe por nome Anna de Sousa dedicado à filha de Anacleto de Sousa delicado e de Anna Maria moradores na cidade do Porto e não se continha mais no dito escrito”<sup>81</sup>.

Outros desvalidos podem ser detectados nos assentos paroquiais dos óbitos onde muitas crianças, nesta condição, morriam, pouco tempo depois do seu nascimento, ou nos primeiros anos de vida: a Paula, com sete anos incompletos, morre em casa de Maria Moutinha de Vilar, em Ermesinde<sup>82</sup>, menos afortunada foi Maria que desceu ao silêncio dos mortos com dezanove meses de vida, partindo da casa de uma família do lugar de Sá<sup>83</sup>; com cerca de três anos incompletos, sucumbiu o enjeitado José Maria, em 1750, que estava a ser criado, por caridade, na casa de António Manuel e sua mulher Maria Pereira<sup>84</sup>; o Manuel, com pouco

---

75 ADP, E/27/4/2-10.1, fl.157.

76 ADP, E/27/4/2-10.1, fls.160v, 187 e 187v.

77 ADP, E/27/4/2-10.1, fls.187 e 187v.

78 ADP, E/27/4/2-10.1, fls.216-216v.

79 ADP, E/27/4/2-10.1, fl.212.

80 ADP, E/27/4/2-14.5, fls.39, 80v e 88, respectivamente.

---

81 ADP, E/27/4/2-15.1, fl.92v.

82 ADP, E/27/4/2-16.1, fl.180v.

83 ADP, E/27/4/2-16.1, fl.196v.

84 ADP, E/27/4/2-16.1, fl.197v.

mais de um ano, que estava aos cuidados de Rosa Antónia, casada com João Fernandes dos Santos, foi enterrado no mesmo dia em que faleceu<sup>85</sup>. Outros enjeitados com pior sorte, por não terem quem os quisesse acolher caíam na malha da franja dos indigentes, como o Silvestre, mendicante, enjeitado que faleceu no lugar de Vilar, a quem “se lhe fes o que se costuma fazer aos pobres”<sup>86</sup>.

Indiferente ao tempo, aos novos ventos na área da protecção aos enjeitados, continuavam a sucumbir crianças de tenra idade, sem qualquer protecção familiar de raiz, como o Manuel de idade de pouco mais de dois meses, do lugar de Ermesinde, nos finais de Agosto de 1790, foi a enterrar nas sepulturas “*parvulos*”<sup>87</sup>; registam-se muitas outras crianças em Vilar de Matos, São Paio e no lugar de Ermesinde<sup>88</sup>.

No primeiro quartel do século XIX, o abandono manifesto de enjeitados continua a manter-se na freguesia de Ermesinde, sendo,

contudo, meritório o piedoso esforço de acolhimento feito por diversas famílias, que não foram indiferentes ao infortúnio daqueles que, pela calada da noite, deixavam as crianças à porta de suas casas.

## 5. Os subsídios de lactação

O subsídio de lactação, atribuído às mães, foi uma medida essencial para reduzir o infanticídio e o abandono de crianças recém-nascidas. A sua distribuição era uma competência da câmara que, anualmente, no orçamento ordinário, deveria inscrever uma rubrica obrigatória, à receita, para poder satisfazer os pedidos requerimentais que eram apresentados à vereação.

O Código Civil de 1867, secção XX – *Da Tutela dos filhos de pessoas miseráveis* –, responsabiliza as câmaras municipais para cuidar, alimentar e educar, os filhos menores abandonados pelos pais, à custa das receitas municipais<sup>89</sup>.

Este subsídio era mensal e pago, em dinheiro, a uma ama de leite, ou às mães e em casos excepcionais

---

85 ADP, E/27/4/2-16.1, fl.221.

86 ADP, E/27/4/2-16.1, fl.236v.

87 ADP, E/27/4/2-14.6, fl.164.

88 ADP, E/27/4/2-15.2, fls.173, 211, 217, 178v, 179 e 195.

---

89 *Código Civil Portuguez (1867)* (1868), 2.<sup>a</sup> edição oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, art. 296.

a qualquer outra pessoa familiar, ou não que demonstrasse idoneidade moral e civil para cuidar do desvalido<sup>90</sup>, em regra durante os primeiros doze meses de vida, havendo, nos registos da vereação valonguense, alguns casos em que o apoio de caridade pública se prolongou por mais algum tempo, aspecto que a própria lei contemplava.

A fragilidade dos recém-nascidos é de índole e de natureza diversas. Aponta-se nos respectivos processos o estado miserável em contexto familiar, a pobreza extrema, o trabalho da mãe fora do lar, o abandono do marido, a maternidade adulterina, o passamento de um ou dos dois progenitores ou o desregramento das mães<sup>91</sup>.

Na vila de Valongo recorreram ao subsídio de lactação as mães solteiras, mães casadas, algumas

mães viúvas e viúvos, as mulheres de família deixadas pelos maridos, o avô, a avó ou o padrinho da criança sem condições económicas para poder sustentá-la, mediante um quadro de profunda desolação e miséria que os magros proventos do sector primário da produção ou os salários pagos à semana ou à quinzena, nos sectores industriais, não eram suficientes para criar, com dignidade moral e social, o recém-nascido.

Conhecem-se cerca de 82,4% dos casos avaliados em sessões ordinárias da vereação para o período em estudo, o estado civil das requerentes. Os outros (17,6%) foram ocultados deliberadamente ou não, porque votados, em sessão pública da câmara, em certas situações foi requerida alguma descrição.

O maior segmento das peticionárias, que foi contemplado com esta ajuda pública, corresponde a mães solteiras (52,5%) e a causa da sua desventura é penitenciada por requerimento na “fragilidade humana”<sup>92</sup>; ou “ser pobre, não ter parentes que a possam socorrer”<sup>93</sup>; “ser pobre e sem recursos para

---

90 CUBEIRO, Tiago Manuel Rodrigues (2011) – *A Assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra: Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, p.6.

91 PAULINO, Joana Vieira (2017) – «O Abandono infantil na Lisboa da segunda metade do século XIX: os reflexos do encerramento da Roda», in *Revista de Demografia Histórica*, XXXV, II, p.115.

---

92 AHVLG/CMVLG, B/A 1-2-3, fl.160.

93 AHVLG/CMVLG, B/A 20, fl.274v.

sustentar a criança”<sup>94</sup>; “por fragilidade humana, visto ser pobre, não ter parentes que a possam socorrer nem poder trabalhar”<sup>95</sup>; ser “absolutamente pobre, sem parentes, que lhe possam ministrar os meios de sustentação para a criança recém-nascida”<sup>96</sup>; não ter “parentes que possam socorrer nem viver em mancebia”<sup>97</sup>, e entre outras formas expositivas semelhantes, perante as quais a câmara, em função da receita própria, destinada a este fim, socorria as peticionárias.

Em caso de nascimento de gémeos ou de trigémeos, o subsídio estava automaticamente garantido a uma das crianças cujo nome era indicado na petição, pelas mães ou pelo pai, como por exemplo, o de Maria Lara Ribeiro, jornaleira, de Valongo que requereu o subsídio para uma das crianças gémeas que nasceram em 22 de Setembro de 1902<sup>98</sup>.

Alguns registos dos requerimentos apresentados na Secretaria da Câmara Municipal mencionam a profissão das mães solteiras da vila,

94 AHVLG/CMVLG, B/A 19, fl.44.

95 AHVLG/CMVLG, B/A 19, fl.68.

96 AHVLG/CMVLG, B/A 19, fl.108.

97 AHVLG/CMVLG, B/A 20, fl.223v.

98 AHVLG/CMVLG, B/A 21, fl.153v.

que são preferencialmente domésticas (83,5%), seguidas das criadas de servir (30%), jornaleiras (15%), deslocadas dos seus ambientes familiares e costureiras (10%) e tecedeiras (10%). Na sua globalidade, as beneficiadas, com o subsídio de lactação, estendem-se pelo Bairro Marques da Nova, pelas ruas das Pedreiras, Boavista, Igreja, Ilha, Presa, Cruzinhas, Santa Justa, Padrão, Babelos, Fernandes Pegas, Sousa Paupério, Sousa Pinto, Visconde Oliveira do Paço, Cerdeira, Portelinha, Malta e aldeia de Susão, entre outras de menor impacto, num conjunto de quarenta ruas/lugares, destacando-se as ruas das Pedreiras, da Ilha, das Cruzinhas, do Sol, de Santa Justa, do Padrão e da Boavista que se pode interpretar como constituindo as principais bolsas de pobreza da vila de Valongo.

Além das mães solteiras, podiam candidatar-se, ao subsídio de lactação, as mães de família quando era comprovada a ausência ou abandono do lar pelo marido ou quando este estava a cumprir o serviço militar obrigatório no exército de linha. A valonguense Maria da Silva, casada, moradora na aldeia de Susão, mãe de uma criança que

por “ser pobre e abandonada do seu marido que a deixou em estado de gravidez, não tendo parentes que a possam socorrer”<sup>99</sup>, recorreu ao subsídio público; Luzia Ferreira de Sá, mãe de um menino nascido em Agosto de 1893, não ocultou o seu estado solitário e “que por ser pobre, sem leite para amamentar a criança, e achar-se abandonada de marido, ausente no Brazil”<sup>100</sup>, no seu desespero, procurou ajuda financeira na câmara, cumpridos os requisitos que a lei impõe.

Com o argumento da ausência do marido, também no Brasil, Ana Moreira, que se dizia casada com Jerónimo Soares, requereu o respectivo subsídio de lactação. Porém, as inquirições sobre a sua conduta moral e civil revelaram que de facto dera à luz recentemente, mas o administrador do concelho informou o executivo camarário que “a requerente é serviçal no Porto aonde angaria meios de sobrevivência sendo além disso casada com indivíduo ausente há muitos anos”<sup>101</sup>, o que levou ao indeferimento liminar do pedido, ao abrigo do art. 288.º do

Regulamento de 5 de Janeiro de 1888, sobre a conduta moral das requerentes.

Sem o marido presente, Rosa Joaquina, de Susão, e sendo pobre, pediu e a câmara aprovou, em sessão ordinária de 3 de Fevereiro de 1899, a atribuição do subsídio de lactação “para alimentar duas crianças gémeas visto ser pobre e o seu marido estar a servir o exército”<sup>102</sup>.

Pouco antes de ser implantada a República, entrou na Secretaria do Município o requerimento de Cândida Almeida, casada, de Susão, solicitando apoio financeiro “por viver em extrema pobreza e completamente abandonada pelo marido, não tendo parentes que possam socorrer e perigando a vida de seu filho por falta de sustento”<sup>103</sup>, rogo ao qual a vereação presidida pelo abade António Mendes Moreira não ficou indiferente, contemplando-a com atribuição de mil réis mensais, nos termos da lei.

Em finais de 1904, Júlia Alves dos Reis, da Rua das Pedreiras, deu entrada com pedido idêntico por

---

99 AHVVG/CMVVG, B/A 21, fl.157v.

100 AHVVG/CMVVG, B/A 21, fl.120v.

101 AHVVG/CMVVG, B/A 22, fl.14v.

---

102 AHVVG/CMVVG, B/A 21, fl.29.

103 AHVVG/CMVVG, B/A 22, fl.264.

ter dado à luz e por “ser pobre, não ter leite bastante para alimentar a dita criança e seu marido ter ultimamente assentado praça não podendo, portanto, angariar os necessários meios de subsistência”<sup>104</sup>. Por razão análoga, foi beneficiada Miquelina Alves Carneiro, de Susão, que em 1908 solicitou o subsídio de lactação por motivos mais pungentes que reclamavam o apoio dos dinheiros municipais “para a criação d’um filho que ainda se acha em estado muito atrasado por ser de compleição débil e extrema pobreza e por não poder angariar os meios de subsistência para si e seu filho”<sup>105</sup>.

A freguesia mais desenvolvida económica e socialmente, depois da vila valonguense, é Ermesinde, com o seu sistema de transportes ferroviários e viários diversificados, atraiu gente do exterior, estando também associada a algumas situações de que a moral não aprovava. Em todo o caso, o número de mães solteiras não foi alarmante como na vila.

Esconde-se o estado civil de cerca de 20,8% das mulheres beneficiadas nesta freguesia o que não

104 AHVLG/CMVLG, B/A 22, fl.33.

105 AHVLG/CMVLG, B/A 22, fl.257v.

permite concluir, com toda a segurança, quem eram. Os subsídios de lactação foram atribuídos em maior número a mães solteiras, mães viúvas, mães casadas, e sem grande representatividade, a homens casados e a viúvos.

Os pedidos de auxílio público camarário nesta freguesia vieram de mulheres residentes nos lugares da Cancela, Costa, Entre Campos, Ermida, Ermesinde, Estação, Gandra, Palmilheira, Rapadas, Rua Miguel Bombarda, Rua 5 de Outubro, dos lugares de São Paio, Souto do Moinho e de Vilar, além de outros cujo topónimo não foi devidamente identificado.

A realidade da freguesia de Alfena é diferenciada, mas continua a pertencer às mães solteiras a maior parte dos subsídios de lactação atribuídos (48%), depois as mães viúvas (16%) e outras de menos significado como as mães casadas, homens casados, padrinhos de baptismo das crianças e avós.

Os lugares de residência dos bonificados estendem-se desde Baguim do Monte, Cabeda, Igreja, Outeiro, Reguengo, Rua e outros não identificados que se escondem

sob a designação genérica de Alfena.

Em S. Martinho do Campo as mães solteiras representam 47% dos requerimentos que entraram na Secretaria Municipal e que subiram à vereação entre 1836-1926, seguindo-se as mães casadas (30,4%), mães viúvas (13,8%). Os lugares mais atingidos foram os da Colectinha, Retorta, Quintã de Cima e de Azenha, e que podem indiciar as principais bolsas de pobreza deste território paroquial.

A ajuda financeira pedida pelas mães de Sobrado tem uma expressão menos abundante, continuando as mães solteiras a encabeçar os requerimentos deferidos, mas também mulheres casadas como Luzia Alves dos Santos que procurou o apoio camarário “por ser pobre e não ter parentes que a posam socorrer e ter-lhe falecido ultimamente o seu marido num desastre n’uma mina, e não ter leite bastante para alimentar o referido seu filho”<sup>106</sup>.

A distribuição geográfica da atribuição de subsídios, nesta freguesia compreende os lugares da Balsa, Gandra, Devesa, Ferreira,

Fijos, Lomba, Vale Direito, Sobrado, Sobrado de Cima e Vilar.

## **6. Recusa e interrupção de atribuição de subsídio de lactação**

Por vezes, os subsídios requeridos foram recusados por não se enquadrarem no Capítulo V do Regulamento para o Serviço dos Expostos, de 5 de Janeiro de 1888<sup>107</sup>, e os motivos são múltiplos. O primeiro data de 1887, e subiu à sessão plenária ordinária de 30 de Junho sob a presidência de Oliveira Zina que, analisando o pedido de Margarida de Sousa Dias, solteira, foi decidido “indeferir este processo por não estar a petionária nas circunstâncias de ser subsidiada pelo cofre do município”<sup>108</sup>.

A ocultação e a sonegação de elementos necessários à instrução processual e as falsas declarações, quando descobertas pelas autoridades cometentes – o administrador do concelho, a junta de paróquia e o pároco local – tinham como consequência o indeferimento liminar do pedido.

---

107 PORTUGAL. *Diário do Governo* n.º 5, de 5 de Janeiro de 1888.

108 AHVLG/CMVLG, B/A 19, fl.9.

---

106 AHVLG/CMVLG, B/A 22, fl.150.

Rosa Lopes, solteira, que no seu requerimento disse “que sendo absolutamente pobre, sem parentes que lhe possam ministrar os meios de sustentação para uma criança recém-nascida que dera à luz no dia 28 de Dezembro fundo [1888], vem por isso, solicitar o subsídio de lactação a favor do dito seu filho António”<sup>109</sup>. A câmara, porém, negou-lhe a resposta positiva “visto ser menos verdade o alegado pela reclamante, pois que tem parentes e ainda seus paes que lhe podem ministrar os meios de subsistência”<sup>110</sup>.

A atribuição destes subsídios poderia ser interrompida quando, ao longo do processo, as condições da mãe beneficiada fossem alteradas, gerando melhorias económicas, como o emprego do marido ou por a própria mãe começar a obter, por meio do trabalho, rendimentos que lhe permitiam sustentar o filho, ou ainda, de mãe solteira ter, entretanto, casado, deixando de estar abrangida pelo Regulamento de 5 de Janeiro de 1888.

Outra razão para o cancelamento da atribuição estabelecida

---

109 AHVVG/CMVVG, B/A 19, fl.108.

110 AHVVG/CMVVG, B/A 19, fl.108.

pela vereação a favor de uma mãe, prendia-se com a má conduta moral da beneficiada. O Conselho e Presidente da Comissão de Beneficência da freguesia de S. Martinho do Campo denunciaram o mau comportamento de Catarina Moreira, mãe solteira, negociante, e Miquelina da Rocha, igualmente mãe solteira, tecedeira, ambas do lugar da Retorta “se tornaram indignas do subsídio de lactação que tem recebido para suas filhas Margarida e José, por causa do mau comportamento que teem”<sup>111</sup>, o que fez com que a câmara, ao abrigo do art. 28.º, 1.º do Regulamento de 5 de Janeiro de 1888, deixasse de continuar a conceder os mil réis mensais que cada uma das visadas recebia.

Em Alfena, foi suspenso o subsídio a Maria de Oliveira, mãe solteira, do lugar da Várzea que beneficiava, em 1917, de dinheiros públicos municipais para lactação. Não obstante, a Comissão Executiva Municipal foi informada que a mulher não tinha comportamento moral nem civil por ter dado irregularmente, à luz, já quatro filhos<sup>112</sup>.

---

111 AHVVG/CMVVG, B/A 20, fl.20.

112 AHVVG/CMVVG, P/B 735.138.

## 7. Conclusão

Em conclusão, esta medida governamental de atribuição de subsídios de lactação aos mais desprotegidos, pobres e miseráveis contribuiu para diminuir infanticídio declarado ou por negligência e o abandono de crianças.

No concelho de Valongo, entre 1836-1926, da distribuição global, 43,7% dos subsídios foram direccionados para o apoio a mães solteiras, percentagem que foi apurada por defeito, uma vez que sob a designação de “mães”, ter-se ocultado o estado civil de um número muito expressivo de mulheres solteiras parturientes, para evitar o estigma e o desapontamento social.

As mães casadas que incluem situação de pobreza extrema, abandono de marido, ausência forçada para cumprimento do serviço militar rondam objectivamente cerca de 19,6%. Dos subsídios atribuídos entre 1836-1913. As mães viúvas da vila e de Ermesinde receberam da ajuda pública municipal cerca de 18,1% das lactantes abrangidas por esta medida de natureza social.

A vila de Valongo e o seu território rural de Susão absorveram

dois terços da totalidade das verbas destinadas anualmente para socorrer as mães em dificuldades, distribuída a parte restante pelas outras freguesias que por estarem mais distantes do pólo de decisão, teriam menos hipóteses de beneficiar da bonomia da verenação que sempre se mostrou aberta a dar solução, dentro dos limites impostos pelo erário do município.

### **Fontes e bibliografia:**

#### **Arquivo Distrital do Porto (ADP)**

ADP, E/27/6/2-5.1.

ADP, E/27/4/2-5.2.

ADP, E/27/4/2-6.1.

ADP, E/27/4/2-9.1.

ADP, E/27/4/3-9.1.

ADP, E/27/4/2-10.1.

ADP, E/27/4/2-14.5.

ADP, E/27/4/2-15.1.

ADP, E/27/4/2-15.2.

ADP, E/27/4/2-16.1.

ADP, E/27/4/2-14.6.

ADP, E/27/4/3-9.1.

ADP, E/27/4/3-10.1.

ADP, E/27/4/3-10.3.

ADP, E/27/4/4-14.5.

ADP, E/27/4/4-15.1.

ADP, E/27/4/5-19.12.

ADP, E/27/6/1-3.1.

ADP, E/27/6/1-3.2.

ADP, Dep. G.

ADP, *Processo de Admissão de Emídio*, n.º 18 de 1886.

ADP, *Processo de Admissão de Vicente Brederote*.

ADP, *Registo de Passaportes*, Livro 88.

#### **Arquivo Histórico de Valongo/ Câmara Municipal de Valongo (AHVLG/CMVLG)**

AHVLG/CMVLG, B/A 1-2-3.

AHVLG/CMVLG, B/A 18.

AHVLG/CMVLG, B/A 19.

AHVLG/CMVLG, B/A, 20.

AHVLG/CMVLG, B/A 21.

AHVLG/CMVLG, B/A 22.

AHVLG/CMVLG, P/B 735.138.

AHVLG/CMVLG, P/B, 737.

### **Bibliografia e fontes impressas**

ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e (1984) – «Em Torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas», in *Revista de História*: [s.n], Vol.I, pp.147-167.

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1980) – *Santarém Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

CARREIRA, António (1983) – *Notas sobre o tráfico português de escravos*, 2.ª edição revista. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

CARVALHO, Joaquim Ramos de (2010) – «As sexualidades», in *História da vida privada em Portugal*, dir. José Mattoso. *A Idade Moderna*, coord. Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 96-129.

*Código Civil Portuguez (1867)* (1868), 2.<sup>a</sup> edição oficial. Lisboa: Imprensa Nacional.

CUBEIRO, Tiago Manuel Rodrigues (2011) – *A Assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra: Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra.

LOPES, Maria Antónia (1985) – «Os Expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1866): subsídios para o seu estudo», in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, n.º 21, pp.124-130.

LOPES, Maria Antónia (1993) – «Os pobres e a assistência pública» in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, volume V, *O Liberalismo*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 501-507»;

LOPES, Maria Antónia (2008) – «O socorro a lactantes no quadro da assistência à infância em finais de Antigo Regime» in *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XX)*, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 97-110;

MARQUES, A. H. de Oliveira (1990) – «Lisboa», in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, org. de A. H. de Oliveira Marques; Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, p.57.

MATA, Joel Silva Ferreira (2017) – *Contributos para a História Económica e Social de Valongo entre 1258-1835. Perspectivas*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.

MATA, Joel Silva Ferreira (2023) – *História Económica, Social e Administrativa do concelho de Valongo (1836-1926)*. Volume II. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.

MENDES, António Almeida (2004) – «Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI», in *Africana Studia*, n.º 7. Porto: Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.13-30.

*Ordenações Filipinas* (1985), Livro I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

*Ordenações Manuelinas* (1984). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PAULINO, Joana Vieira (2017) – «O Abandono infantil na Lisboa da segunda metade do século XIX: os reflexos do encerramento da Roda», in *Revista de Demografia Histórica*, XXXV, II, pp.101-134.

PORTUGAL. *Diário do Governo* n.º 5, de 5 de Janeiro de 1888.

RAIMUNDO, Ricardo Varela (2011) – «A assistência à infância pobre e abandonada: as crianças de Torres Novas acolhidas pelo Hospício de Santarém (1874-1912)», in *Nova Augusta: Revista*

*de Cultura*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, n.º 23, II série, pp. 37-61.

RODRIGUES, Teresa (2009) – «O Século XIX», in *História da População Portuguesa*, coord. Teresa Ferreira Rodrigues. Porto: Edições Afrontamento, pp. 327-416.

SÁ, Isabel dos Guimarães e CORTES, Nuno Osório (1992) – «A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados», in *Cadernos do Noroeste*, volume 5 (1-2), pp. 179-190.

SAUNDERS, A. C. de C. M. (1982) – *História dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



# A Emigração do Concelho de Valongo para o Brasil (1836-1851)

**Paulo Amorim**

Universidade Lusíada (CEJEA)

## *Resumo:*

A migrações constituem um dos fenómenos mais importantes das Relações Internacionais e do seu estudo. Revestem-se de particular e relevante importância no estudo das relações Portugal-Brasil pelo impacto aos níveis político, social, cultural e económico que se verificou em ambos os países. Elegemos, assim, como objeto de estudo deste trabalho, a análise e caracterização da emigração do Concelho de Valongo para o Brasil nos anos de 1836 a 1851, através do levantamento, tratamento e análise dos elementos recolhidos nos *livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto* que integram o acervo documental do Arquivo Distrital do Porto. Recorrendo a métodos estatísticos de interpretação dos elementos obtidos pela análise dos *registos*

*de passaportes do Governo Civil do Porto*, conseguimos delinear um perfil do emigrante do Concelho de Valongo para o Brasil, dando conta do volume total dos efetivos migratórios e a relevância relativa no contexto nacional destes efetivos migratórios; bem como da sua distribuição por género, por estado civil, por grupos etários, por naturalidade, pela classificação socioprofissional e por destino. Não nos confinando a uma simples exposição estatística sobre os fluxos migratórios, iremos analisar os fatores explicativos e os condicionalismos, endógenos e exógenos deste fenómeno,

*Palavras-chave:* Brasil; Emigração; Concelho de Valongo.

## *Abstract:*

Migrations are one of the fundamental subjects in International Relations. Its study carries

a particular and unavoidable relevance in Portugal-Brazil relations due to their impact at the political, economic, social and cultural levels in both and each country. We choose, thus, as subject of our work the analysis and characterization of emigration from Valongo Municipality to Brazil in the years of 1836 to 1851, through the survey, treatment and analysis of elements gathered from the *passport record-books of Porto Civil Government*, which are part of the documental collection of the Porto District Archive. Through the use of statistical methods of data interpretation we analyze the passport records issued by Porto Civil Government. We then try to draw a general profile of the emigrant, highlighting the total number of individuals who were allowed to leave the country (to whom the passport was conceded), and from these, the departing individuals specifically headed to Brazil and their relative importance in the national context; their distribution by gender, marital status, age groups, birthplace, social and professional classification and familiar or professional groupings, and Brazilian state of destination.

Without confining ourselves to a simple statistical description on the migratory flows, we will try to study and learn the factors that explain this phenomenon, framing it in its endogenous and exogenous constraints resulting from international and national political and economical changes.

*Keywords:* Brazil; Emigration; Valongo Municipality.

### **Introdução**

O presente artigo constitui um contributo para o estudo da emigração do Concelho de Valongo para o Brasil, durante a primeira metade do século XIX, tentando provar, através da caracterização do perfil socioprofissional do e/imigrante português, a sua importância na formação de uma elite nacional “brasileira”. A nossa investigação parte da análise de fontes primárias, como os *registos de passaportes* do Governo Civil do Porto, depositados no Arquivo Distrital do Porto, emitidos entre 1836 e 1851, e disponíveis numa base de dados desenvolvida pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Nesse sentido, confrontámos o resultado obtido com os dados disponíveis sobre a entrada de portugueses no Brasil, através da base de dados intitulada *Movimentação de portugueses no Brasil (1808-1842)*, disponibilizada pelo Arquivo Nacional brasileiro. Não nos limitando a uma mera análise estatística, procuramos, ainda, analisar o sucesso de alguns e/ou imigrantes portugueses deste período, que irão integrar, sobretudo no Rio de Janeiro, a elite comercial e financeira brasileira, recorrendo a outras fontes, como a legislação e a imprensa, nomeadamente o *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, publicado, entre 1844 e 1889, pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert. Recorremos, ainda, a fontes e bibliografia disponibilizadas na rede de investigação digital REMESSAS, desenvolvida pelo CEPESE.

Além do argumento da supremacia da Barra do Douro quanto à emigração portuguesa, durante este período, a escolha dos anos de 1836 a 1851, enquanto balizas cronológicas desta investigação, resulta, também da sua pertinência

na evolução da conjuntura política e económica dos dois países.

Em Portugal, o ano de 1836 marca o estabelecimento definitivo do liberalismo – na sequência do triunfo de Pedro IV e consequente derrota das forças miguelistas –, consagrado na assinatura da Convenção de Évora-Monte de 1834, assinalando, desta forma, o novo ciclo político que fundamentará, quer a política interna, quer a política externa portuguesa. Finda a Guerra Civil em Portugal, por decreto publicado a 29 de novembro de 1836, D. Maria II cria o concelho de Valongo com as freguesias de Sobrado, Campo e Gandra (que pertenciam então ao concelho de Baltar) e Alfena, Ermesinde e Valongo (que pertenciam ao concelho da Maia). No Brasil, a 12 de agosto de 1834, foi proclamado o Ato Adicional, a primeira e grande reforma da Constituição de 1824, consolidando o carácter liberal, federativo e descentralizador do sistema político brasileiro, procurando-se, assim, garantir a integridade territorial do Estado brasileiro, abalada, contudo, por uma série de rebeliões regionais, a maioria de carácter separatista, nomeadamente, a revolta dos

Malês, em Salvador da Baía (1835); a Cabanagem, no Grão-Pará (1835-1840); a Guerra dos Farrapos ou Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845); a Balaiada, no Maranhão (1838-1840); e a Sabinada na Baía (1837-1838). Já no Segundo Reinado, em 1842, a Revolução Liberal, em São Paulo; e em 1848, a Rebelião Praieira, em Pernambuco.

O ano de 1851 foi escolhido como baliza cronológica final, uma vez que constitui um marco histórico muito importante na dinâmica das relações luso-brasileiras, dando-se início ao período da chamada “emigração em massa” do continente europeu para o Novo Mundo, favorecida pelo moderno meio de transporte, o vapor. Nesse ano, em Portugal, inicia-se um movimento reformador, desenvolvimentista e modernizador do país, sobretudo ao nível das infraestruturas, que ficou conhecido como Regeneração, que sucede ao cabralismo e aos governos de inspiração setembrista, pondo fim a duas décadas de grande instabilidade e mesmo de “violência política”. O crescimento significativo da população portuguesa, a mecanização de algumas atividades agrícolas e o empobrecimento dos

pequenos proprietários rurais catalisam o aumento dos candidatos a emigrantes. No Brasil, o período compreendido entre 1850 e 1851 constitui uma baliza cronológica para uma nova era, quer ao nível político-económico, quer ao nível social, concretizando-se então várias medidas aprovadas no ano anterior “que tentavam mudar a fisionomia do país, encaminhando-o para o que então se considerava modernidade. Extinguiu-se o tráfico de escravos, promulgou-se a Lei das Terras (...) e foi aprovado o primeiro Código Comercial”<sup>1</sup>.

À semelhança de Portugal, a década de 1850 no Brasil é caracterizada pelo desenvolvimento das vias de comunicação, com destaque para os caminhos-de-ferro, fundamentais para o transporte de mercadorias, como o café. Esta revolução dos transportes favorece, ainda, a penetração dos e/imigrantes para o interior do Brasil a partir de meados do século XIX, quando os fluxos migratórios para cidades como Santos e São Paulo sobem fortemente. Com

---

1 FAUSTO, Boris (2004) – *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p.197.

efeito, a lei “Eusébio de Queiroz”, a 4 de setembro de 1850, proibia, finalmente, o tráfico interatlântico de escravos. Esta norma pôs em causa toda a tradicional estrutura escravocrata da sociedade brasileira, reforçando a necessidade de atrair mão-de-obra estrangeira para os setores económicos até aí assegurados pelos escravos. Inicia-se, então a chamada “emigração em massa” atraída para as “colónias” agrícolas brasileiras. Em termos conceptuais passamos a falar, portanto, de “colonos” e de e/imigração.

O fim do tráfico de escravos, no Brasil, liberta capitais para o investimento em outras áreas, surgindo bancos, indústrias, empresas de navegação (vapores), etc. Era o início da modernização capitalista, com as primeiras tentativas para a criação de um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis, obrigando à adoção de um novo modelo de gestão por parte dos proprietários agrícolas. Esta reforma na atividade agropecuária é catalisada também pela Lei n.º 601 (ou Lei das Terras Devolutas e Colonização, como ficou conhecida), de 18 de setembro de 1850, que reorganiza o sistema

de aquisição das terras agrícolas, transformando-as em mercadoria negociável, cessando o sistema de “sesmarias” subvencionada pelo Estado recetor, o que é uma originalidade nas migrações internacionais. Esta transformação qualitativa na imigração brasileira tem um duplo sentido. Passamos de uma imigração forçada de africanos (escravos), para uma imigração livre (e/ou subvencionada) de europeus, numa altura em que se refletem os efeitos do início da transição demográfica europeia, que provoca um excedente populacional para o qual a estrutura económica do Velho Mundo não estava preparada.

Procurando caracterizar o movimento migratório legal do Concelho de Valongo neste período, optámos pela análise dos dados recolhidos nos livros de registo de passaportes, entre 1836 e 1851, do Governo Civil do Porto que integram o acervo documental do Arquivo Distrital do Porto – fontes primárias para o estudo da emigração –, o que nos permite, assim, conhecer com profundidade este fenómeno num período particular da História Contemporânea, em que a insta-

bilidade política, económica e social se tornou um incentivo à emigração transatlântica. Será a posse do passaporte que permite a legalização da partida, distinguindo-se assim a emigração legal (que é o nosso objeto de estudo) da clandestina. “É mesmo o primeiro tipo de registo a ser efectuado oficialmente, já que os restantes (registos de batismo, casamento e óbito) eram obra da Igreja”<sup>2</sup>. Ou como afirma Torpey<sup>3</sup>, é particularmente “uma expressão da tentativa dos Estados-nação modernos para afirmar o seu monopólio exclusivo dos meios de circulação legais”. Sendo o Governo Civil a entidade que monopoliza o licenciamento da emigração, através da emissão dos passaportes, desde o decreto de 18 de julho de 1835, temos de recorrer aos *registos de passaporte do Governo Civil do Porto*, depositados no Arquivo Distrital do Porto, sob a referência PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-E/026/3242, e compilados em 25 livros de registos de passaporte, que contêm os 30 060

---

2 ALVES, Jorge (1994) – *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: ed. do autor, p.102.

3 TORPEY, John C. (2003) – *A invenção do passaporte: vigilância, cidadania e o Estado*. Lisboa: Temas e Debates, p.257.

pedidos de passaporte, de 1834 a 1851, para todos os destinos, relativos aos 31 998 portugueses que pretendem sair do país, legalmente, em direção a outros países. Num período em que a estatística ainda se encontrava numa fase rudimentar, não existindo, assim, estatísticas oficiais sobre a emigração. Porém, só possuímos dados seguros a partir de 1836, mercê da criação, em 1835, dos Governos Civis<sup>4</sup>, responsáveis pela emissão dos passaportes<sup>5</sup>.

### **Enquadramento teórico-conceitual**

No âmbito da análise conceitual em curso, devemos ainda refletir acerca de termos como

---

4 Cfr. Carta de lei de 25 de abril de 1835 e decreto de 18 de julho de 1835. Lei da Divisão Administrativa do Reino, que atribui aos Governos Civis a competência da inspeção, licenciamento, fiscalização e segurança da mobilidade demográfica.

5 O *registo de passaportes* são as únicas fontes que permitem caracterizar a dimensão dos fluxos migratórios neste período. Apesar da continuidade temporal desta fonte, existem lacunas nos anos de 1834 e de 1835, que nos impedem uma análise integral destes anos. Neste sentido, não apresentamos os dados referentes a 1834 e 1835, por falta de informação.

“emigração legal” e “emigração clandestina”, uma vez que se inscrevem de forma permanente e variada no contexto da problemática em análise. Estamos perante emigração legal quando verificamos que um processo emigratório individual foi previamente autorizado, cumprindo as diretrizes impostas pela legislação das autoridades tanto do país de origem como do de receção, nomeadamente através do tradicional passaporte, determinando assim, a fronteira relativamente à e/imigração ilegal ou clandestina. Neste sentido, a e/imigração ilegal acarreta uma dupla consequência. Além do ilícito praticado, punível pela legislação, o imigrante ilegal fica excluído quer da estatística migratória, quer do apoio consular do seu país, uma vez que oficialmente não há registo da sua presença no Estado de chegada. No que diz respeito à emigração portuguesa para o Brasil importa ainda esclarecer o sentido da utilização dos conceitos de colono e de emigrante. Como sabemos, em 1822, o Brasil proclamou a sua independência e, de um dia para o outro, os portugueses radicados naquele país tornaram-se brasi-

leiros. E assim, de uma colonização/emigração, ou de migrações nacionais dentro do mesmo Império, passou-se a uma emigração/colonização, de carácter internacional. Não subestimemos a mudança.

A partir de 1822, ou melhor, a partir de 1825-1826, estabelecida a paz entre os dois países atlânticos, os portugueses que saem para o Brasil passam a deslocar-se para um país estrangeiro. A corrente emigratória é a mesma, o território e a língua são os mesmos, os “laços de sangue” permanecem, mas a natureza jurídica e o estatuto social dos que emigravam passou a ser distinta. O vassalo português do Império, colonizador, tornou-se brasileiro por adoção e finalmente imigrante estrangeiro.

Os portugueses que chegavam passaram, em breve, a submeterem-se ao ordenamento jurídico que enquadrava os imigrantes de qualquer procedência. Matizemos os conceitos de colonizador e de emigrante, tanto mais que ambos chegaram tarde à língua portuguesa. Se “colono” entrou no nosso vocabulário no século XVII, “colonizador”, como “colonização” e “colonizar” só passaram a ser utilizados a partir de 1836. E “emigrante”

chega apenas na década de 1830 (mais cedo, porém, da data referida pelo *Dicionário Houaiss*), ainda que “emigração” date de 1813. Se definirmos por “colono” aquele que emigra para povoar uma terra estranha, ou trabalhar a terra por um salário, devido à iniciativa do Estado, empresa ou mesmo de um proprietário, então temos colonos portugueses no Brasil desde 1500. Mas não podemos chamar colonos a todos aqueles que, antes de 1822, saíram para o Brasil, uma vez que boa parte deles não estava ligada à agricultura, e não foram patrocinados pelo Estado ou por particulares. Mas se por “emigrante” entendermos o que sai da sua pátria para viver noutro país, então só podemos falar de emigração para o Brasil a partir de 1822. Mesmo se estes, muitas vezes, preenchem os requisitos apontados para se enquadrarem na categoria de colonos.

### **O Concelho de Valongo**

Valongo – topónimo com origem etimológica nas expressões latinas *Vallis* e *Longus* (Vale Longo) –, geograficamente incluído na área do Douro Litoral, integra

atualmente a Área Metropolitana do Porto. Com uma História secular<sup>6</sup> que remonta ao período anterior à romanização da Península Ibérica, foi constituído como

---

6 Existem estudos que provam o povoamento da região, a que corresponde atualmente Valongo, antes da nacionalidade portuguesa, recuando-se até à Pré-História como demonstram alguns elementos toponímicos: “Evanta”, “Casa de Orça”, “Monte das Mamoas”, entre outros. A presença de romanos está bem estudada, quer pelos artefactos encontrados (Lucernas, vasos de cobre, etc.), quer pelos fojos da mineração romana, nomeadamente o Fojo das Pombas. No ano de 807, já aparecem referências a Valongo formando uma freguesia juntamente com S. Martinho de Campo. Novas referências aparecem, quer nas *Inquirições* de 1258, quer no *Foral* manuelino de 1519 concedido às “Terras da Maia” incluindo “Valongo” sob a designação “Valongo da Estrada”, por onde transitavam viandantes e almocreves, transportando mercadorias entre o Porto e o interior não servido pelo rio Douro. No século XIX, dada a proximidade com o município do Porto, Valongo será também palco, a 23 de julho de 1832, da Batalha da Ponte Ferreira. Em 1836, no âmbito da reforma administrativa Valongo é elevado a Concelho composto por 6 freguesias: Alfena, Asmes (atualmente Ermesinde), Gandra (em 1947 será anexada a Paredes), S. Martinho de Campo, Sobrado e Valongo. A 20 de Abril de 1837, o Concelho de Valongo é elevado à categoria de Vila e em agosto de 1990, pela Lei n.º 39/90 de agosto passa a cidade.

Concelho em 1836<sup>7</sup> no contexto da reforma administrativa do País, durante o reinado da D. Maria II, ganhando autonomia, assim, das terras e concelhos de Baltar e Maia. A sua História está ligada aos setores económicos da extração mineira (ardósia) e da indústria panificadora, entre outros. Graças à sua geografia e à disponibilidade de recursos hídricos e de vários moinhos instalados nas margens do Rio Ferreira, cedo se transformou no principal centro panificador da região, mantendo o monopólio do abastecimento de pão da Cidade do Porto, desde o século XVI.

No século XIX, com a concorrência da moagem a vapor e a instabilidade política resultante das invasões francesas e, posteriormente, da guerra civil entre liberais e absolutistas, este setor entra em crise fomentando o aumento da emigração para o Brasil. Conhecidos como “torna-viagens” ou simplesmente de “brasileiros”, os emigrantes que regressam enriquecidos do Brasil serão mentores de várias transformações políticas, económicas e sociais em Portugal e

---

7 Cfr. Decreto de 6 de novembro de 1836, publicado no *Diário do Governo* de 29 de novembro desse ano.

no Brasil, em geral, e em Valongo<sup>8</sup>, em particular. Entre estes, destacam-se dois nomes: Bernardo Martins da Nova e António Martins de Oliveira.

Foi na residência, mandada construir no início do século XIX por Bernardo Martins da Nova, que tinha enriquecido ainda nos tempos do Brasil colonial, que se instalou a primeira sede da Câmara Municipal de Valongo, mantendo-se até 1989. Desde 2001, alberga o Museu Municipal de Valongo.

António Martins de Oliveira, nascido na Casa do Paço, na Freguesia de Sobrado, a 12 de agosto de 1838, emigra para o Brasil em 1851<sup>9</sup>, onde enriquece<sup>10</sup>.

---

8 Joel Mata ilustra bem a importância da elite emigrante no Brasil ao transcrever um manifesto quanto à má gestão do então Presidente da Câmara Municipal de Valongo, assinado por 37 emigrantes. Cfr. MATA, Joel (2021) – *História Económica, Social e Administrativa do Concelho de Valongo*, volume I, pp. 246-248.

9 Presume-se que tenha viajado para o Brasil, ainda adolescente, com o passaporte registado no Governo Civil do Porto, com o n.º 1736, de 21 de março de 1851 (Cfr. Fig. 1).

10 No *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1858*, e partindo do pressuposto que é a mesma pessoa, aparece já registado o nome de António

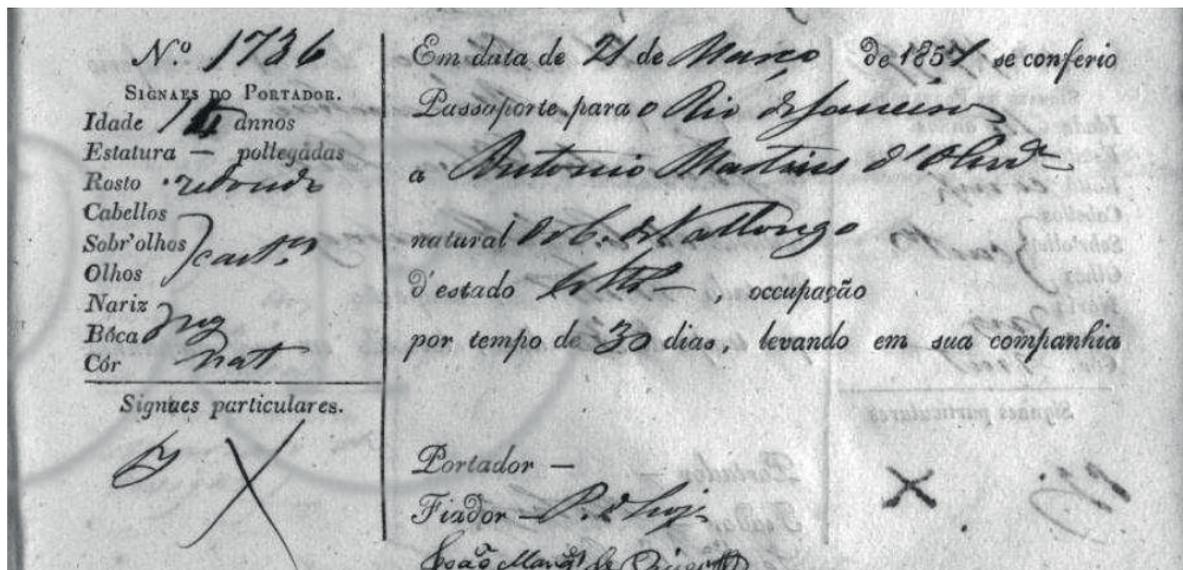


Fig.1 – Passaporte em nome de António Martins de Oliveira.

Fonte: Arquivo Distrital do Porto. Registos de passaportes. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-E/026/3264

Abastado proprietário, António Martins de Oliveira foi um grande filantropo, tanto no Brasil, como em Portugal. No Porto, foi um dos benfeitores que apoiou financeiramente a construção, em 1882, do Hospital Pediátrico Maria Pia. Destaca-se, em Valongo, a sua contribuição para a edificação do Cemitério de Sobrado, bem como a ampliação do edifício escolar, entre

outras benfeitorias<sup>11</sup>. Em 1864, reconstrói a Casa do Paço, onde nascera, que passou a ser conhecida como “quinta do Visconde”, transformando-se numa referência arquitetónica de Valongo, um exemplo de uma casa de “brasileiro”, de estilo apalaçado e de grandes dimensões, contendo uma decoração requintada com elementos artísticos de origem internacional. Este luxo interior

de Martins de Oliveira como proprietário de um “Armazém de Seccos e Molhados, Mantimentos, etc.” (p. 68) e como “fazendeiro de café” na Província do Rio de Janeiro (Município de Saquarema), com estabelecimento na Rua da Conceição, n.º 66 (pp. 222 e 239).

11 Tem também um importante papel no patrocínio de iniciativas culturais, nomeadamente as festas locais como o São João de Sobrado (Festa da Bugiada), como nos testemunha a imprensa da época. Cfr. *Jornal do Porto*, números 145, 146 e 157, de 28 de junho, 2 e 14 de julho de 1867, respetivamente.

é complementado, no exterior, com um jardim ricamente ornamentado, repleto de elementos artísticos como fontes, tanques ou mesmo o brasão de família<sup>12</sup> exposto na fachada sudeste da propriedade.

Do seu casamento, realizado enquanto estava no Brasil, com a sua prima Joaquina da Costa Ferreira – filha de José da Costa Ferreira, um abastado proprietário no Rio de Janeiro – nasceram duas filhas.

Em 15 de maio de 1879, por decreto régio, confirmado por carta de 23 de maio do mesmo ano<sup>13</sup>, o rei Luís I concede-lhe o título de Visconde de Oliveira do Paço em reconhecimento pela sua filantropia.

Faleceu, na Casa do Paço, em 23 de junho de 1889.

---

12 O brasão, em escudo inglês, partido, representando a pedra de armas das famílias “Martins” e “Oliveira”, é prove-niente do título concedido pelo rei D. Luís, por alvará e carta de brasão, em 1879.

13 Publicado no *Diário de Governo*, n.º 111, de 17 de maio de 1879.

## Emigração de Valongo

As migrações, um fenómeno antigo da Humanidade e uma constante da História Moderna e Contemporânea portuguesa, constituem uma prática enraizada em toda a região do Noroeste português, principal fonte de emigrantes durante o século XIX. O peso da opção pelo Brasil, notória nos pedidos de passaporte para emigrantes registados no Governo Civil do Porto de 1836 a 1851, leva a que a barra do rio Douro se torne no “principal porto de escoamento da emigração oitocentista com origem no vasto *hinterland* de entre Minho e Vouga, mas onde o lugar prioritário cabia, sem dúvida, ao distrito do Porto”<sup>14</sup> São também do Distrito do Porto os principais comerciantes envolvidos no comércio com o Brasil, sendo os elos da corrente de intercâmbio mercantil e financeiro que unia Portugal à antiga colónia.

Com este propósito, analisamos o fluxo de emigrantes com naturalidade ou residência em Valongo que rumaram ao Brasil com passaporte concedido pelo Governo

---

14 ALVES, Jorge (1994), p. 11.

Civil do Porto, entre 1836-1851<sup>15</sup>, permitindo-nos, assim, perceber o seu impacto quantitativo e qualitativo, num período especial da política internacional oitocentista.

Registamos, assim, o volume total dos emigrantes, bem como a sua distribuição por género, estado civil, grupos etários, profissão e portos de chegada, o que nos possibilita estabelecer uma visão mais rigorosa, sob os pontos de vista quantitativo e qualitativo, do perfil socioprofissional do emigrante saído de Valongo para o Brasil no período referido.

Para os anos de 1836-1851, e com base no estudo efetuado nos *Livros de registo de passaporte do Governo Civil do Porto*, podemos concluir que este período é caracterizado por um crescente fluxo migratório, registando-se 278 emigrantes<sup>16</sup>

15 Esta opção metodológica resulta, ainda, do facto de não existirem estatísticas rigorosas e oficiais para a primeira metade do século XIX, nem em Portugal sobre o total da emigração nacional, nem no Brasil quanto à sua imigração. Assim, apenas dispomos de estimativas, seguramente muito inferiores ao total e/imigratório efetivo, e que não contabilizaram – nem podiam – a emigração clandestina.

16 Apesar de totalizarem 282 passaportes, registamos que quatro emigrantes repetiram o pedido de passaporte.

de Valongo (282, se somarmos os acompanhantes<sup>17</sup>) que solicitaram passaporte junto do Governo Civil do Porto com destino ao Brasil, inseridos num total nacional de 31 246 emigrantes que emigram para vários destinos<sup>18</sup>.

No Brasil, destacam-se os destinos de Rio de Janeiro<sup>19</sup> com

---

Teresa Moutinho Pereira, com passaporte datado de 21/10/1846, solicita novamente passaporte a 15/01/1848. Custódio Fernandes, com passaporte datado de 10/06/1847, vai ter atribuído um novo passaporte em 08/07/1847. Manuel Fernandes, com passaporte datado de 12/06/1847 vai ter um novo passaporte a 06/07/1847. Finalmente, António Marques Nogueira emigra, pela primeira vez para o Rio de Janeiro, com passaporte datado de 21/10/1836 e reemigra, nove anos mais tarde, agora para a Baía, com um novo passaporte de 07/05/1845.

17 Inocência Antónia Loureiro, com passaporte de 20/06/1845, leva em sua companhia dois filhos, Isabel; e Joaquim, menores de idade. Teresa da Silva, com passaporte de 21/11/1846, leva em sua companhia duas filhas, Teresa da Silva e Maria da Silva, maiores de 20 anos.

18 Torna-se evidente que tais dados são meramente indicativos da localização dos emigrantes no Brasil, uma vez que, entrados nesse país, os portugueses acabavam por se fixar nas cidades portuárias ou deslocar-se para outras regiões, à procura de uma oportunidade de trabalho.

19 O porto de entrada mais expressivo dos emigrantes portugueses no período

em análise – Rio de Janeiro é aquele justamente em que, ainda hoje, a comunidade de origem portuguesa é mais significativa. O Rio de Janeiro não é uma cidade qualquer para os portugueses. Apesar de ser, legalmente, um estrangeiro, desde 1822, o imigrante português gozava aí de um estatuto particular, já que, enquanto fundador e colonizador da cidade, vivia um ambiente propício para a instalação dos seus compatriotas.

- 20 O Estado da Baía, durante o século XIX, também atravessa um período de mudanças, com a transição do modelo oligárquico agroexportador para o modelo industrial e comercial, contagiado pela dinâmica das regras capitalistas internacionais. O poder começa a transferir-se dos proprietários dos engenhos (produtores de açúcar) para os grandes comerciantes, favorecendo o grupo social dominante constituído por portugueses. O predomínio dos portugueses no comércio baiano é demonstrado pelo poder da Associação Comercial da Baía, criada em 1811 com a denominação de “Casa do Comércio” – a primeira a ser formada em toda a América Latina –, condicionada pelos interesses lusos. Aliás, a preponderância dos imigrantes portugueses no comércio é também patente na promulgação do Código Comercial brasileiro de 1850, que irá impor o *modus operandi* da lógica capitalista de um país essencialmente exportador de mercadorias, afastando-se do perfil agrário tradicional. Tal como o Rio de Janeiro, a cidade de Salvador também é absorvida pelo processo brasileiro de modernização e urbanização segundo moldes europeus, com a chegada da Corte portuguesa, a abertura dos portos brasileiros

ao comércio internacional, em 1808, como é exemplo a criação da primeira escola de ensino superior do Brasil (a Faculdade de Medicina da Baía), a realização de várias obras públicas (arruamentos) e a edificação de novas residências.

- 21 A modernização económica Brasil, em geral, e do Estado do Maranhão, em particular, durante o século XIX obrigou ao fomento da imigração de trabalhadores estrangeiros. Por um lado, os proprietários de terras que necessitavam urgentemente de mão de obra independentemente da origem, do outro, a burocracia imperial, que via no trabalhador europeu o ideal, pois para além do trabalho, “civilizaria o nacional, pouco afeiçoado ao trabalho” (Faria, 2001). Para estes o imigrante ideal viria preferencialmente de países católicos e monárquicos. No Maranhão, os defensores da imigração levantavam a bandeira do imigrante europeu como ideal pelos mesmos motivos dos burocratas do império.
- 22 Ao longo do século XIX, assiste-se também a uma maior procura dos emigrantes portugueses por Pernambuco como destino, seguindo proporcionalmente o desenvolvimento económico de Pernambuco, acompanhado de um crescimento e modernização das suas principais cidades – Olinda e Recife –, onde se concentravam os emigrantes portugueses desta região – apesar de uma forte instabilidade social, como a Revolução Praieira de 1848, que desmotivava a imigração. Este período é marcado por uma evolução em que coexiste uma elite agropecuária, prejudicada com a decadência das exportações de açúcar e de algodão, e a elite burguesa, constituída essencialmente

com 10, Rio Grande do Sul com 9 e Porto Alegre e São Paulo com uma partida, respetivamente.

Trata-se de uma emigração predominantemente masculina<sup>23</sup>,

---

por portugueses, muitos deles ligados ao comércio de escravos. O Recife, capital de Pernambuco foi, a nível mundial, o quinto maior centro organizador do tráfico transatlântico de escravos do mundo. Com a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, estes negociantes passaram a dedicar-se à atração de colonos, a chamada “escravatura branca”, de portugueses ludibriados por contratos de trabalho que lhes hipotecavam qualquer possibilidade de sucesso económico no Brasil. A herança da emigração portuguesa neste Estado ainda hoje está bem presente, quer na genética dos pernambucanos, quer em várias instituições criadas pela e para a comunidade lusodescendente, como o Gabinete Português de Leitura.

- 23 Esta desproporção entre emigrantes masculinos e femininos irá manter-se durante boa parte do século XIX, constatando-se que as mulheres apresentavam uma fraca mobilidade internacional e emigravam em número muito reduzido. A ideia de o homem partir isoladamente estava relacionada com a teoria da dispersão familiar, que começa a ser colocada em causa de 1850 em diante, em virtude do crescente número de mulheres saídas a partir dessa data, já em clima de paz, quer em Portugal quer no Brasil, o que deixa transparecer que as mulheres começavam a emigrar na companhia dos seus maridos ou partiam para junto deles ou de familiares já radicados no Brasil. A predominância do emigrante masculino é uma constante nos anos

contando com 274 homens e 4 mulheres; maioritariamente solteiros<sup>24</sup> (237, mais 34 casados e 7 viúvos), com o predomínio dos grupos etários dos 10-19 anos<sup>25</sup>

---

de 1836 a 1851, a que, porventura, os riscos provenientes de uma viagem transatlântica não seriam alheios. Não podemos também esquecer as guerras civis que assolaram Portugal no período em análise, incentivando os homens a fugirem ao serviço militar português.

- 24 O comportamento dos indivíduos na migração é influenciado por diversos fatores, sendo um deles o seu estado civil, que pode atuar como elemento facilitador ou constrangedor da sua mobilidade. Historicamente, o homem jovem e solteiro emigrava sempre em maior número, sem ligações conjugais que o prendessem ao país e fugindo ao serviço militar. De facto, o matrimónio era um acontecimento que, por norma, dificultava indubitavelmente a decisão de emigrar, já que o trauma da separação familiar era algo difícil de ultrapassar. Todavia, com o decorrer dos tempos, foram muitos os indivíduos casados que decidiram abandonar temporariamente o seu lar, procurando sempre salvaguardar a continuidade da posição social do grupo familiar de origem, dado que, sob o ponto de vista económico se lhes pede um esforço acrescido de encontrar em qualquer atividade ou local o complemento de sobrevivência familiar.
- 25 A variável “Idade”, a par das competências profissionais, é muito importante na compreensão do fenómeno emigratório, na medida em que é uma das suas principais condicionantes, pois catalisa o grau de sucesso no mercado de trabalho e de integração na socie-

(145), e que declararam a sua naturalidade fundamentalmente de Valongo (265).

Dos apenas 68 emigrantes que declararam ter profissão, estavam, na sua maioria, ligados ao setor secundário, prevalecendo os artífices (1 albardeiro, 4 alfaiates, 1 caldeireiro, 1 canastreiro, 6 carpinteiros, 1 correeiro, 1 entalhador, 4 ferreiros, 1 moleiro, 18 padeiros, 2 pedreiros e 2 sapateiros) e ainda 1 fabricante. Apenas 1 titular de passaporte declarou trabalhar em atividades relacionadas com saúde (1 farmacêutico). O setor primário está representado por 16 emigrantes. Destes, 13 declararam terem a profissão de “lavrador” e 3 de “jornaleiro”. No setor terciário é surpreendente o reduzido número de emigrantes ligados à atividade comercial (registada apenas em 8 passaportes solicitados no Governo Civil do Porto, por 6 nego-

ciantes ou comerciantes<sup>26</sup>, e pelos 2 “caixeiros”. Contudo, esse vai ser o futuro profissional da maioria dos emigrantes – sobretudo os mais jovens – que recebem Cartas de Chamada para irem trabalhar em estabelecimentos comerciais de familiares.

---

dade de destino do emigrante. A ida de menores para território brasileiro, também se justifica por ser uma fuga ao serviço militar ou por serem chamados por familiares já estabelecidos no Brasil, tendo por destino o lugar de marçanos e de caixeiros.

Identificamos 8 emigrantes com naturalidade declarada de Alfena; 3 de Sobrado; 1 de Susão e 1 de Ponte Ferreira.

---

26 E que engloba, ainda, os agentes comerciais, os botequineiros, os tendeiros e os vendeiros.

Tabela 1

Emigração do Concelho de Valongo para o Brasil (1836-1851)

DATA	NOME	IDADE	DESTINO
15/01/1836	João Dias Marques	15	Rio de Janeiro
19/01/1836	João Alves Alão	15	Rio de Janeiro
09/02/1836	António Alves Pegas	17	Rio de Janeiro
20/02/1836	Manuel Moreira da Rocha	14	Pernambuco
23/02/1836	António Ferreira	17	Rio Grande do Sul
23/02/1836	António Moutinho	19	Rio Grande do Sul
23/02/1836	José Pinto	24	Rio Grande do Sul
26/04/1836	Manuel Soares	14	Rio de Janeiro
04/05/1836	António Marques Nogueira Oliveira	15	Baía
16/05/1836	José Marques Nogueira Oliveira	22	Baía
28/07/1836	António Martins	12	Rio de Janeiro
29/07/1836	Mamede Amaro Lopes	13	Baía
23/08/1836	António Ferreira Pinto	16	Baía
23/08/1836	José Alves de Oliveira	17	Baía
21/10/1836	António Marques Nogueira	15	Rio de Janeiro
17/02/1837	João de Oliveira	17	Rio de Janeiro
17/06/1837	António da Silva	14	Maranhão
05/08/1837	Boaventura Gonçalves Valério	13	Rio de Janeiro
11/08/1837	António Joaquim Marques de Carvalho	14	Baía
19/08/1837	Bernardo da Rocha	14	Baía
27/09/1837	Joaquim André Esteves	23	Baía
16/05/1838	Manuel de Sousa	29	Rio de Janeiro
28/08/1838	Francisco Alves dos Reis	13	Rio de Janeiro
28/08/1838	António Alves dos Reis	12	Rio de Janeiro
19/09/1838	José de Sousa Marques Júnior	14	Rio de Janeiro
28/09/1838	Manuel Soares	15	Rio de Janeiro
14/01/1839	Manuel Lopes	24	Pernambuco
17/01/1839	Bernardo Dias Lima	14	Baía
18/02/1839	João de Sousa Paupério	13	Baía
06/08/1839	João Ribeiro da Silva	18	Rio de Janeiro
21/09/1839	António Carneiro Ferreira	17	Rio de Janeiro
01/10/1839	Zeferino José Rodrigues da Costa	29	Rio de Janeiro
03/10/1839	José de Sousa Jorge	15	Pernambuco
18/10/1839	Inácio da Rocha Felgueiras	18	Baía

07/03/1840	Manuel Joaquim de Oliveira	35	Maranhão
12/03/1840	Luís Moreira da Silva	14	Rio de Janeiro
12/03/1840	António Ferreira	14	Rio de Janeiro
14/03/1840	José Amaro Lopes	40	Rio de Janeiro
10/08/1840	António Ribeiro de Figueiredo	24	Pará
10/08/1840	José da Rocha Felgueiras	15	Maranhão
10/08/1840	Pedro da Rocha Felgueiras	13	Maranhão
28/11/1840	Manuel Marques da Silva	27	Baía
22/12/1840	Rafael António Martins Gonçalves	13	Pernambuco
07/05/1841	Pedro Lopes da Cruz	20	Rio de Janeiro
24/07/1841	Manuel Pedro de Oliveira	15	Baía
30/07/1841	Francisco Marques de Sousa	13	Maranhão
02/08/1841	Vicente Moreira	12	Maranhão
16/08/1841	João Gonçalves Mamede	16	Rio de Janeiro
31/08/1841	Joaquim Ferreira Tomé	13	Rio de Janeiro
14/01/1842	António Joaquim Marques dos Santos	21	Pernambuco
22/03/1842	Vicente Silva Valério	34	Rio de Janeiro
26/03/1842	Inácio de Barros	18	Baía
14/07/1842	Joaquim Moreira de Almeida	45	Rio de Janeiro
21/07/1842	António Marques de Carvalho Proncho	53	Baía
02/08/1842	Bernardino José Ferreira	13	Baía
28/10/1842	Manuel Moreira Duarte Júnior	11	Rio de Janeiro
09/11/1842	José Dias de Oliveira	29	Rio de Janeiro
10/11/1842	António Pereira do Vale	26	Rio Grande do Sul
18/11/1842	Francisco Moreira	10	Rio de Janeiro
09/12/1842	Manuel Alves	35	Rio de Janeiro
23/12/1842	José Firmino	20	Rio de Janeiro
31/01/1843	Manuel Lopes da Fonseca	20	Maranhão
07/02/1843	Joaquim da Rocha Almeida	13	Rio de Janeiro
08/02/1843	José Ferreira da Costa Júnior	11	Rio de Janeiro
10/03/1843	Manuel Joaquim da Fonseca	13	Pernambuco
05/05/1843	António Amaro de Sousa	15	Baía
09/05/1843	Brás de Paiva Reis	22	Baía
23/05/1843	Manuel Moreira	17	Maranhão
29/07/1843	João Marques de Carvalho	17	Rio de Janeiro
29/07/1843	Miguel Gonçalves Mamede	19	Rio de Janeiro
11/10/1843	António Fernandes Adão	14	Pernambuco

14/10/1843	José Moreira Marques	15	Rio de Janeiro
06/11/1843	José Alves dos Reis	11	Baía
07/11/1843	Fortunato José de Sousa	39	Rio de Janeiro
22/11/1843	Brás Martins da Rocha	23	Rio de Janeiro
23/11/1843	António Ribeiro da Silva	18	Rio de Janeiro
25/11/1843	Manuel Marques Nogueira	16	Rio de Janeiro
13/01/1844	Manuel Alves da Silva	28	Rio de Janeiro
13/01/1844	Joaquim Marques Nogueira	12	Rio de Janeiro
15/01/1844	Manuel Alves de Oliveira	17	Rio de Janeiro
16/04/1844	Vicente Tavares Basto	16	Baía
03/05/1844	Bernardo Marques	18	Rio de Janeiro
13/08/1844	Benjamim Marques Nogueira	13	Baía
13/08/1844	Miguel Marques Nogueira	11	Baía
23/09/1844	Manuel Luís	16	Rio de Janeiro
22/10/1844	Ricardo Marques de Carvalho	14	Rio de Janeiro
22/10/1844	Dâmaso Marques Carneiro	15	Rio de Janeiro
22/10/1844	António Marques Rato	13	Rio de Janeiro
22/10/1844	João Alves Alão	25	Rio de Janeiro
22/10/1844	Pedro Joaquim de Oliveira	17	Rio de Janeiro
19/11/1844	Manuel Fernandes Duque	23	Rio de Janeiro
19/11/1844	José Pinheiro Amarante	16	Rio de Janeiro
19/11/1844	João Alves Pegas	13	Rio de Janeiro
08/02/1845	Manuel Rodrigues Coelho	43	Rio de Janeiro
10/03/1845	Francisco José de Sousa Marques	23	Rio de Janeiro
18/03/1845	Manuel José de Paiva	18	Rio de Janeiro
21/04/1845	José Marques Nogueira	21	Rio de Janeiro
07/05/1845	António Marques Nogueira	24	Baía
20/06/1845	Inocência Antónia Loureiro	35	São Paulo
19/07/1845	António Martins	28	Rio de Janeiro
12/09/1845	António dos Santos	27	Rio de Janeiro
15/10/1845	Manuel Coelho	12	Rio de Janeiro
16/10/1845	Manuel da Cunha	25	Rio de Janeiro
17/10/1845	Manuel Bento Duarte Estrela	13	Rio de Janeiro
15/11/1845	João Moreira da Silva	44	Rio de Janeiro
15/11/1845	Timóteo da Silva Alves	17	Rio de Janeiro
15/11/1845	Manuel Coelho	17	Rio de Janeiro
25/11/1845	Tomé Ferreira	15	Rio de Janeiro

27/11/1845	António João	15	Rio de Janeiro
27/12/1845	José Alves da Silva	14	Baía
08/06/1846	Manuel Moreira Ramalho	19	Rio de Janeiro
22/06/1846	Manuel Martins	20	Rio de Janeiro
23/06/1846	José Marques Roque	15	Rio Grande do Sul
23/06/1846	Joaquim da Fonseca Dias	17	Rio Grande do Sul
01/07/1846	Manuel Marques Nogueira	30	Rio de Janeiro
01/07/1846	José Dias	13	Rio de Janeiro
02/07/1846	António Lourenço Ferreira	28	Rio de Janeiro
29/08/1846	Luís Araújo dos Santos	26	Rio de Janeiro
29/08/1846	Manuel Ferreira dos Santos	15	Rio de Janeiro
02/09/1846	Manuel João Pinto	36	Rio de Janeiro
02/09/1846	Manuel Esteves de Matos	16	Rio de Janeiro
07/09/1846	João Marques Moreira	16	Rio de Janeiro
12/09/1846	Justino Bento de Sousa	27	Rio de Janeiro
17/09/1846	Joaquim da Cruz Lima	18	Pernambuco
18/09/1846	José Fernandes Duque	18	Rio de Janeiro
25/09/1846	Manuel dos Santos	22	Rio de Janeiro
25/09/1846	Joaquim Martins	25	Rio de Janeiro
25/09/1846	Inocência Martins	26	Rio de Janeiro
05/10/1846	Vicente Almeida	28	Rio de Janeiro
13/10/1846	Manuel Dias Moreira	13	Rio de Janeiro
21/10/1846	Maria Moutinho Pereira	23	Rio de Janeiro
21/10/1846	Teresa Moutinho Pereira	41	Rio de Janeiro
24/10/1846	Manuel António das Neves	51	Pernambuco
21/11/1846	Teresa da Silva	65	Rio Grande do Sul
10/06/1847	Custódio Fernandes	45	Rio de Janeiro
12/06/1847	Manuel Fernandes	29	Rio de Janeiro
12/06/1847	Joaquim António dos Santos	25	Rio de Janeiro
06/07/1847	Joaquim António dos Santos	25	Rio de Janeiro
08/07/1847	Custódio Fernandes	45	Rio de Janeiro
09/07/1847	Manuel Fernandes	29	Rio de Janeiro
09/07/1847	Manuel Dias Moreira	13	Rio de Janeiro
19/07/1847	António José Alves Coelho	16	Rio de Janeiro
04/08/1847	José Pereira	18	Rio de Janeiro
18/08/1847	António Pinheiro	44	Rio de Janeiro
07/09/1847	Joaquim Pereira	30	Rio de Janeiro

20/09/1847	António José Ferreira	28	Rio de Janeiro
25/09/1847	Joaquim Marques da Silva	16	Baía
12/10/1847	José da Silva	21	Rio de Janeiro
23/10/1847	Manuel Marques	34	Rio de Janeiro
28/10/1847	José Lopes de Carvalho	27	Rio de Janeiro
16/11/1847	José Pereira do Vale	17	Porto Alegre
29/12/1847	Manuel António da Silva Braga	45	Maranhão
29/12/1847	Alexandre de Sousa Neves	16	Maranhão
12/01/1848	Delfim Moutinho Cacho	18	Rio de Janeiro
12/01/1848	Manuel de Oliveira	17	Rio de Janeiro
15/01/1848	Teresa Moutinho Pereira	43	Rio de Janeiro
25/01/1848	Joaquim Dias Lima Júnior	14	Baía
12/02/1848	Joaquim Campinho de Aguiar	13	Rio de Janeiro
15/02/1848	Inácio José Vieira	49	Rio de Janeiro
17/02/1848	Bernardino Tavares	16	Rio Grande do Sul
26/02/1848	Manuel de Barros Lima	16	Rio de Janeiro
08/04/1848	Vicente da Rocha Camões	28	Rio de Janeiro
13/05/1848	Manuel de Miranda	14	Rio de Janeiro
30/05/1848	Joaquim da Costa Lima	16	Pernambuco
06/06/1848	Luís Macieira Carneiro	15	Baía
21/06/1848	José Marques da Silva	20	Rio de Janeiro
06/07/1848	Joaquim Fernandes Duque	16	Rio de Janeiro
12/08/1848	Manuel António de Paiva Loureiro	40	Rio de Janeiro
16/08/1848	Mateus Coelho	34	Rio de Janeiro
18/08/1848	João Marques de Sousa	26	Rio de Janeiro
19/08/1848	António Martins de Castro	29	Rio de Janeiro
26/08/1848	Manuel Pereira	18	Rio de Janeiro
05/09/1848	Manuel Marques Nogueira	28	Rio de Janeiro
11/09/1848	João Lopes da Cruz	28	Rio de Janeiro
12/09/1848	José António de Sousa Espinheiro	34	Rio de Janeiro
15/09/1848	João Marques Carneiro	30	Rio de Janeiro
18/09/1848	João Marques da Silva	26	Rio de Janeiro
18/09/1848	Francisco da Rocha Camões	28	Rio de Janeiro
26/09/1848	Guilherme Ferreira	24	Rio de Janeiro
27/09/1848	Emídio José de Carvalho	26	Rio de Janeiro
27/09/1848	Joaquim Gonçalves dos Reis	20	Rio de Janeiro
29/09/1848	Bernardo Barbosa	23	Rio de Janeiro

07/10/1848	António Alves de Sousa	19	Rio de Janeiro
09/10/1848	João Menezes de Sousa	20	Rio de Janeiro
11/10/1848	José de Sousa Neves	27	Rio de Janeiro
16/10/1848	Manuel António das Neves	20	Rio de Janeiro
16/10/1848	João Jorge Malha	12	Rio de Janeiro
17/10/1848	António de Sousa Malha Paupério	15	Rio de Janeiro
18/10/1848	João Marques de Carvalho	30	Rio de Janeiro
18/10/1848	José Esteves Figueiredo e Matos	14	Rio de Janeiro
19/10/1848	João Alves de Oliveira	31	Rio de Janeiro
31/10/1848	Joaquim dos Santos	18	Rio de Janeiro
02/11/1848	Manuel Ferreira Sofia	20	Rio de Janeiro
08/11/1848	Manuel Fernandes da Silva	43	Rio de Janeiro
13/11/1848	José Nunes	23	Rio de Janeiro
14/11/1848	Agostinho Marques Nogueira Dias	66	Baía
14/11/1848	Manuel Moutinho Moura	12	Rio de Janeiro
14/11/1848	António da Silva Corujo	10	Rio de Janeiro
21/11/1848	António Álvares da Silva	28	Baía
18/01/1849	Manuel da Silva Alves	31	Rio de Janeiro
17/02/1849	Eduardo José de Campos	26	Rio de Janeiro
15/03/1849	Vicente Ferreira	10	Rio de Janeiro
24/03/1849	Vicente José Inácio	21	Rio de Janeiro
04/06/1849	António José da Silva Adão	34	Maranhão
16/07/1849	Vicente da Silva	18	Rio de Janeiro
25/09/1849	Lázaro de Barros Lima	18	Rio de Janeiro
25/09/1849	António de Barros Lima	26	Rio de Janeiro
10/10/1849	José Marques da Silva	30	Rio de Janeiro
19/10/1849	Inácio Marques de Carvalho	27	Rio de Janeiro
31/10/1849	Vicente Luís	19	Rio de Janeiro
17/11/1849	Cândido Marques da Cruz	22	Rio de Janeiro
29/11/1849	Jerónimo Luís de Almeida	22	Rio de Janeiro
03/01/1850	Camilo Martins Ferreira	24	Rio de Janeiro
04/01/1850	Joaquim Alves Coelho	16	Rio de Janeiro
10/01/1850	Sebastião Gonçalves	22	Rio de Janeiro
10/01/1850	Manuel Correia	18	Rio de Janeiro
26/01/1850	Francisco Lourenço Ferreira	11	Rio de Janeiro
28/01/1850	José Alves Balio	17	Rio de Janeiro
26/02/1850	João José Dias Lopes	13	Baía

09/04/1850	António de Sousa Dias	33	Rio de Janeiro
11/04/1850	José da Rocha	17	Rio de Janeiro
13/04/1850	João Martins Torres	17	Rio de Janeiro
13/04/1850	Ventura Alves Adão	23	Rio de Janeiro
23/04/1850	José Martins Torres	53	Rio de Janeiro
02/05/1850	Bento Quelhas	26	Rio Grande do Sul
28/09/1850	Ricardo José Ferreira	20	Rio de Janeiro
01/10/1850	António da Silva	27	Rio de Janeiro
05/11/1850	António Dias	10	Rio de Janeiro
07/11/1850	Manuel Pereira da Silva	14	Rio de Janeiro
11/11/1850	José Marques Neto Júnior	17	Rio de Janeiro
14/11/1850	António Loureiro	11	Rio de Janeiro
16/11/1850	António Fernandes	25	Rio de Janeiro
10/12/1850	José dos Santos	24	Rio de Janeiro
18/01/1851	José de Oliveira	26	Rio de Janeiro
27/01/1851	Arnaldo da Rocha	30	Rio de Janeiro
31/01/1851	Manuel de Oliveira	26	Rio de Janeiro
03/02/1851	António Gomes de Oliveira	20	Rio de Janeiro
04/02/1851	António Fernandes dos Santos	9	Rio de Janeiro
07/02/1851	António da Costa	16	Rio de Janeiro
07/02/1851	Joaquim da Costa Moreira	17	Rio de Janeiro
07/02/1851	José de Brito Moreira	22	Rio de Janeiro
07/02/1851	Manuel da Costa	22	Rio de Janeiro
08/02/1851	António Alves Moreira	22	Baía
10/02/1851	José Marques de Oliveira	15	Rio de Janeiro
14/02/1851	António Fernandes da Silva	14	Rio de Janeiro
08/03/1851	Joaquim de Almeida	21	Rio de Janeiro
13/03/1851	Manuel Fernandes da Silva	24	Baía
13/03/1851	José Moreira	17	Baía
21/03/1851	José Ferreira dos Santos	16	Rio de Janeiro
21/03/1851	Joaquim da Costa Ferreira	16	Rio de Janeiro
21/03/1851	António Dias	33	Rio de Janeiro
21/03/1851	Manuel de Almeida	14	Rio de Janeiro
21/03/1851	António Martins de Oliveira	14	Rio de Janeiro
28/03/1851	Jerónimo da Costa	16	Rio de Janeiro
29/03/1851	Albino Dias	26	Rio de Janeiro
15/04/1851	Alexandre José de Almeida	17	Rio de Janeiro

24/04/1851	José Ferreira	17	Rio de Janeiro
01/05/1851	Vicente de Sousa	13	Rio de Janeiro
20/05/1851	João Ferreira	20	Pará
26/06/1851	António Marques Nogueira Nunes	30	Rio de Janeiro
16/07/1851	Manuel Jorge Pinto	23	Rio de Janeiro
28/07/1851	José da Fonseca Barros	20	Rio de Janeiro
02/08/1851	Ricardo Marques de Correia	21	Rio de Janeiro
12/08/1851	José Martins	22	Rio de Janeiro
12/08/1851	Manuel Jorge	19	Rio de Janeiro
19/08/1851	Tomás Álvares de Oliveira	14	Rio de Janeiro
21/08/1851	Joaquim da Fonseca Aresta	35	Rio de Janeiro
28/08/1851	Manuel Coelho Duarte	15	Rio de Janeiro
30/08/1851	Manuel da Silva Alves	53	Rio de Janeiro
03/09/1851	Joaquim Marques Carneiro	17	Rio de Janeiro
30/09/1851	José Francisco Nairão	15	Baía
11/12/1851	Ricardo Amaro de Sousa	21	Baía
11/12/1851	José Amaro de Sousa	18	Baía
12/12/1851	António da Cunha	23	Rio de Janeiro
12/12/1851	António Monteiro Rebelo	20	Rio de Janeiro
16/12/1851	Albino Fernandes	21	Rio de Janeiro
17/12/1851	António Ferreira Caseiro	16	Rio de Janeiro
18/12/1851	José da Silva	35	Rio de Janeiro
19/12/1851	António de Sousa	21	Rio de Janeiro
19/12/1851	José da Costa	18	Rio de Janeiro
19/12/1851	Manuel de Sousa	30	Rio de Janeiro
22/12/1851	Agostinho Marques de Oliveira	26	Baía

## Conclusão

A análise que efetuamos da emigração legal do Concelho de Valongo, registada pelo Governo Civil do Porto, entre 1836 e 1851, permitiu-nos estabelecer uma visão mais rigorosa, sob os pontos de vista quantitativo e qualitativo, do perfil socioprofissional

do emigrante saído de Portugal para o Brasil no período referido, uma vez que as conclusões a que chegamos sobre o exemplo específico da emigração do Concelho de Valongo podem ser aplicadas ao total da emigração nacional, uma vez que, dado que os interesses e

as características destes emigrantes são semelhantes às dos restantes Concelhos, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. Trata-se de um crescente fluxo migratório, predominantemente constituído por homens, jovens e solteiros que elegem preferencialmente, no Brasil, como destinos de emigração, o Rio de Janeiro, Baía, Maranhão e Pernambuco, sendo estes os destinos privilegiados dos emigrantes do Concelho de Valongo, por nós estudados, que rumaram ao Brasil.

Em termos profissionais o setor secundário e terciário sobrepõe-se dando resposta à pressão da procura brasileira de mão-de-obra estrangeira para consolidar o desenvolvimento económico dos grandes centros urbanos, até à década de 1950. A partir da década de 1950 a tendência inverte-se, acompanhando uma maior procura de mão-de-obra para a agricultura brasileira, passando estes novos emigrantes a serem designados por colonos. A heterogeneidade e, paradoxalmente o poder dos e/imigrantes portugueses tem como fatores explicativos, por um lado, a evolução do perfil socioeconómico do emigrante que sai de Portugal

e, por outro, o sucesso da sua integração na sociedade brasileira, ao longo do século XIX.

Depois da independência brasileira – mas sobretudo após 1834 – as primeiras gerações de e/imigrantes portugueses que chegam ao Brasil são, regra geral, bem acolhidos e integrados na sociedade e no mercado laboral das principais cidades de acolhimento. Essa integração é facilitada pelas redes de amigos e de familiares aí estabelecidas há alguns anos que os encaminham para a atividade comercial, como caixeiros ou marçanos, possibilitando que em poucas décadas prosperassem como proprietários da maioria dos estabelecimentos comerciais a retalho.

Importa também perceber o impacto deste fenómeno migratório, tanto nos países de partida como nos de chegada. Além das evidentes consequências económicas, esta investigação permitiu também evidenciar as consequências sociais e políticas pela constituição de um novo tipo de elite: endinheirada, internacional, com poder e vontade de se afirmar na sociedade tanto de partida como da de chegada. São os emigrados e os “torna-viagem” do Brasil, que

tanto em Valongo, como de uma forma geral em Portugal (sobretudo no Norte) irão catalisar o progresso das regiões onde estão instalados. São, igualmente, agentes dinâmicos das relações bilaterais entre o Estado de origem e o Estado de destino, sendo, por isso, um fator catalisador das relações luso-brasileiras, durante o século XIX, quer enquanto um todo – exigindo a intervenção do Estado português junto do Estado brasileiro para a salvaguarda dos seus interesses –, quer individualmente ou em pequenos grupos de imigrantes bem-sucedidos na sociedade brasileira, que pela sua influência pessoal ou pelo seu poder económico conseguem condicionar a decisão política brasileira, quer quanto a questões internas, ou externas.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes

*ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1858.* Rio de Janeiro: Casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1858.

ARQUIVO Distrital do Porto (ADP). *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto.* Livros 3242 a 3266 (1834-1851).

“EMIGRAÇÃO portuguesa para o Brasil”. *Diário do Governo.* Lisboa, 6.5.1846.

*JORNAL do Porto (O).* A. 1, nº 1 (1 mar. 1859) - a. 34, nº 250 (27 out. 1892). Porto: Typ. Commercial, 1859-1892.

### Bibliografia

ALVES, Jorge (1994) – *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista.* Porto: ed. do autor.

CAMILO, Joaquim de Sousa (1982) – *História de Valongo.* Subsídios para a sua interpretação. Valongo: Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Valongo.

CARVALHO, José Murilo (2007) – *A construção da ordem: a elite*

*política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ELITE (2002) – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Mem Martins: Círculo de Leitores.

FARIA, Regina Helena Martins de (2001) – *A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações.* Recife: Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco.

FAUSTO, Boris (2004) – *História do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Marie-Jo (2013) – *Le Brésil indépendant et le Portugal (1822-1922).* Paris: Harmattan.

GANDON, Tania Risério d'Almeida (2010) – *Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XIX. Emigração e comércio.* Salvador-Baía: EDUNEB.

LEITE, Joaquim da Costa (2000) – *O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914),* in Boris Fausto (Org.). *Fazer a América.* São Paulo: EDUSP.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (1978) – *História do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, 2 volumes.

MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando de (Orgs.) (2006) – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos.* Rio de Janeiro: Muiiraquitã.

MATA, Joel Silva Ferreira (2021) – *História Económica, Social e Administrativa do concelho de Valongo (1836-1926).* Valongo: Câmara Municipal de Valongo, vol. I.

MATA, Joel Silva Ferreira (2023) – *História Económica, Social e Administrativa do concelho de Valongo (1836-1926).* Valongo: Câmara Municipal de Valongo, vol. II.

MENEZES, Lená Medeiros de (2000) – *Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos,* in Ângela de Castro Gomes (Org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: 7 Letras.

MILZA, Pierre (1988) – La migration internationale: un enjeu épistémologique. *Relations Internationales.* (54), pp. 131-134.

REIS, J. J.; GOMES, F. S.; CARVALHO, M. J. M. (2010) – *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853).* São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Sandra (2019) – *Turismo de eventos, o caso da bugiada e mariscada em Valongo*. Dissertação de Mestrado em Turismo e Desenvolvimento de Negócios. ISCET.

SILVA, Daniel B. Domingues; ELTIS, David (2008) – *The slave trade to Pernambuco, 1561- 1851*, in ELTIS, David; RICHARDSON, David (ed.). *Extending the frontiers: essays on the new transatlantic slave trade database*. New Haven: Yale University Press.

TAPADA, Alberto (1986) – *Notas para o estudo da emigração no concelho de Valongo na 2ª metade do século XIX*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.

TORPEY, John C. (2003) – *A invenção do passaporte: vigilância, cidadania e o Estado*. Lisboa: Temas e Debates.

## **Bases de dados**

ARQUIVO Nacional (Brasil) – Movimentação de portugueses no Brasil: 1808-1842. Disponível em: <[www.an.gov.br/baseluso.php](http://www.an.gov.br/baseluso.php)>.

CENTRO de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) – Emigrantes de Portugal para o Brasil. Disponível em: [www.remessas.cepese.pt/remessas](http://www.remessas.cepese.pt/remessas)



# Comportamentos Demográficos em São Lourenço D' Asmes no último Quartel do séc. XVII

**José Manuel Pereira**

(Mestre em História)

jomape62@gmail.com

*"Toda a ciência humana, sem uma possante base demográfica, não passa de um frágil castelo de cartas. Toda a História que não recorre à Demografia, priva-se do melhor instrumento de análise".<sup>1</sup>*

## Resumo:

A reconhecida escassez de estudos demográficos sobre o Concelho de Valongo, mais que um inadiável e pertinente desafio, justifica *per si*, uma atenta análise sobre a evolução da sua população e seus comportamentos num restrito período dos finais do séc. XVII. Este, profundamente marcado pela transição do Antigo Regime para um período pré-contemporâneo,

já nas vésperas de uma Europa em profundas mutações. Neste âmbito, recorrendo à leitura dos Registos Paroquiais, encontramos, na *contabilidade* dos nascimentos, casamentos e óbitos, a caracterização demográfica na freguesia de São Lourenço d' Asmes, outrora integrada no Concelho da Terra da Maia.

*Palavras-chave:* Asmes, registos paroquiais, nascimentos, casamentos, óbitos.

## Abstract:

The acknowledged scarcity of demographic studies on the Municipality of Valongo, more than an unpostponable and perti-

---

1 CHAUNU, Pierre (1974) – *Histoire: science sociale*. Paris: SEDES. p. 291.

ment challenge, justifies in itself a careful analysis of the evolution of its population and its behaviours in a restricted period at the end of the 17<sup>th</sup> century. The latter, deeply marked by the transition from the Old Regime to a pre-contemporary period, was already on the eve of a Europe undergoing profound changes. In this circumstance, through reading the Parish Registers, we can find, in the *accounts* of births, marriages and deaths, the demographic characterisation of the parish of São Lourenço d'Asmes, once part of the Municipality of Terra da Maia.

*Keywords:* Asmes, parish registers, births, marriages, deaths.

## 1 - Introdução

O termo *Demografia*, que etimologicamente e no sentido lato significa ciência da população, surge-nos em meados do séc. XIX, então com novas e diferentes abordagens sobre a história natural e social humana, procurando nela, para melhor entendimento, o conhecimento matemático das populações, dos seus movimentos gerais, do seu estado físico, civil, intelec-

tual e moral. Como ciência, tem sido encarada sob diversas perspectivas: da História, da Geografia, da Antropologia, Etnografia, da Psicologia, da Sociologia ou até, mais recentemente, da Genealogia, sendo esta estabelecida sob duas incontornáveis vertentes: o estudo e a análise quantitativa, ocupando-se dos diferentes movimentos das populações e dos fatores que os determinam; também o qualitativo, estudando e interpretando as suas qualidades físicas, intelectuais e morais, em diferentes espaços e datações.

Para o Concelho de Valongo, com maior acuidade, procuraremos fazer uma simples e significativa abordagem sobre a antiga Aldeia de São Lourenço d'Asmes, para o último quartel do séc. XVII (1676 a 1700), procurando desta forma, colmatar a contínua e preocupante escassez de estudos demográficos existentes para este importante e riquíssimo período histórico<sup>2</sup>,

---

2 Nos últimos anos, a AL HENNA – Associação para a Defesa do Património de Alfena fundada a 28 de dezembro de 2010, através do Ricardo Ribeiro e Fernando Branca têm elaborado um fecundo e contínuo trabalho de investigação. Do Fundo existente no Arquivo Distrital do Porto, encontram-se já catalogados os Assentos de Batismos (1595-

observando nele, os diferentes ciclos políticos, económicos e demográficos, retratos e memórias legados pelo Antigo Regime.

## **2 - Dos livros de registos paroquiais e a sua importância na demografia histórica**

Surgidos para referenciar o cadastro do indivíduo, desde o nascimento à morte, registando as eventuais alterações do estado civil, os Registos formam, atualmente, umas das coleções de fontes mais numerosas relativas à história dos tempos modernos. A sua criação e consolidação pelas diferentes terras do Reino, permitiram sustentar duas razões, elas mesmo adstritas aos interesses do poder espiritual, exercendo uma premissa católica e canónica – dar a conhecer os impedimentos dos matrimónios e a financeira ou temporal – de forma a lembrar as somas pagas e devidas pela assis-

---

1887), Casamentos (1593-1612 e 1662-1712) e Óbitos (1595-1617 e 1662-1712). Com a colaboração da Paróquia de São Vicente de Alfena, também o registo de Óbitos (1911-1925). Uma área de investigação que urge ser alargada às restantes freguesias, procurando aqui, as nossas origens e percursos temporais.

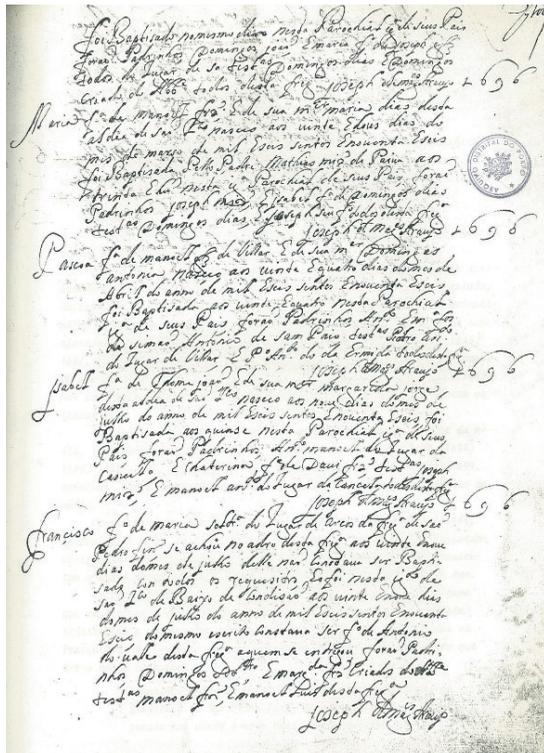
tência dos padres aos casamentos e sepulturas.

Para meados do séc. XIV, encontramos as primeiras tentativas<sup>3</sup> de Registos Paroquiais, mais motivadas pela crise moral da época, as pestes, as guerras e a fome, no intuito de moralizar as relações estabelecidas, garantindo o papel de cada um na relação familiar e, como tal, tornar as mesmas mais duradouras. Então, competia ao tabelião, residente onde se realizasse o ato, em livro próprio, registar, avulso que fosse, os atos de nascimento, casamento e morte. Dois séculos depois as Constituições Diocesanas de Lisboa, de 25 de agosto de 1536 obrigava ao registo dos batismos na área desta Diocese, determinando que em cada igreja paroquial houvesse um livro, no qual se lance, numa parte, o registo dos batismos, com indicação do nome do pároco batizante, dia, mês e ano, e nome do batizado, do pai e da mãe deste, havendo marido e mulher, e os nomes dos padrinhos e madrinhas; e noutra parte do mesmo, o registo dos óbitos, com a indicação

---

3 Primeiras disposições estabelecidas por D. Afonso IV, através de Carta Régia de 7 de dezembro de 1352.

do dia, mês e ano e nomes dos testamenteiros. Embora se registre a existência de casos esporádicos, a obrigação de manter registos paroquiais em todas as igrejas virá a surgir a 11 de novembro de 1563, por decreto do Concílio de Trento.<sup>4</sup>



Neste sentido, o Concílio de Trento vem determinar que todos os padres tenham em dia o registo de batismos e de casamentos,

4 Cfr. Sessão XXIV, (Decreto da Reforma do Matrimónio, Cap. 1) do Concílio de Trento: Terá o pároco um livro, no qual escreverá os nomes dos esposos, e das testemunhas, e o dia, e lugar em que o Matrimónio se contrai, cujo livro guardará em seu poder com cuidado.

sendo a lacuna relativa aos registos de óbitos, oficialmente completada apenas em 1614, embora tal fosse já referenciado em 1591, nas Constituições de Coimbra. Para o caso português, em função do pároco ou quantas vezes dos próprios pais, é habitual, para os primeiros séculos, encontrar menções sobre o falecimento de crianças que não eram registadas nos livros de óbitos, mas somente, e às vezes, referidas nos Assentos de batismo ou, quantas vezes, a sua filiação ou lugar de nascimento, aqui e ali apontados, em declarações à margem ou no final do ato de registo.

Para o caso em estudo, serve de base a pesquisa feita no Arquivo Distrital do Porto<sup>5</sup>. Dos Livros que mereceram o nosso atento estudo, a sua leitura, interpretação e análise não se tornou, como se esperava, tarefa fácil e imediata. Se, para alguns casos, o seu estado de conservação apelava a uma cuidada e atenta leitura, a falta de uniformidade na sua ortografia contemplava-se, amiúde, com o desafio em decifrar a mesma palavra ou expressão, escrita de formas diferentes. As margens do

5 Consulta dos Livros Misto, de Casamentos, de Batizados e Livros de Óbitos.

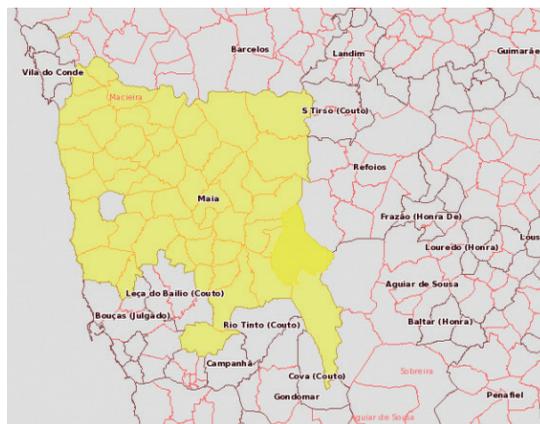
Assento, com alguma frequência, são preenchidas, na exiguidade do espaço, com múltiplas e pertinentes anotações complementares, várias vezes abreviadas, indecifráveis ou incompletas, desafiando a maior paciência na sua interpretação caligráfica. Os termos de registo são feitos, geralmente, pelo coadjutor ou pelo padre que faz o batizado mas, não são raros os casos de serem redigidos pelo tesoureiro ou por outro padre da freguesia do mesmo Concelho e ou até de outras freguesias da Comarca da Maia, Concelho a que São Lourenço d'Asmes estava adstrito, administrativa e eclesiasticamente, conforme se verificou até à divisão administrativa de 1836.

Às dificuldades referidas sobre diferentes Assentos, impôs-se a necessidade em prosseguir perante uma metodologia precisa, coerente e uniforme. Aqui e além, recolhidos os dados, verificamos minuciosamente uma ou outra ficha elaborada, ordenando-as cronologicamente por anos, meses e dias. Nos Assentos que apresentavam irregularidades como, por exemplo, nos batizados em que surge duas datas, atendemos à do batismo oficial ou Santos

Óleos. Estes foram ordenados pela data de nascimento e os que não estavam datados, ficaram intercalados em atenção às datas anteriores e posteriores.

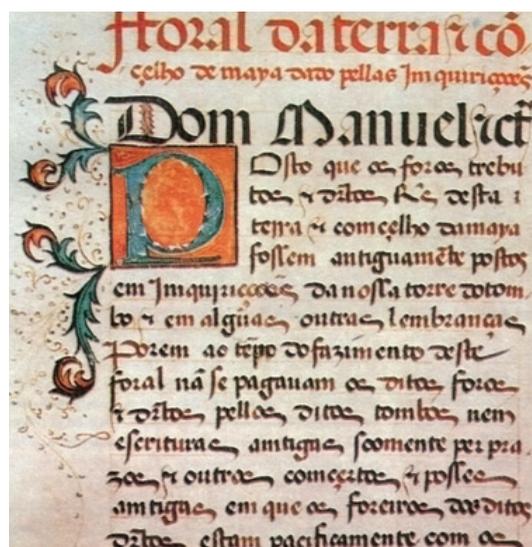
### 3 - A Terra da Maia e a sua população

Implantada a poucos quilómetros da cidade do Porto, a freguesia de Ermesinde (outrora S. Lourenço d'Asmes) confronta a Norte com as freguesias de S. Pedro Fins e a Oeste, a freguesia de Águas Santas (ambas do Concelho da Maia), a Este com a freguesia de Valongo, a Nordeste com a freguesia de Alfena e a Sul com a freguesia de Baguim do Monte (Gondomar).



Embora, para este período em estudo escasseie, e muito, estudos sobre a antiga freguesia de Asmes, vamos encontrá-la integrada na

extensa Terra da Maia, ora julgado ora comarca, mais tarde Concelho. Como Paróquia, já existia no séc. XII, inserida no Arcediago da Maia onde se manteve até à Reforma Administrativa de 1836, data em que integrou o recém-criado Concelho de Valongo. Sobre a sua descrição, as Inquirições na Terra da Maia efetuadas em 1220 e 1258, ordenadas por D. Afonso II e III e em 1290 e 1307, determinadas por D. Dinis, dão-nos as primeiras referências históricas. Para a primeira metade do séc. XV (1438), no termo do Porto, na contabilidade dos contribuintes (inteiros e cabaneiros) vamos encontrar esta pequena e pacata povoação, separada pelas águas do Leça, identificada como São Lourenço d'Azemes d'Aquem (com 18 contribuintes) e São Lourenço d'Azemes d'Além, esta (com 7 contribuintes)<sup>6</sup>.



O antigo Concelho da Maia tal qual nos é dado quando D. Manuel I lhe concedeu Foral a 15 de dezembro de 1519, com uma dimensão territorial muito superior à que hoje conhecemos, encontrava-se constituída por 52 freguesias, limitado ao norte pelo Rio Ave, desde Santo Tirso até à sua foz; ao poente, pelo Oceano Atlântico, desde Azurara até Leça da Palmeira; ao sul e nascente pela cidade do Porto e por uma linha abrangendo Rio Tinto, Valongo, S. Lourenço d'Asmes, Alfena, Covelas e Bougado.<sup>7</sup> De acordo com várias referências,

6 FERRAMOSCA, Fabiano – «Entre a Idade Média e a Idade Moderna: a evolução demográfica do Termo do Porto», p. 59, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXXIV-2, 2021, pp. 49-68.

7 AZEVEDO, Agostinho (1939) – *A Terra da Maia: subsídios para a sua monografia*. Volume I. Maia: Câmara Municipal, 1939. p. 13.

as terras de Asmes<sup>8</sup> teriam sido pertença dos antigos Mosteiros de Águas Santas, Santo Tirso e da Abadessa do Mosteiro de Rio Tinto, D. Ermezenda Guterres<sup>9</sup> (origem do topónimo Ermesinde).<sup>10</sup> Na

8 O topónimo *Asmes*, surge-nos já nas Inquirições de 1258. A sua origem, verdadeiramente desconhecida, tem sido dado a várias interpretações e documentalmente apresentado com diferentes formas morfológicas, dificultando ainda mais a sua proveniência e significado. Açomes, Azemes, Azemees, Azomes, Aznes, Azenes, Dasmes ou Dazemes, são alguns dos termos que nos surgem identificando a mesma Paróquia. Cremos que o topónimo encontrará a sua origem na família linguística Azemel, Azemeleiro ou Azémola (mula de carga, meio de transporte dos Almocreves). Cfr. PEREIRA, José Manuel (2022) - *Bombeiros Voluntários de Ermesinde: uma História Centenária (1921-2021)*. 1ª edição. Ermesinde: AHBVE. p. 39.

9 Uma atenta e cuidada leitura da documentação paleográfica, não nos permite, de todo, confirmar e validar a referida linha de investigação. D. Ermezenda Guterres, que por cá teria andado na transição do séc. IX-X, casada com o Conde Hermenegildo Guterres, a quem D. Afonso III (o Magno), Rei de Leão, incumbiu de governar as terras de Tuy, Porto e Coimbra. Por outro lado, da sua eventual ligação a D. Ermezenda Guterres, Abadessa do Mosteiro Beneditino de Rio Tinto, não é conhecida documentação que o comprove, muito estudado que está o período medieval.

10 Quanto a Ermesinde, Ermezinde, Ermesindi, Ermesyndy, Ermesjnd cuja origem germânica tem sido defendida,

Idade Moderna, vamos encontrar uma povoação caracteristicamente rural, com grande parte das terras – *Coutos, Honras e Reguengos*<sup>11</sup> - a pertencer ao Mosteiro de Santo Tirso, seu principal senhorio. A este, o povo era tributado através do pagamento de rendas, estabelecidas pela entrega de produtos agrícolas e agropecuários. António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa* refere que “*a Abadia de São Thirso com reserva, rende trezentos & cincoenta mil reis, tem cento & vinte vizinhos*”.<sup>12</sup>

---

supostamente significando “*caminho íngreme*”, cremos não recolher tanto entusiasmo, quanto mais não seja pela geomorfologia da área circundante, maioritariamente constituída por cotas baixas, onde e ao longo dos séculos, a maioria das suas populações estabeleceu habitat junto à Bacia Hidrográfica do Leça.

11 Coutos (as terras dos Nobres), Honras (as terras do Clero) e os Reguengos (as terras do Rei)

12 COSTA, António Carvalho da (1706) – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as notícias das fundações das Cidades, Villas e Lugares, que contem; Varoés illustres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catálogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo Primeyro, Lisboa: Na officina de Valentim da Costa Deslandes, p. 372.

Em 1596, Amador Ribeiro de Andrade é o pároco de S. Lourenço d' Asmes confirmado na paróquia a 6 de agosto de 1597, substituindo o abade Rui Nogueira, entretanto falecido. Aqui permaneceu até maio de 1602. Situada na margem esquerda do Rio Leça, nestas terras, ricas pela fertilidade do seu terreno,<sup>13</sup> no séc. XVII encontramos novas referências com a presença do pároco António da Rocha, abade entre 1659 até 1672, onde prestou serviço eclesiástico na Ermida de São Silvestre,<sup>14</sup> erigida que foi em 1625. Para esta data, o Bispo D. Rodrigo da Cunha, menciona a existência de *"200 habitantes de comunha e 50 menores, podendo calcular-se-lhe cinquenta e tantos fogos, com um rendimento de 150\$00 reis, fora os passais"*<sup>15</sup>. Em 1676 o número de habitantes ronda as 350 almas e em 1706, António Carvalho da Costa regista:

O Bispado do Porto se compreende na Cidade do Porto, & seus arrabaldes,

13 ROCHA, Floriano Sobral (1919) – *O Concelho da Maia sob o ponto de vista agrícola*. Porto: Tipografia Progresso. pp. 49-92.

14 *Jornal A Ordem* – ano XXI, nº 1068, de 18 de novembro de 1933.

15 CUNHA, D. Rodrigo da (1742) – *Catálogo dos Bispos do Porto*. Porto: na Officina Prototypa, Episcopal.

& nas quatro Comarcas, a saber, a da Maya, que tem 74 Freguesias... que todas fazem soma de 341 Igrejas Parochiaes, que são as que tem todo este Bispado; em todas ellas há 49 650 vizinhos, 149 008 pessoas mayores, & 27 970 pessoas menores<sup>16</sup>.



Ermida de S. Silvestre (1625) e Igreja Paroquial de S. Lourenço d' Asmes (1870)

16 COSTA, António Carvalho da (1706), p. 354.

No mesmo sentido, as Memórias Paroquiais de S. Lourenço de Asmes de 1758, dão-nos a circunscrição de alguns lugares e os vizinhos (famílias) existentes: Cancela - 22 vizinhos; Ermesinde - 39 vizinhos; Ermida - 18 vizinhos; Igreja - 11 vizinhos; S. Paio - 20 vizinhos; Sá - 35 vizinhos e Vilar de Matos - 23 vizinhos.

#### 4 – Dos registos de nascimento

##### 4.1 – Baptismos, gémeos e filhos ilegítimos

Como já referido, nem sempre foi possível decifrar qual a data precisa de nascimento e/ou a do batismo, motivado, a maioria das vezes, pelo estado de deterioração dos Livros, colocando esses Assentos no mês em que nos pareceu mais exata essa localização. No último quartel do séc. XVII, estão registadas 365 crianças nascidas e batizadas, correspondendo a uma média anual de 15 indivíduos, verificando-se que o nº de nascimentos superiores à média ocorreu nos anos 1680, 1684, 1686, 1688, 1689, 1690, 1691, 1696, 1698 e 1700. Os anos com menores nascimentos, abaixo dos dois dígitos, ocorreu na

última década do século, em 1694, 1695 e 1697, respetivamente com 3, 6 e 9 crianças nascidas. Ao invés, os anos com maior fecundidade deu-se em 1688, 1689 e 1698, todos com mais de 20 nascimentos.

<b>Anos</b>	<b>Sexo Masculino</b>	<b>Sexo Feminino</b>	<b>Total</b>
1676	12	2	14
1677	8	7	15
1678	11	3	14
1679	6	5	11
1680	9	10	19
1681	6	7	13
1682	7	6	13
1683	7	4	11
1684	9	7	16
1685	6	6	12
1686	11	6	17
1687	6	7	13
1688	10	12	22
1689	12	12	24
1690	10	8	18
1691	10	6	16
1692	7	8	15
1693	7	8	15
1694	2	1	3
1695	3	3	6
1696	9	8	17
1697	5	4	9
1698	12	10	22
1699	8	5	13
1700	11	6	17
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>161</b>	<b>365</b>

Observa-se uma tendência de descida na natalidade nos anos da década 90 com a média anual de 14 nascimentos, sendo esta superior na década anterior, onde a média de nascimentos é de 16, já muito acima dos valores registados na segunda metade da década 70, com o valor médio de 13,5 nados vivos. A justificar a diminuição da

taxa de natalidade para os finais do século, encontra-se, entre outras causas, duas que se prolongaram nos séculos seguintes: as primeiras levas de emigrantes para o Brasil, no âmbito busca da “febre do ouro” e, com maior frequência, o envio de prisioneiros condenados e indesejados ao degredo para as Colónias.

**Tabela 2 – Total de Nascimentos  
(por Meses e Estações do Ano)**

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1676	1	-	1	1	-	-	3	2	-	3	1	2	14
1677	2	1	6	1	-	1	1	1	-	1	1	-	15
1678	1	1	2	-	1	1	1	2	1	1	1	2	14
1679	-	1	1	1	-	-	-	-	2	2	4	-	11
1680	4	3	3	2	-	-	-	-	1	2	3	2	19
1681	1	-	1	1	-	-	-	-	3	-	4	3	13
1682	-	2	2	1	2	-	1	-	1	3	1	-	13
1683	1	2	1	-	-	1	-	-	-	2	3	1	11
1684	2	-	1	2	-	2	1	2	1	2	3	-	16
1685	-	1	1	2	-	1	-	1	3	1	-	2	12
1686	1	2	-	1	1	1	1	-	2	-	4	3	17
1687	-	3	2	1	-	-	1	-	3	2	-	1	13
1688	2	4	2	1	1	-	-	1	3	1	5	2	22
1689	1	3	3	2	2	-	3	-	4	2	2	1	24
1690	1	2	1	1	-	1	2	1	3	3	2	1	18
1691	2	1	2	1	-	1	1	-	-	2	3	3	16
1692	-	2	2	1	1	-	1	-	1	2	2	3	15
1693	2	1	-	-	-	-	1	2	2	-	3	4	15
1694	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	3
1695	1	-	2	-	-	1	-	-	-	-	1	1	6
1696	2	2	4	1	-	-	-	4	-	2	1	2	17
1697	1	2	1	-	1	-	1	-	-	2	1	-	9
1698	2	-	3	1	1	2	1	-	3	4	3	2	22
1699	-	1	2	2	1	1	-	2	-	1	2	1	13
1700	1	3	1	2	-	1	1	1	-	3	2	2	17
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>38</b>	<b>44</b>	<b>26</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>42</b>	<b>54</b>	<b>38</b>	<b>365</b>

Relativamente às estações do ano em que se regista maior número de nascimentos, surge a época do Outono com 134 nascimentos, seguida do Inverno com 110 crianças nascidas. Estes dados decrescem significativamente na

Primavera e no Verão, respetivamente com 51 e 72 nascimentos ocorridos durante o período em análise. Verificamos que no último quartel do séc. XVII, nasceram 204 crianças do sexo masculino e 161 do sexo feminino, mais 43 rapazes que raparigas. Contudo, a predominância masculina sendo uniforme em períodos contínuos, anos há, poucos que sejam, onde os nascimentos do sexo feminino superam o masculino. Tal verifica-se em 1680 e 1681, 1687 e 1688, e em 1692 e 1693. Em 1685, 1689 e 1695, o nº de nascimentos em ambos os sexos é igual, sendo nos restantes 16 anos, a superioridade masculina. De ano para ano, são notórias oscilações quanto ao nº total de nascimentos, variáveis múltiplas e condicionadoras de sazonalidades menos estáveis: crises agrícolas, guerras, epidemias ou temperaturas extremas.

Relativamente aos meses do ano, novembro recolhe o maior número de nascimentos (54) seguindo-se o mês de março (44). Maio e junho (com 11 e 14, respetivamente) são os meses com menores nascimentos. Para um período e uma região onde o sustento familiar reside essencialmente no trabalho

agrícola e pecuário, é o no calendário das culturas e sementeiras (a apanha, as regas, as desfolhadas, as vindimas, a sacha, a monda, o pastar o gado, entre outras atividades) que define a melhor altura para *dispensar* a mulher, agora, temporariamente mais recolhida nas restantes lides domésticas e nas tarefas da criação dos filhos.

Da pesquisa realizada, foram encontrados alguns Assentos referenciados ao nascimento de Gémeos e registos sobre Filhos Ilegítimos. Se no primeiro caso, apenas a sua diminuta existência e raridade merece facto de registo, quanto à ilegitimidade, a sua leitura compadece com uma análise atenta e obrigatória. Foi pois, tomada a descrição do registo onde se declarava serem Gémeos as crianças registadas e aqueles que, embora não anotado o facto pelo padre, nos pareceu ser grande a probabilidade por se tratar de dois nados vivos, nascidos e batizados no mesmo dia e cujo nome dos pais era o mesmo. Dos partos realizados – 0,82% do total das 365 crianças – estas são do sexo masculino.

**Tabela 3 -  
(Nascimentos Ilegítimos)**

Anos	Ilegítimos			Duvidosos			Total
	M	F	Total	M	F	Total	
1676	1	2	3	-	-	-	3
1678	-	1	1	-	-	-	1
1681	2	-	2	1	-	1	3
1682	1	1	2	-	-	-	2
1687	1	-	1	1	-	1	2
1692	1	-	1	1	-	1	2
1696	1	-	1	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>14</b>

É, entre outras variáveis, através do nº de nascimentos ilegítimos que se pode auscultar as qualidades e comportamentos morais assim considerados para uma determinada época e localidade. Procedemos igualmente aos estudos destes nascimentos, tendo em conta o espaço geográfico e o meio rural que o envolve, mais preconceituoso e profundamente exposto a uma população diminuta, atenta que está às irregularidades morais, vizinha de tudo quanto ocorre e se diz ali e nos arredores da pequena aldeia. Foram considerados como filhos ilegítimos, todas as crianças cujos Assentos apresentavam as expressões como *incógnito, ilegítimo, espúrio, bastardo* ou *mãe adúltera*. Para o efeito, consideramos igualmente os casos ou expressões em que ambos os pais eram *solteiros*,

*esponsais, ambos viúvos* (sem referência a matrimónio) ou *mãe viúva* sem que houvesse qualquer referência ao falecimento do pai, e a *mãe casada com marido ausente*. Do mesmo modo, contamos como sendo casos duvidosos, sempre que o Padre não fazia referência ao matrimónio dos pais (ali testemunhas) ou não empregava a expressão, *sua mulher*, para referir a mãe do batizado. Num Assento de 1696, a ilegitimidade do filho é por demais evidente: "*Françisco filho de maria, solteira... se achou no adro desta freguesia*".

Por outro lado, e observando os dados recolhidos, estes escondem-nos, principalmente para a criança, a coexistência de uma prática bastante recorrente durante o Antigo Regime, mais no meio rural que urbano, em Portugal e na restante Europa fisiocrática. Falamos, pois, do *Infanticídio Tolerado*.

**Tabela 4 – Batismos administrados em Casa**

Anos	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
1677	2	-	2
1679	-	1	1
1693	3	-	3
1700	-	1	1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

Os diferentes estudos efetuados, têm vindo a demonstrar que o estatuto, primeiro bebé e depois criança, no seu núcleo familiar encontrava-se secularmente ligado ao inquestionável poder absoluto dos pais sobre os filhos, os quais eram ignorados, abandonados, abusados e maltratados. Atos aceites, este contínuo procedimento sobre a criança era tido como socialmente correto e normal, admitido ao longo dos séculos por todas as sociedades e civilizações. O infanticídio – ou *genocídio isolado e escondido* – teve nas crianças do sexo feminino maior dimensão e significado, tão grande as repercussões evidenciadas na mortalidade infantil. Nem no séc. XVIII, com o surgimento da Roda, acolhendo crianças que tinham sido abandonadas: crianças filhas de pais incógnitos, crianças com pais conhecidos que desapareceram sem deixar ninguém para

cuidar delas, crianças com pais que por morte, prisão, degredo, avançada idade ou moléstia não as podiam alimentar, entre outras muitas causas, o cuidado e a atenção sobre a criança manteve-se como outrora.

Assim, no séc. XVII, a criança detinha um papel insignificante, quer na família quer na própria sociedade, não existindo distinção alguma entre crianças e adultos, efetuando aqueles, todo o tipo de trabalho. Não era grande nem consequente a preocupação com a idade cronológica e muitos pais não sabiam a sua idade e a dos seus filhos, pois nesse tempo eram raros os registos exatos de nascimento. Muitas crianças morriam e eram enterradas sem o conhecimento de ninguém, principalmente crianças nascidas de relações sexuais fora do casamento que ao meio (com)vivencial importava abafar e esconder.

Até finais do séc. XIX, as crianças viviam em completo isolamento. Num mundo à margem, como se do mesmo não fizesse parte. A sua existência era insignificante quer no seio familiar quer na sociedade, sendo considerados inúteis, indesejados, estorvo nefasto à

vida adulta. Sendo estas, por natureza, seres frágeis, dependentes e indefesos, tornara-os particularmente vulneráveis a todo o tipo de violência, abuso ou exploração. O desprezo e o contínuo abandono, traduziu-se no contínuo infanticídio, também socialmente aceite e utilizado como uma forma de extinguir todos os recém-nascidos com defeitos físicos, fracos, prematuros ou filhos ilegítimos.

Deste modo, sendo a mão-de-obra masculina e a sua força braçal a mais-valia do agregado familiar no duro trabalho do campo para o sustento da casa, a maior ou menor e proteção sobre a criança, surge logo à nascença, prestados que são os menores cuidados e atenções ao sexo feminino comparando-o com o masculino, numa forçada seleção natural da força de trabalho e da constituição familiar. À rapariga, força de produção *improdutiva*, a negligência e a sua atenção nos primeiros tempos de vida, será proporcional em função da existência ou não, no núcleo familiar, de mais irmãos ou irmãs. Ao rapaz, filho desejado e futuro homem, espera-lhe as lides do campo e a ajuda no sustento doméstico. A rapariga, agora catraia e futura

mulher, nada mais é que uma boca para alimentar, anos a fio, antes que um bom partido a tome e a sustente. Para este período, mais no campo que na cidade, a taxa de mortalidade infantil torna-se repetidamente elevada, muito mais no sexo feminino que masculino. Aos dias de hoje, uma espécie de uma contínua *morte precoce*, mas conscientemente premeditada e anunciada.

Não obstante e face aos níveis elevados de fecundidade, no séc. XVIII, Thomaz Robert Malthus, com a teoria malthusiana defendia a necessidade de travar a reprodução humana, "*para se não cair na fome e na miséria, visto que a produção de alimentos só podia crescer segundo uma progressão aritmética, ao passo que a reprodução humana estava prosseguindo segundo uma reprodução geométrica*".<sup>17</sup> Aconselhava "*prudência e uma relativa abstinência, nas relações sexuais, recomendando sobretudo o casamento tardio*".<sup>18</sup> Estamos perante os primeiros passos para estabelecer, face ao mercado, as primeiras polí-

ticas sobre o necessário controle da natalidade, este ditado pelos indicadores, maiores ou menores, dos ciclos económicos.

De volta aos Registos, no Batismo, com alguma frequência, estes dão-nos a indicação que ao neófito já tinha sido administrado o Batismo em casa. O Padre anotava que tinha sido feito "*por necessidade*", sem referenciar quais as razões para tal deslocação. Não havendo mais qualquer outra descrição que possa melhor elucidar, admitimos a existência de dois motivos que o levassem a justificar: eventualmente quando se tratava de famílias mais abastadas e com evidente notoriedade na freguesia, pretendendo desta forma alargar a cerimónia festiva a um número maior de convidados – parentes e amigos – ou, o que se torna igualmente admissível, a impossibilidade da criança ou a própria mãe, poder deslocar-se à Igreja, por declarados e visíveis estado de saúde ou maior fragilidade, de ambas ou uma das partes.

As dificuldades ocorridas em muitos partos realizados e, quantas vezes, o debilitado estado de saúde poderá ser o motivo de tais ocorrências realizadas fora da pia

17 MACHADO, J. T. Montalvão (1959) – *Como nascem e morrem os portugueses: estudo demográfico*. Lisboa: Gomes & Rodrigues Lda. p. 23.

18 MACHADO, J. T. Montalvão (1959), p. 23.

batismal, que em tempo útil de batizar a criança, esta, em perigo de vida ou em vias de morte, posteriormente subirá ao Céu como se de um anjo se tratasse. Observa-se ainda que o tempo decorrido entre o nascimento e o batismo, é muito menor que os casos ditos normais ou realizados na Igreja, estes com maior espaçamento temporal entre o nascimento e o batismo e cujos registos se encontram mais completos de informação. Quando realizados fora da Igreja, raramente é indicada a data deste sacramento “não oficial”, alguns deles efetuados no próprio dia do nascimento. No Assento, entre as pessoas indicadas como tendo administrado os Batismos *fora da Igreja*, contam-se Padres, parteiras e leigos.

Por outro lado, nos batismos realizados na Igreja, a sua larga maioria, encontravam-se identificados com as expressões “*Santos Óleos*” ou “*Baptizei*”. Quanto aos pais dos neófitos, sem surpresa verificamos que a grande maioria era de São Lourenço d’Asmes, com exceção de doze casos, estes provenientes de fora da Paróquia, de aldeias vizinhas e todas da Terra da Maia (oito, de Águas Santas, três, de S. Pedro Fins e um, de

Folgosa). No batizado, por norma, o Padrinho e a Madrinha estão presentes. Contudo, há Assentos que apenas refere um ou outro, ou nenhum deles. Nestes casos, quando não são identificados nenhum dos padrinhos, refere-se, na sua maioria, a crianças que já tinham sido batizadas e só foram à Igreja para receber o batismo oficial ou Santos Óleos. Assim, sendo uma cerimónia pública, na maioria dos casos os batizados são testemunhados. O número das testemunhas é geralmente dois, mas acontece haver batizados com três testemunhas e também nenhuma. Em muitos registos, o Padre serve de testemunha, declarando tal facto no Assento. Facto de relevo, todas as testemunhas são do sexo masculino.

Apenas por curiosidade onomástica e sendo extensa a variedade de nomes próprios referenciados nos registos de Batismo, os mais frequentes e para o sexo masculino, são: Domingos, Manoel, António, Luís, João, Francisco, Simão, Joseph e André. Para o sexo feminino, o mais frequente é Maria, seguindo-se Margarida, Luísa, Theresa, Manoela, Isabel, Catarina e Ana.

## 5 – Dos registos de casamento

### 5.1 – Dos noivos, sua naturalidade e sazonalidade

A nupcialidade, apesar de não agir diretamente no efetivo populacional, é um fator relevante e condicionador, abrangendo as vicissitudes que se lhes conhece e inerentes à caracterização do casal – sem meio e proveniência – e à sua vida futura. Do número de casamentos, precoces ou tardios, depende notoriamente a incidência da taxa de natalidade, sendo que a história económica está bem ligada à nupcialidade, pois as épocas de crise ou de abundância têm, no matrimónio, sensíveis repercussões, causa e efeito nos diferentes indicadores. Neste sentido, consideramos prematuras quaisquer conclusões que se venha a tirar, não as considerando em absoluto significativas, por se tratar de um período curto, de 25 anos, bastante insuficiente, merecendo logo maior consolidação as análises de períodos seculares, mais consistentes, de leitura e análise mais abrangente, onde a identificação dos múltiplos fatores e variáveis são, eles próprios, as suas condicionantes.

Nos Livros de Registos encontramos 87 Assentos referentes a matrimónios contraídos no último quartel do séc. XVII. Apurados os dados, em São Lourenço d' Asmes registaram-se em média, quatro casamentos por ano, em 1678, 1685 e 1695 com seis casamentos cada, tendo o ano de 1676 regis-

<b>Anos</b>	<b>Total</b>
1676	1
1677	2
1678	6
1679	2
1680	4
1681	3
1682	2
1683	4
1684	3
1685	6
1686	2
1687	4
1688	5
1689	4
1690	4
1691	3
1692	2
1693	5
1694	4
1695	6
1696	3
1697	2
1698	4
1699	4
1700	3
<b>Total</b>	<b>88</b>

tado apenas um casamento. Não obstante as oscilações apresentadas, foi registada uma ligeira subida de laços matrimoniais. Na segunda metade da década 70, encontramos registados uma média anual de 2,75 casamentos, com notória tendência de subida

nas décadas de 80 e 90, para 3,7 casamentos.

Fazendo uma leitura dos casamentos segundo os meses e estações do ano, apercebemo-nos estar igualmente perante constantes oscilações. Considerando os resultados obtidos, os meses com

os meses de fevereiro, abril, maio, setembro, outubro, novembro e dezembro. Março, junho, julho e agosto registam valores inferiores.<sup>19</sup> É no Outono que se verifica o maior nº de casamentos (26), no inverno e primavera, (ambos 22) e os meses de verão com (18). Desta análise depreende-se dois fatores presentes na calendarização dos enlces matrimoniais, estes consubstanciados por fatores agrícolas e religiosos. Não sendo possível, sem a análise de outras variáveis, consolidar a maior ou menor afluência em determinados períodos do ano, podemos, no entanto, encontrar algumas evidências aos mesmos ligados. Tratando-se de uma aldeia eminentemente rural, em sentido lato podemos dizer que os mais pobres festejam o evento no Outono, época após colheitas e mais aliviada das tarefas agrícolas e os mais ricos ou menos presos às terras, no verão, aliando a Boda aos meses dos festejos e romarias

maior nº de casamentos são abril e outubro, ambos com dez enlces matrimoniais. Ao invés, os meses de março e junho são os que registam menor nº de casamentos. A média mensal de casamentos é de sete, encontrando-se acima deste valor,

**Tabela 6 – Registos de Casamento  
(por Meses e Estações do Ano)**

Anos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1676	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
1677	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
1678	-	-	-	2	1	-	1	-	-	1	-	1	6
1679	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
1680	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	4
1681	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	3
1682	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	2
1683	-	1	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	4
1684	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	3
1685	1	1	-	-	1	-	-	-	-	2	1	-	6
1686	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2
1687	1	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	4
1688	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	1	5
1689	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	4
1690	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	4
1691	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3
1692	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
1693	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	2	5
1694	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-	4
1695	1	2	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	6
1696	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	3
1697	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2
1698	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3
1699	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	1	4
1700	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>87</b>

19 Comparando com os dias de hoje, uma realidade bastante diferente, onde a celebração do matrimónio ocorre maioritariamente nos meses de Verão. Facto, entre outros, a que não é estranho a desejável presença de familiares emigrantes, em férias e de regresso à terra.

locais, abençoados os mesmos por S. Lourenço, santo padroeiro de Asmes.

Curioso, para o presente estudo, foi verificar a naturalidade dos contraentes. O nº de indivíduos não naturais da freguesia, são do sexo masculino, de naciona-

**Tabela 7 – Registo de Óbitos (Por sexo)**

Anos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
1676	1	3	4
1677	1	1	2
1678	-	-	0
1679	1	3	4
1680	3	1	4
1681	3	7	10
1682	1	3	4
1683	2	2	4
1684	1	2	3
1685	3	9	12
1686	5	2	7
1687	3	3	6
1688	3	2	5
1689	1	1	2
1690	2	3	5
1691	4	1	5
1692	-	3	3
1693	3	1	4
1694	8	4	12
1695	4	1	5
1696	6	2	8
1697	2	2	4
1698	3	12	15
1699	-	4	4
1700	2	5	7
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>77</b>	<b>139</b>

lidade portuguesa, com exceção de um, natural de França. Quanto às noivas, a sua origem predominante é da Aldeia de São Lourenço d’Asmes, à exceção de três, fora da Paróquia.

Aos viúvos (de ambos os sexos) também é dado espaço no

matrimónio. É frequente encontrar nos Assentos, expressões como “segundo matrimónio”, “viúvo de” ou “casada que foi”. A estas referências, acrescentam, geralmente, o nome do ex-consorte. O casamento quando contava com a presença de várias testemunhas, no Assento, o Padre refere-os como “em minha presença e das testemunhas”. Assim, no último quartel de seiscentos, doze contraentes repetiram o matrimónio, destes, oito mulheres e os restantes quatro, eram homens. Num dos casamentos, ambos os contraentes eram viúvos. Admite-se duas razões na repetição do enlace. Se por um lado, à mulher, enquanto viúva, era-lhe atribuído o estigma criado e consolidado pelas recorrentes conversas das más-línguas, por outro, a eventual existência de filhos menores de uma ou ambas as partes, convidava *per si*, na importante sobrevivência destes, a nova união do casal. Dos pais dos contraentes é dado saber que à data do casamento estes viviam com os filhos, maioritariamente da mesma freguesia, sendo que surgem dois casos que são originários do “Reino de Castela”.

## 6 – Dos registos de óbitos

Verificando os 139 óbitos referenciados para este período do séc. XVII, é dado perceber que os Livros observados apresentam inúmeras lacunas, vazios que, de todo o modo, alteram substancialmente a possibilidade em efetuar

**Tabela 8 – Registos de Óbitos  
(por Meses e Estações do Ano)**

Anos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1676	-	1	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4
1677	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
1678	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1679	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	4
1680	1	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	4
1681	1	-	-	2	2	1	1	-	1	1	-	1	10
1682	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	4
1683	2	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	4
1684	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3
1685	3	-	3	-	3	-	1	-	-	-	2	-	12
1686	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	1	3	7
1687	-	-	1	1	-	1	-	1	1	1	1	-	6
1688	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	2	-	5
1689	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
1690	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	1	1	5
1691	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	5
1692	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
1693	-	1	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4
1694	1	1	-	-	-	2	1	-	2	3	2	-	12
1695	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	5
1696	1	-	-	-	-	-	-	1	1	2	1	2	8
1697	1	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	4
1698	1	2	4	-	1	2	3	1	1	-	-	-	15
1699	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4
1700	1	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	2	7
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>9</b>	<b>18</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>139</b>

qualquer análise, mais simples que seja. Não raras as vezes, os sacerdotes não registavam as crianças falecidas antes da 1ª comunhão, assim como, alguns falecimentos de adultos. Por outro lado, inexplicavelmente, o registo da idade

do falecido não assumia – para o Padre ou para a Igreja – qualquer importância ou significado de maior. Tais omissões, impede-nos forçosamente, evidenciar outras e precisas leituras e interpretações demográficas, mais ainda porque nestes misturava a mortalidade infantil com a adulta. A incompreensível falta de informações significativas remete-nos, numa abordagem mais fria e imediata, estarmos perante um simples rol de indivíduos que *apenas* morreram, desconhecendo-se na verdade, quem são, a sua idade, estado civil, causa de morte ou proveniência. Para todos efeitos, *apenas* pessoas com quem a Igreja também já não pode contar, no rebanho das suas homilias. Com a rara exceção do ano de 1678, em todos os restantes foram registados óbitos, sendo que a maior mortandade ocorreu nos finais do século, no ano de 1698, registados que foram 15 óbitos. A segunda metade da década 70 apresenta-nos baixo índice de mortalidade com 10 óbitos registados. Nos anos seguintes deparamo-nos com a subida acentuada deste indicador, com 57 mortes na década 80, seguindo-se a de 90 com 72 óbitos. A média anual foi

de 3,5 óbitos. Como verificamos, os indicadores da mortalidade são mais altos no sexo feminino em relação ao masculino. Aquele registara 77 mortes, enquanto o masculino contou com 62 óbitos, 8 dos quais em 1694. A sua análise em função dos meses e das estações do ano são, janeiro e março (ambos com 18 óbitos). O mês com menor nº de óbitos é agosto

**Tabela 9 – Falecidos com Testamento (Por sexo)**

Anos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
1676	1	-	1
1681	1	3	4
1683	2	-	2
1684	1	-	1
1686	1	-	1
1687	1	2	3
1688	3	-	3
1689	1	-	1
1690	-	1	1
1691	1	-	1
1692	-	1	1
1693	1	-	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>20</b>

(4), secundado por setembro (7). Sendo em 12 a média mensal de óbitos, verifica-se ser o inverno a estação com maior número de falecimentos (45) à frente de outono (43), da primavera (30) e do verão (21). As razões de tais causas, para além dos fatores já referidos sobre o Infanticídio Tolerado, podem ser múltiplas (falta de higiene, ausência de cuidados de saúde no socorro

à doença ou ao parto, acidentes, morte súbita ou outros). Quanto à naturalidade dos defuntos, 136 residiam na aldeia de S. Lourenço d' Asmes e os restantes 3 eram naturais de outras freguesias ou distritos (Alfena, Porto e Algarve).

No ciclo da vida, nomeadamente *pos mortem*, os testamentos legados são as últimas ligações que nos prendem aos falecidos.

**Tabela 10 – Nascimentos, Casamentos e Óbitos (1676-1700)**

Anos	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
1676	14	1	4
1677	15	2	2
1678	14	6	-
1679	11	2	4
1680	19	4	4
1681	13	3	10
1682	13	2	4
1683	11	4	4
1684	16	3	3
1685	12	6	12
1686	17	2	7
1687	13	4	6
1688	22	5	5
1689	24	4	2
1690	18	4	5
1691	16	3	5
1692	15	2	3
1693	15	5	4
1694	3	4	12
1695	6	6	5
1696	17	3	8
1697	9	2	4
1698	22	4	15
1699	13	4	4
1700	17	3	7
<b>Total</b>	<b>365</b>	<b>88</b>	<b>139</b>

Embora à data, a legislação existente regulamentasse já algumas questões testamentárias,<sup>20</sup> sem

<sup>20</sup> Cfr. *Ordenações e Leys do Reyno de Portugal, confirmadas e estabelecidas pelo muito alto, e muito poderoso Rey Dom Joam IV*. Lisboa: Real Mosteiro

surpresa, é no secular sentimento religioso estabelecido e fortemente implementado que vamos encontrar os maiores beneficiados, tão elevada é a quantidade de testamentos legados à Igreja. Se alguns (poucos) mencionam a pessoa e o grau de parentesco do herdeiro, a restante maioria fazia reverter o seu conteúdo em missas rezadas por sua alma. O estatuto social e a condição de riqueza, grau parentesco ou pobreza são dados descorados, admitindo-se igualmente, ter ocorrido em vida, a distribuição ou doação de alguns bens móveis ou imóveis, que o testamento não refere. Dos 139 falecidos, apenas 20 deixaram testamento. As razões, desconhecidas que são, poderão ser várias, algumas delas imprevisíveis de ocorrer: a morte súbita e a ausência de bens, nomeadamente na população mais pobre, poderá, em alguns casos, justificar tão reduzido número. Outros dados, ignorados que são, não nos permite consolidar uma premissa. Trata-se de menores de idade? Adultos, solteiros e casados que, por motivos vários não fizeram testamento? As partilhas tinham

sido já feitas? Tinham bens? Eram ricos ou pobres? Não o sabemos...

Sabemos só que dos testamentos legados à Igreja, apenas um fora identificado para o ano de 1676. A década 80 foi responsável por 15 testamentos, sendo os restantes 4 abertos na década seguinte. Dos 139 indivíduos falecidos, 13 tiveram missa de corpo presente. Consta ainda declarado que do total de falecidos, 7 não tiveram missa de corpo presente por serem pobres, e destes, 5 do sexo feminino. Relativamente ao local onde os mortos eram sepultados, somente a partir de 1694 encontramos registos que o referem ter sido no adro da Igreja, à data, a Ermida de S. Silvestre.

---

de S. Vicente da Ordem dos Conegos Regulares, anno 1636.

## **Bibliografia**

ARIÈS, Philippe (1988) – *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água Editora.

AZEVEDO, Agostinho (1939) – *A Terra da Maia: subsídios para a sua monografia*. Maia: Câmara Municipal. Vol. I

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério (2009) – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga.

CHAUNU, Pierre (1974) – *Histoire: science sociale*. Paris: SEDES.

COSTA, António Carvalho da (1706) – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as notícias das fundações das Cidades, Villas e Lugares, que contem; Varoés illustres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catálogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo Primeyro, Lisboa: Na officina de Valentim da Costa Deslandes.

CUNHA, D. Rodrigo da (1742) – *Catálogo dos Bispos do Porto*. Porto: na Officina Prototypa, Episcopal.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (1994) – *História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 3.

Jornal *A Ordem* – ano XXI, n.º 1068, de 18 de novembro de 1933.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa Pinho (1873) – *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1º vol.

MACHADO, J. T. Montalvão (1959) – *Como nascem e morrem os portugueses: estudo demográfico*. Lisboa: Gomes & Rodrigues Lda.

MOREIRA, Domingos A. (1969) – *Paisagem toponímica da Maia*. Maia: Câmara Municipal. (Estudos sobre a Terra da Maia, III).

*ORDENAÇÕES e Leys do Reyno de Portugal, confirmadas e estabelecidas pelo muito alto e muito poderoso Rey Dom Joam IV, e decimo octavo dos Reys de Portugal*. Lisboa: Real Mosteiro de S. Vicente da ordem dos Conegos Regulares, anno 1636.

PEREIRA, António Fernandes (1852) – *Diccionario Geographico abreviado de Portugal e suas posses-*

*sões ultramarinas*. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira.

PEREIRA, José Manuel (2023)  
– *Bombeiros Voluntários de Ermesinde: uma História Centenária (1921-2021)*. 1ª edição. Ermesinde: AHBVE.

ROCHA, Floriano Sobral (1919)  
– *O Concelho da Maia sob o ponto de vista agrícola*. Porto: Tipografia Progresso. (Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia).



# Apontamentos da 2.ª Invasão Francesa no Concelho de Valongo

**André Teixeira**

Mestre em Ensino de História e Geografia – 3º Ciclo e Secundário

Técnico Superior C. M. V.

## *Resumo:*

Partindo do estudo de diversas fontes, com o testemunho deixado por militares estrangeiros e pela população civil na altura da 2ª Invasão Francesa, durante a chamada Guerra Peninsular, tentamos perceber os factos e acontecimentos mais relevantes para o Concelho de Valongo.

*Palavras-chave:* Valongo, 2ª Invasão Francesa, Guerra Peninsular.

## *Abstract:*

Starting from the study of several sources, with the testimony left by foreign military and the civilian population at the time of the 2nd French Invasion, during the

so-called Peninsular War, we try to understand the most relevant facts and events for the Municipality of Valongo.

*Keywords:* Valongo, 2nd French Invasion, Peninsular War.

## **Introdução**

O presente trabalho foi elaborado tendo em conta a necessidade de se dar a conhecer factos relevantes, durante a 2ª Invasão Francesa, no território do Concelho de Valongo.

Este trabalho resulta de um levantamento bibliográfico tanto nacional como estrangeiro, nomeadamente de fontes inglesas e

francesas. As pesquisas foram realizadas *on-line*, em bibliotecas e arquivos do distrito do Porto.

No que respeita à estrutura deste trabalho este inicia-se com uma Introdução, onde se descrevem os pressupostos deste trabalho.

Seguidamente, apresenta-se o primeiro capítulo onde será abordado, numa breve descrição, o início da 2ª Invasão Francesa, dando a conhecer o seu enquadramento histórico e as passagens mais marcantes.

O segundo capítulo terá em atenção a tomada da cidade do Porto por parte das tropas francesas, tendo como análise a passagem pela então vila de Valongo do exército perseguidor (francês) e perseguido (português).

O terceiro capítulo incidirá sobre a importância de Valongo como local de salvaguarda para a passagem de tropas francesas em direção a Trás-os-Montes e no abastecimento de pão, nomeadamente branco, à cidade Porto então sob a alçada do Marechal Soult.

No que concerne ao quarto e último capítulo, serão abordados inicialmente os preparativos de Soult para uma possível fuga e,

posteriormente, a própria fuga do exército francês da cidade do Porto e a perseguição efetuada pelo exército anglo-luso, com enfoque em todos os acontecimentos passados em Valongo.

Após o último capítulo serão expostas as conclusões que ambicionam dar uma visão sobre os acontecimentos da 2ª Invasão Francesa no que é hoje o Concelho de Valongo.

Por último, seguem-se as referências bibliográficas.

## **Capítulo 1 – Breve descrição do início da 2ª Invasão**

Dando início à 2ª Invasão Francesa em território português, durante os meses de fevereiro e março de 1809, o Norte de Portugal foi alvo das tropas do Marechal Soult, Duque da Dalmácia, determinadas em chegar ao Porto. A ordem de invasão é dada a 28 de janeiro de 1809, a mando de Napoleão Bonaparte, estava ainda o Marechal Soult na Galiza, mais concretamente em Ferrol<sup>1</sup>.

---

1 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898) – *Estudo Histórico sobre a Campanha do Marechal*

Após enfrentar grande resistência ao longo do Rio Minho e pelo facto das fortes chuvas de fevereiro não permitirem uma passagem segura e fácil entre margens, Soult dirige as suas tropas mais para interior com o intuito de transpor a fronteira portuguesa pela região de Trás-os-Montes<sup>2</sup>. Assim, a 12 de março, Chaves é conquistada pelo exército francês e a 20 de março a cidade de Braga é também ocupada pelas tropas napoleónicas<sup>3</sup>. A 26 de março, a tropas de Soult já se encontram a pernoitar nas margens do Ave e assim ficam às portas da cidade do Porto<sup>4</sup>.

Segundo alguns autores, Le Noble<sup>5</sup> e Thiers<sup>6</sup>, a defesa portuguesa da passagem do Rio Ave é

---

*Soult em Portugal*. Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar, p.37.

- 2 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), p.38.
- 3 OMAN, Charles (1903) – *A History of the Peninsular War*. Vol. II. Oxford: Clarendon Press, p.119.
- 4 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), p.81.
- 5 LE NOBLE, Pierre (1821) – *Mémoires sur les opérations des Français en Galice, en Portugal, et dans la vallée du Tage, en 1809, sous le commandement du Maréchal Soult, Duc de Dalmatie*. Paris: Chez Barrois L'Ainé, p.157.
- 6 THIERS, Marie Adolph (1851) – *History of the consulate and the Empire of France under Napoleon*. Vol. XI. London: Colburn and CO, p.17.

realizada pelo Brigadeiro Valongo e que o mesmo é morto, de forma cruel, às mãos dos seus compatriotas após a passagem dos franceses entre as margens do referido rio. Esta situação é questionada por Soriano<sup>7</sup>, na qual afirma que no país se desconhece tal personagem e que esta situação carecia de falta de exatidão e indignando-se com a leviandade com que o assunto foi tratado pelas fontes da época. No entanto, Correia e Ribas<sup>8</sup> vêm por fim solucionar a questão afirmando que a identidade do Brigadeiro Valongo é do Brigadeiro Tomás José dos Santos, conforme registo de óbito da paróquia de São Mamede de Valongo, de 26 de março de 1809, onde está mencionado que este foi “morto tiranamente perto da Barca da Trofa”. Ou seja, o Brigadeiro, a quem os franceses apelidaram de Valongo, é Tomás José dos Santos, natural de Valongo.

---

7 SORIANO, Simão José (1871) – *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*. 2ª Época - Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, p.144.

8 CORREIA, Luís e RIBAS, António Bessa (2015) – «O Brigadeiro Valongo: um episódio da Guerra Peninsular», in *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, N°9, p.47.

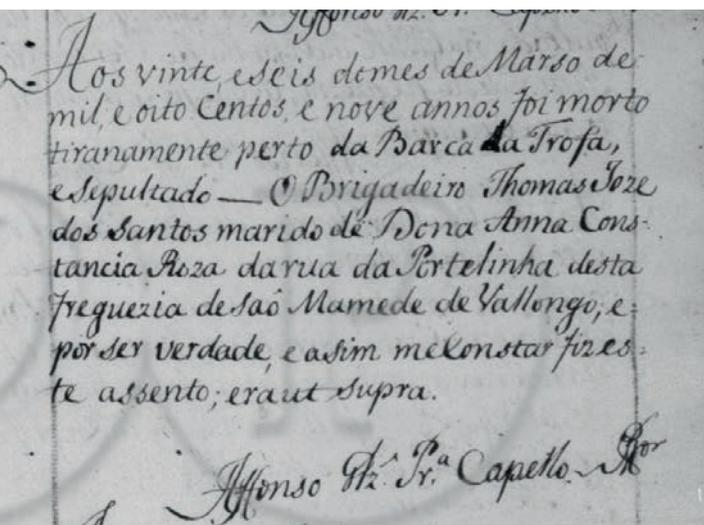


Fig. 1 - Registo de óbito de Tomás José dos Santos | Fonte: CORREIA, Luís e RIBAS, António Bessa (2015) - «O Brigadeiro Valongo: um episódio da Guerra Peninsular», in Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica, N<sup>o</sup>9, p.44.

## Capítulo 2 – A Tomada do Porto: Saída das tropas portuguesas pela estrada de Valongo

A 28 de março Soult envia uma missiva ao Bispo do Porto, D. António de São José de Castro, através do General Foy, informando que a cidade se deveria render. Tal situação não é aceite pelo Bispo do Porto e a cidade prepara-se para o enfrentamento final com as tropas francesas<sup>9</sup>.

Segundo Taveira<sup>10</sup>, durante os preparativos de defesa da cidade do Porto, um oficial que saiu dessa cidade, a mando do Bispo D. António de São José de Castro, para que o General Silveira pudesse enviar homens em seu auxílio, foi morto em Valongo, porque supostamente foi acusado de ser jacobino. A mesma informação é corroborada por Soriano<sup>11</sup>, que refere o mesmo episódio, ou seja, em Valongo um oficial português foi morto, durante os preparativos de defesa da cidade do Porto.

A 29 de março as tropas do Duque da Dalmácia ocupam efetivamente a 2<sup>a</sup> maior cidade do país. Durante os combates de dia 29 de março são várias as referências à saída das tropas portuguesas pela estrada de Valongo. Buttery refere o seguinte:

Seeing that all was lost, Parreiras fled over the bridge with is staff to report the bishop, while General Vittoria retreated east along the Valongo road into the interior. Vittoria's men had suffered losses in the assault but Franceschi's cavalry declined to pursue them much beyond the edge

9 SORIANO, Simão José (1871) I, p.150.

10 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), p.87.

11 SORIANO, Simão José (1871) I, p.147.

of the city, allowing them to withdraw in good order<sup>12</sup>.

[Vendo que tudo estava perdido, Parreira fugiu pela ponte com o seu pessoal para informar o bispo, enquanto o general Vitória recuava para leste, pela estrada de Valongo, para o interior. Os homens de Vitória sofreram perdas no ataque, mas a cavalaria de Franceschi recusou-se a persegui-los muito além da fronteira da cidade, permitindo que se retirassem em boa ordem].

Por seu turno, Oman também refere a retirada de parte das tropas portuguesas pela estrada de Valongo:

The centre being thus driven in, the Portuguese wings saw that all was lost, and gave way in disorder, looking only for a line of retreat. Vittoria, with the right wing, abandoned his section of the city and retreated east along the Vallongo road, towards the interior: he got away without much loss, and even turned to bay and skirmished with the pursuing battalions of Delaborde...<sup>13</sup>.

[Com o centro assim empurrado, as alas portuguesas viram que tudo estava perdido e cederam em

desordem, procurando apenas uma linha de retirada. Vitória [General], com a ala direita, abandonou o seu setor da cidade e recuou para leste pela estrada de Valongo, em direção ao interior: escapou sem muitas perdas, e até se manteve a uma distância segura e escaramuçou com os batalhões perseguidores de Delaborde ...].

Também Taveira se refere a esta retirada pela estrada de Valongo:

O nosso brigadeiro Victoria destacou para o exterior da linha a pouca tropa regular de que dispunha, a qual tomou a posição sobre a estrada de Vallongo, fazendo frente à cidade: elle próprio ficou com alguns officiaes nas baterias do Bomfim a animar os populares que as defendiam. O General Delaborde vendo-se assim metido entre dois fogos, faz atacar pela brigada Arnaud, apoiada pela cavallaria de Franceschi, as tropas exteriores e fica esperando o resultado d'esse ataque secundário para atacar Victoria pela retaguarda, e entrar no Porto<sup>14</sup>.

As fontes francesas também referem a retirada das tropas portuguesas, em direção a Trás-os-

---

12 BUTTERY, David (2016) – *Wellington Against Soult: The Second Invasion of Portugal 1809*. Burnsley: Pen and Sword Military, p. 106.

13 OMAN, Charles. (1903), p.124.

---

14 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), p.91.

Montes, pela estrada de Valongo, conforme Le Noble:

Les Portugais qui la composent, font un mouvement, et prennent position sur la route de Porto à Vallongo, faisant face à Porto, et mettant ainsi les Français entre eux et cette ville; mais le général Arnaud avec le 86.<sup>e</sup> régiment et un bataillon du 70.<sup>e</sup> régiment, soutenus par de la cavalerie du général Franceschi, et il attend le succès de cette attaque pour entrer dans O-Porto<sup>15</sup>.

[Os portugueses que a compõem, fazem um movimento, e posicionam-se na estrada do Porto a Valongo, de frente para o Porto, e assim colocam os franceses entre eles e esta cidade; mas o general Arnaud com o 86.<sup>o</sup> regimento e um batalhão do 70.<sup>o</sup> regimento, apoiados pela cavalaria do general Franceschi, aguardam o sucesso deste ataque para entrar no Porto].

Concluimos então que a estrada de Valongo foi uma importante via para a retirada das tropas portuguesas. Ou seja, uma estrada importante de acesso a Trás-os-Montes local onde as tropas portu-

guesas se reagruparam às ordens do General Silveira.

### **Capítulo 3 – O Porto e o domínio francês: A situação de Valongo**

Após a conquista da cidade do Porto pelas mãos do exército napoleónico seria necessário estabilizar a mesma e a sua área envolvente. Para tal, Soult irá distribuir as suas tropas pelos arrabaldes do Porto, Na linha mais a norte, que vai de Vila do Conde a Valongo foi enviada a cavalaria de Lorge e uma brigada de dragões de Lahoussaye. Também parte para Trás-os-Montes, uma brigada da divisão de Lahoussaye ajudada pela infantaria de Foy<sup>16</sup>.

Numa análise mais pormenorizada, percebemos, que a mando do General Lahoussaye, foi o General Caulaincourt que passou em Valongo de passagem para Trás-os-Montes, na peugada das tropas portuguesas e abrindo caminho para comunicar com o Marechal Victor, conforme descreve Nayles:

Notre brigade eut ordre de se porter sur Amarante, pour tâcher d'ouvrir la communication avec le

15 LE NOBLE, Pierre (1821) – *Mémoires sur les opérations des Français en Galice, en Portugal, et dans la vallée du Tage, en 1809, sous le commandement du Maréchal Soult, Duc de Dalmatie*. Paris: Chez Barrois L'Ainé, p.170.

16 OMAN, Charles (1903), pp. 128-129.

maréchal Victor, qui devoit concourir avec nous à l'expédition de Portugal, en occupant le pays entre le Douero et le Tage. Nous allâmes bivouaquer près de Valongo, petite ville remplie de boulangers, qui fournissent du pain à Porto. Les hauteurs qui la dominent avoient été fortifiées et garnies d'artillerie; mais l'ennemi les avoit abandonnées. L'on sut, à Valongo, qu'une partie de l'aile droite de l'armée portugaise s'étoit retirée sur Tamega<sup>17</sup>.

[A nossa brigada foi mandada para Amarante, para tentar abrir comunicação com o Marechal Victor, que iria cooperar connosco na expedição a Portugal, ocupando o país entre o Douro e o Tejo. Fomos para o bivaque perto de Valongo, uma pequena vila cheia de padeiros que fornecem pão no Porto. As alturas que a dominam foram fortificadas e equipadas com artilharia; mas o inimigo as abandonou. Soube-se em Valongo que parte da ala direita do exército português se retirou para o Tâmega].

Como se pode constatar pelo relato acima transcrito de Nayles<sup>18</sup>, os franceses já teriam conhecimento de que a freguesia de

---

17 NAYLES, Joseph Jacques (1817) – *Mémoires sur la guerre d'Espagne, pendant les années 1808, 1809, 1810 et 1811*. Paris: Chez Magimel, Anselin et Pochard, p.101.

18 NAYLES, Joseph Jacques (1817), p.101

Valongo era um posto de fornecimento de pão para a cidade do Porto. Dada a necessidade de Soult alimentar as suas tropas, a importância estratégica de Valongo ganha então nova dimensão. Como refere Taveira:

No Porto havia só uma padaria de três fornos, e outra semelhante em Gaya, nas quaes se poderiam coser ao todo 18 a 20:000 rações dia. O mercado era ordinariamente abastecido de pão pela gente dos arredores da cidade, especialmente das freguesias de Vallongo e de Avintes [...] <sup>19</sup>.

A importância de Valongo no abastecimento de pão ao Porto é de tal significado como podemos confirmar nesta referência de Basto:

No dia 3 de Abril, Soult, desejando que a cidade retomasse a sua fisionomia normal mandou convidar, por intermédio da Câmara, os negociantes a reabrirem as suas lojas, e ordenou as necessárias providências para que os mercados do costume se realizassem. Foram intimados os padeiros e padeiras de Avintes e Valongo a virem «imediatamente com o pão cozido às praças públicas desta cidade»<sup>20</sup>.

---

19 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), p.101.

20 BASTO, Artur de Magalhães (1926) – *1809: o Pôrto sob a Segunda Invasão*

Assim sendo, não será de espantar que os franceses se deslocassem ou estivessem atentos a movimentações em Valongo. Nesse sentido, Le Noble refere, também, que o abastecimento da cidade do Porto é realizado com pão branco de Valongo:

Que le commerce n'avait point de magasins de blé à Porto; qu'il n'y avait en ville que six petits fours particuliers construits par quatre boulangers français établis dans cette ville depuis huit à dix ans; qu'ordinairement le marche est approvisionné en pain par les gens de la champagne; que les villages de la droite, principalement Valongo apportent le pain blanc, tandis que le pain comum y est vendu par Arnelas et d'autres villages de la rive gauche [...] <sup>21</sup>.

[Esse comércio não tinha lojas de trigo no Porto; que havia apenas seis pequenos fornos particulares na cidade, construídos por quatro padeiros franceses que se estabeleceram nesta cidade por oito ou dez anos; que o mercado costuma ser abastecido com pão pelas pessoas do campo; que as aldeias da direita, principalmente Valongo, trazem pão branco, enquanto o pão comum é vendido ali por Arnelas e outras aldeias da margem esquerda].

---

*Francesa*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, p.94.

21 LE NOBLE, Pierre (1821), pp. 181-182.

Podemos então constatar que durante a ocupação francesa da cidade do Porto, a então vila de Valongo teve, durante esse breve período, passagem de tropas francesas e que as altas patentes do exército francês compreenderam a importância de Valongo no abastecimento de pão para a cidade do Porto.

#### **Capítulo 4 – A fuga do Exército Francês da cidade do Porto: Passagem por Valongo**

Antes da Batalha do Douro, algumas movimentações foram sendo realizadas pelo exército francês a 11 de maio, dadas as informações que o Marechal Soult foi obtendo dos seus operacionais, nomeadamente a sul do rio Douro. Assim, o Duque da Dalmácia toma medidas junto do seu Estado-maior. Após mandar explodir a única ponte entre as margens do Douro com acesso ao Porto para quem chega de Vila Nova de Gaia, dá ordens ao General Dulauoy para que faça partir, por Amarante, o material de artilharia retirado da cidade do Porto e que deveria esperar na vila de Valongo por

esse mesmo material. Além disso, Soult ordena que todas as bagagens (provavelmente bens do saque realizado) que estivessem na cidade do Porto fossem para o subúrbio, mais concretamente para Valongo. Ao General Mermet dá ordens para que fosse para o extremo da cidade do Porto, sobre a estrada Valongo-Amarante e que tomasse posição militar em duas ou três linhas, colocando uma das suas brigadas em Valongo e duas em Baltar, além de estar atento a todas as movimentações e destruir todos os barcos na margem direita do Douro<sup>22</sup>.

Além das demandas acima referidas, na madrugada de dia 12 maio, apesar do Duque da Dalmácia se encontrar adoentado, percebeu claramente que as ordens de retirada não tardariam e como não iria conseguir levar consigo toda a mercadoria açambarcada, principalmente os barris de vinho e outros bens, decidiu ser “magnânimo” e manda distribuir 3700 pipas por algumas cidades e instituições, na qual contempla Valongo com 100 pipas<sup>23</sup>.

---

22 LE NOBLE, Pierre (1821), pp. 241-244.

23 BASTO, Artur de Magalhães (1926), pp. 204-205.

Como podemos constatar pelas fontes acima referidas, Valongo, no período antecedente à batalha do Porto, é bastante requisitada pelas forças militares francesas que, antecipando uma possível fuga, a escolhem como primeiro ponto de apoio. Além disso, é uma das localidades que é contemplada com pipas de vinho por parte do exército francês, o que nos leva a crer que Soult estaria bem ciente da importância de Valongo no seu esforço de guerra.

Do lado do exército anglo-luso, a sua mais alta patente, o General Wellesley, chega a Vila Nova de Gaia a 12 de maio de 1809, observando logo as movimentações francesas, nomeadamente as do General Mermet (corroborando o que Le Noble nos refere no parágrafo acima), conforme nos descreve Buttery:

When Wellesley arrived south of the city, he immediately climbed the Serra Hill to view the area, which rose 150 ft (45m) above the river. From this vantage point, he observed clouds of dust from the northeast raised by a large body of men and horses moving along the Vallongo Road. Upon closer examination, he judge this force comprised at least two large infantry columns escorting a long wagon train.

These were troops of Mermet's division accompanying wagons (laden with sick and wounded soldiers) and reserve artillery moving towards Amarante<sup>24</sup>.

[Quando Wellesley chegou ao sul da cidade, ele imediatamente escalou o Morro da Serra do Pilar para ver a área, que se elevava 45 metros acima do rio. Deste ponto de observação privilegiado, ele observou nuvens de poeira do nordeste levantadas por um grande corpo de homens e cavalos movendo-se ao longo da estrada de Valongo. Após um exame mais minucioso, ele julgou que essa força compreendia pelo menos duas grandes colunas de infantaria escoltando um longo comboio de carroças. Eram tropas da divisão de Mermet acompanhando carroças (carregadas de soldados doentes e feridos) e artilharia de reserva que se deslocavam para Amarante].

Deste modo, Wellesley irá comandar e observar o sucesso das operações do seu exército. Conseguindo que as suas tropas passassem para a margem norte do Douro. Assim, o local escolhido para o desembarque desses barcos foi o Seminário do Porto<sup>25</sup>. O sucesso da operação não se deu sem o respe-

tivo confronto entre tropas francesas e anglo-lusas. No entanto, com o passar do tempo e com a ocupação quase total da cidade por parte do exército anglo-luso, o Marechal Soult, desenganado da inutilidade dos seus esforços para repelir as forças inimigas e vendo-se ameaçado, deu ordem de retirada geral. Que se processou de forma precipitada e em grande desordem pela estrada de Valongo em direção a Amarante<sup>26</sup>. Esta mesma informação é referida por Vitorino:

...ele próprio [Soult] corre a colocar-se à testa do 17.º Ligeiro e o conduz ao ataque do Seminário e do jardim do Prado, onde o inimigo se encontra já em força. Incapaz de o desalojar e obrigado a ceder ante o número sempre crescente de adversários, reúne os batalhões que ocorrem para reforçar e dispõe-nos de modo a cobrir a estrada de Valongo, escolhida como linha de retirada pelo marechal. Durante três horas sustenta essa luta desigual; por fim, ameaçado pelos dois flancos pelas tropas que desembocam da cidade e pelas que desembarcam a montante da aldeia de Campanhã, retrógrada e alcança

---

24 BUTTERY, David (2016), pp. 193-194.

25 BUTTERY, David (2016), p. 195.

---

26 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), p.156.

o corpo do exército, que sob a sua proteção pôde efectuar a retirada<sup>27</sup>.

A perseguição feita ao exército francês foi realizada sobre as ordens do Major General Murray e só cessou ao final da tarde do dia 12 de maio, dando algum sossego aos franceses. Que por sua vez param em Valongo com a sua retaguarda do exército, formada pela cavalaria de Franceschi e a brigada de infantaria de Reynaud<sup>28</sup>.

Embora seja uma fonte que nos deixe algumas reservas levamos em atenção o que nos refere Reis, pois dá-nos conta da passagem de tropas francesas em Valongo:

Soult recolheu ao Porto e mandou logo a divisão commandada por Mermet para Vallongo afim de conservar as comunicações entre aquella cidade e Amarante para onde tinha transportado a sua artilharia e bagagens. Foi então que Vallongo sentiu verdadeiramente os efeitos horrorosos d'esta guerra invasora e iniqua feita por soldados desmoralizados e de fé perdida pelas ideias revolucionárias em que viviam há muitos anos. Senhores de um paiz

que julgavam conquistado, levavam por toda a parte a tyrania, a miséria e a morte, e era tal o medo que d'aquella gente estava o povo possuído que a sua chegada aqui, grande parte dos habitantes, escondendo os seus thesouros e haveres, fugiram para logares escondidos e distantes.

O magestoso templo de Vallongo, que então estava só em paredes e coberto, foi convertido em cavallariça e arsenal e os soldados, aboletados por geito ou à força nas casas particulares, praticavam ahi com uma petulância e atrevimento inaudito toda a sorte de patifarias e desordens [...] <sup>29</sup>.

Posteriormente, Reis<sup>30</sup>, na sua obra descreve também algumas situações de factos e curiosidades que não podemos deixar de referir, embora nos levantem muitas dúvidas, como já o referimos anteriormente, por não serem fontes primárias escritas, mas sim informações obtidas por fontes orais, supomos que primárias. Num dos seus relatos aborda que uma grande quantidade de militares franceses, que estariam alojados numa casa de um habitante de

---

27 VITORINO, Pedro (1945) – *Invasões Francesas - 1807-1810*. Porto: Livraria Figueirinhas, p.149.

28 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), p.156.

29 REIS, Joaquim Alves Lopes (1904) – *A Villa de Vallongo*. Porto: Typographia Coelho, pp. 149-150.

30 REIS, Joaquim Alves Lopes (1904), pp. 150-151.

Valongo, após fazerem muito barulho, em horas menos próprias, foram simplesmente mortos com um machado pelo dono da casa e que os cadáveres foram enterrados no terreno contíguo da propriedade. Outro dos casos que refere é de um homem, de alcunha Catalão, que foi contratado para servir num suposto quartel das tropas francesas instalado na vila. Dada a fama de Catalão de bom “garfo”, foi sujeito a uma partida por parte dos militares franceses. Depois de posta a mesa, os franceses, combinados, instigam Catalão a comer tudo ou seria degolado. O facto, e segundo nos relata Reis<sup>31</sup>, é que o dito Catalão assim o fez, devorando tudo.

O Duque da Dalmácia vê assim o seu exército disposto entre Valongo e Penafiel, sobre a estrada de acesso a Amarante. Perante tal cenário tem três opções. A primeira continuar a avançar pela estrada de Amarante, a segunda voltar para trás, indo pela estrada entre Porto e Guimarães, o que obrigaria a passar junto do Porto, isto é, em Ermesinde, onde se encontram os caminhos de Valongo com

---

31 REIS, Joaquim Alves Lopes (1904), pp. 151-152.

a estrada de Guimarães, ou então atravessar as montanhas. A opção recai por atravessar as montanhas para chegar mais rapidamente à Galiza, o que implica largar bagagens e artilharia<sup>32</sup>.

Por seu turno, as forças anglo-lusas, com uma parte da legião do General Murray, avançam no dia 13 de maio em perseguição ao exército francês, tendo ficado por Valongo nesse dia<sup>33</sup>.

Em resumo, é fácil perceber que Valongo é um ponto estratégico na retirada das tropas napoleónicas, dada a sua localização geográfica no acesso a Trás-os-Montes e mais concretamente a território espanhol aonde Soult e o seu exército pretendiam aceder.

## Conclusão

Todas as épocas da história trazem conhecimento. O Século XIX não é exceção. O seu início é conturbado e concentra em si um período de guerras na Europa, nomeadamente as chamadas Guerras Napoleónicas, com Portugal

---

32 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), pp. 169-170.

33 TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), p.171.

envolvido nestes conflitos bélicos. Assim sendo, procuramos perceber o impacto das Invasões Francesas, com foco na 2ª Invasão, no território que hoje pertence ao Concelho Valongo.

Podemos referir com bastante certeza de que Valongo, dada a sua posição geográfica, foi um local importante de acesso a Trás-os-Montes, tanto para tropas portuguesas, num primeiro momento, como por tropas francesas posteriormente. Na época a estrada para Valongo, como era conhecida, foi uma via de grande relevância, principalmente como ponto de saída da cidade do Porto em direção ao interior norte, nomeadamente a Amarante e demais cidades.

Outro ponto, provavelmente o mais importante da nossa conclusão, a relevância de Valongo no fornecimento de pão à cidade do Porto. Desde cedo os franceses detetaram essa situação, principalmente após controlarem a cidade do Porto. Não é por acaso que povoações como Avintes e Valongo foram respeitadas pelas tropas francesas, pela necessidade destas no abastecimento de pão<sup>34</sup>.

---

34 CAMPO Belo, Conde (1944) – «Os franceses no Porto em 1809: testemunho

Ou seja, a importância de Valongo deve-se fundamentalmente pelo seu contributo como fornecedora de pão, principalmente branco, “[...] principalement Valongo apportent le pain blanc [...]”<sup>35</sup>. Podemos facilmente concluir que ao contrário de muitas outras localidades da região norte saqueadas pelas tropas francesas, Valongo foi relativamente poupada ao saque, pois, as suas chefias militares perceberam o efeito que isso iria ter no abastecimento de pão, ou seja, o fabrico de pão impediu um saque em grande escala de Valongo por parte das tropas napoleónicas.

---

de António Mateus Freire de Andrade», in *Boletim Cultural Câmara Municipal Porto*, Vol. VII - Fasc.4, p. 280.

35 LE NOBLE, Pierre (1821), p 181.

## **Bibliografia:**

Basto, A. M. (1926) – *1809: o Pôrto sob a Segunda Invasão Francesa*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.

Buttery, D. (2016) – *Wellington Against Soult: The Second Invasion of Portugal 1809*. Burnsley: Pen and Sword Military.

Campo Belo, C. (1944) – Os franceses no Porto em 1809: testemunho de António Mateus Freire de Andrade, in *Boletim Cultural Câmara Municipal Porto, Vol. VII - Fasc.4*, pp. 269-285.

Correia, L., & Ribas, A. B. (2015) – O Brigadeiro Valongo: um episódio da Guerra Peninsular. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, N.º 9, pp. 41-52.

D'Illens, A. (1827) – *Souvenirs d'un militaire des armées françaises, dites de Portugal*. Paris: Auselin et Pochard.

Le Noble, P. (1821) – *Mémoires sur les opérations des Français en Galice, en Portugal, et dans la vallée du Tage, en 1809, sous le commandement du Maréchal Soult, Duc de Dalmatie*. Paris: Chez Barrois L'Ainé.

Nayles, M. (1817) – *Mémoires sur la guerre d'Espagne, pendant les années 1808, 1809, 1810 et 1811*. Paris: Chez Magimel, Anselin et Pochard.

Oman, C. (1903) – *A History of the Peninsular War* (Vol. II). Oxford: Clarendon Press.

Reis, J. A. (1904) – *A Villa de Vallongo*. Porto: Typographia Coelho.

Soriano, S. J. (1871) – *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal* (Vols. 2ª Época - Tomo II). Lisboa: Imprensa Nacional.

Taveira, A. (1898) – *Estudo Histórico sobre a Campanha do Marechal Soult em Portugal*. Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar.

Thiers, M. (1851) – *History of the consulate and the Empire of France under Napoleon* (Vol. XI). London: Colburn and CO.

Vitorino, P. (1945) – *Invasões Francesas - 1807-1810*. Porto: Livraria Figueirinhas.

# As Lutas Liberais e a fundação do Concelho de Valongo

**Manuel Augusto Dias**

(Mestre em História)

(maugustodias@hotmail.com)

## *Resumo:*

De 1832 a 1834 travou-se a Guerra Civil, entre Liberais e Absolutistas. Toda a região envolvente do Porto foi nestes anos molestada pelas guerras dos Liberais que corajosamente se defendiam do Cerco que os Absolutistas lhe fizeram. As Terras do futuro Concelho de Valongo, serviram, então, de palco a batalhas e a movimentos militares que se desenrolaram entre os dois irmãos desavindos: D. Pedro, liderava os Liberais, D. Miguel, comandava os Absolutistas. Dois dos combates mais trágicos tiveram lugar, precisamente, em terras do atual Concelho de Valongo: nas proximidades do Convento da Mão Poderosa, em Ermesinde e na Ponte de Ferreira, em Campo. Esta guerra terminou com o triunfo de D. Pedro e dos Liberais.

*Palavras-chave:* Guerra Civil, liberais, absolutistas, D. Pedro, D. Miguel.

## *Abstract:*

Between 1832 and 1834 a Civil War was fought between Liberals and Absolutists. The whole region surrounding Porto was harassed by the war of the Liberals, who bravely defended themselves from the siege laid by the Absolutists. The lands of the future borough of Valongo were used as a battlefield and battleground for military operations that took place between the two belligerent brothers: D. Pedro led the Liberals and D. Miguel was in command of the Absolutists. This war ended with the triumph of D. Pedro and the Liberals.

*Keywords:* Civil War, liberals, absolutists, D. Pedro, D. Miguel.

## 1. Introdução

O atual Município de Valongo (no “Grande Porto”) ainda não existia no tempo em que se deu a Revolução Liberal Portuguesa (24 de agosto de 1820, na “capital” do Norte), nem quando ocorreu a Guerra Civil (1832-1834), evento

a vitória sobre os partidários de D. Miguel.

Efetivamente, na região a norte do Douro e a nordeste da cidade do Porto, contíguo com a área geográfica do Município de Gondomar, criar-se-ia o Concelho de Valongo como sinal de homenagem e gratidão ao povo valonguense pela alegada ajuda aos liberais nestas guerras, e, sobretudo, pela consi-



Foto 1: Ilustração de Honoré Daumier, caricaturando a luta de D. Pedro e D. Miguel.

Fonte: <https://www.dn.pt/cultura/o-ensino-da-historia-ja-teve-melhores-dias-entre-nos-10515374.html#media-1>.

histórico em que se inscreve este tema.

Este novo Município resultou da reforma administrativa, empreendida em 1836, após o definitivo triunfo do movimento liberal, com

derável influência do ilustre valonguense, António Dias de Oliveira<sup>1</sup> (importante político português

<sup>1</sup> Cf. MATA, Joel Silva Ferreira (2018) – *História Económica, Social e Administrativa do Concelho de Valongo (1836-1926)*, Volume I, p. 63.

deste tempo que, entre 2 de junho de 1837 e 10 de agosto do mesmo ano, foi Presidente do Conselho de Ministros de Portugal).

Oito anos após o triunfo da Revolução Liberal, no Porto, desembarcou em Lisboa (1828) o Príncipe D. Miguel, depois de haver jurado cumprir a Carta Constitucional de 1826. Mas a verdade é que, com a sua regência, regressou o Absolutismo a Portugal e D. Miguel foi aclamado Rei, segundo os cânones tradicionais. Mais uma vez, coube ao Porto um papel primordial, no combate pela Liberdade.

De 1832 a 1834 travou-se a Guerra Civil, entre Liberais e Absolutistas. Toda a região envolvente do Porto foi, desde o Verão de 1832 até ao Verão do ano seguinte, profundamente molestada por estas guerras, em que os Liberais centrados no Porto, se defenderam, como puderam e quase sempre com a ajuda popular, do Cerco que os Absolutistas lhe aperjavam, cada vez mais, de dia para dia.

As terras do futuro Concelho de Valongo serviram, pois, de palco a batalhas e a movimentos militares

que se desencadearam entre os dois irmãos desavindos: D. Pedro, que entretanto abdicara do trono imperial do Brasil, e D. Miguel, que não abandonava o poder nem os seus ideais Absolutistas.

Os combates mais trágicos do início deste conflito, a Norte do Douro, tiveram lugar, precisamente, no território do atual Município de Valongo, desde o vale do Rio Ferreira, nas freguesias de Sobrado e de Campo (a Leste) até às proximidades do Convento da Mão Poderosa, na freguesia de Ermesinde (a Oeste), passando também pelas freguesias de Valongo, Campo e Alfena.

## **2. Desembarque do Exército Liberal**

Depois de desembarcar em Arnosa do Pampelido, a 8 de julho de 1832 (na hoje designada Praia da Memória), o exército liberal, estimado em aproximadamente 7 mil e 500 homens (alguns dos quais mercenários estrangeiros), superiormente comandados por D. Pedro, instala-se na cidade do Porto, no dia seguinte.



Foto 2: Desembarque do Exército Liberal em Arnosa do Pampelido (quadro de Roque Gameiro).

Fonte: <https://franciscabrancoveiga.com/2021/02/15/guerra-civil-1832-1834-notula-brevis/>

As tropas absolutistas de D. Miguel haviam, entretanto, deixado a cidade, não oferecendo praticamente resistência à entrada do exército “libertador”.

No entanto, os liberais, pouco a pouco, iam ficando cercados na cidade do Porto pelas forças miguelistas (que integravam dez vezes mais soldados que o exército liberal), constituídas, efectivamente, por cerca de 80 mil homens comandados pelo General Álvaro Xavier Póvoas e pelo Visconde de Santa Marta.

Para evitar que o cerco se tornasse demasiado constrangedor, D. Pedro mandou os seus homens ao encontro do exército inimigo, para reconhecer as posições ocupadas e adiar o mais possível a sua aproximação ao Porto.

As principais operações militares, entre liberais e absolutistas, que, segundo algumas fontes, provocaram maior número de vítimas, ocorreram entre os dias 21 e 23 de julho precisamente em terras que, atualmente, integram o Concelho de Valongo.

### 3. Lutas liberais no Concelho de Valongo

De facto, alguns dos combates mais trágicos (pela mortalidade provocada), no início desta Guerra Civil, tiveram lugar, na Serra de Valongo (o último reduto montanhoso antes da cidade, no sentido nordeste), entre os vales do Rio Tinto e do Rio Ferreira<sup>2</sup>.

2 Nestas guerras participou, do lado liberal, um jovem valonguense, de nome José Duarte Reis. Em 1828, com



Foto 3: O “casario” do Porto (ao fundo) visto do alto da Serra de Valongo.

Fonte: foto do autor.

No dia 19 de julho, Santa Marta estabelece a sua 1.<sup>a</sup> brigada no lugar de Sobrado (uma das freguesias do atual concelho de Valongo).

A 21 de julho, escolhe e toma posições de combate do lado de lá

---

apenas 16 anos de idade, aquando da “Belfastada”, alistou-se no Batalhão da Rainha (D. Maria II). Durante a Guerra Civil (1832-1834) foi militar voluntário, formando perto do final do Cerco do Porto, um batalhão de voluntários, para combater ao lado das tropas de D. Pedro IV. Relacionou-se de perto com D. Pedro e com os irmãos Manuel e José da Silva Passos. Nas revoltas da Maria da Fonte e da Patuleia aderiu à Junta Governativa do Porto, desempenhando, nesse período, o cargo de administrador do concelho de Valongo (cf. PINHO, César Augusto Fernandes – *O percurso político de José Duarte Reis em registo autobiográfico*, trabalho académico apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018).

da Ponte sobre o Rio Ferreira (lugar da Gandra – concelho de Paredes). As suas forças, segundo Luz Soriano, rondariam os 12 mil homens, com quatro esquadrões de cavalaria (200 cavalos) e cinco peças de artilharia. Um dos esquadrões fixou-se em Valongo, enquanto os homens encarregados do reconhecimento dos movimentos do inimigo, subiram à Serra de Valongo, vigiando a encosta que dá para Ermesinde, Baguim do Monte e Rio Tinto, donde há uma excelente visibilidade sobre a cidade do Porto.

Para fazer o reconhecimento do inimigo, D. Pedro fez sair do Porto, em direção a Valongo, na madrugada do dia 22 de julho, o Batalhão de Caçadores n.º 5, o Batalhão da Rainha, o Infantaria 18 e ainda

80 guias a cavalo, sob o comando geral do Coronel Henrique da Silva Fonseca. Esta força passou em Rio Tinto às 8 horas da manhã, avistando nessa altura os “guias” do exército de D. Miguel no alto de Valongo e, embora aqueles recuassem, perseguiu-os, fez-lhes frente, e combateu-se logo ali, na descida para Valongo, havendo vítimas de ambos os lados, mas em maior número do lado liberal, que tinha menos homens e se encontrava numa posição no terreno bem mais fragilizada. Seguiu-se a fuga desesperada e desorganizada para Rio Tinto, ordenada “in extremis” pelo comandante Silva Fonseca. Do lado liberal, caíra morto o corajoso, e ainda muito jovem, Tenente Narciso de Sá Nogueira (foi a 1.<sup>a</sup> baixa de algum destaque nesta guerra civil).

D. Pedro reagiu de pronto. Transferiu a maior parte das tropas que tinha a sul do Douro para a margem norte e, na noite seguinte (de 22 para 23 de julho), sob o seu próprio comando (enquanto a defesa do Porto fica entregue ao Governador Militar), o grosso do exército cartista avança determinado a combater o exército absolutista, em direção a Valongo.

As forças liberais dividem-se à saída do Porto: umas seguem o itinerário mais próximo do rio Douro, a estrada de S. Cosme (que leva a Gondomar); outras avançam pelo centro, percorrendo a estrada de Valongo, via rio Tinto; e a ala esquerda do exército “libertador” marcha pelo caminho da Formiga.

### **3.1. Os combates da Formiga (Ermesinde) e a Batalha da Ponte Ferreira (Campo)**

Esta última coluna do exército liberal, que seguia pelo caminho da Formiga, era comandada pelo Coronel Hodges. Logo pela manhã, o Coronel Silva Fonseca já em Rio Tinto, perante o itinerário mais acidentado da Serra e, muito provavelmente, por ter divisado maior número de inimigos à sua esquerda, ordenou que algumas forças seguissem pela estrada de Baguim do Monte, e fossem reforçar as tropas de Hodges.

Mal estes soldados atingiam as primeiras colinas mais pronunciadas da Serra, talvez na área hoje ocupada pelos terrenos do Seminário do Bom Pastor (Formiga), na encosta do lado oposto ao edifício do Convento da Mão Poderosa, logo



Foto 4: O arvoredo do Seminário da Formiga, visto do lado do antigo Convento da Mão Poderosa.  
Fonte: foto do autor.

os absolutistas, em posição mais elevada do terreno e ocupando, por isso, as melhores posições de combate, começaram a disparar, obrigando a entrar também na luta as forças do Coronel Hodges, ao mesmo tempo que reforçavam com infantaria o seu ataque.

Segundo Domingos Oliveira Silva, o flanco direito das forças de D. Miguel passa logo «a combater, numa frente que devia abranger a linha das alturas, atualmente ocupada pela estrada que liga o Colégio de Ermesinde [instalado precisamente no antigo edifício do Convento da Mão Poderosa]

ao entroncamento do alto de Valongo»<sup>3</sup>.

Transcrevendo a *Chronica Constitucional do Porto*, o mesmo autor continua a descrever a batalha:

O combate assim começado tornou-se então geral entre o centro e esquerda da nossa linha (liberais), e a direita e o centro da do inimigo (absolutistas).

No prosseguimento das lutas, o centro principal das operações deslocou-se para o lado oposto do convento, embora no prolongamento da mesma linha:

Assim, o inimigo, forçado em flanco sobre a sua direita, e atacado vigoroso-

---

3 SILVA, Domingos Oliveira (1971) – *O Convento da Mão Poderosa* (dissertação para a Licenciatura em História), Porto, p. 102.

samente pelo centro, foi desalojado sucessivamente dos bosques e ondulações do terreno, que porfiadamente defendia; e tendo perdido afinal a esperança de resistir por aquele lado lançou-se todo sobre a esquerda<sup>4</sup>.

Segundo outras fontes, o combate prolongou-se ao longo de 7 horas e, sem uma vitória clara e definitiva de qualquer das partes, a verdade é que provocou grande número de mortos e de feridos nos dois lados.

As outras forças liberais, que passaram ao lado dos combates travados na Formiga, progrediram cautelosamente, ainda no princípio da manhã de 23 de julho, até descobrirem as posições inimigas que se encontravam para lá do rio Ferreira, desde a região de Balsehas, onde estava acantonado o flanco direito do exército miguelista, até aos pontos mais elevados da Serra do Raio, esquerda das mesmas forças, excelentemente posicionadas e armadas para mais facilmente poderem repelir o ataque dos liberais.

Nem D. Pedro nem os seus oficiais desconheciam a supe-

---

4 SILVA, Domingos Oliveira (1971), p. 103.

rioridade numérica do exército inimigo que, além do mais, escolhera atempadamente as posições dominantes que ocupava, mas a bravura dos seus homens não lhe permitiu qualquer hesitação, nem a causa pedia outra atitude se não a de ordenar o combate que se impunha.

E assim, a coluna liberal que tinha progredido pelo centro, tomava posições ofensivas no Monte Calvário (S. Martinho do Campo), iniciando pelas 11 horas do dia 23 de julho de 1832, o ansioso e vingativo tiroteio sobre os realistas que guardavam a Ponte Ferreira, cobrindo em simultâneo o movimento da força da esquerda que, situada em Balsehas, se preparava para atacar violentamente a direita do exército miguelista. Duas companhias do Infantaria 18, comandadas pelo Major Francisco Miranda, o Batalhão Francês sob o comando do Major Chichiri e o Batalhão Inglês do Major Shaw passaram a vau o Ferreira e fizeram recuar o flanco direito do inimigo.

Viu-se então Santa Marta obrigado a reforçar aquela ala do seu exército, que não conseguiu aguentar a pressão das baionetas liberais, com a transferência de



Foto 5 - Um aspeto atual da Ponte Ferreira  
Fonte: foto do autor.

homens do seu flanco esquerdo que obrigaram, por sua vez, os constitucionais a atravessar de novo o rio, acabando por ser atraídos a uma emboscada que lhes fora preparada por um esquadrão da Cavalaria de Chaves, fiel a D. Miguel. Muitas mortes então aconteceram quer do lado Pedrista, quer do lado Miguelista.

Também no centro, a violência do combate se mostrava trágica pelos cadáveres liberais e absolutistas que empilhavam a ponte que ninguém lograra passar completamente. O sangue fratricida tingiu as calmas águas do Ferreira que, indiferentes, procuravam caminho entre os corpos que, no seu leito, se amontoavam. Entardecia e o tiro-

teio esmorecia até que, com a noite cessou o combate. Antes, porém, quando os liberais já se lamentavam da derrota, o Tenente Manuel Tomás dos Santos vendo, do lado inimigo, uma coluna miguelista em movimento resolveu apontar a sua peça de artilharia que, com êxito, disparou pondo o inimigo em fuga. Lavou a honra dos liberais porque os absolutistas recuaram em direção a Baltar, enquanto os Pedristas permaneceram nas suas posições.

Mas de pouco valeu aos liberais o sabor da vitória porque iriam viver ainda largos e penosos meses de fome, doença e morte antes que soasse o desejado grito de vitória decisiva que, finalmente, havia de

libertar o País do jugo da usurpadora monarquia absoluta.

#### 4. As vítimas humanas destas lutas

Foram muitas as vítimas humanas dos primeiros dias desta guerra a sério!

Mas os dados oficiais mudam, conforme a origem das fontes.

A *Chronica Constitucional do Porto*, afeta aos liberais, acerca deste assunto, refere:

A nossa perda entre mortos, feridos e extraviados, nas duas acções dos dias 22 e 23, pouco pode exceder de tresentos homens; a do inimigo, segundo todas as informações, excede a mil e duzentos; encontrando-se sobre a estrada de Penafiel, só feridos, cento e sessenta carros, não contando com a dispersão dos Corpos de Milícias, cujos individuos todos os dias se apresentam, pretendendo gozar, á sombra de um Governo Restaurador, do benefício que os restitue às suas casas e ás suas famílias<sup>5</sup>.

Já a *Gazeta de Lisboa*, simpaticante dos absolutistas, apresenta

números substancialmente diferentes:

Segundo Visconde de Santa Martha, Marechal de Campo, Comandante da 4ª Divisão. / Mortos e feridos nas acções de 22 e 23 de Julho:

Mortos 55 – Entre estes o Tenente de Cavallaria de Chaves, António José Paranhos, e o Alferes dos Regimentos de Infantaria de Cascaes, Romão José Baptista.

Feridos 212/217 – Entre estes o Coronel de Voluntarios Realistas do Porto, José de Mello Peixoto, os capitães de cavallaria de Chaves Salvador de Carvalho Assis, e de Voluntários Realistas de Braga Manoel Alves Teixeira Torres, o Tenente de Infantaria de Vallença José Manoel Machado; o Ajudante do Batalhão de Voluntarios Realistas de Villa Real, António Xavier da Costa, e os Alferes Lopo António Saraiva, do Batalhão de Voluntarios Realistas de Braga; Bento José de Miranda, dos Voluntarios Realistas de Chaves, e Antonio Fillipe Pinto, das Milicias de Guimarães<sup>6</sup>.

Independentemente da grande diferença dos números de uma e de outra fonte, o certo é que, só nestes dois dias (22 e 23 de julho

5 *Chronica Constitucional do Porto*. Porto: na Typ. de Viúva Alvarez Ribeiro & Filho, 1832-1833, de 28 de julho de 1832, p. 50).

6 *Gazeta de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional (1832-1833), de 31 de julho de 1832, p. 883.

de 1832), nas batalhas travadas no atual concelho de Valongo, largas centenas de homens perderam a vida, ou ficaram gravemente feridos, naqueles que têm sido considerados os combates mais violentos das guerras do Cerco do Porto.

Ainda hoje existe, no lado direito da escadaria que leva à entrada principal da Igreja de Santa Rita (outrora integrada no Convento da Mão Poderosa), uma lápide que assinala o sarcófago onde repousam os restos mortais desses soldados que tiveram a desdita de cair na luta fratricida que cobriu de luto muitas famílias portuguesas.



Foto 6: Lápide tumular do sarcófago com os restos mortais de alguns soldados da Guerra Civil (1832-1834).

Fonte: Foto do autor.

## AQUI REPOUZAM

OS RESTOS MORTAIS DE  
HUMILDES E DESCONHECI-  
DOS SOLDADOS QUE, SA-  
CRIFICADOS NAS LUTAS  
LIBERAES ENTRE D. PEDRO  
E D. MIGUEL PELA OCASIÃO  
DO CÊRCO DO PORTO (1832  
1834) FORAM SEPULTADOS  
EM VALA COMUM NO ADRO  
D'ESTA EGREJA.

---

R.I.P.

Reprodução da inscrição que se encontra na referida lápide tumular.

Durante o mês de agosto de 1832, entre Alfena (vale do rio Leça) e a Formiga (nascente do rio Tinto), estabeleceu-se a linha de fogo entre os exércitos inimigos, o que, na prática, representou um avanço dos absolutistas. Dois meses mais tarde, o General Conde de Santa Marta, avançou ainda mais em direção ao Porto, instalando a 2.<sup>a</sup> Brigada da 2.<sup>a</sup> Divisão (consti-

tuída por cerca de 7 mil homens) em Águas Santas.

Terá sido nessa ocasião que o atual Colégio de Ermesinde, ao tempo Convento dos Religiosos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, serviu de Hospital das forças de D. Miguel, que aqui terá estado mais de uma vez.

### **5. O Convento da Mão Poderosa serviu de Hospital às Forças Miguelistas**

O Diretor do Hospital era o Dr. António Paulo Anjo Viegas de Oliveira Freire. A esse Hospital Militar, em pleno teatro de operações, começaram a chegar, de todos os lados, os meios indispensáveis ao socorro dos feridos,

que resultavam de dádivas, que a *Gazeta de Lisboa*, ia publicitando. Lençóis, cobertores, mantas, enxergões, roupas, material de enfermagem eram os donativos que apareciam em maior número, e os ofertantes eram quase sempre, mosteiros, conventos e outras instituições religiosas.

Não nos é fácil imaginar o desespero e sofrimento dos combatentes feridos! Mas era, por certo, cenário horrendo, aquele em que os carros de bois, vagarosos e indiferentes, transportavam os feridos, entre estridentes gritos de dor e de morte, desde a linha avançada de combate até ao Hospital, às vezes em percursos de mais de 5 quilómetros.



Foto 7 - Fachada nascente do antigo Convento da Mão Poderosa (Ermesinde – Valongo)  
Fonte: foto do autor.

Os feridos mais graves, dos recontros mais violentos, como foram os de 22 e 23 de julho, e, sobretudo, os que aconteceram nos dias 8 e 29 de setembro, 11 e 12 de novembro de 1832, e 5 e 25 de julho de 1833, mesmo que ainda manifestassem ténues sinais de vida, eram desprezados (ou atirados à vala comum), para socorrer, prioritariamente, aqueles em que se notava alguma possibilidade de sobrevivência.

### **5.1. Visita de D. Miguel ao Hospital da Formiga no dia 20 de dezembro de 1832**

D. Miguel visitou o Convento dos Religiosos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, na Formiga, onde estava instalado o Hospital das suas tropas, no dia 20 de dezembro de 1832.

No fim desse primeiro ano em que a Guerra Civil se declarou, D. Miguel, com o objetivo de dar alento e apoio às suas tropas, deslocou-se aos vários centros de operações para que a sua presença fosse capaz de dar novo fôlego aos seus soldados e anular o efeito da propaganda liberal.

Um dos locais que visitou foi o Hospital Militar da Formiga. A *Gazeta de Lisboa*, n.º 304, trouxe a notícia, donde transcrevemos alguns excertos.

No dia 16 de dezembro, D. Miguel esteve em Valongo; no dia seguinte, passou revista "*as tropas, que estão ao Norte do Douro, e dellas recebo novos testemunhos de lealdade de amor*"<sup>7</sup>; a 19, foi visitar "*a Fabrica de Ferro a Crestuma*"<sup>8</sup> e na manhã do dia 20, passou revista "*a tres Corpos da Columna movei, que ainda não tinha recebido esta honra*", para, no mesmo dia e imediatamente a seguir, passar a última revista, desta vez "*ao Hospital de Sangue da Formiga*"<sup>9</sup>:

(...) Depois da última revista Dirigi-se ElRei Nosso Senhor ao Hospital de Sangue da Formiga, percorrendo todas as suas enfermarias, demorando-se particularmente naquella em que estão os bravos militares, que forão feridos no campo da honra na justa defeza do Rei e da Patria. He impossivel explicar as demonstrações de benignidade, e de affecto, que ElRei Nosso Senhor Prodigalizou áquelles

7 *Gazeta de Lisboa*, n.º 304, 20 de dezembro de 1932.

8 *Gazeta de Lisboa*, n.º 304, 20 de dezembro de 1932.

9 *Gazeta de Lisboa*, n.º 304, 20 de dezembro de 1932.

seus leaes Vassallos, como tambem se não póde pintar a emoção, que nelles, e em todos os circunstantes causou aquella scena verdadeiramente interessante, e pathetica. Depois de haver Sua Magestade assim penhorado dos mais vivos sentimentos de gratidão, e contentamento aquelles fieis guerreiros Seus defensores, Passou à Enfermaria onde se curão os prizio-neiros rebeldes, que se achão feridos, e Patenteando toda a Grandeza de Seu animo verdadeiramente Real, e da Sua Piedade e Clemencia verdadeiramente Christã, Tratou com a mesma bondade e carinho aquelles seus inimigos, que tinhão vindo armados a este Reino com o sacrilego fim de atacar os direitos da sua incontrastavel Legitimidade. He escusado referir a sensação, que em todos produzio espectáculo *tão tocante*. Concluido este acto, tomou ELRei Nosso Senhor em direitura o caminho de Braga<sup>10</sup>.

Mas, nas imediações da cidade do Porto, a Guerra continuava. Durante longos meses, os liberais e os portuenses viveram uma situação verdadeiramente desesperada, onde ocorreram epidemias, fome, indisciplina, revolta, deserções e até atrasos no pagamento dos soldados. A reviravolta tardou

em surgir, mas, quando surgiu, no final da primavera e início do verão de 1833, correu a favor dos liberais, que puderam, finalmente, sonhar com a vitória.

Pode parecer-nos estranho, mesmo a esta distância de quase dois séculos, como é que as forças liberais, em manifesta minoria, e restringidas ao espaço físico de uma cidade apenas (ainda que se trate da 2.<sup>a</sup> mais importante do País), conseguiram triunfar? Parece-nos que a chave da vitória esteve no querer dos ideais liberais, e, sobretudo, na determinação de alguns dos seus mais destacados protagonistas.

Neste particular, subscrevemos por inteiro, Eugénio dos Santos quando, a este propósito, escreve:

Os liberais triunfaram «por serem conduzidos por grandes chefes. Foram estes que minguaram aos miguelistas. Soldados nunca lhes faltaram, em número. Do que nunca dispuseram foi de cabos-de-guerra determinados, de um comando eficaz e catalisador, de solidariedade de chefias<sup>11</sup>.

---

10 *Gazeta de Lisboa*, n.º 304, 20 de dezembro de 1932, p. 1477.

---

11 SANTOS, Eugénio dos (2006) – *D. Pedro IV / Liberdade, Paixões, Honra*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, p. 230.

## 6. A fundação do Concelho de Valongo



Foto 8 – mapa do concelho de Valongo.

Esta Guerra terminava na primavera de 1834 com o triunfo de D. Pedro e dos Liberais. O Absolutismo estava definitivamente afastado do poder em Portugal (mas não as guerras civis, que ainda haviam de flagelar o Reino, de norte a sul, com os Levantamentos da “Maria da Fonte” e da “Patuleia”).

Mas voltemos ao triunfo de D. Pedro, à vitória da causa liberal e, sobretudo, aos seus efeitos. Interessa-nos aqui, particularmente, o caso de Valongo.

Diz-se na região, que D. Pedro IV, na conjuntura destas guerras, ao atravessar a localidade, «estranhara que ela fosse ainda simples freguesia, dado tratar-se de tão grande povoado, situado em local agradabilíssimo e importante pelo seu comércio e indústria»<sup>12</sup>.

Ora, pouco tempo após a derrota de D. Miguel e dos Absolutistas, foi criado o concelho de Valongo (29 de novembro de 1836), como justa homenagem e gratidão ao povo valonguense por ter ajudado os liberais durante a Guerra.

Nessa data, o concelho de Valongo ficou com 6 freguesias: Valongo, Alfena e Asmes (S. Lourenço de Asmes, isto é, Ermesinde), todas três do concelho da Maia; Campo e Sobrado, ambas do extinto concelho de Aguiar de Sousa; e Gandra, que pertencia ao concelho de Paredes (menos de um ano depois, a freguesia da Gandra foi reintegrada no concelho de Paredes, de acordo com o Decreto de 27 de setembro de 1837).

12 CABRITA, António Russo; SILVA, Maria Margarida C. F. (1973) – *Monografia do Concelho de Valongo*, p. 50.

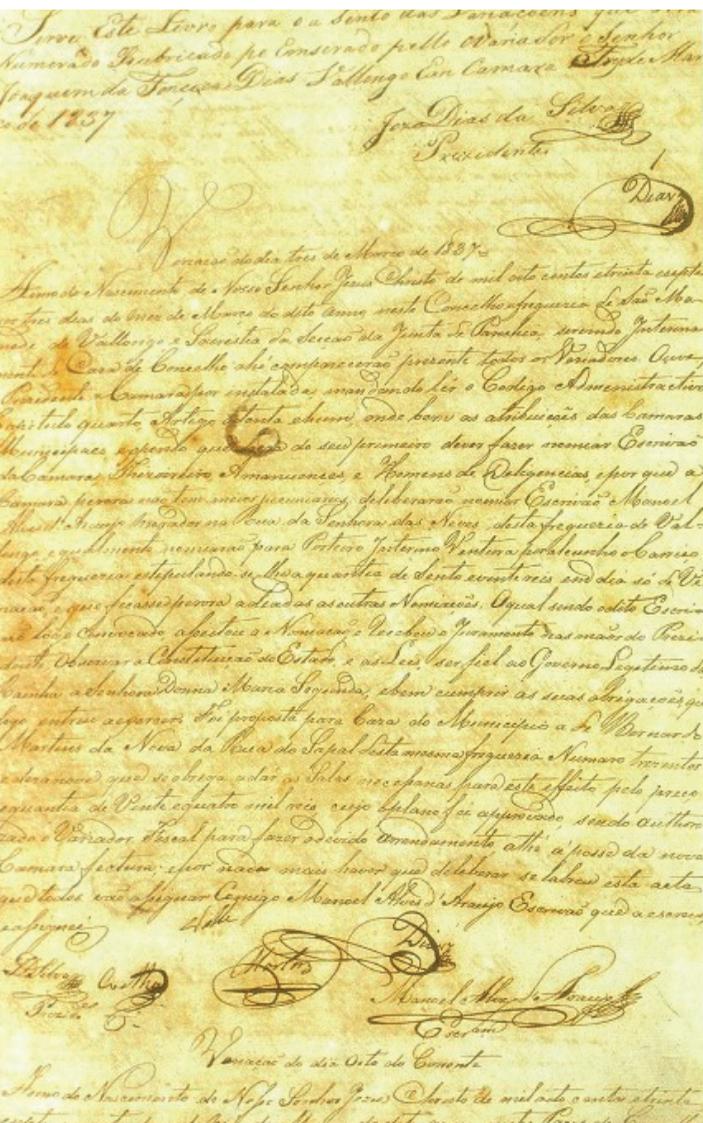


Foto 9 - Ata referente à primeira sessão da Comissão Administrativa do Concelho de Valongo (3-3-1837).

Fonte: AHVAL/CMVLG, B/A, 1-2-3, fl. 1.

A primeira Comissão Administrativa foi presidida por José Dias da Silva e a primeira sessão da Câmara teve lugar no dia 3 de março de 1837, na Sacristia da Igreja Matriz

de Valongo. O 1.º Executivo deste Município foi eleito em dezembro de 1837.

No Decreto de 6 de novembro de 1836 – publicado apenas no dia 29 de novembro de 1836 – que determina a criação do município de Valongo, a Rainha (D. Maria II) refere, expressamente, que esta terra lhe merece gloriosa recordação por ter sido daí que D. Pedro IV, seu pai, dirigiu a vitoriosa Batalha da Ponte Ferreira.

### 6.1. Almoço de D. Maria II, na Travagem

Vinte anos após as batalhas que aqui tiveram lugar e 16 sobre a criação do concelho de Valongo, D. Maria II e o seu séquito, ao regressarem de uma visita ao Minho, pela estrada de Guimarães ao Porto, foram obsequiados com um almoço na Travagem (S. Lourenço de Asmes), oferecido pela vereação do novo concelho valonguense.

O *Diário do Governo*, do dia 24 de maio de 1852, na primeira página, publica uma carta do Governador Civil do Porto, Visconde de Podentes, dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca

Magalhães, relativamente à visita que a Comitativa Real (Rainha D. Maria II, seu marido com o título de Rei, D. Fernando II, e os príncipes, que, mais tarde, viriam a ser reis de Portugal D. Pedro e D. Luís), fez ao norte do Reino, e onde se faz referência ao almoço que foi oferecido a Suas Majestades, em S. Lourenço de Asmes, no lugar da Travagem.

O teor da carta é o seguinte:

Governo Civil do Districto do Porto / III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. = Tenho a honra de participar a V. Ex.<sup>a</sup>, que tendo Suas Magestades e Altezas saído hoje de Santo Thyrso ás oito horas da manhã, e tendo-se dignado acceitar um bem servido almoço que tinha feito preparar, e lhes ofereceu na ponte da Travage a Camara de Vallango (sic), a sua entrada se verificou nesta cidade pelas duas horas da tarde, dirigindo-se Suas Magestades á Real capella de Nossa Senhora da Lapa, aonde assistiram a um solemne e pomposo Te-Deum, preparado e dirigido pela irmandade da mesma capella, no qual celebrou S. Ex.<sup>a</sup> o Bispo da diocese. (...) / Deos guarde a V. Ex.<sup>a</sup> / Porto 18 de Maio de 1852, ás quatro horas da tarde. = III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães, Ministro e Secretario de Estado dos negocios do

Reino. = Governador civil, Visconde de Podentes<sup>13</sup>.

## 7. Conclusão

Pelo que fica dito, ainda que de forma necessariamente sucinta, resulta a certeza de que toda a região valonguense foi diretamente afetada pela situação de Guerra Civil em que o “Grande Porto” se viu envolvido, entre o verão de 1832 e o de 1833.

E, apesar das fontes serem contraditórias, no que respeita às descrições dos movimentos militares e, sobretudo, na contagem das vítimas que ia fazendo, também se torna evidente que os primeiros combates foram bastante violentos e provocaram grande número de mortos e de feridos, de parte a parte.

A vida das gentes que então aqui viviam, ligadas na quase totalidade à vida agrícola, também foi significativamente perturbada. A fome e as doenças mortais: cólera e tifo iam ceifando vidas.

As famílias foram seriamente afetadas e até a taxa de natalidade

---

13 *Diario do Governo*, de 24 de maio de 1852.

baixou significativamente, por exemplo, no caso da freguesia de S. Lourenço de Asmes, até 1831, registavam-se uma média anual de 43 nascimentos, que, durante os anos da Guerra, baixou para cerca de metade, apenas 23.

Mas o mais importante, é que os liberais saíram triunfantes, o País pôde, com algum atraso e depois de novas dificuldades e lutas internas, modernizar a sua estrutura política e rumar a um futuro de maior esperança para a qualidade de vida dos portugueses de então.

## **Bibliografia**

BEÇA, Humberto (1921) – *Ermesinde, Monografia Historico-Rural*, Porto, 1921.

CABRITA, António Russo e SILVA, Maria Margarida C. F. (1973) – *Monografia do Concelho de Valongo*.

*Chronica Constitucional do Porto*. Porto: na Typ. de Viuva Alvarez Ribeiro & Filho, 1832-1833.

*Diario do Governo*, de 24 de maio de 1852.

DIAS, Manuel Augusto (1988.07.12) – «Lutas Liberais em Valongo» in *A Voz de Ermesinde*, n.º 337. E nos dois números seguintes, 338 (agosto de 1988) e 339 (setembro de 1988).

DIAS, Manuel Augusto; PEREIRA, Manuel Conceição (2001) – *Ermesinde / Registos Monográficos*, 2 volumes, Ermesinde.

DIAS, Manuel Augusto (1985) – «A Batalha da Ponte Ferreira» in *Boletim Municipal*, Valongo, janeiro de 1985.

DÓRIA, António Álvaro – *Movimentos Políticos do Porto no Século XIX*, fasc. 1-2 (Mar.- Jun., 1957), pp. 152-212.

*Gazeta de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional (1832-1833).

MARTELO, David (2001) – *Cerco do Porto 1832-33 – A Cidade Invicta*, Lisboa.

MARTINS, Oliveira (1981) – *Portugal Contemporâneo*, Lisboa.

MATA, Joel Silva Ferreira (2021) – *História Económica, Social e Administrativa do concelho de Valongo (1836-1926)*. Volume I. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.

MATA, Joel Silva Ferreira (2023) – *História Económica, Social e Administrativa do concelho de Valongo (1836-1926)*. Volume II. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.

MATTOSO, José (direção de) (1993) – *História de Portugal*, quinto volume (o Liberalismo), Círculo de Leitores.

MEDINA, João (direção de) (2004) – *História de Portugal / Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, volume X [Portugal Liberal (I)], Ediclube.

OWEN, Hugh (1915) – *O Cerco do Porto contado por uma Testemunha - O Coronel Owen*, Porto.

PINHO, César Augusto Fernandes (2018) – *O percurso político de José Duarte Reis em registo autobiográfico*, trabalho académico apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SANTOS P. Januário dos (1984) – *Alfena / Ontem e Hoje*, Edição da Paróquia de Alfena.

SANTOS, Eugénio dos (2006) – *D. Pedro IV / Liberdade, Paixões, Honra*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro.

SILVA, Domingos Oliveira (1971) – *O Convento da Mão Poderosa* (dissertação para a Licenciatura em História), Porto.

SORIANO, José da Luz (1846) – *História do Cerco do Porto*, vol. I, Lisboa.



# A década em que conheci Valongo. E antes, como era?

**Lino Tavares Dias**

(CITCEM FCT I&D unit 4059)

## *Resumo:*

Com este texto procuro reconhecer e salientar algumas marcas que conheci em Valongo nos finais da década de 50 e inícios da de 60 do século passado, agora meras memórias pessoais, e procuro apresentar alguns contributos que a investigação arqueológica e histórica nos tem dado para o conhecimento da estratigrafia histórica da paisagem cultural da região de Valongo.

Identifico e saliento “nove momentos” transformadores do espaço da região, desde o megalitismo neolítico até ao final do século XIX.

Estes “momentos” evidenciam a estratigrafia desta Paisagem Cultural construída ao longo do tempo. Mas, em todas estas observações, é interessante perceber os “elementos” que mais fortemente

determinaram, por condicionamento ou por afirmação, a forma, o tipo, o ritmo e as técnicas construtivas usadas em Valongo ao longo de muitos séculos.

*Palavras-chave:* Marcas - Paisagem - Identidade - Território.

## *Abstract:*

With this text I seek to recognize and highlight some points that I discovered in Valongo at the end of the 50s and beginning of the 60s of the last century, now mere personal memories, and I seek to present some contributions that archaeological and historical research has given us to knowledge of the historical stratigraphy of the cultural landscape of the Valongo region. I identify and highlight “nine moments” that transformed the region’s space, from Neolithic

megalithism to the end of the 19th century.

These “moments” highlight the stratigraphy of this Cultural Landscape built over time. But, in all these observations, it is interesting to understand the “elements” that most strongly determined, by constraint or by affirmation, the form, type, rhythm and construction techniques used in Valongo over many centuries.

*Keywords:* Marks - Landscape - Identity - Territory.

É desafiador refletir sobre a estratigrafia<sup>1</sup> da paisagem cultural

---

1 A palavra “estratigrafia” é, há muito tempo, muito utilizada na geologia, genericamente com um significado que aponta para a disposição da sucessão de rochas sobrepostas, associando essa sobreposição de camadas ao decorrer de milhões de anos de formação da Terra.

A palavra “estratigrafia” é também muito usada em arqueologia, embora com significado adaptado, não só porque se remete apenas ao tempo de existência do homem, como também só busca a sobreposição de intervenções do homem e de vestígios materiais de uso no seu quotidiano ao longo dos séculos. Na estratigrafia arqueológica salienta-se a importância da associação da ação humana com os vestígios por ela deixada nas suas distintas condutas, desde as mais vulgares e

de qualquer região, mas este caso tem particularidades que devo salientar.

Conheci Valongo quando, muito menino, nos finais da década de 50 do século XX, visitava família paterna que residia na vila.

A família usava o comboio desde o Porto e chegávamos a um apeadeiro, onde eu tinha a sensação de que estava, apenas, no meio de monte arborizado com uma “passagem de nível”. Era o apeadeiro do Susão.

Depois, comecei a ir de carro. Meu pai conhecia bem a estrada, mas, mesmo assim, no “volkswagen carocha” os quilómetros pareciam longos, principalmente até ao “alto da serra”, então um ponto apreciado e interessante no circuito curvilíneo, tão só porque começava a vislumbrar-se o vale longo, e Valongo aproximava-se.

Recordo de ver no telhado nordeste da igreja a palavra Valongo pintada em grandes letras

---

rotineira, às cerimoniosas, desde joias a todo o tipo de lixos, desde cerâmicas a moedas, entre muitas outras coisas que o decorrer do tempo transforma em restos, e o pó do tempo dispõe em camadas.

brancas. Recordo que me disseram que era uma indicação que ainda perdurava do tempo da segunda guerra, embora tivesse decorrido mais de uma década. Disseram-me que os edifícios assinalados eram salvaguardados de bombardeamentos pelas normas da guerra. Disseram-me que tinha sido pintado no tempo em que houve receio de ataques aéreos alemães a partir de Espanha.

Lembro-me de ver jogos de hóquei em patins no ringue que estava no terreiro central e que era rodeado de árvores, que também serviam de suporte aos panos que envolviam o campo em dia de jogo importante, para o fechar ao público não pagante. Lembro-me de ver os jogadores atravessarem a rua, equipados e com patins, porque o balneário estava do outro lado.

Lembro-me que havia trabalhadores, que conheci, que vinham para o Porto todos os dias de bicicleta. Outros, faziam-no de comboio, talvez porque tinham horários compatíveis ou outros meios.

Mais habituado ao largo dos bombeiros e ao centro da vila,

tinha a noção de que a estação do comboio era longe e o apeadeiro do Susão mais próximo.

Lembro-me de ir ao Calvário, onde se brincava a puxar as longas cascas dos grandes eucaliptos que marcavam aquele espaço em torno da capela.

Lembro-me, num dia de verão, de perguntar porque motivo passavam tantos funerais a pé, com pequenos caixões brancos, por vezes abertos. Disseram-me que morriam muitas crianças para os lados do Susão.

Assistia à passagem das procissões na janela de amigos de familiares, num primeiro andar, onde moravam as proprietárias de uma mercearia com um longo balcão de madeira. Isto aconteceu muitas vezes e cheguei a “pensar” que o abanar das cabeças dos cavalos brancos que abriam as procissões era sinal de cumprimento a quem apreciava o seu garbo e o dos militares cavaleiros, fardados de gala e capacete com penacho branco. Eram cavalos mais simpáticos e elegantes, ao meu olhar, que aqueles cavalos castanhos que garantiam a segurança no estádio das Antas, onde come-

çara a ir aos seis anos com meu pai. Talvez pela comparação que fazia entre o conforto do estádio das Antas e o do campo de futebol do Calvário, só lá fui uma ou duas vezes, pelo que pouco me recordo de ver o Valonguense jogar no campo pelado que “levantava pó”. Em contrapartida, meu pai acompanhava os resultados pela rádio, por vezes confundido com outro clube, também “valonguense”, mas que jogava noutros campeonatos distritais para os lados de Aveiro.

Em contrapartida, gostava de ver o quartel dos bombeiros, com um carro descapotável vermelho e uma grande ambulância branca. O edifício do cineteatro era ao lado do quartel dos bombeiros, onde fui poucas vezes porque a vida familiar quotidiana era no Porto e era na cidade que chegavam e se acompanhavam as estreias do cinema e perduravam os êxitos teatrais.

Recordo-me, muito miúdo, de cair num pequeno degrau na igreja de Valongo e ter sido levado, com a cabeça a deixar sangue, para o hospital, ali ao lado, mas que eu tive a sensação de que estava a ir para a periferia da vila.

Lembro-me de ver passar os “guardas republicanos” a pedallarem robustas bicicletas pretas que tinham uns suportes onde levavam as espingardas deitadas, como que protegidas pela perna de cada um dos militares. Percebi que era transporte institucional quando vi semelhantes situações no patrulhamento que a Guarda Nacional Republicana fazia nas praias atlânticas de Miramar, Aguda e Esmoriz.

Meu pai mostrou-me a escola Conde de Ferreira onde fizera o ensino primário, que o preparara para o curso comercial no Oliveira Martins na rua do Sol e o de contabilidade na rua Entreparedes. Tudo feito ao mesmo tempo que trabalhava numa “empresa alemã” na rua de Belomonte no Porto. Já crescido, lembro-me de conversar sobre estes topónimos expressivos, Sol, Entreparedes, Belomonte, Valongo, e até sobre a importância cívica do Conde de Ferreira.

Muito menino, ganhei predileção pelo sabor dos biscoitos de milho, com aspeto semelhante aos que existem atualmente.

Desde miúdo, a propósito de ver atletismo, ciclismo ou futebol, meu

pai ajudou-me a observar a partir da bancada central do estádio da Antas e através da “maratona aberta do lado sul”, toda a ampla paisagem da serra de Valongo e de tudo que se espraiava até lá, em especial o monte Alto. Anos mais tarde fecharam a “maratona” e a serra ficou mais longe.

Alguns anos mais tarde, já noutra década, no dia da inauguração da carreira “noventa e quatro” que passou a ligar o Bolhão a Valongo, fizemos a viagem num autocarro de “dois andares”. Outra forma de avistar o aspeto do vale em que Valongo se acomodava.

Habitado a valorizar a viagem entre o Porto e Valongo, lembro-me de meu pai me apontar o percurso inverso que era o valorizado na descrição feita no Guia de Portugal editado pela Fundação Calouste Gulbenkian, onde Valongo era salientada como “ponto obrigatório de passagem de quem demandava o Porto, vindo das terras amarantinas ou trasmontanas”. No volume dedicado ao Douro Litoral do Guia de Portugal<sup>2</sup>,

---

2 O primeiro volume do *Guia de Portugal* foi publicado em 1924, sobre a região de Lisboa. A primeira edição do volume sobre *Entre Douro e Minho - Douro*

a vila de Valongo foi descrita como “*tipicamente alongada, situada em recôncavo, no sopé da montanha. A sua principal rua – de casaria vulgar e bastante tortuosa – coincide com a estrada nacional, de trânsito relativamente intenso*” (1964, 543). Salientava a especialidade local de biscoitos e regueifas, e apontava os cafés Atlântico, Ribeiro e Vale como pontos de encontro social numa terra industrial de lousas, panificação e biscoitos, fibras de seda e extração mineira.

Porque tive a oportunidade de observar, muitas vezes, ao longo de anos, lembro-me de ler sem surpresa a descrição da paisagem a partir do ponto culminante da serra de Santa Justa: “*Daí se desfruta um panorama circular deslumbrante.*” A estrada que lhe dá acesso é empedrada, salienta o texto, mas sempre a percorri com a indicação de que servia para meu pai e amigos, nos anos 30, a descerem com os “carros de rolamentos”, sabendo que estragavam as solas das botas ao travarem, com a conseqüente reprimenda familiar.

---

*Litoral*, o quarto da série, foi editado em 1964. A Fundação Calouste Gulbenkian garantiu a reedição/reimpressão em outubro de 1994.

No cimo da serra de Santa Justa também me habituei a ver *“um modesto santuário, destituído de valor arquitetónico. Mas o horizonte larguíssimo que daí se abrange faz esquecer tudo. Em dias de boa transparência, alcança-se ao longe do horizonte, a serra do Arestal e do Montemuro, o Marão, o Gerês, a Cabreira e até o Buçaco e a serra de Arga.... A vista é sobretudo surpreendente para os lados do Atlântico sobre o casario do Porto. O rio Douro, à distância, encaixado entre Quebrantões e Valbom, parece um lago. É um panorama vastíssimo”* (1964, 544).

Lembro-me de ter partido a cabeça quando subi à torre da capela de Santa Justa e calculei mal a altura de uma porta.

Estas são memórias pessoais que me ajudam a reconhecer alguns aspetos que salientam uma década do século XX.

Em duas fotografias datadas de 1906 e 1951, que recentemente pude observar no arquivo municipal de Valongo, tive a possibilidade de salientar alguns pontos no urbanismo de Valongo. Em ambas, evidencia-se a escala e a dimensão da igreja paroquial

quando confrontada com as outras construções da vila. Esta igreja foi construída com a porta principal orientada a Noroeste e a capela mor a Sudeste. Geralmente, os edifícios das igrejas cristãs católicas são orientados com a porta principal a poente (Oeste) e a capela mor a nascente (Este), associada a Jerusalém. Alguns condicionantes preexistentes e espaço adequado para a construção foram razões para o “incumprimento”<sup>3</sup>.

Nestas fotos também podemos ver os sítios de extração de xisto na base da encosta nascente do vale. Assinalamos, também, a estação do caminho de ferro, situada no que podemos chamar periferia da urbe.

Ao centro das fotografias podemos observar o quartel dos bombeiros e o teatro, a escola e o conjunto de casas da rua 28 de maio, todas com pequenos quintais nas traseiras debruçados sobre a margem esquerda do rio Simão. No vale drenado por este rio abun-

---

3 AZEVEDO, Maria José Coelho (1999) – *A Igreja Matriz de Valongo – Arquitetura 1794-1836*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



*Foto 1* – Esta fotografia, de autor desconhecido, está datada de 1906. Foi captada a partir do lugar da “Boa Vista”.

*Fonte:* Arquivo da Câmara Municipal de Valongo.

*Legenda:* Salienta-se a Igreja, a sua frontaria orientada a noroeste e a parede lateral virada a oeste.

Reconhecem-se a escola de Conde Ferreira, que tinha sido construída cerca de 36 anos antes, já então a ladear a estrada nacional.

O edifício do quartel de bombeiros estava aqui a funcionar desde o ano anterior, em 1905. O teatro estava ainda em construção, tendo sido inaugurado no ano seguinte, em 1907.

No lado esquerdo da foto identifica-se a capela do Calvário. Também se vislumbra a estrada para o Susão e o entroncamento com a estrada para Alfena.

No lado direito da foto, no limite da Vila, o edifício da estação do caminho de ferro que tinha sido inaugurada 31 anos antes, em 1875.

Ao fundo, na encosta, as explorações mineiras de ardósia.



*Foto 2-* Esta fotografia, de autor desconhecido, está datada de 1951. Foi captada a partir da encosta da serra de Santa Justa.

*Fonte:* Arquivo da Câmara Municipal de Valongo.

*Legenda:* Salienta-se a Igreja, a sua parede tardoz orientada a sudeste e a parede lateral a oeste. O cemitério, implantado a sudeste, afastado do edifício da igreja, embora ligado ao adro por um corredor murado. Observa-se o edifício da escola de Conde de Ferreira, ladeando a estrada nacional, assim como o edifício da Câmara Municipal.

Também se evidencia o edifício do quartel dos Bombeiros e o Teatro, situados no Largo do Centenário. A Associação Humanitária dos Bombeiros de Valongo foi constituída em 1893, e a primeira instalação na vila foi na rua de São Mamede. Depois, no início do século XX, o quartel foi construído no largo da avenida D. Carlos I, topónimo mais tarde alterado para Avenida 10 de Outubro e para Praça do Centenário. Antes, na toponímia apontada em 1891, denominava-se Avenida Oliveira Zina.

O novo quartel dos bombeiros foi situado na periferia do centro urbano de então, pois ali só havia algumas casas e a escola primária, já no início da rua 28 de maio, redenominada 1º de maio após o 25 de abril de 1974. Esta rua ligava ao apeadeiro do Susão que, nesta fotografia, podemos observamos ao fundo.

O sítio de implantação deste quartel de bombeiros era muito adequado. Com frente para um amplo terreiro situado fora do centro, embora muito próximo, num ponto ligeiramente elevado, propiciava que os poucos carros de socorro que estavam muito tempo parados e com os motores “frios”, saíssem a descer, facilitando o arranque sem esforço. Mas antes de terem carro com motor, quando o equipamento era puxado pelos próprios bombeiros, a bomba manual, picota, instalada sobre carro com rodados, era a principal arma de combate ao fogo. Também nesta situação, durante as primeiras décadas do século XX, era-lhes mais fácil “rebocar” os equipamentos a descer quando saíam deste quartel bem localizado.

davam os campos de milho, atravessados pelo “caminho da Senra” que ligava o largo do Centenário à escola primária do Conde de Ferreira, a qual se destaca, isolada, marginal à estrada nacional.

Também se salienta o núcleo urbano em torno do edifício da igreja e o que se distende marginalmente à estrada nacional.

No edificado denota-se que domina o tipo de telhado com “duas águas”, tido como o mais simples de construir, quer pela quantidade de telha e madeira necessária, quer pela mão de obra mais qualificada que o telhado de “quatro águas” exige. Nesta fotografia este tipo de telhado aparece-nos, quase exclusivamente, em edifícios públicos, tais como a estação de caminho de ferro, o quartel dos bombeiros e as escolas.

Nestas fotos vê-se um arvoredo denso que encobre a capela do Calvário e, em contrapartida, evidencia-se a estrada que ligava a vila de Valongo a Alfena.

Estas são as constatações que a memória reteve e a fotografia favorece. Mas a posterior investigação histórica tem-me permitido reconhecer bastante mais sobre o que

a região de Valongo foi ao longo de muitos séculos, antes da década de 50 do século XX.

A preparação<sup>4</sup> de dois livros sobre a presença do homem em épocas antigas na região de Valongo, o primeiro intitulado *Os Romanos em Valongo*<sup>5</sup>, e o segundo assumido como *Contributo para reconhecer lugares e topónimos de Valongo*<sup>6</sup>, permitiu reunir elementos que apontam alguns “momentos” diferenciadores e que perduraram ao longo dos séculos.

Tal como apontamos nesses dois livros, muitas marcas ainda são reconhecidas por qualquer olhar cuidadoso, mais facilmente se o olhar for treinado, muito minuciosamente se estiver educado e for desafiado.

Para além das marcantes evidências arqueológicas e arquitetónicas determinantes na construção da

---

4 Trabalho feito com muita partilha de conhecimento com Paula Machado, Cristina Madureira e Pedro Aguiar, conhecedores do território porque o percorreram intensamente com olhares profissionais de história e de espeleologia.

5 O livro *Os Romanos em Valongo* foi publicado em Valongo no dia 24 de novembro de 2022.

6 No prelo em finais de 2023.

paisagem cultural do território do concelho de Valongo, procurou-se também acolher os indícios imateriais que perduraram, que parecem invisíveis e são geralmente muito débeis. Tentamos perscrutá-los através da toponímia e da influência das características dos solos sobre os costumes e o caráter dos habitantes, a que podemos chamar “telurismo dos sítios”. Em todo o trabalho de campo indispensável para desenvolver a análise do território, e para fazer o reconhecimento dos lugares e dos topónimos, usamos fotografia aérea e cartografia, antiga e atual. Salientamos, de entre todas, as editadas em 1947 e 1948, recolhidas e desenhadas pouco depois da segunda guerra mundial, num período em que os solos ainda não estavam muito alterados por intervenções intensas e sistemáticas para construção de edificado, ou por trabalhos de florestação geralmente feitos com insensibilidade patrimonial, para além de ajudadas pela modernização de máquinas e equipamentos capazes de revolver os solos, cada vez de forma mais veloz e cada vez mais fundo. Para observação do espaço urbano de Valongo também usamos a foto-

grafia aérea de 1939, assim como um mapa desenhado em 1933 em que foram salientadas as estradas municipais e os caminhos vicinais. Também usamos um desenho datado de 1955, preparatório do plano de urbanização da vila de Valongo.

Assumimos o desafio de tentar perceber a estratigrafia da Paisagem Cultural de Valongo através de marcas que podemos reconhecer ou induzir no território. O objetivo foi contribuir para o melhor conhecimento e, assim, ajudar a qualquer participação na discussão do futuro.

Embora não se suportem em estudos exaustivos, ao contrário do que o arqueólogo privilegia, podendo, por isso, correr o risco de alguma subjetividade, é possível reconhecer “momentos” ao associar marcas do homem desenvolvidas em intervalos de tempo bem definidos, ao efeito transformante que tiveram no território e na construção da paisagem cultural de Valongo.

Estes intervalos de tempo, determinados por datas *ante* e *post*, e deste modo bem definidos, assumem-se como “momentos” em

que, de facto, houve mudanças visíveis na forma de viver e que são identificadas em áreas relativamente homogêneas, onde se denotam pela estreita relação entre as características ecológicas de um espaço e as atividades humanas que nele se desenrolaram. A estes “momentos” foram, geralmente, associados intervenções construtivas, exemplificadas e identificadas, geralmente reconhecidas como património arquitetónico e arqueológico.

Reconhecer e justificar o equilíbrio entre estas realidades, entre o trabalho e a vida do homem num especial período de tempo, continua a ser um enorme desafio para a investigação interdisciplinar.

As evidências identificadas na paisagem resultaram do casamento do trabalho do homem com a natureza, contribuindo para o reconhecimento da especificidade de uma paisagem cultural identitária. Assim, aquilo a que chamamos “momentos”, são manifestações que associamos ao tempo, suportados na história, assumidos como indicadores dos pontos fortes que se evidenciam, e que, por isso, podem ser verdadeiras chaves de leitura da paisagem.

Com o reconhecimento destes “momentos” também procuramos valorizar a modernidade contemporânea e assumir as exigências de rigor e de ética nas relações com o passado.

Este é um tema repetidamente abordado durante as últimas décadas, resultado da centralidade formal que assumiu nas discussões lançadas pela UNESCO, mas também tema salientado pela sensibilidade autoral. É de evidenciar a obra *Memórias de Adriano*, texto romanceadas por Marguerite Yourcenar<sup>7</sup>, onde o Imperador Adriano, no século II, afirmava que *“construir é colaborar com a terra; é por numa paisagem uma marca humana que a modificará para sempre; é contribuir também para essa lenta transformação que é a vida das cidades”*.

E também salientava que *“... reconstruir é colaborar com o tempo sob o seu aspecto de passado, apreender-lhe ou modificar-lhe o espírito, servir-lhe de muda para um mais longo futuro; é reencontrar sob as pedras o segredo das origens.”*

---

7 YOURCENAR, Marguerite (1974) – *Memórias de Adriano*, Editorial Ulisseia, Porto, 109-110.

No caso da construção milenar da paisagem cultural do território do concelho de Valongo, apontamos os “momentos” marcantes que, neste momento do século XXI, assumimos como reconhecíveis, salvaguardando que a investigação, em futuro próximo, pode acrescentar conhecimento e aconselhar reinterpretações.

O “**primeiro momento**” que reconhecemos terá sido evidenciado pela construção de antas e mamoaas, constituindo o que podemos designar por “planaltos dolménicos”, usados pelo homem para sepultar os seus mortos há cerca de cinco mil anos.

Embora não diga em que documentos se baseou, Joaquim Reis<sup>8</sup> apontou que “*ao monte que separa S. Pedro da Cova de Vallongo também chamam, em documentos antigos, Monte de Mamôas*”. Também Fernando Lanhas<sup>9</sup> referiu

a existência de uma mamoa e um dólmen, já então monumentos desaparecidos, na área do sanatório de Monte Alto. De facto, as condições geomorfológicas e a altimetria do planalto do “Monte Alto”, acima dos 300 metros, são adequadas à construção de antas com mamoaas. Situações similares podemos identificar em planaltos, com semelhante altimetria, em Alfena, embora não existam vestígios identificados.

O “**segundo momento**” que marcou a paisagem cultural de Valongo é reconhecido pelo povoado identificado na Serra de Santa Justa, acima dos 300 metros, o mais antigo conhecido na região. Para esta hipótese contribui a altimetria do espaço de construção deste povoado, associado ao achado de materiais que podem ser enquadrados no longo período

---

8 REIS, Joaquim (1904) – *A Villa de Valongo*, Porto, 58.

9 O Arquitecto Fernando Lanhas realizou trabalhos de inventário e cartografou monumentos arqueológicos, nas décadas de 60 e 70 do século XX, no âmbito da então Junta Distrital de Entre Douro e Minho e do Museu de Etnografia do Porto, de que foi diretor.

---

LANHAS, Fernando; BRANDÃO, Domingos Pinho (1965) – Inventário do Objectos e Lugares com Interesse Arqueológico, in *Revista de Etnologia*, Junta Distrital do Porto-Museu de Etnografia e História, Porto: Imprensa Nacional.

entre os 700 e os 500 anos antes de Cristo<sup>10</sup>.

O **“terceiro momento”** neste território é reconhecido e identificado por outros povoados, os denominamos “castros”, identificados com a Idade do Ferro, aqui implantados, predominantemente, sobre terrenos em torno dos 200 metros de altitude, certamente para responder às condições de vida que os outros povoados, mais antigos, porque situados em pontos mais altos e agrestes, não asseguravam. Estes castros instalados em terrenos mais baixos que os do “segundo momento”, foram edificadas com recurso a novas técnicas de construção, e acolhiam as populações com que se confrontaram os romanos quando chegaram a este território, no século I antes de Cristo.

Não é muito grande o número destes castros da Idade do Ferro identificados na região de Valongo<sup>11</sup>, o que permite pensar

que estaríamos perante um território com pouca população, apesar de ser montanhoso e, por isso, favorável à implantação deste tipo de povoados. Mas, em contrapartida, a geomorfologia da região impunha vales húmidos e alagados, para além dos solos nas serras serem de fraca qualidade. Estas condições não facilitavam o trabalho de subsistência do homem castrejo, o que poderia justificar o reduzido número de castros identificados no século I antes de Cristo neste território.

O **“quarto momento”** é reconhecido pela intervenção romana que foi muito marcante na paisagem cultural de Valongo. No final do século I antes de Cristo e no início do século I depois de Cristo, certamente atraídos pela riqueza mineira, funcionários e militares oriundos de outras regiões do império romano terão iniciado intervenções neste território. Embora não saibamos quais foram os caminhos usados pelos romanos para chegar a Valongo, foram impulsionados a partir da, então, recente, mas afirmada, capital *Bracara Augusta*. A partir desta nova cidade criada pelos romanos como

---

10 DIAS, Lino, *et al.* (2022) – *Os Romanos em Valongo*, Valongo: Câmara Municipal de Valongo, pp. 94-95.

11 Salientam-se os castros na serra de Santa Justa e em Couce. DIAS, Lino, *et al.* (2022), pp. 102-106.

capital política e administrativa, os romanos procuraram construir um caminho que estivesse a salvo das dificuldades que os ribeiros e rios colocavam, quer porque alagavam as terras baixas, quer porque a sua travessia complicava a vida a quem viajava. Julgamos que o primeiro caminho foi traçado de modo que pudessem chegar aos castros situados na serra de Santa Justa e em Couce, acima dos 200 metros de altitude. Esse caminho terá ajudado à construção do primeiro povoamento romano em Valongo, em torno dos 160 metros de altitude, no sítio atualmente conhecido por *rua Velha*.

Mas a exploração mineira, que foi a principal preocupação da atividade romana, obrigou à intervenção de muita mão de obra, de trabalhadores mineiros e operários<sup>12</sup> que não abundariam na região, o que exigiria a deslocação de gente oriunda de outras zonas do império. Durante o século I, para além da construção de casas romanas, também os castros terão

tido aumento de habitantes. No sopé da encosta nascente da serra de Santa Justa, na zona da *Ivanta*, já foi parcialmente escavado um conjunto de construções ligadas à exploração mineira. Outro núcleo pode ter existido na margem esquerda do rio Ferreira, antes da confluência da ribeira de Santa Baia, em frente ao alcandorado sítio do Alto do Castelo.

Os sítios que ainda hoje no território de Valongo são designados com o topónimo “castelo” podem ter tido, a partir de então, um papel importante como locais estratégicos para a administração romana.

O que podemos denominar como “momento romano” também marcou o território de Valongo com muita intervenção agrária que, ao longo dos séculos, certamente a partir do século II depois de Cristo, terá organizado um parcelário das terras em toda a região, quer desmatando gradualmente os sopés dos montes quer agricultando os vales, entretanto limpos e lavrados.

Este parcelário das terras terá criado um povoamento agrário disperso que, certamente, pred-

---

12 Operários indispensáveis para garantir o fabrico e manutenção das ferramentas necessárias para a abertura de galerias e a exploração mineira. Eram, por exemplo, caldeireiros, carpinteiros, serralheiros, fundidores, pregueiros.

minou ao longo de séculos, e ainda era identificável no século XX.

O **“quinto momento”** é reconhecido em Valongo pelo parcelário imposto no território e que perdurou ao longo de séculos medievais, modernos e contemporâneos, com manifestas marcas agrárias, durante o qual se mantiveram as tradições e formas de exploração dos solos.

Algumas estradas traçadas desde o século I perduraram e foram usadas durante os séculos seguintes, porque continuaram indispensáveis para assegurarem as tarefas obrigatórias ao funcionamento da economia.

Apesar de diversa documentação apontar alguns acontecimentos que poderiam ocasionar marcas patrimoniais, no território de Valongo denotamos um longo período em que delas não temos evidências ou ainda não as conseguimos identificar. Ao longo do quinto momento a intervenção do homem só se salienta pela atividade agrária. Deverá ter sido um longo período em que o homem suportava um povoamento agrário, disperso, em que altera-

ções na paisagem teriam objetivos privados, eventualmente associados a intervenções em propriedades agrícolas. Terá sido um longo período que marcou a paisagem pela sua estabilidade agrícola, sem expressão evidente de qualquer centralidade urbana na região.

O **“sexto momento”** só se evidencia no século XVII e XVIII com a construção ligada à moagem e à panificação, com recurso à exploração dos caudais dos rios Ferreira e Leça, onde a gestão da água, sua qualidade e força motriz, tornaram a região notável, rentável e sustentável, contando também com a proximidade do Porto e do que representava como centro consumidor, para onde os vendedores se deslocavam através dos caminhos antigos, por vezes coincidentes com traçados romanos.

O **“sétimo momento”** foi muito denotado, principalmente no espaço da Vila de Valongo. A assunção de autonomia administrativa, cujas discussões podem ter começado ainda no século XVIII, conduziram a que em 6 de novembro de 1836 fosse criado o

Concelho de Valongo, com territórios retirados a administrações vizinhas, como era o caso de Aguiar de Sousa e Maia<sup>13</sup>. Nos anos imediatos, principalmente nos cinquenta anos que decorreram entre 1837 e 1887<sup>14</sup>, foi evidente a intervenção do homem político em Valongo<sup>15</sup>, deixando marcas enormes no território<sup>16</sup>.

---

13 MATA, Joel Silva Ferreira (2021) – *História Económica, Social e Administrativa de Concelho de Valongo (1836-1926)*, edição Câmara Municipal de Valongo.

14 Durante estes anos existia em Portugal um ambiente social em mutação, evidenciado, por exemplo, pela edição de várias obras que se tornaram de referência, de autores como Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga, entre outros.

15 A primeira sessão da Câmara realizou-se no dia 3 de março de 1837, na sacristia da Igreja Paroquial. Nesta sessão foi apresentada a proposta para que a sede do município fosse instalada, a troco de uma renda, numa casa situada na rua do Sapal, número 319. A dinâmica da criação do concelho é salientada pelo facto de se terem realizado, entre março e dezembro de 1837, mais de 50 sessões do executivo municipal. Também a urbe de *Vallongo*, enquanto sede de concelho, foi elevada a vila em 20 de maio de 1837.

16 A proximidade ao Porto era sentida, e em Valongo não foram alheias as influências motivadoras provocadas pelas Exposições Industriais do Porto realizadas em 1857, 1861 e 1865, esta no Palácio de Cristal então inaugu-

Uma análise sumária permite-nos apontar que as obras se evidenciaram no núcleo urbano que existia no século XIX, sob o qual, apesar de decorridos muitos séculos, poderiam perdurar ruínas do primitivo povoado romano.

A abertura da rua da “estrada Nova”, em 1846, relembrando a importância estratégica da “rua Velha”, e a abertura da estrada real nº 33 em 1847<sup>17</sup>, marcaram e mudaram os pontos cardiais de

---

rado. A exposição decorreu entre 18 de setembro de 1865, dia em que foi inaugurado pelo rei D. Luís o palácio dedicado a exposições, e encerrou em 2 de fevereiro do ano seguinte.

Também a perspectiva positiva de Valongo poder vir a ser servido por caminho de ferro, apesar de só então, em 28 de outubro de 1856, estar a ser inaugurado o troço de Lisboa ao Carregado.

17 As más condições da estrada entre Vila Real e o Porto, com passagem pelos fragedos do Marão, por Amarante, Penafiel, Baltar, e Valongo, até chegar à Boa Vista no Porto “a chorar com dores nos ossos”, foram tema para os textos que Camilo Castelo Branco escreveu depois de fazer, em torno de 1850, uma viagem de liteira, que demorou vinte horas. Saindo de Vila Real às 10 horas da manhã, pernoitou em Amarante na primeira noite, em Baltar na segunda noite, e almoçou em Valongo no terceiro dia de viagem. Estes textos foram publicados em 1864 no jornal Comércio do Porto.

circulação das pessoas em Valongo, passando a ser dominante a circulação nas vias traçadas de nascente para poente, enquanto até então dominavam as movimentações em vias traçadas de norte para sul<sup>18</sup>. A organização de um plano geral de “estradas municipais” começa a ser perspectivada em 1865 e prolongou-se pelos anos seguintes, nomeadamente com articulação com as “estradas distritais” que ligavam a Águas Santas, a Ermesinde, a S. Pedro da Cova e a S. Martinho do Campo.

Em 1860 começou a construção da Fábrica de Fiação da Balsa, que aproveitava a água do rio Ferreira como força motriz.

Nessa data, também a exploração de antimónio já era feita na mina de *Valle d'Achas* e *Ribeiro da Igreja*.

A escola do Conde Ferreira, assim denominada pela disposição testamentária que o portuense *Conde*

---

18 Curiosamente, um plano preparado em 1955 para a vila de Valongo, recupera os eixos Nascente-Poente e Norte-Sul, embora com traçados de estradas com distintas categorias. É evidenciada a estrada nacional Porto- Vila Real e as estradas de Valongo para Cabeda e Ermesinde, e Valongo para São Pedro da Cova.

*de Ferreira* deixou para construir em Portugal cerca de 120 escolas, com planta e tipologia semelhante, foi construída em Valongo entre 1868 e 1870<sup>19</sup>.

Em 1874 foi fundada a fábrica *Paupério & Companhia*, que se especializou no fabrico de pão e biscoitos, podendo ser consequência da dinâmica criada durante o “sexto momento” pela exploração dos recursos hídricos para a moagem.

O inquérito industrial publicado em 1881<sup>20</sup> salientou que as padarias prosperavam em Valongo, consumindo anualmente 3000 toneladas de farinha. Eram, então, 77 no concelho, das quais 73 na vila de Valongo, empregando 96 pessoas, com salários de 140 a 200

---

19 Em 19 de agosto de 1840 terá sido criada a primeira aula Primária em Valongo. CAMILO, Joaquim de Sousa (1982) – *História de Valongo. Subsídios para a sua Interpretação*, edição Câmara Municipal de Valongo, p.54.

20 Com elementos recolhidos até 1880, o *Inquérito Industrial* foi publicado em 1881, editado em Lisboa pela Imprensa Nacional, sob a responsabilidade da Comissão Central Diretora do Inquérito Industrial, embora realizado por delegados que, no Distrito Administrativo do Porto, foram António José Teixeira, Luciano Cordeiro e Augusto Malheiro Dias.

reis para os homens, 100 a 120 reis para as mulheres, que eram dois terços dos trabalhadores. Estes salários eram usuais em Valongo, para além da comida ser fornecida pelos patrões. De acordo com o mesmo inquérito, a atividade das padarias prosperava porque beneficiavam da proximidade de rios que garantiam o funcionamento de 51 moinhos de água, os quais garantiam o uso de 102 mós, dando emprego a cerca de 150 trabalhadores.

Entretanto, para garantir condições para a administração do concelho, em 1874 foi comprado pela Câmara Municipal, por 3.400 reis, o edifício que tinha sido construído no início do século XIX para habitação de Bernardo Martins da Nova, marginal à, então, rua do Sapal, e onde a sede do Município estava instalada, por locação, desde 1837, e onde se manteve até 1989.

Acompanhando um movimento que se fazia sentir em Portugal, também em Valongo foi criada, em 1880, uma biblioteca pública instalada no edifício da Câmara.

Foi um período em que o aumento de emprego motivou o

crescimento da população residente. No recenseamento feito em 1864, no concelho de Valongo residiam 8511 habitantes e a freguesia mais populosa era a da sua sede, com 3002 habitantes.

Decorridos cerca de 15 anos, no recenseamento feito em 1878, denotou-se o aumento do número de residentes, passando para 9460 habitantes.<sup>21</sup>

O Inquérito Industrial de 1881 também registou um assinalável número de homens ligados à construção civil, habitantes em S. Lourenço d'Asmes<sup>22</sup>, mas que se deslocavam regularmente para trabalhar no Porto, certamente porque o caminho de ferro propiciava e porque o preço de aluguer

---

21 Também no Porto estavam a acontecer manifestos sinais de desenvolvimento. Em maio de 1872 deu-se a abertura da linha de transporte de passageiros, por tração animal, do Infante até à Foz e a Matosinhos, ao longo da marginal do rio Douro, promovida pela Companhia Carril Americano do Porto. Depois, a 14 de agosto de 1874 foi feita a abertura da linha desde a Praça Carlos Alberto até à Foz, via Boavista e Fonte da Moura, pela mesma Companhia e também com tração animal. Em 1878 foi introduzida a tração a vapor na linha da Boavista à Foz.

22 *S. Lourenço d'Asmes*, assim se chamou até 1911 o sítio onde cresceu Erme-sinde.

das casas e os terrenos para construção eram muito mais baixos em torno de Ermesinde.

Em 8 de dezembro de 1883 foi o início do processo para a iluminação pública na vila de Valongo. Foi complexo o processo de instalação gradual de iluminação pública em Valongo, mas em 12 de novembro de 1884 foi *arrematada a compra de 102 lampeões a petróleo para dispersar pelas ruas de Valongo*.

Poucos anos depois, em 20 de fevereiro de 1887, dá-se a abertura ao público da *Estação Telegrapho-Postal* na vila de Valongo, nos Paços do Concelho. No mesmo ano começa a ser usado o novo cemitério paroquial<sup>23</sup>.

---

23 O cemitério foi construído em terreno situado a sudeste da igreja paroquial e com o eixo central com ela alinhado. A construção da igreja iniciou-se em 1794 e a primeira missa foi celebrada 29 anos depois, a 20 de setembro de 1823. A igreja foi implantada num ponto saliente da encosta sobranceira ao vale, no mesmo sítio da primitiva, embora com outras dimensões e orientação (AZEVEDO, 1999, 79). A orientação Noroeste -Sudeste da nova igreja não foi feita de acordo com a tradicional implantação Este-Oeste. Com orientação mais próxima desta está a capela do Senhor dos Paços, edificada antes da igreja paroquial, mas que com ela forma um conjunto patrimonial.

Também a criação de uma corporação de bombeiros voluntários confirmou a vontade de equipar o concelho com instituições que solidificassem o movimento cívico da época. Foi através da constituição da Associação Humanitária dos Bombeiros de Valongo, em 1893, que se corporizou a primeira instalação de bombeiros na vila, na rua de São Mamede. Depois, no início do século XX, em 1905, o quartel foi construído no largo da avenida D. Carlos I, topónimo mais tarde alterado para Praça do Centenário, onde se mantiveram até final do século XX. O edifício acolhe, desde 2021, uma estrutura musealizada que homenageia, como logomarca de Valongo, a tradição do fabrico da regueifa e do biscoito.

O “oitavo momento” começou em 1865 com a exploração de ardósia pela companhia inglesa *The Vallongo Slate & Marble Quarries Company*.

Desde então, as marcas da exploração da ardósia merecem reconhecimento muito especial, pela sua especificidade e impacto direto transformador e, também, pela perduração na paisagem

cultural de Valongo até ao século XXI. Consideramos essas marcas como principais criadoras deste oitavo momento, evidenciado pelo impacto e pela influência social e económica que teve na sociedade local e regional.

O inquérito industrial publicado em 1881 faz referências muito importantes para percebermos o impacto que a exploração da lousa estava a ter em Valongo, tanto mais que era uma atividade que só aqui existia.<sup>24</sup>

A comissão que escreveu o relatório sobre a situação desta indústria em Valongo, salientou:

*...havendo sem dúvida uma extracção directa de substâncias naturais minerais, importa mais para o preço do producto a manufactura que o transforma do que o valor primitivo da substancia, valor quasi nullo por ser abundante. Já por isto, já porque, praticamente, lhe pareceu ver na indústria da preparação das louzas um elemento de desenvolvimento de riqueza, a comissão decidiu incluir as louzeiras no quadro dos seus estudos.*

*Além da fábrica do Gallinheiro, o principal núcleo de extração da lousa, foram registadas cinco ou seis pedreiras nas freguezias de Vallongo e S. Martinho*

*do Campo, empregando ao todo 58 homens. D'estas a maior é a da companhia Actividade, que por si só emprega 12 homens.*

....

*Mas além das 5 ou 6 officinas de extracção, ha em Vallongo 20 officinas de serração em que o trabalho de serra e plaina é todo braçal e occupa de 80 a 100 operarios, vencendo o jornal médio de 300 réis. Nos ultimos tres anno, a indústria, fomentada pelas construcções industriaes do Porto, que lhe pediam principalmente placas de cobertura, tem decaído, já pela conclusão das obras dos caminhos de ferro, já pela preferencia dada á telha franceza, que ultimamente se tem introduzido.*

De facto, as alterações nas técnicas de construção nas cidades que estavam a crescer no século XIX, assim como algumas tendências de gosto e de preço, fizeram com que fosse privilegiado o uso de telha cerâmica na cobertura das casas. Mas também neste âmbito os industriais de Valongo foram capazes de mudar, e adaptaram as capacidades que as pedreiras propiciavam.

*Que a louza seja ou não preferida á telha na cobertura dos edificios, é fóra de dúvida que a sua aplicação em tanques , em ladrilhos , em infinitas*

---

24 *Inquérito Industrial, Imprensa Nacional, Lisboa, pp 37-38.*

*peças de mobilia e adorno domestico, póde com vantagem substituir a madeira e o marmore, dando um valor economico aos inesgotaveis bancos naturaes do concelho.*

É para este fim que a companhia inglesa «Vallongo slate and marbles, quarries» (proprietária da fabrica do Gallinheiro) tem dirigido os seus esforços. Fundada em 1865, constitue hoje uma exploração já importante. A lavra dos bancos de louza, a céu aberto, occupa 55 homens, 24 mulheres e 18 creanças, com os salarios respectivos de 220 a 360 réis os primeiros, 120 a 140 réis as segundas e 80 a 120 réis as terceiras.

*As officinas de preparação consistem n'um systema de construcções abarracadas, contendo 1 machina motriz de vapor, 4 plainas e 3 serras mechanicas. O vapor move tambem um guindasto elevador, e as varias regiões do estabelecimento são communicadas por uma rede de pequenos tramways.*

*Alem das officinas de preparação da louza, alem da machina de vapor, cuja força é de 12 cavallos, a installação abrange uma ferraria com 2 forjas, 1 torno mechanic, 1 machina de furar tocadas a braço. Tem uma carpinteria propria. As machinas que preparam a louza são typos ingleses importados ou reproduzidos aqui sob a direcção do chefe da fabrica, Francis Ennor, inglez de nação, mas domiciliado ha muitos annos em Portugal, para onde veiu*

*como engenheiro mechanic. A preparação na fabrica attingiu até 1878 o máximo de capacidade productora dos aparelhos, isto é, 3.000 toneladas. D'então para cá baixou a 1.600, das quaes são 1.200 em pranchas e 400 em chapas para tectos. O valor medio da tonelada é 85000 réis.*

*The Vallongo Slate & Marble Quarries Company, empresa que desde 1865 estava a criar uma nova paisagem com a abertura das explorações de lousa, concentrara, em cerca de 15 anos, muito trabalho na denominada "fábrica do Gallinheiro", de tal modo que mereceu saliência especial no texto do inquérito editado em 1881:*

*Collocada na encosta fronteira á villa de Vallongo, e tendo de permeio a estação do caminho de ferro do Douro que passa no talweg do valle, as condições de transportes são favoráveis, por isso que as cargas são todas descendentes e a linha ferrea põe a fabrica em communicação rápida e económica com os mercados<sup>25</sup>.*

---

25 A linha férrea que permitia o transporte da lousa, a partir da estação de Valongo, tinha sido inaugurada cerca de cinco anos antes, em 21 de maio de 1875. O uso intensivo do transporte de mercadorias por comboio demonstrou a importância estratégica que teve a construção da linha do Douro para o

*A qualidade da louza é confessadamente excelente, e os productos do Gallinheiro destinam-se quasi exclusivamente á exportação.*

*Em 1880, através da alfandega do Porto, exportaram para a Dinamarca, Brasil, Grã-Bretanha e Rússia.*

A leitura deste inquérito sobre a situação da indústria, publicado em 1881, com elementos recolhidos em 1880, cerca de 15 anos depois da fundação da empresa gerida por ingleses, para além das outras de menores dimensões, confirma o impacto que a exploração industrial da lousa teve na paisagem cultural de Valongo, não só pela intervenção direta nos terrenos, mas também pelo impacto que provocou na estrutura social e económica. Foi uma atividade que criou emprego, algum dele obrigando à especialização de mão de obra, mas que também teve impacto na saúde pública, muito por causa das doenças profissionais que proliferaram, de que a silicose e a tuberculose foram predominantes.

Se o Inquérito Industrial publicado em 1881 salientava a ativi-

---

desenvolvimento industrial e para a economia da região.

dade em Valongo da pedreira de lousa denominada *Gallinheiro*, o Inquérito realizado em 1890<sup>26</sup>, quase uma década depois, mostrou o reforço dessa atividade industrial, já então com várias pedreiras, embora reafirmando a exploração inglesa como a principal na região. O Inquérito Industrial de 1890 também salientou a importância da exportação, principalmente para a Inglaterra, muito pela qualidade de produção da *Gallinheiro*, mas também identificava as pedreiras de *Barbilhão*, *Alto da Carniceira*, *Milhaira*, *Achão*, *Gandra*, *Outeiro do Linho*, *Alto de Fernandes*, *Sobrido* e *Susão*.

De facto, a exploração da lousa nas várias fábricas que foram surgindo na segunda metade do séc. XIX mudou a paisagem cultural de Valongo e teve implicações na sociedade local e regional. Por tudo isto, consideramo-la marca determinante, capaz de ser identificativa do “oitavo momento”.

O “**nono momento**” é evidenciado entre o início da construção da linha férrea do Douro no dia 8 de

---

26 Publicado em 1891 pela “Direcção Geral do Commercio e Indústria de Portugal; Lisboa: Imprensa Nacional.

julho de 1873 e o dia 30 de julho de 1875. Foi durante este período de cerca de dois anos que o território de Valongo assistiu à construção do caminho de ferro, servindo-se dele a partir da inauguração do troço entre Ermesinde e Valongo em 29 de julho e da abertura a público no dia seguinte.

Nesta data também abriram ao serviço público os apeadeiros em Cabeda e no Susão<sup>27</sup>, além da estação de Valongo, que já tinha sido inaugurada a 21 de maio de 1875, em simultâneo com a estação em Ermesinde, que servia também a linha do Minho.

Cronologicamente, o “nono momento” é parcialmente simultâneo com o “sétimo momento”, que reconhecemos como aquele em que se sentiu a afirmação administrativa e política do Concelho. Salientámo-los em separado porque as múltiplas e distintas consequências trazidas pelo caminho de ferro ultrapassaram o território do concelho de Valongo, embora nele tenha tido imensa influência.

---

27 Nos guias-horários dos caminhos de ferro editados na época, é referido como “Suzão”.

A construção do caminho de ferro foi uma marca na paisagem, evidenciada pelo corredor com a largura de algumas dezenas de metros, que a engenharia considerou adequado para o instalar, numa cota altimétrica em torno dos 100 metros de altitude, denotando-se na cartografia por cortar parcelas agrícolas só na medida em que era necessário, pelo que continuaram a ser agricultadas, de um lado e do outro da linha do comboio.

Nas últimas décadas do século XIX, a construção da linha de caminho de ferro do Minho, partindo do Porto, de Campanhã<sup>28</sup>, cortou terrenos em Águas Santas, Ermesinde, S. Mamede de Coronado, prosseguindo para Norte. Também a construção da linha do Douro, na mesma época, cortou terrenos desde Ermesinde até à Régua, atravessando Valongo.

Os troços dos corredores para o caminho de ferro constituem uma grande marca neste território. O traçado da linha do Douro,

---

28 Inicialmente denominada estação de Pinheiro, depois chamada Porto – Campanhã, foi inaugurada no dia 21 de maio de 1875, data em que foi aberta à exploração a linha do Minho entre Campanhã a Nine e a Braga.

construída a partir de Ermesinde, contornou pelo Norte a serra de Santa Justa, evitando-a, e foi construído em cota estabilizada até Valongo, prosseguindo com implantação semelhante para Livração e Régua. O último lanço da linha do Douro, do Pocinho a Barca D'Alva, foi inaugurado em 9 de dezembro de 1887, doze anos depois de o comboio ter chegado a Valongo.

A modernidade deste transporte era evidente e em 1889 já circulavam comboios entre Porto e Salamanca, revolucionando a mobilidade.

Também foram marcantes os impactos no desenvolvimento urbano das localidades servidas por estações de comboio.

As estações do caminho de ferro de *Vallongo* e de *Ermezinde* começaram a funcionar em 30 de julho de 1875, data em que foi aberta à exploração o troço entre *Ermezinde* e *Penafiel*, e originaram a construção de núcleos marginais às ruas que foram traçadas perpendicularmente às fachadas dos edifícios das estações, usando a porta principal como eixo de referência. Na vila de Valongo, a consolidação

deste arruamento urbano foi lenta e gradual, como podemos constatar pelo facto de só em 1903 ter sido iniciada a construção do passeio ao longo da estrada real até à estação do comboio<sup>29</sup>.

No entanto, o reconhecimento da importância do caminho de ferro em Valongo tinha sido evidenciado numa ata municipal de 6 de agosto de 1890 dedicada à reforma da toponímia da vila de Valongo e onde foi "*proposto que a numeração tenha começo a partir da Estação do Caminho de Ferro, visto ser hoje a principal artéria desta Villa*".

A importância que o comboio tinha para as populações foi salientada na primeira edição do *Guia dos Caminhos de Ferro de Portugal*, publicada em abril de 1876<sup>30</sup>, onde foi incluída a indicação dos horários dos comboios da *Companhia dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro*. A linha do Douro termi-

---

29 A peste bubónica que em 1899 se desenvolveu no Porto provocou muitos constrangimentos no movimento de pessoas e no tráfego ferroviário, podendo ter efeitos nas prioridades dos investimentos.

30 No Guia editado em 1876 por Lallement Frères, impresso na Typographia Lisboa, os horários dos comboios que serviam *Vallongo* eram apontados nas páginas 34, 35 e 36.

nava, então, em “Cahide”, pouco depois de Penafiel. A ligação entre Porto e “Vallongo” era feita diariamente por dois comboios, um de manhã que partia às 7h40 e chegava às 8h30 e outro de tarde que partia às 16h50 e chegava às 17h38. No sentido do Porto, os dois comboios provenientes de “Cahide”, passavam em “Vallongo” às 7h41 e às 17h43 e chegavam ao Porto às 8h27 e 18h25. Consta-se que as viagens demoravam cerca 50 minutos em qualquer dos sentidos, o que mudava, manifestamente, as noções de distância e de tempo para viagem entre o Valongo e o Porto<sup>31</sup>.

Em setembro de 1913 foi editado pela Gazeta dos Caminhos de Ferro o *Manual do Viajante em Portugal*, da autoria de L. Mendonça e Costa, onde foram descritos vários itinerários em todo o “Paiz e para Madrid, Paris, Vigo, Mondariz, Sant’iago, Salamanca, Badajoz e Sevilha”.

Valongo foi incluído na excursão X, do Porto a Barca d’Alva, e aponta:

---

31 Nos horários publicados no Guia Oficial dos Caminhos de Ferro para o ano de 1947, a viagem entre a estação de São Bento no Porto e o apeadeiro do Suzão demorava 40 minutos e deste até à estação de Valongo mais quatro minutos.

*“A partir da estação de Ermezinde, deixa-se à esquerda a linha do Minho avançando próximo da margem do rio Leça, cujo valle se alarga e melhora de aspecto; campos de cultura, variada arborização, casaes esparsos e a igreja de Alfena.*

*Na margem oposta, a serra de Valongo com a ermida de S. Miguel-o-Anjo, no alto. Para lá do viaduto de Dabeda, 130 metros de comprimento e 30 de altura, a via interna-se em plena serra, e transporta a trincheira de Cabeda, 1200m, o aspecto muda, deixando ver o ameno valle do Ferreira.*

*Em Vallongo, há o Hotel Central, Gadanho, Avenida. Villa muito industrial; tendo muitas padarias que abastecem o Porto. Nos arredores, minas de carvão, de antimónio e pedreiras de ardósia.*

Este guia para o caminho de ferro também salientava as ligações que poderiam ser feitas com serviço e horários combinados com outros transportes e, no caso da estação de Valongo salienta a ligação a Paços de Ferreira, que distava 18 quilómetros, feitos por “diligência com tração de cavalos”.

Associamos estes “momentos marcantes na construção da

paisagem cultural de Valongo” ao efeito transformante que tiveram no território, reconhecido pelos patrimónios construídos que ainda são reconhecidos na atualidade, e que foram desenvolvidos em intervalos de tempo *ante* e *post* bem definidos.

Perante esta perspetiva metodológica suportada em intervalos de tempo bem demarcados, não nos atrevemos a reconhecer, para além destes “nove momentos”, outros que, eventualmente, podem ter tido efeitos sobre a atual paisagem cultural de Valongo.

Assim, podemos resumir as marcas que identificamos em Valongo, com distintas durações e perdurações, sintetizando-as:

1 – Planaltos megalíticos usados para fins funerários;

2 – Alguns pontos elevados usados como povoados da idade do bronze;

3 – Castros da Idade do Ferro usados para habitação;

4 – Exploração mineira e agrária romana com a inerente construção de novos povoados;

5 – Exploração agrária que perdurou e predominou durante

séculos nas terras drenadas pelos rios;

6 – Indústria de moagem e panificação, nos séculos XVII e XVIII;

7 – Intervenções de afirmação territorial depois da criação administrativa do Concelho no século XIX;

8 – Exploração industrial de ardósia;

9 – Construção do caminho de ferro no final do séc. XIX.

Estes “momentos” evidenciam a estratigrafia da Paisagem Cultural de Valongo construída ao longo do tempo. Em todas estas observações, é interessante perceber os “elementos” que mais fortemente determinaram, por condicionamento ou por afirmação, a forma, o tipo, o ritmo e as técnicas construtivas usadas em Valongo ao longo de muitos séculos. De todos os “elementos”, a água mostra ter sido prioritária, na agricultura, na mineração e também no uso humano. A influência da água e das estruturas a ela ligados atravessaram o tempo, os séculos, motivando-nos especiais indefinições cronológica.

Esta dependência prioritária da água obrigou a processos construtivos especiais e, geralmente, de grande qualidade. A água como elemento prioritário aparece, em Valongo, quase sempre associada ao xisto, aqui usados com muito critério e qualidade, podendo afirmar-se que esta região se constituiu como laboratório de técnicas construtivas em xisto.

A água e o xisto são elementos reconhecidos, de diferentes maneiras, nos “nove momentos” transformadores do espaço da região, desde o megalitismo neolítico até ao final do século XIX, evidenciando a estratigrafia desta Paisagem Cultural.

### **Bibliografia**

AZEVEDO, Maria José Coelho (1999) – *A Igreja Matriz de Valongo – Arquitetura 1794-1836*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CAMILO, Joaquim de Sousa (1982) – *História de Valongo. Subsídios para a sua Interpretação*, edição

*dios para a sua Interpretação*, edição Câmara Municipal de Valongo.

DIAS, Lino, *et al.* (2022) – *Os Romanos em Valongo*, Valongo: Câmara Municipal de Valongo.

Direcção Geral do Comercio e Indústria de Portugal; Lisboa: Imprensa Nacional (1891).

*Inquérito Industrial*, Imprensa Nacional, Lisboa.

LANHAS, Fernando; BRANDÃO, Domingos Pinho (1965) – *Inventário do Objectos e Lugares com Interesse Arqueológico*, *Revista de Etnologia*, Junta Distrital do Porto-Museu de Etnografia e História, Porto: Imprensa Nacional.

MATA, Joel Silva Ferreira (2021) – *História Económica, Social e Administrativa de Concelho de Valongo (1836-1926)*, edição Câmara Municipal de Valongo

REIS, Joaquim (1904) – *A Villa de Valongo*, Porto.

YOURCENAR, Marguerite (1974) – *Memórias de Adriano*, Editorial Ulisseia, Porto, 109-110.



# Antecedentes onomásticos do topónimo “Luriz” (S. Martinho do Campo – Valongo)

Domingos A. Moreira\*

## Resumo:

Este estudo incide sobre um conjunto de nomes próprios das variantes do topónimo Luriz (S. Martinho do Campo – Valongo), como era conhecida a freguesia, na Idade Média.

Palavras-chave: Topónimo Luriz; S. Martinho do Campo; Idade Média

## Abstract:

This study focuses on a set of proper names from variants of the toponym Luriz (S. Martinho do Campo – Valongo), as the parish was known in the Middle Ages.

Keywords: Toponyms Luriz; S. Martinho do Campo; Middle Ages.

O topónimo *Luriz* (S. Martinho do Campo – Valongo), escrito “Luariz” em 1258<sup>1</sup>, deve ser idêntico ao

---

1 \* *Nota histórica:*

O presente trabalho intitulado: «Antecedentes Onomásticos Do Topónimo «Luriz» (S. Martinho do Campo – Valongo) foi solicitado ao seu autor Domingos A. Moreira, nos anos oitenta, do século passado, para ser integrado no primeiro número da *Revista Vallis Longus*, pelo coordenador dos então criados Serviços Municipais de Cultura, da Câmara Municipal de Valongo.

Este ilustre sacerdote, afamado linguista e amigo, muito apreciado nos meios intelectuais da Cidade do Porto, foi co-autor, conjuntamente com o Padre Nuno Cardoso, da obra: «Alfena A Terra e o Seu Povo». Aqui, nesta obra, como noutras em que o insigne filólogo interveio e foi autor, se nota a sua participação clara, no estudo e apresentação das variantes do topónimo relativos a S. Vicente de Queimadela, como era conhecida esta freguesia, na Idade Média.

Por último, reafirmamos que este profundo e certificado estudo é digno de toda a atenção e nota, não só pelo

topónimo escrito em 1220 “Luriz” e “Luiriz”<sup>2</sup> da freguesia de S. Adrião de Oleiros (hoje do concelho de Ponte da Barca) e idêntico ainda ao topónimo *Luriz* de Alpendurada e Matos (concelho de Marco de Canaveses). A comparação do topónimo *Luriz* de Valongo com a riqueza de documentação onomástica do topónimo *Luriz* de Marco de Canaveses fornece um bom alicerce para a reconstituição etimológica, mediante as formas<sup>3</sup> “leoderiz” em 1018<sup>4</sup>, “loderiz” em

1086<sup>5</sup>, “loiriz” em 1990<sup>6</sup>, “loeriz” em 1123<sup>7</sup>. Assim, uma vez que a forma mais antiga “leoderiz” de 1080 (do topónimo do Marco de Canaveses) indica a origem num nome pessoal *Leoderico* que A. A. Cortesão cita já no ano de 1092<sup>8</sup> e até o referido documento de 1080 indica a pessoa de “*leoderigus* preolix leoderiquiz” como proprietária (e, com toda a verosimilhança, fundadora) dessa aldeia de “leoderiz” (Marco de Canaveses), cabe muito bem supor idêntico facto originário (embora até com outra pessoa de igual nome) no caso de *Luriz* (S. Martinho do Campo – Valongo), até porque a forma “Luariz” de 1258 evoca muito de perto a referida forma “loeriz” do topónimo do Marco de Canaveses.

A relação onomástica dos topónimos *Luriz* com o nome pessoal *Leoderico* em 1092 *Leoderigus* no século XIII<sup>9</sup>, feita por

---

historial dos termos onomásticos aqui surgidos, como igualmente pela sua correlação com outras proveniências linguísticas em que os mesmos se inserem. Pelo seu significado e importância, aqui se edita, quanto mais não seja, para tributar a nossa homenagem a este ilustre linguista.  
(Jacinto Soares).

*Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintumdecimum in vssv Academiae Scientiarum Olisiponensis* Edita. *Inquisitiones*. Olisipone Ex Typographia Natioanlis M DCCCC LXI (doravante citada por *PMH*), p.577; *Corpus Codicum Latinorum et Portugalesium*, I, p.344.

2 *PMH*, p.39.

3 SILVEIRA, Joaquim da (1937) – «Toponímia Portuguesa», in *Revista Lusitana*, vol. XXXV, p.126.

4 *PMH, Diplomata et Chartas*, p.355, n.º 590.

---

5 *PMH, Diplomata et Chartas*, p.390, n.º 654.

6 *PMH, Diplomata et Chartas*, p.438, n.º 734.

7 *Documentos Medievais Portugueses*, Vol. IV, Tomo I. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1945, p.315.

8 CORTESÃO, A. A. (1912) – *Onomástica Medieval Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

9 CORTESÃO, A. A. (1912).

Joseph M. Piel<sup>10</sup> e pela *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*<sup>11</sup>, foi anteriormente apresentada por José Joaquim Nunes em 1925<sup>12</sup>.

Quanto aos antigos topónimos “Louriz” e “Loveriz” em 1258<sup>13</sup> hoje *Laboriz* em Telões (Amarante), “Leouriz” em 1097<sup>14</sup> e “Loveriz” em 1258 em Burgães – Santo Tirso<sup>15</sup> e “Louriga” no século XIV hoje *Loriga* em Seia referido por Joaquim da Silveira<sup>16</sup>, o caso parece ser mais delicado, pois, se a Joseph M. Piel pareceram relacionar-se claramente com nomes pessoais do tipo onomástico *liub / leub / leov*<sup>17</sup> do género de *Leobigildo* em 796, *Leouerigu* em 1044 etc.<sup>18</sup>, a Joaquim

da Silveira e à *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*<sup>19</sup> pareceram ligar-se ao referido nome pessoal *Leo(d)erico* (cfr. As formas citas “leoderiz”, “loderiz” e “loeriz”), pois o desenvolvimento fonético do *v* a seguir à vogal *u* (ou *o*) está documentado nos topónimos “Teo(d)ilanes” / *Tibães* Braga<sup>20</sup> e “Sunilani” / *Sevilhão* Rio Tinto – Gondomar<sup>21</sup> sendo este último cognato do topónimo *Soalhães* (Marco de Canaveses). Já von Grienberger comparou<sup>22</sup>, quanto às evoluções fonéticas, os nomes pessoais em *Liud* e *Tiud*: *Leodemundo* e *Teoderedu* (ambos com *eo*), *Loderigu* e *Todemondi* (com *o*), *Ledegundia* e *Tedegundia* (com *e*), cfr. Ainda (com *iu*) *Liut-bald* e *Thit-bald*<sup>23</sup> e assim, havendo a evolução fonética “Teu(d)i(l)enes” / *Tibães*, não era de

---

10 PIEL, Joseph M. (1976) – *Hispano-Gotisches Namenbuch*. Heidelberg, p.192; *Os Nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Lisboa 1937 e 1946, p.197.

11 *Apêndice sub voce Alpendurada*, p.177 e vol. 39, p.211 *sub voce Campo (Valongo)*.

12 *Homenage oferecido a Menendez Pidal. Miscelânea de Estudos Linguísticos, Literários e Históricos*. Tomo Segundo. Madrid: Librería y Casa Editorial, Hermanos (S.A.), 1925, p.595.

13 *PMH, Inquisitiones*, p.628.

14 *PMH, Diplomata*, p.513, n.º 864.

15 *PMH, Inquisitiones*, p.533.

16 SILVEIRA, Joaquim da (1940-1943) – «Toponímia Portuguesa», in *Revista Lusitana*, vol. XXXVIII, p.299.

17 PIEL, Joseph M. (1976), p.194.

18 CORTESÃO, A. A. (1912).

---

19 Vol. 31, p.162 *sub voce Telões (Amarante)*.

20 «Tibães», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXXI. Lisboa/ Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, p.609; *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n.º 34 (1958), p.85

21 «Sevilhão», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVIII. Lisboa/ Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, p.626.

22 *Zeitschrift fur deutsche Philologie*, vol. 37 (1905), p.547.

23 *Beitrage zur Nameforshug*, 4.º ano, fasc. 1. Heidelberg, 1953, p.9.

surpreender o mesmo em “leo(d)eriz” / “Leoueriz” / *Laboriz* (com a consoante labial *b* ou *v* como fruto da consonantização da parte final da vogal labial *u* ou *o*). O alcance desta possibilidade interpretativa deverá ser ainda mais bem estudada, nomeadamente a possível colisão dos dois temas onomásticos em causa.

Quanto à forma “Luariz” de 1258 (do topónimo de Valongo), é de supor equivaler (por via evolutiva) à forma “loeriz” (do topónimo do Marco de Canaveses), pois, sem entrar aqui no assunto da ligação vocálica entre os componentes na onomástica germânica e da passagem a *a* de qualquer vogal átona seguida de *r* na linguagem popular segundo o tipo de *número* / popular *númaro*, *americano* / pop. *amaricano* etc.<sup>24</sup>, bastará notar que o topónimo “Gonteriz” (assim escrito em 1110) da freguesia de Estela (Póvoa de Varzim) já aparece escrito “Gontariz” (com *a*) em 1161<sup>25</sup> e assim não é de estranhar que, a par da forma “loeriz”, apareça também a forma “Luariz” (em 1258).

24 *Revista Gaya*, II, 1984, p.132.

25 *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n.º 34, p.4.

O primeiro elemento *Leod* (de *Leode-rico*) consta da lexicografia dos diversos grupos linguísticos germânicos<sup>26</sup>:

1.º grupo oriental (afim do nórdico):

- gótico *liudan* “crescer”;
- visigótico *leodes* “nobre, gente”;
- borgúndio *leudis* “liberdade comum” (para todos);

2.º grupo oriental:

Sector do alto alemão:

- antigo alto *liut* “povo”;
- alemão moderno *Leute* “povo”

Sector do baixo alemão: antigo franco *liod* “povo”;

- antigo saxónico *liud* “povo” e antigo inglês *leod* “príncipe”;
- antigo frísio *liod* “povo”.

26 PIEL, Joseph M. (1976) – *ob. cit.*, pp.191-192; SCHONFELD, M. (1911) – *Worterbuch der Altgermanischen Personen- und Volkernamen*. Heidelberg, p.154 *sub voce* *Leudomarus*; POKORNY, Julius (1959) – *Indogermanisches Etymologisches Worterbuch*. I. Bern und Munchen, p.685; WALDE, A. (1965) – *Lateinisches Etymologisches Worterbuch*. Heidelberg *sub voce* *liber*; BENVENISTE, Émile (1983) – *Vocabulario de las Instituciones Indoeuropeas*. Madrid, p.209. Sobre *leodes* “nobres” nas *Leges Wisigothorum* ver *Revista de Filologia Española*, 19 (1932), p.141 e n.º 30 (1946), p.302.

A diversificação vocálica *iu / eo / eu* e consonântica *d / t* é conhecida doutros casos paralelos<sup>27</sup>: gótico *Kiusan* e *thiuda*, antigo nórdico *Kiosa* e *thiod*, anglo-saxónico *ceosan* e *theod*, antigo alemão *kiusu* e *diot* (novo alto alemão *deut-sch*); antigo nórdico *god*, antigos frísio e saxão *god*, antigo alto alemão *got*.

O conceito de “povo” inspirou a formação de nomes pessoais nas línguas germânicas como se vê do tema *fulc* – “povo” (alemão moderno *Volk* “povo”) e nomes pessoais *Fulc-radas*, *Fulc-lindis*, etc.<sup>28</sup> e do tema *thiuda* “povo” e nomes pessoais *Teodericus*, *Teodesindo*, etc.<sup>29</sup>, o que também acontece no antigo helénico com os temas *λαός* “povo” (donde os nomes pessoais *Demócrito*, *Nicolau*, etc.).

Quanto aos nomes pessoais formados com *Le(o)d / Liut*, Ernst Forstemann<sup>30</sup>, citando *Wini-liut*, *Vulfo-leud*, *Adal-leod*, *Heri-leut*, etc.,

enumera ainda *Leude-ricus* (nome dum bispo de Urgel no século VIII) e variantes *Leud-ricus*, *Leod-rich*, *Leot-ricus*, *Liuti-ric*, *Liud-ric*, etc., acrescentando ter o tema *Liut / Liud / Leot / L(e)od* colidido na evolução fonética com os temas *leuba* (a que nos referimos acima a propósito de *Laboriz*), *hloda*, *leuz* e *hleud*.

Entre nós A. A. Cortesão<sup>31</sup> documenta nomes pessoais em *L(e) o(d)* como *Leoderigus*, século XIII e *Loderigu* em 985, *Leodesindo* em 967, *Leodemaro* em 1037, *Leodemundo* em 915, *Leodegildo* em 1009, *Leodegundis* em 990 e *Ledegundia* em 928. Neste nosso caso peninsular será difícil fazer a destriça das formas onomásticas dos vândalos e visigodos (grupo oriental) e dos suevos e até francos (grupo ocidental) além do facto de estes nomes pessoais destes vários povos germânicos terem sido depois usados pelos naturais hispânicos.

Na Catalunha documentam-se nomes pessoais como *Leuderico* em 913, *Lofredo*, *Lodesindo*, *Leodemirus*, etc.<sup>32</sup>. Nos lombardos (grupo

27 KRAHE, Hans (1977) – *Linguística Germânica*. Madrid, p.634 e p.102 (na p.36 fala das afinidades do germânico oriental com o nórdico); MORET, André (1953) – *Phonetique Historique de l'Allemand*. Paris, p.31.

28 PIEL, Joseph M. (1976), p.109.

29 CORTESÃO, A. A. (1912).

30 *Altdeutsches Namenbuch Born 1900* columnas 1030-1031, p.1047.

31 CORTESÃO, A. A. (1912).

32 KREMER, Dieter (1969-1972) – *Dis Germanischen Personennamen in Katalonien*. Barcelona, p.172.

ocidental) conhecem-se *Liudericus*, *Liudoald*, *Liutolfus*, *Liutfrit*, etc.<sup>33</sup>. Nos borgúndios (do grupo oriental) temos por exemplo *Leudefer* bem como *Leudiharjis*, *Leudiwulfs*, etc.<sup>34</sup>. Entre os francos podemos citar os nomes pessoais *Leotsindus*, *Leotericus*, *Leuthbertus*, etc.<sup>35</sup>

O segundo elemento – *Rico* (de *Leode-rico*) é por demais conhecido na onomástica germânica de nomes pessoais como *Astericus*, *Audericus*, *Amaric*, etc., e consta da lexicografia dos diversos grupos linguísticos germânicos<sup>36</sup>:

1.º grupo nórdico:

- antigo islandês *land-reki* “rei”;
- sueco *rike* “reino”;

2.º grupo oriental:

- gótico *reiks* “rei” e *reiki* “império”.

Em gótico *ei* é uma grafia por *i* como *au* por *o* como se vê por

33 BRUCKNER, Wilhelm (1895) – *Die Sprache der Langobarden*. Strassburg, p.279.

34 GAMILLSCHEG, Ernst (1934) – *Romania Gwermanica I*. Berlin und Leipzig, pp. 72, 422, 318 e III (1936), p.136.

35 MORLET, Marie-Thérèse (1972) – *Les Noms de Personne sur le Territoire de l’Ancienne Gaule du VI.º au XII.º siecle*, vol. II. Paris, p.162.

36 *Altdeutsches Namenbuch Born 1900* colunas 1253-1254.; Dicionário de sueco-português e holandês-português, in PIEL, Joseph M. (1976) – *ob. cit.*, p.282.

exemplo das palavras *Peilatus* (Pilatus), “*Seimon Paitrus*” (Simon Petrus), *praitauria* (pretória), etc., da Bíblia gótica, de *Úlfila*, do século IV<sup>37</sup>.

3.º grupo ocidental:

Sector do anglo-saxónico *riki* “reino”;

Sector do alto alemão:

- antigo alto alemão *rihhi* “reino”;
- novo alto alemão *Reich* “império”;

Sector do baixo alemão:

- holandês *rijk* “reino, império”;
- antigo frísio *rike*;
- antigo inglês *rics*.

O conceito de “rei, chefe” é susceptível de aplicação antroponímica como se vê dos temas germânicos *waldan* “governar” e nomes pessoais *Manualdus*, *Astrualdus*, etc., e *frauja* (pronunciado *froja*) “senhor” e nomes pessoais *Frojulfus*, *Frogia*, etc.<sup>38</sup>.

Da grande série de nomes pessoais em *Ric*, apenas a título de curiosidade exemplificaremos os

37 TOVAR, António (1946) – «Lengua Gótica», in *Cuaderno IX do Manual de Linguística Indo-europeia*. Madrid, p.42.

38 *Enciclopédia Linguística Hispánica I*. Madrid (1960), p.440.

nomes ainda actuais de *Oderico*, *Eurico* e em tempos antigos nos diversos grupos linguísticos:

a) No grupo oriental (muito afim do nórdico): *Hildirix* rei dos vândalos, *Alaricus* rei dos visigodos, *Geberic* rei dos ostrogodos, *Ardaricus* rei dos gépidas, *Hilpericus* rei dos borgúndios, *Halaricus* rei dos héculos, *Fredericus* rei dos rúgios, *Gadaricus* rei dos gutones;

b) No grupo ocidental: *Ermanaricus* rei dos suevos, *Agenarichus* rei dos alanos, *Ascaricus* rei dos francos, *Malarix* rei dos frísios<sup>39</sup>.

Os elementos germânicos do nome pessoal *Leode-rico* têm ainda um abstracto mais vasto, pois constam das várias línguas indo-europeias como vamos ver.

I. Assim o elemento *Liut / Leod*<sup>40</sup> aparece nas *Línguas de tipo "centum"* (com a noção de "liber-

39 *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n.º 34, ps. 137, 9, 104, 34, 138, 289, 286, 291, 3, 32, 159.

40 ERNOUT, A.; MEILLET, A. (1959) – *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, 4.e ed. Paris, p.355 *sub voce liber*; SZEMERENYI, Oswald (1978) – *Introducción a la Lingüística Comparativa*. Madrid, p.118; CHANTRAINE, Pierre (1983) – *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque*. Paris, p.337; CHANTRAINE, P. (1938) – *La Formation des Noms en Grec Ancien*. Paris, p.229.

dade" e "plantar, desenvolver" unida à de "povo"):

- citado germânico *liudan* "crescer" / *leode* "povo";
  - grego ε-λεύθ-ερος "livre";
  - latim *liber* "livre" e osso *luvfrsis* "livre";
  - antigo irlandês *luid* "crescer";
  - albanês *lind* "cria, produz";
- Línguas de tipo "satem":
- antigo eslavo *ljudu* "povo" e lituano *liaudis* "povo";
  - sânscrito *rudh* "crescer" e *rodhati* "sobe";
  - avéstico *rud* "crescer" (noção de "crescimento, desenvolvimento" unida à de "povo").

O *l* inicial está representado (em vários casos) por *r* nas línguas do grupo indo-iraniano como consta de vários exemplos<sup>41</sup> como os seguintes:

Latim	Indo-iraniano
<i>lux</i>	<i>rocate</i>
<i>clino</i>	<i>srayati</i>
e assim <i>liber</i>	<i>Rudh</i> e <i>rodhati</i>

Quanto às correspondências das vacilações vocálicas grego *eu*, latim *i*, celta *u*, gótico e eslavo *iu*,

41 KRAHE, Hans (1953) – *Linguística Indoeuropea*. Madrid, p.91.

eis alguns casos paralelos deste facto<sup>42</sup>:

grego	latim	gótico	eslavo	indiano
	<i>lubet</i> e			
	<i>libet</i>	<i>liuba</i>	<i>ljubu</i>	<i>lubh</i>
λεγκός	<i>lux</i>	<i>liubath</i>		
e assim também ε-λεύθ-ερος	<i>lib-er</i>	<i>liud-na</i>	<i>ljud-u</i>	<i>rudh</i>

Quanto às correspondências consonânticas das dentais *t*, *dh*, *d* com a labial (latina) *b*, notar também alguns casos paralelos<sup>43</sup>:

Grego	Sânscrito	Germânico	latim
ε-ρϑ-ρός	<i>rohit (a)</i>	Antigo alto alemão <i>rot</i>	<i>rub-er</i>
	<i>udh-ar</i>	Antigo alto alemão <i>ut-ar</i>	<i>ub-er</i>
E assim também ε-λενθ-ερός	<i>rudh</i> e <i>rodh-ati</i>	Liud-na e leode	<i>lib-er</i>

42 SZEMERENYI, Oswald (1978), p.67.

43 ADRADOS, Francisco R. (1975) – *Linguística Indoeuropea*, I. Madrid, p.247; SZEMERENYI, Oswald (1978) –ob. cit., pp.67 e 83; POKORNY, Julius (1959), p.347.

Quanto à adição da vogal inicial ε em grego (ε-λενθ-ερός), notar ainda o caso paralelo de “ερεβος” perante gótico *riqis*<sup>44</sup>.

44 SZEMERENYI, Oswald (1978), p.93.

II. O segundo elemento *Ric* (de *Leode-rico*) aparece, segundo Émile Benveniste<sup>45</sup>, nos extremos (oriental e ocidental) das línguas indo-europeias ou seja<sup>46</sup>:

– sânscrito *raj* “rei”;

– lituano *rykis* “rei” tirado do artigo prussiano *rikis* “senhor”

– latim *rex, reg-is* “rei”;

– citado gótico *reikis* “rei”, etc;

– celta:

–Antigo irlandês *ri, rig* “rei”;  
címbrico *rhi* “rei”;

–Gaulês *rix* “rei” em nomes pessoais como *Toutiorix, Ceturix, Boirix, Vercingeterix*, etc.

Mas a unir os dois extremos geográficos há uma série de vocábulos um tanto relacionados com a ideia de “rei” (dominador), isto é, tocariano *rak* “cobrir” (dominar),

arménio *arcvi* “aguia” (dominadora das alturas), tendo para” (domino), *Reitis* (deusa véneta dos nascimentos, dominadora da existência), lituano *raza* “esticar” (dominar), russo *rok* “o destino”.

Sobre a correspondência vocálicas e (latim, gótico, frísio e em parte o i (celta), notar alguns casos paralelos<sup>47</sup>:

---

45 BENVENISTE, Émile (1983), p.243.

46 POKORNY, Julius (1959), pp.855-856; *Revue Archéologique* troisième série, tome XVIII. Paris juillet-décembre 1891, p.83; STOKES, Whitley; BEZZENBERGER; Adalbert (1979) – *Wortschatz der keltischen Spracheinheit Cottingen*, p.230; VENDRYES, J. (1974) – *Lexique étymologique de l'Irlandais Ancien*, Lettres RS. Paris, p. R-25 s. v. *ri*; ANTONSE, Elmer H. (1975) – *A Concise Grammar of the Older Runic Inscription*. Tubingen, p.55.

---

47 KRAHE, Hans (1953), pp.63 e 86; SZEMERENYI, Oswald (1978), p.57; MORET, André (1953), p.53; ZAMBONI, Alberto (1988) – *La Etimologia Germánica*. Madrid, p.11; POKORNY, Julius (1959), pp.731-732

Latim	Gótico, etc.	Restantes falares germânicos	Sânscrito	celta
<i>fe-ci</i>	<i>missa-deds</i>	Antigo alto alemão <i>tat</i>	<i>da-dha-mi</i>	Antigo irlandês <i>zil</i>  Antigo irlandês <i>mi</i>
<i>se-men</i>	<i>mana-seths</i>	Antigo alto alemão <i>sa-mo</i>		
<i>mensis</i>	<i>menoths</i>	Médio alto alemão <i>manot</i>		
	<i>mers "célebre"</i>	Antigo alto alemão <i>mar</i>		

Ora, não condizendo a identidade de vocalismo de "*reikis*" (= *rikis*) do germânico e do celta (*ri*, *rix*) com a variedade vocálica (celta *i* e gótico *e*) das correspondências acabadas de apontar, tem-se considerado o termo gótico *reikis*, segundo a interpretação de Henri Hubert<sup>48</sup>, H.D'Arbois de Jubainville<sup>49</sup> e Hans Krahe<sup>50</sup>, como adoptado do celta pelos germanos (povos ambos vizinhos), o que também aconteceu com outras palavras do Direito Público e Privado como alemão *Erbe* "herança" e irlandês

*orpe*, gótico *dulgs* "dívida" e irlandês *dligim* "tenho direito a"<sup>51</sup>.

Finalmente cumpre observar que na história e tradição linguística dos dois elementos do nome pessoal *Leode-rico*, cristalizado no topónimo *Luriz*, ainda continua vivo o segundo elemento no actual vocábulo *rico*, mantendo-se o antigo significado de "rei, nobre" no termo medieval *rico-homem*<sup>52</sup> que era o "nobre com autori-

48 *Los Celtas y la Expansión Céltica hasta la época de la Tène*. I. Barcelona (1941), p.89.

49 *Revue Archéologique* troisième série, tome XVII. Paris, janvier-juin 1891, p.188.

50 KRAHE, Hans (1953), p.34.

51 *Revue Archéologique* troisième série, tome XVII. Paris, janvier-juin 1891, p.188.

52 COROMINAS, J.; PASCUAL, J. A. (1980) – *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, vol.V. Madrid, pp.10-11; GAMILLSCHEG, Ernst (1934) –ob. cit., p.375; *Revista de Filología Española*, 19 (1932), pp.230, 30 e 300.

dade pública [...] membro da alta nobreza”<sup>53</sup>.

### Fontes e Bibliografia:

ADRADOS, Francisco R. (1975) – *Linguística Indoeuropea*, I. Madrid.

*Altdeutsches Namenbuch Born 1900* colunas 1253-1254.

*Altdeutsches Namenbuch Born 1900* colunas 1030-1031, p.1047.

ANTONSE, Elmer H. (1975) – *A Concise Grammar of the Older Runic Inscription*. Tubingen.

*Apêndice sub voce Alpendurada*, p.177 e vol. 39, p.211 *sub voce Campo (Valongo)*.

*Beitrage zur Nameforshug*, 4.º ano, fasc. 1. Heidelberg, 1953.

BENVENISTE, Émile (1983) – *Vocabulario de las Instituciones Indoeuropeas*. Madrid.

*Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n.º 34 (1958).

BRUCKNER, Wilhelm (1895) – *Die Sprache der Langobarden*. Strassburg.

CHANTRAINE, Pierre (1983) – *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque*. Paris, p.337.

*Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in archivo Municipali Portucalensi*, I. Porto: Arquivo Municipal, (1899).

COROMINAS, J.; PASCUAL, J. A. (1980) – *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, vol.V. Madrid.

CORTESÃO, A. A. (1912) – *Onomástica Medieval Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Dicionário de sueco-português e holandês-português, in PIEL, Joseph M. (1976).

*Documentos Medievais Portugueses*, Vol. IV, Tomo I. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1945.

*Enciclopédia Linguística Hispánica* I. Madrid (1960), p.440.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. (1959) – *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, 4.º ed. Paris.

---

53 MATTOSO, José (1985) – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Vol. I- *Oposição*. Lisboa: Editorial Estampa, pp.134-135.

*Leges Wisigothorum* ver *Revista de Filologia Española*, 19 (1932), p.141 e n.º 30 (1946), p.302.

GAMILLSCHEG, Ernst (1934) – *Romania Gwermanica I*. Berlin und Leipzig.

*Homenage oferecido a Menendez Pidal. Miscelânea de Estudos Linguísticos, Literários e Históricos*. Tomo Segundo. Madrid: Librería y Casa Editorial, Hermanos (S.A.), (1925), p.595.

KRAHE, Hans (1953) – *Linguística Indoeuropea*. Madrid.

KRAHE, Hans (1977) – *Linguística Germánica*. Madrid.

KREMER, Dieter (1969-1972) – *Dis Germanischen Personennamen in Katalonien*. Barcelona.

*Los Celtas y la Expansión Céltica hasta la época de la Tène*. I. Barcelona (1941).

MATTOSO, José (1985) – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Vol. I- *Oposição*. Lisboa: Editorial Estampa.

MORET, André (1953) – *Phonetique Historique de l'Allemand*. Paris.

MORLET, Marie-Thérèse (1972) – *Les Noms de Personne sur le Territoire*

*de l'Ancienne Gaule du VI.<sup>e</sup> au XII.<sup>e</sup> siecle*, vol. II. Paris.

PIEL, Joseph M. (1976) – *Hispano-Gotisches Namenbuch*. Heidelberg, p.192; *Os Nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Lisboa (1937 e 1946).

POKORNY, Julius (1959) – *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*. I. Bern und München, p.685;

*Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintumdecimum ivssv Academiae Scientiarum Olisiponensis* Edita. *Inquisitiones*. Olisipone Ex Typographia Nationalis M DCCCC LXI. *Diplomata. Inquisitiones*.

*Revue Archéologique* troisième série, tome XVIII. Paris juillet-décembre (1891).

*Revista de Filologia Española*, 19 (1932).

*Revista Gaya*, II, 1984.

«Sevilhão», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVIII. Lisboa/ Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, p.626.

SCHONFELD, M. (1911) – *Wörterbuch der Altgermanischen Personen-*

*und Volkernamen.* Heidelberg, p.154 *sub voce* *Leudomarus*.

SILVEIRA, Joaquim da (1937) – «Toponímia Portuguesa», in *Revista Lusitana*, vol. XXXV.

STOKES, Whitley;  
BEZZENBERGER; Adalbert (1979) – *Wortschatz der keltischen Spracheneinheit Cottingen*.

SZEMERENYI, Oswald (1978) – *Introducción a la Lingüística Comparativa*. Madrid.

«Tibães», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXXI. Lisboa/ Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, p.609.

TOVAR, António (1946) – «Lengua Gótica», in *Cuaderno IX do Manual de Linguística Indo-europeia*. Madrid.

VENDRYES, J. (1974) – *Lexique étymologique de l'Irlandais Ancien*, Lettres RS. Paris, p. R-25.

WALDE, A. (1965) – *Lateinisches Etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg *sub voce* *liber*.

ZAMBONI, Alberto (1988) – *La Etimologia Germánica*. Madrid.

*Zeitschrift für deutsche Philologie*, vol. 37 (1905).



# Itinerários do Caminho de Santiago no Concelho de Valongo: Algumas Breves Evidências

**Paulo Caetano Moreira**

Mestre em História e Património

Técnico Superior C.M.V

## *Resumo:*

Resulta este trabalho de um estudo inicial efetuado, em janeiro de 2020, com o intuito de recolha de evidências relacionadas com o Caminho de Santiago pelo concelho de Valongo, as quais, por exemplo, contribuíram para fundamentar a entrada do Município de Valongo, como membro, na Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, a 13/12/2021. Contudo, apresenta-se, agora, um trabalho ligeiramente ampliado e atualizado com novas informações. O objetivo foi o da identificação, nomeadamente através de factos históricos, de possibilidades de itinerários do Caminho de Santiago a atravessar o concelho, bem como foi o de perceber que valorização

estes itinerários já haviam obtido no passado.

*Palavras-chave:* Caminho de Santiago; Valongo; Peregrinação; Património.

## *Abstract:*

This work results from an initial study carried out in January 2020, with the aim of collecting evidence related to the Camino de Santiago through the municipality of Valongo, which, for example, contributed to justifying the entry of the Municipality of Valongo, as a member, at the Portuguese Federation of the Camino de Santiago, which took place on 12/13/2021. However, a slightly expanded and

updated work is now presented with new information. The objective was to identify, particularly through historical facts, possibilities for routes on the Camino de Santiago crossing the municipality, as well as to understand what appreciation these routes had already obtained in the past.

*Keywords:* Saint James Way, Valongo; Pilgrimage; Patrimony.

Se, como expressam nos seus relatos os peregrinos, o Caminho começa e termina à porta de casa de cada um, tendo como ponto comum o túmulo do Apóstolo, na Catedral de Santiago então, haverão centenas de caminhos, ramificados pelo território e que se vão entroncando na proximidade daquele local de peregrinação, pois cada peregrino que saia de sua casa em direção a Santiago, terá de percorrer um caminho secundário que o leve às vias principais.<sup>1</sup>

---

1 NATURBARROSO (2017) – «Estudo de Caracterização e Justificação Histórica do Traçado do Caminho de Santiago na Região Transmontana e das Necessidades de Investimento dos Caminhos de Santiago no Norte de Portugal», in *Caminho de Santiago: Estudos dos Traçados no Norte de Portugal*. [S. l.]: Eixo

## Introdução

Santiago de Compostela é, desde o século IX, local de peregrinação, para onde convergem os peregrinos através de diferentes itinerários. Atualmente, mais do que a fé será a vontade de caminhar, conhecer e explorar que impele os caminheiros a percorrerem os diversos itinerários em direção a Santiago de Compostela.

Embora, haja, ainda, necessidade de se continuar a aprofundar a investigação, no que respeita aos itinerários, com passagem pelo concelho de Valongo, podemos afirmar que existem dados que comprovam a sua existência, conforme abaixo, de forma breve, se explana.

Neste contexto dos itinerários “importa referir que os percursos do caminho devem ser entendidos

---

Atlântico do Noroeste Peninsular, p. 120, PDF.

como vias de ida ou de regresso a casa”<sup>2</sup>.

E como conclui o Professor Doutor José Marques “os caminhos de peregrinação não eram fixos e taxativos. A composição dos itinerários variava muitas vezes, de acordo com os interesses culturais ou as conveniências de momento dos peregrinos”<sup>3</sup>.

Por outro lado, “o caminho de Santiago, dito no singular, corresponde à ideia de uma árvore que se ramifica desde, e até, à casa de cada peregrino, tendo como ponto comum o túmulo do Apóstolo na Catedral de Santiago”<sup>4</sup>.

Será, ainda, de se citar a seguinte afirmação:

Como se pode verificar, nos caminho[s] a Santiago, em Portugal, nomeadamente, os caminhos medievais que levavam a Santiago de Compostela, não tinham um ponto

único de partida, mas sim, “trechos” vias intermediárias, ligações entre ligações, de cidades para cidades, e não necessariamente, uma via única. Assim, diz-se que não havia um caminho a Santiago, sendo que, na Idade Média, se falava em caminhos como o Caminho do Porto, as Vias de Braga e Guimarães<sup>5</sup>.

Por último, não há dúvidas que o interesse à volta do Caminho de Santiago tem vindo a crescer de forma exponencial. Associada a este crescimento encontra-se a importância da valorização dos territórios atravessados por percursos que levam os caminheiros em direção ao túmulo do apóstolo. Por isto, tem-se vindo a assistir a uma cada vez maior promoção de itinerários, através de diversificadas iniciativas, como sinalização, certificação, publicações de guias, etc., nomeadamente no que respeita

---

2 LOZA, Rui Ramos (2015) – *Estudo de viabilidade da candidatura à UNESCO do Caminho Português de Santiago*. [S. l.]: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. ISBN 978-989-98943-5-8, p. 4.

3 MARQUES, José (1998) – «Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela. Pressupostos históricos e condicionalismos de uma caminhada», in *Mínia*. Braga: ASPA. N.º 6, III Série, pp. 3-44 (p. 18).

4 LOZA, Rui Ramos (2015), p 3.

5 GOMES, Leandro Eustáquio (2017) – *Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela. O Património em Processo*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 146. O autor, nesta afirmação, faz referência a DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho (1994) – «Em Peregrinação a Santiago pelos Caminhos de Portugal», in *Gil Vicente – Revista de Cultura e Actualidades*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas. N.º 29, Jan./Dez., pp. 1-15.

às principais vias do Caminho. No entanto, em nossa opinião, poderá ser dada uma maior importância às variantes e aos percursos tributários (secundários) que fazem engrossar os itinerários principais.

### **O Concelho de Valongo**

O território do concelho de Valongo é composto por cinco freguesia, das quais duas são vilas, Campo e Sobrado, e três são cidades, Alfena, Ermesinde e Valongo. Atualmente, em consequência da reforma administrativa do território, encetada em 2013, as freguesias de Campo e Sobrado passaram a estar agregadas apenas numa unidade administrativa.

O concelho faz parte da Área Metropolitana do Porto e encontra-se a escassos quilómetros de distância da cidade portuense. Confronta, *grosso modo*, a norte com Santo Tirso, a leste com Paredes e Paços de Ferreira e a ocidente com Maia e Gondomar, com o qual confronta igualmente pelo lado sul. Serve-se de uma densa malha viária, a qual assenta, em parte, sobre vias ancestrais.

### **Itinerários no Concelho de Valongo**

Apresentam-se, aqui, algumas breves referências que evidenciam a existência de itinerários que atravessam o território do concelho de Valongo. Itinerários estes que importa continuar a valorizar, promover, dar a conhecer e saber cada vez mais acerca dos mesmos.

Há bibliografia que, sustentando-se, inclusive, em registos documentais e testemunhos de peregrinos de relevante importância, indica a existência de itinerários dentro dos limites do concelho valonguense.

Veja-se o caso de um peregrino estrangeiro que, embora de forma circunstancial, passa por Valongo. Trata-se de Erich Lassota de Steblovo, militar ao serviço de Filipe II, que em 1581, se dirigiu para Santiago de Compostela, atravessando território do atual concelho de Valongo. Quando chega a Gaia, “no dia 14 de janeiro não lhe foi permitido entrar no Porto por causa da peste, mas tendo subido uma milha pelo rio Douro até Pedra Salgada, passa a Valongo, Alfena e

Vendas do Carneiro [da Carreira]<sup>6</sup>. No dia 15 chega a Guimarães, depois de ter marginado o rio Vizela<sup>7</sup>. Regressando de Santiago volta a percorrer território do concelho, passa em Alfena, vindo, assim, de Guimarães e Vendas do Carneiro (da Carreira), seguindo depois por Vendas da Pica (Pícua, Águas Santas), a caminho do Porto<sup>8</sup>. Neste caso, obviamente, que entre Alfena e Pícua terá passado obrigatoriamente por Ermesinde.

Quando se dirigia para norte, não se sabe exatamente qual o itinerário que tomou logo a seguir ao atravessamento do rio Douro. Tendo feito a travessia na zona de Pedra Salgada, eventualmente, ter-se-á dirigido a Valongo pelo vale do rio Ferreira ou da zona de

Valbom seguiu diretamente para Valongo<sup>9</sup>, onde comeu, conforme registado em diário<sup>10</sup>. O impedimento no atravessamento da cidade do Porto obriga-o a um desvio, o qual não estava nas suas previsões, contudo, a passagem por Valongo não terá sido por mero acaso ou mesmo equívoco<sup>11</sup>, na medida em que terá sido encaminhado por uma variante adequada e comum. Esta variante, por território de Valongo, seria prática e adequada para os peregrinos, principalmente para aqueles que atravessavam o rio Douro mais para o interior, pelo menos até à zona de Crestuma ou mesmo até Melres. Os peregrinos, vindos do sul, no caso de passagem por Crestuma, poderiam, a partir de Arrifana (Santa Maria da Feira), seguir, a via refe-

6 Provavelmente há aqui confusão entre as palavras Carneiro e Carreira. Na freguesia de São Tiago da Carreira (Santo Tirso), atualmente agregada com Refojos de Riba de Ave, existe o lugar Souto da Venda.

7 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias Medievais I. Entre Douro e Minho*. Dissertação de Licenciatura. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 152-153.

8 MERCADAL, José García (1999) – *Viajes de Extranjeros por España y Portugal: Desde los tiempos más remotos hasta comienzos del siglo XX*. Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, p. 427.

9 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968), no mapa entre as pp. 161 e 162, indica um traçado de acordo com esta possibilidade de passagem direta da zona de Valbom para Valongo, por parte de Steblovo.

10 MERCADAL, José García (1999), p. 424.

11 A passagem por Valongo foi indicada em diário como tendo sido uma "equivocación de caminho" (MERCADAL, José García (1999), p. 424.), querendo, eventualmente, isto dizer que não se encontrava nas previsões iniciais do itinerário a percorrer e que por força das circunstâncias teve de ser alterado.

renciada por Mario Saa, a estrada “romana não militar, ou seja a romana do Porto, [que] descia de Fiães a Crestuma”<sup>12</sup>. Nesta localidade, o rio Douro, em algumas alturas de estio, segundo informadores de Mario Saa, era “transponível a vau, «com água pela barriga»”, e “1 Km a montante, «com água por baixo do joelho»”<sup>13</sup>, neste caso na zona que corresponderá *grosso modo* à localização aproximada da atual barragem de Crestuma-Lever. Como diz Saa, “estes factos ajudam a compreender a volta por Crestuma e o acesso ao Porto, por Gondomar”<sup>14</sup>, para quem vinha do sul. Pois, “de Crestuma a Braga havia caminho directo por Alfena, mas a travessia do Douro em Crestuma tinha por principal objectivo a cidade do Porto”<sup>15</sup>. Obviamente que os peregrinos tendo como destino Santiago de Compostela, atravessando em Crestuma, naturalmente continuariam com o rumo norte. Daqui passariam pelo atual lugar

12 SAA, Mario (1960) – *As Grandes Vias da Lusitania: O Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Tipografia da Sociedade Astória. Tomo III, p. 169.

13 SAA, Mario (1960), p. 170.

14 SAA, Mario (1960), p. 170.

15 SAA, Mário (1960), p. 170.

de Compostela, na Foz do Sousa, seguindo pelo vale do rio Ferreira em direção a território do atual concelho de Valongo. Continuariam, assim, pela aldeia de Couce (localizada entre as serras de Pias e Santa Justa), Campo, Valongo, Susão e Alfena, onde desembocavam na via do Porto para Guimarães, a *via vimaranes*.

Há mais de 20 anos, este itinerário pelo vale do rio Ferreira e Valongo em direção a Água Longa, no concelho de Santo Tirso, foi sinalizado, pelo Clube Unesco da Cidade do Porto, com o apoio da Câmara Municipal de Valongo, com setas e vieiras amarelas pintadas no chão e em muros (exemplo na fotografia 1).



Foto 1: Vestígios de vieira pintada pelo Clube Unesco da Cidade do Porto, no gaveto da Rua Fernandes Pegas com a Travessa Jorge Malta. Fonte: Paulo Caetano Moreira (2018).

Isto, segundo informação obtida, em 2014, do então presidente do clube, Dr. Sílvio António de Matos, entretanto, infelizmente, já falecido. A corroborar esta informação refira-se que o assunto foi presente a reunião do executivo valonguense, a 3 de junho de 1998, tendo sido atribuído um subsídio ao Clube Unesco da Cidade do Porto, no valor de 50.000\$00, com aprovação por unanimidade<sup>16</sup>. Atualmente, ainda subsistem vestígios da marcação, tendo sido já efetuada uma remarcação da sinalização.

Segundo informação colhida junto da Sra. Professora Arminda Santos, da atual direção do referido Clube Unesco da Cidade do Porto, em 1998, fizeram o Caminho de Santiago, pelo referido itinerário, com partida da Foz do Sousa. Na primeira etapa, realizada a 16 de maio, onde participaram 45 pessoas, percorreram o vale do Ferreira até Campo, com visitas culturais incluídas a pontos de interesse. Na etapa seguinte, a 20 de junho, fizeram o Caminho entre Campo e Santiago

da Carreira (Santo Tirso), passando por Valongo, Susão e Alfena. Em terras minhotas, depois de Braga dirigiram-se para Amares e Portela do Homem. Já na Galiza tomaram a direção de Celanova e Ourense. Quando terminaram a peregrinação em Santiago de Compostela, a 20/11/1999, o grupo havia engrossado para 100 pessoas.

Num outro caso histórico de um estrangeiro, do qual existem registos da sua peregrinação, temos Leão de Rosmihal. Em 1566, já no regresso de Santiago, terá passado por Alfena, isto tendo em conta que, num percurso via Braga, passou em Guimarães e dirigiu-se à cidade do Porto, com uma comitiva composta por 40 pessoas<sup>17</sup>.

Refira-se, ainda, que no lugar de Vilar, junto a Alfena, e nas proximidades do limite com Ermesinde, subsiste uma placa indicativa do Caminho de Santiago na estrada N 105 (fotografia 2), sendo que esta via se inicia na cidade do Porto e tem passagem por Ermesinde e Alfena em direção a Guimarães.

---

16 CMV (1998) – Deliberação da reunião da Câmara Municipal de Valongo de 3/06/1998.

---

17 EIXO ATLÂNTICO (ed.) (2017), p. 33.



Foto 2: Placa indicativa na EN 105, km 7,2, lugar de Vilar. Fonte: Paulo Caetano Moreira (2023).

Foram instaladas estas placas, nos anos 90, no âmbito de uma campanha de valorização do Caminho, aquando do Jacobeu de 1993. Foram colocadas nas estradas em direção a Santiago de Compostela e próximas de caminhos antigos. A estrada N.º 105 é uma estrutura viária moderna que substitui e recalca, em parte, a antiga via medieval do Porto a Guimarães.

Um outro itinerário leva-nos a cruzar o Douro num local mais distante da cidade do Porto.

Conforme referido pelo Professor Jorge de Alarcão, uma via romana “partia de Braga para sudeste; ligava à região das minas de Valongo e Gondomar e, cruzando o Douro, continuava para o território dos *Paesuri* e para Viseu”<sup>18</sup>. Muito provavelmente um itinerário que serviria, igualmente, as explorações mineiras na serra de Banjas (sobranceira a Melres), mencionadas pelo mesmo autor<sup>19</sup>, e que se encontram na mesma faixa geológica da serra de Santa Justa, Valongo. Passaria, em Campo, no atual lugar da Milhária e próximo à Necrópole Romana da Corredoura<sup>20</sup>, junto do sopé da serra de Pias. Daqui ligaria, por um caminho que atravessa a serra, ao lugar de Aguiar, já na freguesia de Aguiar de Sousa (Paredes) e depois a Melres (Gondomar), encaminhando-se para o referido território dos

18 ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América. ISBN 972-1-02627-1, p. 91.

19 ALARCÃO, Jorge de (1988), pp. 80 e 128.

20 PINTO, José Marcelo Sanches Mendes (1994) – *Escavações Arqueológicas da Necrópole Romana da Corredoura (Campo – Valongo)*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo, p. 5. Os topónimos *Milhária* e *Corredoura* evidenciam por si só a existência de uma estrada romana.

*Paesuri*. Estes ocupavam uma área a sul do Douro e, no limite com este, desde o rio Arda (a oeste), até à zona de Resende (a leste), conforme apontado por Alarcão<sup>21</sup>, fazendo crer que a passagem do rio Douro se faria, de facto, na zona de Melres ou mais a montante.

Esta via com passagem por Melres e Campo é sustentada em *As Grandes Vias da Lusitania: O Itinerário de Antonino Pio*. É mencionado um percurso que “de Melres inflectia a estrada para Noroeste – quase Norte –, por Sarnadas, Senande [Aguiar de Sousa], S. Martinho do Campo (Valongo), Sobrado, Agrela, Sto. Tirso (concelho), Braga. Há, desta via, dois miliários, aparecidos em pontos deslocados, um em Cabeçudos, à travessia do Ave, outro em Antas, duas localidades na proximidade de Vila Nova de Famalicão e Sto. Tirso”<sup>22</sup>.

Este caminho a ligar a Aguiar de Sousa e ao Douro, para onde eram encaminhados “os mine-  
raes que d’ahi embarcavam para

Cale e depois Roma” tratava-se de “uma estrada romana de segunda ordem”<sup>23</sup>.

Em Melres, muito próximo de um cais no Rio Douro, existe uma capela dedicada a Santiago, a qual contribui para fortalecer a ideia da passagem, por esta zona, de um itinerário do Caminho de Santiago. Temos, pois, aqui um percurso que, segundo Mario Saa passa por Campo, seguindo para norte por Sobrado em direção ao território do concelho de Santo Tirso, rumo a Guimarães. Contudo, dada a proximidade, há, igualmente, a possibilidade de ligação de Campo a Valongo em direção a Alfena e Água Longa (Santo Tirso).

### **Cartografia do Caminho**

Analisada alguma cartografia associada com o Caminho, constatase que o mapa dos “Caminhos de Santiago na Diocese do Porto (mapa da Diocese em 1922)”<sup>24</sup> tem como itinerários secundários

---

21 ALARCÃO, Jorge de (2005) – *O território dos Paesuri e as suas principais povoações*. Conimbriga. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. XLIV, pp. 147-171 (p. 151 e carta anexa).

22 SAA, Mario (1960), pp. 167-168.

---

23 REIS, P<sup>o</sup>. Joaquim Alves Lopes dos (1904) – *A Villa de Valongo: Suas Tradições e História, Descrição, Costumes e Monumentos*. Porto: Typographia Coelho, (a vapor), p. 71.

24 PINTO, Armando (1997), p. 103.

um a passar por Valongo. É proveniente de uma confluência de dois percursos, um vindo de Gondomar e outro, ao que parece, de Valbom. De Valongo vai ligar, em Alfena, a um outro, que vem de Rio Tinto e Porto. Por sua vez, este liga depois, ainda em Alfena, ao itinerário principal que vem do Porto ligando a Santo Tirso e Guimarães.

De notar que, através do mesmo mapa, se constata que entre o referido itinerário secundário, com passagem por Valongo, a ligar ao principal que se dirige para Santo Tirso e o itinerário principal com passagem por Paços de Ferreira há, a norte do rio Sousa, uma grande área sem qualquer percurso registado. Contudo, a existência de outros itinerários/variantes por este intervalo preenchem o vazio.

Um percurso tem o seu leito no vale do rio Ferreira, que possui, sobretudo, no território do concelho de Valongo, uma orientação muito próxima de sul para norte. Corresponde a este itinerário aquele que atrás é referido e que foi objeto de sinalização pelo Clube Unesco da Cidade do Porto. Outro percurso será aquela estrada, igualmente, atrás referida, a qual é mencionada em *As Grandes Vias da Lusitania: O*

*Itinerário de Antonino Pio*. Vem de Melres, com passagem por Aguiar, Campo e Sobrado. Neste caso, no mapa “Caminhos de Santiago na Diocese do Porto”, atrás referido, já é indicado este itinerário a passar por Melres e por Aguiar de Sousa, seguindo para leste em direção à zona de Baltar. Contudo, a ligação de Aguiar a Campo, é evidente, atendendo ao atrás mencionado, ao fator da proximidade e à continuação do rumo norte.

Nesta matéria da cartografia e das vias, no Entre Douro e Minho, de acesso a Santiago, um importante trabalho é o do Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Trata-se de uma referência, sendo amplamente utilizado por muitos outros autores em trabalhos relacionados com o Caminho. Em *Vias Medievais I. Entre Douro e Minho*, no *Mapa 4* indica um itinerário do Porto para Guimarães, considerando-o como uma das principais linhas medievais de trânsito<sup>25</sup>.

Deste mesmo autor é de salientar um outro mapa, no qual esboça os itinerários dos estrangeiros peregrinos de Santiago, em que Erich Lassota de Steblovo passa, de

---

25 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968), p. entre 216 e 217.

facto, por Valongo e Alfena e Leão de Rosmihal por Alfena<sup>26</sup>.

De referir ainda que Ferreira de Almeida indica que “a saída importante da cidade do Porto para a zona de Alfena e Guimarães era a de Santo Elói. Isso mesmo nos é garantido pela existência aí de três hospitais e de uma albergaria”. Diz ainda que “era a saída de Cimo de Vila”<sup>27</sup>.

Outros autores atestam a existência de Caminho por Guimarães, como o caso do historiador António Cruz que, em *O Velho «Caminho Português» de Santiago*, afirma: “a desviar-se ou não para Braga, na altura própria, consoante a terra que se demandava, rompia [do Porto] outra carreteira medieval direita a Guimarães, atravessando terras de Refojos de Riba de Ave, de Negrelos e de Pombeiro, onde havia cenóbios de remota fundação”<sup>28</sup>.

Por último, um outro estudo, relativamente recente, indica que

o “Caminho do Norte possuía algumas variantes na Idade Média. Podia passar também por Guimarães, onde, aliás, existe uma lenda sobre Santiago. Reza a lenda que o apóstolo teria passado por Guimarães e colocado uma imagem de Nossa Senhora num templo pagão, local que é hoje a Praça de Santiago”<sup>29</sup>.

### **Outras referências históricas associadas com o Caminho por Alfena**

De acordo com a publicação *Alfena a Terra e o seu Povo*<sup>30</sup> existem documentos históricos com informações que, a nosso ver, comprovam esta relação da localidade com o Caminho, conforme se segue, indicando-se as respetivas páginas:

- Hospital dos Leprosos – citado em 1214 e nas Inquirições de 1258 – p. 120 e p. 28, respetivamente;

---

26 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968), p. entre 161 e 162.

27 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968), p. 167.

28 CRUZ, António (1973) – *Tempos e Caminhos: Estudos de História*. Porto: Universidade do Porto, p. 43.

---

29 DUARTE, Ana Catarina Fernandes (2016) – *Caminhos de Santiago: o Caminho Português como fator de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 40.

30 MOREIRA, Domingos A.; CARDOSO, Nuno A. M. (1973) – *Alfena a Terra e o seu Povo*. Cucujães: Esc. Tip. Das Missões.

- Hospital de Lázaros – referido em *Corografia Portuguesa*, em 1706, e, posteriormente em 1747 – p. 120;

- Gafaria de Alfena – referida em 1777 – p. 121;

- Capela de São Roque (muito comum no Caminho de Santiago) construída entre 1599 e 1601 – pp. 95 e 96 –, havendo referência a um dote, para a capela, sobre Casas da Estalagem – p. 98;

- Existência, em 1623, junto da ponte de S. Lázaro de duas capelas. Uma de invocação de N. Sra. da Ponte (ou dos Remédios conforme referência de 1747) e uma outra de S. Lázaro, tendo esta a obrigação de prover um hospital de lázaros localizado nas imediações. Atualmente existe apenas uma capela com invocação de S. Lázaro, sendo que possui as imagens da Senhora dos Remédios e de São Gonçalo (muito comum no Caminho de Santiago) – p. 99;

- Em 1691, o rei D. Pedro concedeu licença para a abertura de uma estalagem junto da estrada, citando o *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium* – p.26.

## **Informações respeitantes a património e outros factos com ligação ao Caminho de Santiago por Valongo**

No território do concelho de Valongo existe património edificado e património imaterial relacionados com as antigas vias e com a devoção associada com o Caminho:

- Pontes medievais sobre os rios Leça e Ferreira;

- Fontes ao longo dos caminhos;

- Capela de S. Lázaro, Alfena;

- Capela de São Roque, Alfena;

- Capela do Calvário, em Valongo, com uma imagem de São Roque, já referida em 1904<sup>31</sup>;

- Capela de São Gonçalo, Sobrado, junto ao rio Ferreira e no alinhamento de uma antiga via com um sentido norte-sul;

- Casa do Anjo, Valongo, edifício classificado de interesse público, com vieiras na fachada,

- Lenda de Susana e da origem do Susão/Valongo, com referência à vinda das relíquias do apóstolo

---

31 REIS, P<sup>o</sup>. Joaquim Alves Lopes dos (1904), p. 264.

Santiago de Jerusalém até “Cale” e fuga para a Galiza<sup>32</sup>.



Foto 3: Caixotão com imagem de Santiago, igreja matriz de Campo.

Fonte: Paulo Caetano Moreira (2023).

- Imagem de Santiago a cavalo na Igreja Matriz de Campo (fotografia 3). Encontra-se no teto da capela-mor, numa pintura de um caixotão inserido num conjunto de 30 caixotões, o qual, para além da imagem de Santiago, é composto por mais 14 pinturas com cenas da vida de São Martinho (o orago) e mais 15 com os Mistérios do Rosário. Curiosamente a referência a Santiago encontra-se escrita em

espelho. Este caixotão encontra-se junto do arco cruzeiro, ao centro, a par dos caixotões com as cenas da vida de São Martinho.

- Imagens da Sra. do Pilar nas igrejas matrizes de Campo e de Sobrado. Trata-se da primeira invocação mariana e relacionada com o aparecimento, por meio de bilocação, de N.<sup>a</sup> Senhora a Santiago, quando este se encontrava a evangelizar a Hispânia.

- Santuário de Santa Rita, igualmente conhecido como Santuário Diocesano de N.<sup>a</sup> Sra. do Bom Despacho e Mão Poderosa e da Santa Rita, no lugar da Formiga, na cidade de Ermesinde. Considerado um dos maiores locais de peregrinação do país é, igualmente, ponto de passagem e ponto de partida para os peregrinos de Santiago. Encontra-se no seu interior, desde 2014, uma imagem daquele que foi o grande impulsionador do Caminho de Santiago e o primeiro papa a visitar Santiago de Compostela, São João Paulo II. Desde 2019, acolhe relíquias deste santo que foi papa. A igreja encontra-se inserida no conjunto do antigo convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Bom Despacho e de Santa Rita, da regra dos Agostinhos Descalços. A construção do

32 REIS, P.<sup>e</sup>. Joaquim Alves Lopes dos (1904), pp. 45-51

convento iniciou-se em 1749, onde terá existido uma anterior ermida.

• Feira das Abelhas, em Sobrado, era realizada todos os anos a 25 de julho, dia de Santiago. As memórias paroquiais de 1758, referem a grande produção de mel em Sobrado, referindo que os agricultores recolham “grande copia de mel”<sup>33</sup>.

Por último, de mencionar que a montante e jusante do concelho de Valongo, incluindo no alinhamento da ligação desde Arrifana e em direção a Santiago de Compostela, existem, em diversas localidades, a invocação e devoção a Santiago, como, por exemplo, em Lobão (Santa Maria da Feira), Carreira, Burgães e Rebordões (Santo Tirso).

## Conclusão

Pese embora o presente tema merecer e necessitar de mais aprofundados estudos, com base nas fortes evidências atrás mencionadas, conclui-se que há, de facto, itinerários do Caminho de Santiago com passagem pelo território valonguense.

Não há dúvidas quanto à variante ao Caminho Central, com origem no Porto (ou mais a montante) e por Santo Tirso, com passagem por Ermesinde e Alfena. É também segura a existência de um itinerário vindo de Arrifana, igualmente, como variante ao Caminho Central, com passagem pelo vale do rio Ferreira e Valongo, o qual entronca a norte com a referida via vinda do Porto.

Não menos importante, é o percurso que vem da Capela de Santiago, em Melres (Gondomar), com passagem em Campo e em Sobrado (ou mesmo Valongo), dirigindo-se para norte em direção a território do concelho de Santo Tirso, o qual pode ligar ao já denominado Caminho Português de São Rosendo, que tem início naquele concelho, ou fazer a ligação, tomando um sentido mais a norte, em direção a Braga.

Constata-se, assim, que todas as freguesias do concelho de Valongo se encontram abrangidas por itinerários do Caminho de Santiago e em todas existem factos e referências associadas com o Caminho e ou com invocações e devoções relacionadas com o culto jacobeu.

---

33 MEMÓRIAS PAROQUIAIS (1758):  
Freguesia de Sobrado.

## Fontes e Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América. ISBN 972-1-02627-1.

ALARCÃO, Jorge de (2005) – *O território dos Paesuri e as suas principais povoações*. Conimbriga. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. XLIV, pp. 147-171.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias Medievais I. Entre Douro e Minho*. Dissertação de Licenciatura. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CMV (1998) – Deliberação da reunião da Câmara Municipal de Valongo de 3/06/1998.

CRUZ, António (1973) – *Tempos e Caminhos: Estudos de História*. Porto: Universidade do Porto.

DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho (1994) – «Em Peregrinação a Santiago pelos Caminhos de Portugal», in *Gil Vicente - Revista de Cultura e Actualidades*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas. N.º 29, Jan./dez., pp. 1-15.

DUARTE, Ana Catarina Fernandes (2016) – *Caminhos de Santiago: o Caminho Português como fator*

*de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

EIXO ATLÂNTICO (ed.) (2017) – *Caminho de Santiago: Estudos dos Traçados no Norte de Portugal*. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, PDF.

GOMES, Leandro Eustáquio (2017) – *Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela. O Património em Processo*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

LOZA, Rui Ramos (2015) – *Estudo de viabilidade da candidatura à UNESCO do Caminho Português de Santiago*. [S. l.]: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. ISBN 978-989-98943-5-8

MARQUES, José (1998) – «Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela. Pressupostos históricos e condicionamentos de uma caminhada», in *Mínia*. Braga: ASPA. N.º 6, III Série, pp. 3-44.

MEMÓRIAS PAROQUIAIS (1758): Freguesia de Sobrado.

MERCADAL, José García (1999) – *Viajes de Extranjeros por España y Portugal: Desde los tiempos más remotos hasta comienzos del siglo XX*. Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura.

MOREIRA, Domingos A.; CARDOSO, Nuno A. M. (1973) – *Alfena a Terra e o seu Povo*. Cucujães: Esc. Tip. Das Missões.

NATURBARROSO (2017) – «Estudo de Caracterização e Justificação Histórica do Traçado do Caminho de Santiago na Região Transmontana e das Necessidades de Investimento dos Caminhos de Santiago no Norte de Portugal», in *Caminho de Santiago: Estudos dos Traçados no Norte de Portugal*. [S. l.]: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

PINTO, Armando (1997) – *Memorial Histórico de Rande e Alfozes de Felgueiras*. Felgueiras: Semanário de Felgueiras.

PINTO, José Marcelo Sanches Mendes (1994) – *Escavações Arqueológicas da Necrópole Romana da Corredoura (Campo – Valongo)*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.

REIS, Pe. Joaquim Alves Lopes dos (1904) – *A Villa de Valongo: Suas Tradições e Historia, Descrição, Costumes e Monumentos*. Porto: Typographia Coelho, (a vapor).

SAA, Mario (1960) – *As Grandes Vias da Lusitania: O Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Tipografia da Sociedade Astória. Tomo III.

# Cine-Teatro de Valongo

## – O nosso Cinema Paraíso

Vitorino Neves

### *Resumo:*

O antigo cine teatro de Valongo foi durante algumas décadas do século XX um dos mais importantes espaços de lazer e cultura do concelho de Valongo. A sua programação não era das mais atualizadas, mas os filmes que eram exibidos tinham sido grandes êxitos na história do cinema. Com o 25 de abril de 1974, começaram a ser exibidos filmes que tinham sido proibidos pela censura, garantindo sessões aos sábados, pela meia-noite. Mas o fim estava próximo e a proliferação de cinemas nos centros comerciais motivaram o encerramento dos cinemas tradicionais. O edifício ficou vazio e triste. Com a saída dos Bombeiros Voluntários de Valongo, que ocupavam uma ala do imóvel, começou a degradar-se e só a intervenção do município trouxe vida com a abertura da Oficina da Regueifa e Biscoito, marca identitária do concelho.

*Palavras chave:* Antigo cine teatro de Valongo; Oficina da Regueifa e do Biscoito.

### *Abstract:*

The old Valongo cinema theater was, for some decades of 20th century, one of the most important leisure and cultural spaces in the municipality of Valongo. Its programming was not the most up to date but the films that were shown had been great successes in the history of cinema. On April 25, 1974, films that had been banned by the censors began to be shown, ensuring screenings on Saturdays at midnight. But the end was near and the proliferation of cinemas in commercial areas led to the closure of traditional cinemas. The building was empty and sad. With the departure of the Valongo Volunteer Firefighters, who occupied another wing of the property, it began to deteriorate and the only the intervention of the

municipality brought it back to life with opening of the Regueifa and Biscoito Workshop, na identity mark of the municipality.

*Keywords:* Old Valongo cinema theater; Regueifa and Biscoito Workshop.

O Largo do Centenário, bem no centro de Valongo, este é o local onde, nos dias de hoje, têm lugar os eventos importantes, exposições culturais, espetáculos musicais, mostras de artesanato, apresentação de atividades diversas, e muitas outras formas de festejar datas importantes para a cidade, sejam elas relacionadas com festas religiosas ou de outro cariz, e também para o tempo de lazer, com os seus cafés e tasquinhas.

Encimado pelo belo edifício da Oficina da Regueifa e do Biscoito de Valongo, que domina a praça, um belo espaço museológico, onde se homenageiam esses produtos identificativos da história e da tradição valonguense, e que ali estão muito bem representados, contando a história da produção das inúmeras padarias e do trabalho esforçado de muitas gerações de pessoas,

não só no fabrico como na distribuição dos produtos, que ultrapassaram as fronteiras de Valongo, para outras localidades, nomeadamente a cidade do Porto, que outrora recebia o pão de Valongo, através do transporte em grandes cargas montadas em burrinhos.

Esse belo edifício acolheu o quartel dos Bombeiros Voluntários, até à construção do novo Quartel, com melhores condições para o serviço das populações, e também o antigo Teatro Oliveira Zina, que mais tarde com o aparecimento do cinema, se transformou no Cine Teatro de Valongo.

Vou debruçar-me sobre a atividade desta sala de espetáculos, sobretudo no que se refere à época do final dos anos cinquenta do século passado e também das décadas de sessenta e seguintes, tempos que vivi, que me fascinaram e iniciaram em mim o fascínio pela sétima arte.

A frequência de exibição de filmes era escassa, estava reduzida a um filme por semana, com duas exibições, uma ao sábado à noite e outra ao domingo à tarde. Em dias feriados essa frequência era aumentada com mais um filme.

A sua programação não era das mais atualizadas, pois os filmes eram exibidos passados alguns anos sobre as suas estreias nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto. Eram predominantemente filmes que tinham sido grandes êxitos comerciais e que tinham garantido o agrado dos espetadores.

Os “westerns” tinham um público assíduo, maravilhado com as lindas paisagens do oeste americano e a valentia dos seus personagens principais, heróis das pradarias. Claro que os argumentos eram pouco simpáticos com os “peles vermelhas” e, à moda de Hollywood, os “heróis” venciam sempre e, não raramente, terminavam com um longo beijo entre o artista principal e a linda jovem, que sempre emoldurava o filme. John Wayne era o “cowboy” por excelência, estrelando muitas das películas de John Ford, um realizador emblemático desse género cinematográfico.

Mais tarde, começaram a produzir-se este género de filmes em Itália e Espanha, alguns com argumentos mirabolantes, próprios de filmes de “série B”, mas que tinham um público que vibrava com o movimento e acção dos mesmos. Foram

os “Djangos”, os “Sartanas” e outros que tais. Até “westerns” de comédia tiveram grande êxito, lembremo-nos por exemplo de “Trinitá, Cowboy Insolente”. Dentro deste universo de “westerns” italianos, surgiram também bons realizadores, cuja inovação os levou até aos Estados Unidos, onde conseguiram muito êxito, por exemplo Sérgio Leone que dirigiu grandes produções com orçamentos acima da média.

Também os filmes de capa e espada, onde sobressaía o galã Errol Flynn, herói romântico em variadas fitas, como “Robin dos Bosques”, “Capitão Blood” e outras histórias de grandes aventuras.

Outro tipo de filmes que tiveram êxito entre os mais jovens espectadores do Cine Teatro de Valongo, foram os musicais ligeiros, com cantores famosos, nomeadamente Elvis Presley, Cliff Richard, Gianni Morandi e alguns outros, que os cativavam e os faziam sonhar, com praias paradisíacas e a beleza artificial de alguns cenários, para além das histórias de amor que lhe estavam associadas.

Também era norma na escolha de filmes, sobretudo em tempos

de Páscoa e Natal, serem exibidas obras de teor bíblico, que por vezes se repetiam anos após anos, comemorando essas datas. As grandes obras cinematográficas, como “Os Dez Mandamentos”, “Ben-Hur”, “Sansão e Dalila”, “Sodoma e Gomorra”, e também muitos outros que reproduziam episódios da vida de Cristo, por exemplo “A Maior História de Todos os Tempos”, tinham salas cheias de um público atento e fiel a essas grandes produções de Hollywood.

Na verdade, havia um público muito assíduo, mais adulto nas sessões de sábado à noite, e mais jovem nas sessões das tardes de domingo. Era uma época em que usualmente se vestia a “roupa domingueira”, em contraste com as vestimentas de dias de trabalho, e de seguida engraxar os sapatos e os botins no Café Ribeiro, que ficava na esquina do Largo do Centenário com a Rua Dr. Nunes da Ponte, onde o engraxador, senhor Quelhas, arranjava um ganho complementar para o seu salário do dia a dia. E, nesses domingos, a ida ao cinema era uma rotina, onde se ia bem arranjado, assistir à sessão da tarde.

Não era raro os cerca de 400 lugares, divididos por “geral”, “plateia” e “balcão”, serem completamente preenchidos, por uma assistência por vezes barulhenta, o que obrigava os soldados da GNR, presentes na sala, a atuar e obrigar ao silêncio, de forma a não perturbar quem gostava de apreciar a película em exibição.

Da sala de projeção, situada na traseira do balcão, o senhor Santos, zelava pela boa imagem da fita, embora por vezes se notassem os cortes feitos, não só os cortes originalmente feitos pela zelosa censura, mas também pelos anos de imensas exibições que obrigavam à tesoura em bocados degradados. Nos camarins do cinema, onde havia umas rodas próprias, manuais, para rebobinar os filmes, não era raro verem-se pequenos bocados de película que foram cortadas e depois coladas. Claro que quem estava a assistir ao filme sentia um ligeiro salto na sequência de imagens, e por vezes saía uma assobiadela de protesto!

Este tipo de comportamento do público, tanto na ânsia de assistir ao filme, como nos protestos, faz-nos lembrar o filme “Cinema Paraíso” de Giuseppe Tornatore, que

venceu o Óscar do Melhor Filme Estrangeiro em 1989, uma obra que todo o bom cinéfilo não deve perder. Um filme maravilhoso, que nos mostra a autêntica essência da história do cinema. Passado numa pequena aldeia da Sicília, em que o seu cinema era o local de encontro, com todas as suas histórias, e que era o centro cultural da localidade. Um tributo ao cinema, um tributo ao amor pelo cinema e um tributo à magia que o cinema transmite ao espectador.

O Cine Teatro de Valongo da época, colocando de lado algumas diferenças geográficas, tem algumas semelhanças com o Cinema Paraíso. Era um local de atração, de encontro e lazer para os valonguenses. Ao mesmo tempo, era um veículo de cultura para uma população que necessitava dela.

Com a mudança proporcionada pelo 25 de abril, começaram a ser exibidos filmes que tinham sido proibidos pela censura, alguns deles obras premiadas de grandes realizadores e que fizeram muito sucesso entre os cinéfilos mais atentos. Verdade seja dita, a abertura surgida com a revolução, fez com que o chamado “cinema para adultos”, ou como era alertado na

publicidade da época “com cenas eventualmente chocantes”, chegou ao nosso Cine Teatro, e aos sábados, pela meia-noite, era exibido um filme desse género.

Mas o fim estava próximo. O “progresso” com a proliferação dos centros comerciais com dezenas de salas de cinema disponíveis no mesmo local, frequentados por milhares de pessoas, onde se agrupam no mesmo espaço comercial, a restauração e as lojas comerciais de todos os tipos, fizeram que os cinemas tradicionais comesçassem a encerrar. Nas grandes cidades, e temos o exemplo do Porto bem junto de nós, os cinemas foram fechando ou reconvertidos noutras formas de cultura, como por exemplo o São João, o Coliseu, o Rivoli, o Trindade, o Batalha, o Carlos Alberto, o Olímpia, o Júlio Diniz, o Águia D’Ouro e muitos outros. Todos substituídos pelas salas dos centros comerciais, o chamado “cinema das pipocas”. O Cine Teatro de Valongo teve o mesmo destino, e aqui ao lado, no nosso concelho, o Cine Ermesinde também fechou.

O edifício, vazio, triste, sem vida, começou a degradar-se, e só a intervenção da Câmara Municipal,

passados alguns anos, recuperando o mesmo para a Oficina da Regueifa e do Biscoito de Valongo, reanimou esse lindo edifício para fins culturais.

Em tudo na vida, há sempre a nostalgia de algumas recordações do passado, que podem ser ou não justificadas, mas Valongo merecia uma sala dedicada ao cinema. Infelizmente não existiu coragem e condições empresariais para a abertura duma nova sala, mas penso que o poder autárquico poderia ter mais sensibilidade e atenção para esta vertente cultural, recuperando ou criando as condições para um novo cinema.

No filme já mencionado, “Cinema Paraíso”, há uma cena na parte final do filme, em que a população da aldeia está sentada na praça principal, com as lágrimas nos olhos, assistindo ao derrube do edifício do cinema, destinando-se para aquele local um centro comercial. Significativo e a fazer-nos pensar.

# Bugiada e Mouriscada de Sobrado: A Festa e seus Espaços Interpretativos e de Salvaguarda

**Paulo Caetano Moreira**

Mestre em História e Património

Técnico Superior C.M.V

## *Resumo:*

Resulta o presente trabalho de uma comunicação, com a designação “Bugiada e Mouriscada de Sobrado: Espaços Interpretativos e de Salvaguarda”, efetuada no âmbito da conferência “Máscara Identidade de uma Comunidade”, que teve lugar no Centro Interpretativo da Máscara Ibérica, em Lazarim, Lamego, a 26 e 27 de maio de 2023. Agora, com ligeiras alterações, são indicadas algumas referências históricas e é feita uma abordagem à organização da festa, aos momentos do dia 24 de junho, que recriam a lenda, bem como à importância que este património imaterial tem para a comunidade, o que leva à criação de espaços de interpretação e salvaguarda.

*Palavras-Chave:* Bugiada e Mouriscada; Valorização do Património; Identidade; Centros Interpretativos; Salvaguarda.

## *Abstract:*

The present work results from a communication, entitled “Bugiada e Mouriscada de Sobrado: Interpretative and Safeguard Spaces”, carried out within the scope of the conference “Máscara Identidade de uma Comunidade”, which took place at the Interpretative Center of the Ibérica Mask, in Lazarim, Lamego, on the 26th and 27th of May 2023. Now, with slight changes, some historical references are indicated and an approach is made to the organization of the party, the moments of the 24th of June,

which recreate the legend, as well as the importance that this intangible heritage has for the community, which leads to the creation of spaces for interpretation and safeguarding.

*Keywords:* Bugiada and Mouriscada; Valuation of Heritage; Identity; Interpretive Centers; Safe-guard.

## **Introdução**

A festa da Bugiada e Mouriscada é uma manifestação do Património Cultural Imaterial, ímpar a nível mundial e de grande importância identitária para a freguesia de Sobrado e para o concelho de Valongo. Em 1997 foi considerada, pelo Município de Valongo, como Fenómeno de Interesse Cultural Concelhio e, em 2012, teve reconhecimento oficial como Património Imaterial de Interesse Municipal. Em resultado de uma parceria entre a Câmara Municipal de Valongo, a Junta de Freguesia de Campo e Sobrado, a, atualmente, designada Associação São João de Sobrado e a Universidade

do Minho, através do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, a Bugiada e Mouriscada de Sobrado encontra-se, desde 2020, em processo de Registo no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

De uma grande complexidade e riqueza na sua trama e no seu conteúdo, esta tradição tem uma excecional exuberância no aspeto. Apesar da sua imponência e dimensão, e de captar a atenção de muitos estudiosos e investigadores, nacionais e estrangeiros, é ainda muito desconhecida mesmo na região do Grande Porto onde se insere. A região dá mais importância à noite de São João do Porto e em Sobrado é o dia 24 de junho que é celebrado, vivido e sentido intensa e apaixonadamente. No dia de São João, Bugios e Mourisqueiros dão vida a uma lenda que tem na sua essência uma disputa pela posse da imagem do santo.

No âmbito de um plano de salvaguarda e para promover, dar a conhecer e contribuir para o estudo e conhecimento desta manifestação, em 2014, foi criado, pelo Município de Valongo, com o apoio institucional de várias entidades, o Centro de Documen-

tação da Bugiada e Mouriscada (CDBM). Trata-se de um equipamento que tem tido um papel de centro interpretativo da manifestação sobradense, no entanto, não se trata do único espaço interpretativo, conforme, mais à frente, se pretende explicar neste trabalho.

### **A Romaria e Arraial**

A festa de São João de Sobrado é uma romaria, com arraial, à imagem das demais do país. Normalmente, pode durar vários dias, uma semana, ou até mais do que uma semana, nomeadamente, com noitadas de espetáculos, incluindo, claro, a noite de São João, com artistas que se encontram na berra e com muito fogo de artifício. Esta festa, no entanto, diferencia-se, das demais, devido ao que acontece no próprio dia 24 de junho, o Dia de São João, desde manhã, bem cedo, até ao cair da noite, pois “o santo é festejado de uma forma que faz com que esta romaria seja única, diferente de todas as outras”<sup>1</sup>.

---

1 MOREIRA, Paulo (2022) – «São João de Sobrado: Espaços de Interpretação, Identidade, Comunidade e Instituições Representativas», in *Festividades, Culturas e Comunidades: Património e Sustentabilidade*. Braga: UMinho Editora/Centro de Estudos de Comuni-

Neste dia ocorre, assim, a Bugiada e Mouriscada, uma manifestação cultural de grande dimensão, atualmente, com perto de um milhar de figurantes na sua totalidade.

### **As Comissões de Festas**

Para os cartazes das festividades, como os que se têm vindo a verificar, é necessário que uma Comissão de Festas, em colaboração com a Associação São João de Sobrado, trabalhe muito e angarie verbas para suportar os custos, sobretudo com os citados espetáculos nos dias e noites que antecedem o 24 de junho. Uma Comissão de Festas de um determinado ano já se encontra a trabalhar para uma festa muito antes de terminar a festa do ano anterior. Normalmente, existe um juiz coadjuvado por várias dezenas de mordomos. Fazem peditório, têm a tasquinha que trabalha aos fins-de-semana, têm barraquinhas em outros eventos, fazem sorteios, etc. Trata-se de uma festividade levantada, vivida e sentida por uma comunidade que se envolve e trabalha durante todo ano na anga-

---

cação e Sociedade, pp. 85-95. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.73>, p. 86.

riação de fundos. Na organização da festa há, ainda, uma grande participação logística e financeira da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. A parte religiosa tem um grande envolvimento da Paróquia de Santo André de Sobrado.

### **A Força da Bugiada e Mouriscada**

Saliente-se que a Bugiada e Mouriscada é o que se diferencia nas festividades do São João, em Sobrado, fazendo parte do cartaz da festa como que de um qualquer outro espetáculo se tratasse, no entanto, é o encanto e ligação dos sobradenses, em torno desta singular manifestação, que permite um cartaz de espetáculos como os que se têm vindo a assistir ao longo dos anos. E, de facto, “o principal foco das festividades centra-se na singular, tradicional e identitária Bugiada e Mouriscada”<sup>2</sup>. Esta é uma manifestação cíclica, associada ao solstício de verão, com uma grandiosa mascarada, performances teatrais, danças e rituais, inserindo-se nas festas de mouros e cristãos.

---

2 MOREIRA, Paulo (2022), p. 85.

### **Algumas Referências Históricas**

Atualmente, desconhece-se em que altura se terá iniciado a realização desta festa da Bugiada e Mouriscada. Não há informação relativa ao início desta identitária manifestação de Sobrado, no entanto as primeiras referências escritas fazem-nos recuar mais de um século e meio. Os registos mais antigos, que se conhecem, surgem em 1867. Nesta altura, há

notícias no *Jornal do Porto*, n.ºs 145/146/157 de 28 de junho, 02 de julho e 14 de julho, respetivamente, onde é abordada a tradição pelo correspondente de Valongo. Refere, este correspondente, no n.º 145, que «o arraial e festa (...) é costume antiquíssimo», onde há «uma espécie de dança mourisca, a qual consiste n’uma grande mascarada». Menciona, ainda, [no n.º 146] a presença de Mourisqueiros<sup>3</sup>.

Posteriores informações, uma década e meia depois, em 1882, indicam que José Leite de Vasconcelos recebe uma descrição (não exaustiva) sobre a festa e que,

---

3 MOREIRA, Paulo (2022), p. 86, citando CORRESPONDENTE (1867a, 28 de junho) - «Arraial e Festa», in *Jornal do Porto*, p. 2 e CORRESPONDENTE (1867b, 2 de julho) - «O Arraial de S. João de Sobrado», in *Jornal do Porto*, p. 2.

em 1883, se desloca a Sobrado, a 24 de junho, o conhecido pintor português, Francisco José Resende, que faz uma pequena descrição do que viu<sup>4</sup>. Entre outros posteriores registos, saliente-se a visita do etnomusicólogo e folclorista Rodney Gallop, provavelmente acompanhado de Violet Alford<sup>5</sup>, “etnógrafa e folclorista, a primeira estudiosa a publicar sobre a festa. Curiosamente uma mulher”<sup>6</sup>.

### **A Lenda e os Entremeses**

A Bugiada e Mouriscada de Sobrado baseia-se numa lenda que nos remete para os tempos da ocupação da Península Ibérica pelos mouros. Refere dois grupos, os mouros e os cristãos, a cedência da imagem de São João, por parte dos cristãos, para a cura da filha do Reimoeiro (rei mouro) e a consequente apropriação da imagem por parte dos Mourisqueiros (mouros), seguida de uma disputa pela posse da referida imagem. Assim, no dia

24 de junho, os Bugios (cristãos) e os Mourisqueiros (mouros) dão vida à lenda, recriando-a, entre danças e rituais. O uso de máscaras (revestidas internamente com cera de abelhas e, normalmente, com folho de tecido), por parte dos Bugios, comandados pelo Velho da Bugiada, está sempre presente nas apresentações. A lenda indica que se escondem atrás da máscara para poderem ir à luta e não serem reconhecidos para, posteriormente, não sofrerem represálias. Para que o dia seja totalmente preenchido, “Os bugios e os mourisqueiros não são os únicos [personagens], pois a festa da música, da cor e da exuberância é complementada com outras componentes burlescas, satíricas e de crítica social”<sup>7</sup>, onde a máscara não pode faltar. Pois, pelo meio das apresentações dos Bugios e Mourisqueiros, ocorrem outras com cenas jocosas, as quais não se enquadram no contexto da lenda. Uma dessas componentes são as Entrajadas ou Estardalhadas espontaneamente organizadas que, de forma criativa, apresentam quadros de crítica social. Uma outra parte é a realização dos denominados serviços da tarde, ou

4 MOREIRA, Paulo (2022), p.87.

5 LORENA, Carmo. (2022) – «Roteiro bibliográfico de uma festividade: O caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado», in *Antropológicas*, (18), pp. 4–17. <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/21730>, p. 6.

6 MOREIRA, Paulo (2022), p. 87.

7 MOREIRA, Paulo (2022), p. 86.



Fot. 1: Mourisqueiros comandados pelo Reimoeiro (ao centro).

Fonte: Paulo Figueiredo/CMV (2016).



Foto 2: Bugios na Dança de Entrada.

Fonte: Paulo Figueiredo/CMV (2016).



Foto 3: Máscara de Bugio (Restaurada pelos irmãos Marcos e Jorge Alves. Havia sido usada pelo avô de ambos).

Fonte: André Ferreira/CDBM (2013).

serviços da praça, compostos pela Cobrança dos Direitos (impostos), pelos trabalhos agrícolas ao contrário e a Sapateirada ou Dança do Cego. Estes quadros teatrais são comumente designados por entremeses. Peças teatrais de pequena dimensão inseridas no intervalo da apresentação de maior amplitude, a recriação da lenda, concernente à disputa da imagem de São João.

## As Personagens

Os Mourisqueiros, tradicionalmente, são jovens solteiros, não muito longe dos 20 pares (nos últimos anos), chefiados pelo Reimoeiro. São mais apumados e desfilam em filas rígidas. Usam trajes coloridos e iguais aos pares. À semelhança de uma formação militar usam espadim.

A Formação dos Bugios é composta por várias centenas, uns 700 ou 800. Atualmente, podem participar homens, mulheres e crianças. No passado só homens podiam assumir o papel de Bugio. Usam trajes coloridos de veludo, com chapéu de palha com penacho de fitas de papel de seda coloridas. O Velho usa um vestido (ou manto,

como também é designado), igualmente, de veludo, uma barretina na cabeça e dragonas nos ombros, entre outros adereços. Os Bugios são os mais divertidos.

Por seu turno os Mourisqueiros não usam máscara a tapar o rosto, mas não deixam de usar a máscara da representação. Por exemplo, não os vemos a sorrir, isso só mesmo no final da festa. Usam fatos listados, iguais aos pares, e barretina na cabeça. No caso do Reimoeiro, este destaca-se, entre outros adereços diferentes, pelo uso das dragonas e três plumas na barretina (símbolos que, igualmente, o Velho usa). Existem outras personagens mascaradas e associadas aos quadros burlescos e de crítica social como o Semeador, o Gradador, o Lavrador, Sapateiro, Mulher do Sapateiro, Cego, Guia do Cego, os integrantes das Entrajadas/Estardalhadas e mesmo o Cobrador dos D'reitos (impostos), papel desempenhado por um Bugio montado ao contrário num equídeo.

## O Dia

O dia 24 de junho começa bem cedo. Mourisqueiros concen-



Foto 4: Mourisqueiros iniciam o Jantar.  
Fonte: Nuno Soares/CMV (2017).



Foto 5: Bugios iniciam o Jantar.  
Fonte: Nuno Soares/CMV (2017).



Foto 6: Mourisqueiros carregam o andor com a imagem de S. João.  
Fonte: Nuno Soares/CMV (2017).

tram-se junto da casa de quem vai desempenhar o papel de Reimoeiro e iniciam as danças. Por seu turno os Bugios concentram-se junto da casa de quem representa o papel de Velho da Bugiada, onde, igualmente, iniciam as danças.

Logo após, dirigem-se para a Casa do Bugio e do Mourisqueiro para o Jantar, por volta das 9h30 da manhã. O jantar é um momento referido na lenda que indica que, em sinal de agradecimento pela cura da filha do Reimoeiro, é oferecido um banquete aos cristãos, mas o repasto ocorre em salas separadas.

Por volta das 10h é a vez dos Bugios, numa outra sala (nos últimos anos, com um número de lugares à mesa não muito longe dos 700). São trocados presentes provocatórios e nada amistosos entre os dois grupos, iniciando-se as hostilidades entre eles. Junto da Casa do Bugio e do Mourisqueiro executam danças antes e depois do Jantar, sendo que, logo após, os Mourisqueiros se dirigem para a igreja, enquanto decorre a missa em honra de São João, sinal de que se estão a apoderar da imagem deste Santo. Finda a cerimónia religiosa ocorre a procissão e, curiosa-

mente, os Mourisqueiros carregam os andores, incluindo o de São João (simbolizando que têm a posse do santo). Trata-se de uma procissão normalíssima não fosse a participação dos Mourisqueiros.

Após a procissão e a componente religiosa mais evidente, ainda integrado no período da manhã, mas já por volta das 12h30/13h00, ocorrem as Danças de Entrada. É um dos momentos mais importantes da festa. São Danças de apresentação já na zona central da vila, onde agora a festa está concentrada. Primeiro os Mourisqueiros, os quais, neste dia, têm sempre a primazia na execução dos momentos. São acompanhados pela Banda Musical de São Martinho de Campo que toca a marcha de São João. Igualmente, seguindo a banda musical depois é a vez dos Bugios. Após estas danças o Reimoeiro benze com água batismal os seus Mourisqueiros. Depois é a vez do Velho fazer o mesmo com aos Bugios.

Isto enquanto surge, após as Danças de Entrada, uma outra componente da festa, as Entrajadas, também designadas por Estardalhadas, com os grupos de crítica social que se organizam

espontaneamente. Inclusive a festa e a sua própria organização podem ser objeto de chacota, como já tem acontecido. E são muito criativos.

Depois outras componentes se apresentam, ao início da parte da tarde, por volta das 15h00. São os trabalhos da lavoura realizados de forma inversa. Iniciando-se com a Cobrança dos D'reitos, como que a indicar, a nosso ver, que ainda a terra não deu os seus frutos e já são cobradas as rendas. E pela ordem inversa segue a Sementeira, o Gradar e, por fim, a Lavra. Nestas apresentações há sempre muita brincadeira e fanfarrice, assim como muita sujidade. São as apresentações satíricas e burlescas. Em seguida um outro quadro jocoso se apresenta com a Dança do Cego ou Sapateirada. Trata-se de uma farsa em que o sapateiro, no seu ofício, acompanhado pela sua mulher, concerta o calçado sujo que lança sobre a assistência. Eis que chega um cego, guiado pelo seu moço, e de encontrão derruba o sapateiro. O guia do cego aproveita a confusão para se envolver com a mulher do sapateiro e fogem juntos. O sapateiro, irado, bate no cego, enquanto não regressa a mulher e o moço. Depois, este



Foto 7: Dança do Cego ou Sapateirada.  
Fonte: Nuno Soares/CMV (2015).



Foto 8: Momento da Prisão do Velho.  
Fonte: Nuno Soares/CMV (2017).



Foto 9: Bugios com a Serpe dirigem-se aos Mourisqueiros para os assustar.  
Fonte: Nuno Soares/CMV (2015).

também dá pancada no cego, isto já depois de ter lutado com o sapa-teiro. O cego leva de toda a gente e não tem culpa do que se passa. Não vale a pena bater no ceguinho, ele, de facto, não tem culpa.

Enquanto tudo isto acontece no exterior, e durante todo o dia, a igreja mantém-se aberta aos fiéis que vão pagar as promessas que fizeram ao São João. Popularmente, e em Sobrado, o São João é o santo das maleitas da cabeça.

Entretanto, os Mourisqueiros, depois de um descanso, regressam à festa, para a dança do Doce. Isto, com as brincadeiras tolas da Sapa-teirada ou Dança do Cego praticamente a terminarem.

Depois, igualmente, os Bugios regressam. Nesta altura o pároco oferece um doce branco de Sobrado (doce de gema coberto de açúcar) e limonada a todos os participantes, que executam a Dança do Doce. No fundo todos se preparam para o que aí vem. Mais um dos momentos altos desta tradição. O confronto pela posse da imagem de São João. É o momento da Prisão do Velho iniciado com uma batalha entre dois castelos (palanques).

Entretanto, quem vence o confronto são os Mourisqueiros e o Reimoeiro depois de tomar de assalto o castelo Bugio, e num momento de auge da apresentação, faz prisioneiro o Velho da Bugiada. E para puxar as lágrimas da assistência uma ou mais crianças de Bugio, vão limpar as bagadas (lágrimas) ao Velho, pedir clemência ao Reimoeiro, o que é negado, e, não havendo mais a fazer despedir-se do Velho. Mas eis que, logo após, quando o Velho, já descido do seu palanque, se vê cercado pelos Mourisqueiros, os Bugios socorrem-se de uma enorme Serpe. Irrompem de surpresa, os Mourisqueiros assustam-se e libertam o Velho da Bugiada, que corre à frente de uma miríade de Bugios. Depois, tudo volta ao normal. Os Mourisqueiros embora tenham ganho a batalha não conseguiram o intento de dominar o Velho e consequentemente subjugar todos os Bugios.

Depois de um dia intenso, com alegria e diversão, expectativa e dramatismo, resultantes da tragicomédia que cumpre a lenda, as duas formações executam, cada uma na sua vez, a Dança do Santo em homenagem a São João. Por

fim, os dois grupos encontram-se ao mesmo nível. Cansados, mas preenchidos. E a festa prossegue no ano seguinte, a 24 de junho, e sempre com muita Paixão.

### **A Festa da Música**

A Bugiada e Mouriscada é a festa da exuberância, da cor, mas também da música, a qual eleva a emoção dos intervenientes e da assistência. A Banda Musical de São Martinho de Campo acompanha a Bugiada e Mouriscada, com os dois grupos em separado, tocando, essencialmente, marchas, como a de São João (nas Danças de Entrada), a “Música da Paixão”, no momento da Prisão do Velho, bem como interpreta outras músicas, durante o discorrer da procissão religiosa. A formação dos Mourisqueiros, igualmente, executa muitas das danças ao som da caixa tangida pelo Tocador da Mouriscada. No caso dos Bugios, estes são acompanhados pelos denominados Músicos ou Tocadores da Bugiada (conforme designados localmente), tratando-se no fundo de uma tuna, pequena orquestra ou tocata composta por instrumentos de corda (violinos,



Foto 10: Bugios executam Dança do Doce ao som dos Tocadores da Bugiada.

*Fonte:* Nuno Soares/CMV (2017).

violas braguesas, rabecas). Estes ronronam uma música antiga e repetitiva, alterando-a no final da dança, acelerando-a. Enquanto isso os Bugios dançam e tocam castanholas e os guizos, que usam pregados nas fardas, acompanham o ritmo.

### **O Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada (CDBM)**

Dada a singularidade, dimensão, incontornável valor cultural e identidade para a comunidade o Município de Valongo, ao longo das últimas décadas, tem apostado e tem investido, nesta festividade como uma das suas principais marcas identitárias. Em 2014 criou as marcas identitárias do concelho, onde incluiu os Bugios e Mourisqueiros (inicialmente foram criadas

seis marcas, sendo que, atualmente, são nove no total) e abriu, com apoios institucionais de outras entidades, o CDBM, a 19 de junho do referido ano. Trata-se, portanto, de uma estrutura municipal inserida na comunidade sobradense, tendo “como missão contribuir para o estudo, valorização e divulgação de uma das maiores e mais genuínas manifestações culturais do país [...], cooperando, inclusive, para a sua salvaguarda”<sup>8</sup>. Tem como objetivos a criação de acervos documentais, fotográficos, patrimoniais e bibliográficos. De entre os visitantes recebe investigadores e estudantes, nacionais e estrangeiros, que realizam trabalhos exclusivos sobre a manifestação ou que nos mesmos abordam a Bugiada e Mouriscada. Encontra-se ao serviço da comunidade, do território e do desenvolvimento. Refira-se que alguns sobradenses se orgulham de poderem exibir, no centro, as suas peças como testemunhos da sua passagem pela festa. Tem contribuído para a consciencialização dos atores, nomeadamente na conservação de acervo

material. O espaço é designado por Centro de Documentação, o qual contribui para a salvaguarda da Bugiada e Mouriscada e respetivos acervos, mas trata-se essencialmente de um centro interpretativo da manifestação.

Possui:

- Área aproximada de 300 m<sup>2</sup>;
- Sala multiusos;
- Sala de Leitura;
- Espaços Expositivos (exposição permanente e exposições temporárias);
- Sala de trabalho;
- Disponibiliza visitas orientadas e possui serviços educativos;
- Organiza ou recebe eventos diversos associados à temática;
- Acolhimento de investigadores;
- Acolhimento de voluntariado;
- Acolhimento de estagiários;
- Possui acervos relacionados com a temática;
- Promove exposições itinerantes;
- Participa em ações de promoção em eventos temáticos;
- Faz intercâmbio com instituições congéneres.

---

8 CMV (2022) – *Bugiada e Mouriscada: Sobrado. Valongo – 24 de Junho*. Câmara Municipal de Valongo, verso da contracapa.

No que respeita a acervos, tem havido uma colaboração e intercâmbio entre o CDBM e a Associação São João de Sobrado, com cedência de materiais de parte a parte. O CDBM tem efetuado atividades e exposições com o apoio da associação e o centro vai fazendo cedência de espólio para a associação, bem como têm participado, em colaboração, em ações promocionais dentro e fora do concelho de Valongo.

Associado ao CDBM, existe

o percurso pelos espaços da Bugiada e Mouriscada, no qual se reúnem através de um roteiro, desde o próprio centro de documentação, à igreja matriz, passando por lojas dedicadas ao fabrico dos trajes característicos da festa e pelo Largo do Passal/Praça da Bugiada e Mouriscada, onde grande parte da festividade acontece. [...] As exposições que se têm vindo a realizar, inclusive fora do concelho contribuem, igualmente, para a interpretação da festa<sup>9</sup>.

Para além de se tratar “de um polo agregador de informação específica sobre esta tradição, bem como sobre património cultural em geral”, tem, ainda, “como propósito estabelecer a ligação desta festa com outras suas congé-

neres existentes em todo o mundo, assim como com eventos onde a máscara é um elemento central. Proporciona, desta forma, o conhecimento e investigação, dentro de um diálogo civilizacional, salutar e de respeito entre culturas”<sup>10</sup>.

### **Outros espaços interpretativos da Bugiada e Mouriscada**

O edifício Casa do Bugio e do Mourisqueiro é a sede da Associação São João de Sobrado e espaço onde decorre uma importante parte da festa: o Jantar, o banquete que a lenda do São João de Sobrado refere. Para o efeito são utilizados dois salões, um para o Mourisqueiros e um de maiores dimensões para os Bugios. O edifício possui, ainda, uma galeria sobre o grande salão que o circunda, bem como outras salas de menor dimensão. É o local onde decorrem, durante todo o ano, eventos de angariação de fundos por parte das comissões de festas. Outros eventos acontecem, de valorização da própria festa, como as galas São João de Sobrado, que visam homenagear antigos Velhos da Bugiada e Reimoeiros.

9 MOREIRA, Paulo (2022), p. 92.

10 CMV (2022), verso da contracapa.

É, igualmente, um espaço de salvaguarda onde a associação conserva os trajes, nomeadamente os de Mourisqueiro, bem como outros objetos usados na Bugiada e Mouriscada. Vão sendo exibidos alguns apontamentos expositivos e, igualmente, está a ser criado um arquivo documental e bibliográfico. É um edifício que a associação, cada vez mais, pretende ver transformado num espaço que contribua para a interpretação da manifestação. Pretende, inclusive, vir a criar o “Museu da Comunidade”. Já o projeto inicial deste edifício, que começou a ser utilizado a partir de 2001, previa a criação de um espaço museológico.

Em sentido lato, existem outros espaços que são, igualmente, interpretativos, ainda que virtuais, pois “numa sociedade cada vez mais digital é pertinente a sua existência. Neste caso dos espaços virtuais, convirá referir que se tratam de meios de difusão dinâmicos, com atualização regular de conteúdos, pois não são como, por exemplo, um livro que sedimenta a informação de uma forma estática”<sup>11</sup>.

Associados à Bugiada e Mouriscada de destacar

“o site (<https://festivity.pt>; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade), associado ao projeto *FESTIVITY – Festa, Património Cultural e Sustentabilidade Comunitária. Investigação e Comunicação no Caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado*, já aqui anteriormente referido, que não sendo totalmente exclusivo se dedica na sua maioria ao fenómeno sobradense. Quem o visita consegue ter um bom panorama da festa e de tudo o que ela envolve. Igualmente, de mencionar o blogue, da autoria do Professor Manuel Pinto, *Bugios e Mourisqueiros* (<http://bugiosemourisqueiros.blogspot.com/>), uma referência já com quase 2 décadas de existência, que de uma forma excelente tem contribuído para o conhecimento da festa. Infelizmente, o blogue encontra-se sem atividade desde 2015. Ainda de referir um outro blogue, o *São João de Sobrado: Bugiada e Mouriscada* (<https://saojoaosobrado.wordpress.com/>), da autoria de um apaixonado pela vila e pela festa, Nuno Ferreira que igualmente contribui para o conhecimento e interpretação. Vai servindo como site oficial da associação e da festa”<sup>12</sup>.

De facto, estes sítios virtuais são, igualmente, de muita importância

---

11 MOREIRA, Paulo (2022), p. 92.

12 MOREIRA, Paulo (2022), p. 92.

na interpretação, conhecimento, memória e salvaguarda da manifestação, contendo e divulgando informação de grande pertinência.

### **Conclusão**

O CDBM é um centro interpretativo e próximo da população. Relativamente à Bugiada e Mouriscada de Sobrado, como se viu não é o único. “Nenhum espaço substitui qualquer outro, sendo que o mais importante é que se complementem e contribuam para um melhor conhecimento da festividade, a valorizem, assim como ao território onde se insere”<sup>13</sup>.

Os espaços de interpretação devem estar ao serviço das comunidades e devem ter condições para o desempenho do importante papel de salvaguarda das manifestações e para fazerem atrair visitantes, essencialmente, fora dos dias de festa, pois o público nos dias de festa está garantido (pelo menos no caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado e em muitas outras manifestações), beneficiando os territórios e as comunidades, de modo que estas, e as respetivas

manifestações, não sejam perturbadas.

---

13 MOREIRA, Paulo (2022), p. 92.

## **Bibliografia:**

CMV (2022) – *Bugiada e Mouriscada: Sobrado. Valongo – 24 de Junho*. Câmara Municipal de Valongo.

CORRESPONDENTE (1867a, 28 de junho) – «Arraial e Festa», in *Jornal do Porto*.

CORRESPONDENTE (1867b, 2 de julho) – «O Arraial de S. João de Sobrado», in *Jornal do Porto*.

LORENA, Carmo. (2022) – «Roteiro bibliográfico de uma festividade: O caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado», in *Antropológicas*, (18), pp. 4-17. <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/21730>.

MOREIRA, Paulo (2022) – «São João de Sobrado: Espaços de Interpretação, Identidade, Comunidade e Instituições Representativas», in *Festividades, Culturas e Comunidades: Património e Sustentabilidade*. Braga: UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp. 85-95. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.73>.

# O Fundo da Administração do Concelho de Valongo, do Arquivo Histórico de Valongo

**Manuela Ribeiro**

Pós-graduada em Ciências Documentais – Arquivo

Técnica Superior C. M. V.

## **Introdução**

O Arquivo Histórico de Valongo disponibiliza para consulta presencial e on line todo o fundo da Administração do Concelho de Valongo.

A Administração do Concelho de Valongo é um dos órgãos da administração local existentes durante o Liberalismo e até o Estado Novo. As suas funções diziam respeito à superintendência de assistência e piedade, assim como a segurança e a saúde pública, a abertura de testamentos, a inspeção de escolas públicas, a fiscalização e a cobrança das contribuições, recrutamento do exército, o abastecimento público em períodos de carestia. Desta forma o arquivo da Administração do Concelho, apesar de não ser extenso, apresenta uma

documentação muito rica no que concerne ao seu conteúdo informativo.

**(F)**

**Código de referência:** PT/CMVLG – AHMVLG/AL/ACVLG

**Título:** Administração Concelho de Valongo

**Datas:** 1839 – 1975

**Nível de descrição:** Fundo

**Dimensões:** 205 lv.; 34 pt.

**Suporte:** Papel

**Nome do produtor:** Administração do Concelho de Valongo

**História Administrativa**

Organismo que administra o concelho em nome do governo. Foi criado por decreto de 18 de julho de 1835, que divide o país

em Distritos Administrativos, compostos por concelhos que, por sua vez, se subdividem em freguesias. Os administradores do concelho eram nomeados pelo governo com base numa lista feita por eleição direta. Este órgão é confirmado por decreto de 31 de dezembro de 1836. As suas atribuições foram regulamentadas, posteriormente, pelos Códigos Administrativos de 1842, 1878, 1896 e 1913 e pela Lei n.º 621 de 23 de junho de 1916.

Os administradores de concelho detinham igualmente vastos poderes como representantes do poder central. Além da responsabilidade de executarem as leis e regulamentos da administração e de zelarem pelos bens e rendimentos da Fazenda Pública na área concelhia, cabia-lhes, ainda, a vigilância e inspeção dos estabelecimentos públicos e escolas do ensino primário, a fiscalização das contas das irmandades, confrarias, hospitais e misericórdias, a administração dos expostos, o policiamento do concelho e a concessão de passaportes, e a vigilância sobre a execução das posturas e regulamentos municipais, fazendo acoimar os transgressores e reque-

rendo a sua condenação. No exercício das funções de policiamento municipal, os administradores podiam ainda prender ou mandar prender os criminosos e promover justiça contra eles, cabendo-lhes também certas funções do tipo notarial, como o registo de hipotecas e testamentos, e as operações do registo civil. Os administradores de concelho submetiam-se aos governadores civis, chefes máximos da administração nos respetivos distritos.

O Código Administrativo de 1842 procede à divisão do território em *distritos* e *concelhos*, desaparecendo a freguesia como circunscrição administrativa. Ambos são nomeados por decreto real e são os chefes da administração pública nas respetivas áreas de ação. Os administradores de concelho, no entanto, só podiam ser nomeados de entre os nomes inscritos em pautas elaboradas pelos governadores civis e aprovadas pelas juntas gerais de distrito, devendo, ainda, ter domicílio na área concelhia. Esta disposição viria a ser alterada em 1843, passando a nomeação a poder recair em indivíduos estranhos ao concelho. O código cabralista foi, pois, o mais

centralizado do nosso Liberalismo, daí que a matriz institucional dos municípios fosse caracterizada, fundamentalmente, pela falta de autonomia dos órgãos camarários e pela sua subordinação aos interesses do poder central, o que viria a revelar-se pernicioso, quer para a evolução da via política nacional, quer para o desenvolvimento dos concelhos, muitas vezes incapazes de ultrapassar situações de marasmo económico e estagnação social.

A longa vigência do Código Administrativo de 1842 permitiu a sedimentação de usos e práticas administrativas que permaneceriam mesmo depois da sua revogação. Com efeito, a matriz institucional por ele estabelecida não sofreu alterações significativas com os códigos posteriores, passando as querelas administrativas a centrar-se, fundamentalmente, nas problemáticas da centralização e da descentralização, da maior parte ou menor autonomia dos poderes municipais, da maior ou menor subordinação dos poderes periféricos ao poder central.

Dos códigos administrativos da segunda metade do século XIX, merece especial referência, o de

1878, que na prática sucedeu ao de 1842, embora outros tivessem surgido de permeio. Ao contrário do código cabralista, o de 1878 foi o mais descentralizador das nossas leis administrativas, concedendo às câmaras municipais uma ampla autonomia para o governo dos concelhos. Este código alargou consideravelmente as atribuições camarárias, dividindo-as em três grandes áreas: a da administração e promoção dos interesses municipais; a área do policiamento do concelho; e a do auxílio à execução de serviços de interesse geral de Estado e do distrito.

O Código Administrativo de 1878 procedeu ainda à reintegração da freguesia na organização administração e fixou o número de sete vereadores para todos os concelhos, excetuando-se Lisboa e Porto que mantinham os números anteriores.

A história do código Administrativo de 1878 apresenta certo interesse, uma vez que, depois de ter sido revogado e substituído em 1886, viria a ser repostado em vigor após a proclamação da República, atendendo à sua «orientação liberal e democrática» que, segundo o primeiro governo republicano,

fazia dele um instrumento aceitável pelo novo regime. Tal circunstância comprova o carácter descentralizador do código que, paradoxalmente, fora obra do Partido Regenerador. O decreto n.º 9356, de 8 de janeiro de 1924, suprimiu o cargo de administrador do concelho, ainda que as respetivas funções continuassem a ser exercidas gratuitamente; e o decreto n.º 14812 de 31 de dezembro de 1927, extinguiu os serviços da Administração do Concelho, passando-os para as secretarias das câmaras. Pelo decreto n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936 é extinto este cargo, passando as suas funções a serem exercidas pelo Presidente da Câmara.

**História custodial e arquivística:** Na sequência da extinção da Administração do Concelho, o seu arquivo foi integrado no arquivo da Câmara Municipal, sendo algumas das suas funções prosseguidas pela secção administrativa da Câmara Municipal, como denotam as datas de produção final de determinadas séries, consequentemente, do fundo. Encontra-se incorporado no Arquivo Histórico Municipal, resultante da atividade da Administração do Concelho de

Valongo, que funcionou no edifício dos Paços do Concelho.

**Âmbito e conteúdo:** A documentação reflete a atividade da Administração do Concelho, no domínio das funções definidas por legislação.

**Sistema de organização:** O arquivo da Administração do Concelho foi organizado em 1989, segundo a tipologia documental e o assunto, com uma sub ordenação cronológica.

Em 2002, procedeu-se à análise documental para elaboração de um novo instrumento de descrição documental, segundo as ISAD (G). A classificação dos documentos foi então idealizada mediante um esquema multinível. Elaborou-se um quadro de classificação funcional, baseado nas funções e competências da Administração do Concelho, conduzindo deste modo à organização intelectual da documentação.

Tendo presente os princípios fundamentais da arquivística, do respeito pela proveniência e ordem original dos documentos, considerou-se 3 secções: Serviços Administrativos e de Interesse Público; Informação, Inspeção e Execução;

Policciamento e 13 sub secções: Expediente; Contabilidade; Pessoal e Registo; Funções Gerais; Controlo de Atividades Eleitorais; Controlo de Recenseamento Militar; Controlo de Corpos e Funcionários Administrativos; Controlo de Instituições de Piedade e Beneficência; Controlo do Ensino Público e Administração de Expostos; Controlo de Atividades Fiscais e Económicas; Atividades Genéricas; Controlo e Identificação de Cidadãos Nacionais e Estrangeiros; Licenciamento e Controlo de Atividades Económicas; e Divertimentos Públicos. Foi ainda possível individualizar 39 séries documentais e 8 sub séries: Uma vez classificadas, as unidades de instalação foram ordenadas de uma forma sequencial, prevalecendo o critério cronológico dentro de cada série e sub série.

Por fim, atribuíram-se cotas arquivísticas às unidades de instalação, das quais constam elementos como a entidade

detentora (CMVLG-AHVLG, Câmara Municipal de Valongo – Arquivo Histórico Municipal de Valongo), o grupo de arquivos (AL – Administração Local), a entidade produtora (ACVLG, Administração do Concelho de Valongo), as secções e sub secções em que se enquadram, as séries e sub séries a que pertencem. Todos os dados foram processados, dando origem a inventário.

**Estatuto legal:** Arquivo Público.

**Condições que regulam a sua produção:** Fotocópia e digitalização.

**Estado de conservação:** O fundo encontra-se em razoável estado de conservação.

**Unidades de descrição relacionadas:** Câmara Municipal de Valongo, Junta de Paróquia da Freguesia de Valongo.

**Instrumento de descrição:** Inventário on line.

**Data de descrição:** 2002.



# Recensões críticas

Lino Tavares Dias, Cristina Madureira, Paula Costa Machado, Pedro Aguiar, Alexandre Lima (2022) – *Os Romanos em Valongo*, Volume I. Valongo: Câmara Municipal de Valongo, 2022, 299 pág.

ISBN: 978-989-54573-5-9



**Joel Silva Ferreira Mata**

Universidade Lusíada-Porto (CEJEA)

Esta obra, recentemente publicada, vem preencher uma lacuna importante no conhecimento da exploração mineira que neste concelho de Valongo foi de primordial importância para a economia romana, que soube aliar a indústria à agropecuária pela exploração de uma terra rica em água. É constituída por três capítulos.

No primeiro capítulo, os AA fazem uma caracterização da mancha do território imperial até ao séc. II d.C, altura em que atinge o seu apogeu, enquadrando Valongo nas marcas de mineração associadas à presença e domínio

dos romanos neste território como se evidencia pela apresentação de vários objectos em metal (cobre e bronze) e cerâmico.

No segundo capítulo os AA abordam a paisagem cultural, a identidade, e carácter do território e o povoamento autóctone, dentro das limitações que as fontes impõem. *Romanos na região de Valongo. Porquê?* E aí começa a viagem dos AA pela caracterização da paisagem cultural, da identidade e carácter do território assim como também sobre o povoamento dos povos que por aqui viviam e que

acabaram por se entregarem na cultura romana.

Partindo da historiografia clássica, os AA percorrem um trajecto que teve início no século I a.C. onde salientam, a importância económica das diferentes regiões do Império romano que foi crescendo paulatinamente, primeiro em torno do Mar Interior e depois com uma nova dimensão que atingiu o seu apogeu no séc. II d.C., incluindo regiões do Norte de África, Médio Oriente, centro europeu e a Península Ibérica.

A romanização de Valongo terá começado na era de Augusto, informação que Estrabão, geógrafo de charneira entre o séc. I a.C. e séc. I d.C. e outros autores clássicos registam e que, hoje, através da arqueologia, se aprofunda o conhecimento sobre a memória da estrutura administrativa romana por Valongo.

No segundo capítulo os AA reflectem sobre a evolução da paisagem cultural, com o apoio dos textos de Estrabão, de Plínio-o-velho e de Cláudio Ptolomeu, geógrafo grego de origem egípcia. Os vestígios arqueológicos existentes sobre Valongo romanizado

permitiram aos AA reconhecerem a pegada indígena de quem aqui vivia.

No terceiro capítulo os AA estudam as metamorfoses introduzidas pela administração romana, tanto na sua componente urbana como rural; as elites e o conceito de cidade até então desconhecido; os aspectos de um mundo diferente e a maneira como os povos originários foram integrados na nova marca cultural.

Os AA apresentam as evidências arqueológicas de uma vasta gama de artefactos em metal e em cerâmica, alguns ricamente decorados, sinónimo de prosperidade e de desenvolvimento em tempos pacificados.

A indústria mineira está muito bem documentada em alguns locais, hoje facilmente identificados e a sua existência aparece já em época remota, talvez ao Bronze Final como apontam os AA.

O encontro dos romanos com o território valonguense coloca-os sob uma visão geomorfológica enquadrada entre o campo e a serra. A paisagem molda-se para responder ao arquétipo mental da cultura dominante, transformando

em terra arável as fraldas dos castros, povoados posicionados em pontos altos, sem desproteger a manta arborícola formada de carvalhos, onde se criavam espécies venatórias úteis à alimentação.

Na elaboração deste aspecto, os AA usam Estrabão, cujas observações culturais sobre os Calaicos são interessantes em diversos aspectos: solidariedade, alimentação, banquetes familiares, frugalidade da habitação, vestuário, monogamia, actividades lúdicas e o folclore que podem ter feito parte do quotidiano do mundo indígena de Valongo, um território atlântico e “periférico”.

Sobre *As regiões ao ritmo do Império*, os AA fazem uma abordagem à estratégia de governação para o Noroeste da Hispânia promovida pelos romanos, onde se reflecte sobre as dificuldades sentidas pelos romanos, para prender à terra e à sedentarização as populações originárias.

A povoação romana em Valongo terá sofrido algum desenvolvimento no tempo dos imperadores Vespasiano, Tito e Trajano, a partir do último quartel do séc. I d.C. tendo sido utilizados

procedimentos de engenharia, por exemplo no escoamento das águas das minas, a construção de canais hidráulicos entre outras realizações que ainda se podem observar *in situ*.

A esperança de vida e condições de vida e de trabalho são temas abordados pelos AA ao longo de várias páginas e, nelas, se colhem informações sobre os povoados mineiros, onde se exploravam as minas em grande escala, com recurso às populações locais; alguns indivíduos eram empregados como artífices nas oficinas onde preparavam as ferramentas de rápido desgaste.

De acordo com os AA, a exploração agrícola fazia-se em torno da *villa*. Sobre a população, os dados são poucos porque limitadas e inseguras as suas fontes como, por exemplo, os censos romanos nesta região.

Sugerem os AA que, algures na serra de Santa Justa, havia um espaço destinado ao enterramento como parece evidenciar a epígrafe funerária encontrada nesta serra, em local não identificado.

Para os trabalhos de exploração mineira no fojo das Pombas, os

mineiros utilizavam, para a iluminação lucernas, acantonadas em nichos para sua protecção e função.

Os AA discorrem, também, sobre a condição social dos trabalhadores mineiros que não seriam escravos uma vez que o trabalho exigia condições de parceria e de partilha para que as populações colaborassem com o romano dominador.

Os trabalhos florestais, agrícolas e a exploração agrária levam os AA a concluir que em Valongo não havia exploração de águas, ditas termais, para uso medicinal, mas devido à abundância de águas comuns, criaram-se condições para a exploração agrária, identificando-se 33 zonas agrícolas de grande impacto económico.

A mineração de ouro feita em depósitos primários era realizada a uma profundidade situada entre 70-80 m, servida por poços e galerias pelos quais se movimentavam mineiros, se transportava o minério para o exterior e se extraía a água sempre incómoda e limitativa.

Os AA explicam como eram formados os canais de lavagem, sistema de sucção hidráulico e sua

complexidade, que os engenheiros romanos aplicaram na exploração de ouro em Valongo.

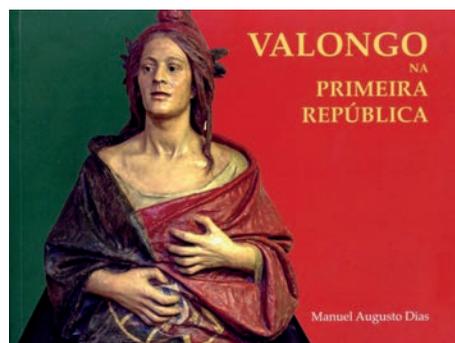
O transporte dos diferentes minérios podia ter sido feito por via fluvial a partir do rio Sousa que desagua no rio Douro e através da estrada que ligava a aldeia de Couce a Alfena, percorrendo o vale do rio Leça e, daí, à estrada que entroncava Cale a Bracara Augusta que atravessaria Vizela e Guimarães, como nos mostram os AA.

Saliente-se a reprodução de alta qualidade das imagens e da cartografia que ilustra este trabalho e facilita a viagem do leitor por tão emocionante percurso, em torno de um território, que merce ser conhecido, protegido e valorizado por todos.

Os AA publicam, assim, um trabalho que veio resolver um grande vazio no conhecimento sobre a romanização em Valongo, apoiada no seu rico subsolo, mas também as características agrárias e, ao mesmo tempo, esclarecer um período importante na estratigrafia histórica de Valongo.

DIAS, Manuel Augusto (2018) – *Valongo na Primeira República*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo, 272 pág.

ISBN: 978-989-20-9008-5



### **Ilda Pinto Correia**

Licenciada em Ciências da Comunicação

Técnica Superior C. M. V.

A obra, “*Valongo na Primeira República*”, da autoria de Manuel Augusto Dias, docente no ensino público, privado e profissional, publicada em 2021, tem prefácio de José Manuel Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Valongo, que refere “a República como um marco fundamental na nossa história contemporânea, simbolizando os valores da igualdade, representatividade democrática, instrução e progresso. Cada concelho revestiu-se com a sua especificidade, como foi o caso de Valongo”.

Já na nota de abertura, o autor descreve uma visão geral do período da monarquia, desacreditada e incapaz de resolver os

problemas do país e do Império. Os republicanos prometiam um “modelo novo” com o povo a intervir na política e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Com o 5 de Outubro de 1910 foi uma renovada esperança para Portugal. O povo aplaudiu o sucesso da Carbonária Republicana e o novo regime ia sendo proclamada por todo o país. Em Valongo, a República foi proclamada cinco dias após o resto do país e foi constituída uma Comissão Municipal Republicana liderada por Joaquim Maia Aguiar.

Os primeiros três capítulos são de contextualização histórica, desde a criação do concelho de Valongo

aos antecedentes da República. A luta contra a Monarquia foi crescendo com o decorrer do tempo graças à propaganda republicana e à organização maçónica. O atentado de fevereiro de 1908 que matou o Rei D. Carlos e o Príncipe Luís Filipe despoletou a proclamação do novo regime.

Recorda o destaque que Ermesinde teve nesta implantação, não só porque aqui estava sediado o único centro republicano do concelho, criado dois anos antes da implantação do regime republicano, mas também porque esta era a terra onde vivia Joaquim Maia Aguiar, que na voz do autor foi uma figura central da proclamação da República em Valongo. Médico de profissão, nascido no Fundão, Maia Aguiar é a personalidade que está à frente dos destinos de Valongo na primeira metade da Primeira República, de 1910 a 1917, sendo ele o Administrador e Presidente da Câmara nesse período. Foi, ainda nas palavras do historiador, o republicano ermesindense que mais tempo exerceu o poder em Valongo durante a Primeira República.

Outra figura da nossa cidade de Ermesinde que esteve diretamente

ligada à implantação da República no nosso concelho foi Luís Alberto Marques de Sousa, ele que viria a assumir o cargo de vice-presidente da Comissão Republicana Municipal de Valongo, mas por pouco tempo.

Fundador e dirigente do Centro Comercial do Porto este ilustre ermesindense deixou o cargo na Câmara Municipal em 1911 por causa dos seus interesses comerciais, ou seja, numa época em que não havia luz elétrica, as reuniões da Câmara, no inverno, tinham de ser antecipadas para o início da tarde, com luz solar, um horário que era de todo impeditivo a Marques de Sousa, devido aos tais afazeres profissionais no Porto, tendo sido esta a razão pela qual deixou as funções políticas tão cedo.

Com a Implantação da República dá-se a transferência dos poderes administrativos, começando pelas sedes dos municípios e depois pelas juntas de freguesia. A gestão republicana da Câmara e das freguesias é abordada no capítulo cinco.

Nesta viagem histórica a imprensa não ficou de lado, tendo Manuel Augusto Dias recordado

a fundação de dois jornais no concelho após a implantação da República. Um em Ermesinde, de nome Maia-Vallonguense, de cariz claramente republicano, e o outro em Valongo, o Vallonguense, de índole religiosa, já que era pertença da igreja. Os jornais eram o único meio de comunicação daquele tempo e serviram, também, para anunciar a República.

Na voz do autor, os capítulos 7 e 8 são provavelmente aqueles que darão mais gosto de ler. De fervor republicano, são capítulos onde há maior conflitualidade. E a título de exemplo recorda o período da Monarquia do Norte, que em Valongo teve um episódio peculiar. Isto é, os monárquicos de Ermesinde, unidos a outros defensores da Monarquia das restantes freguesias, deslocaram-se a Valongo para impor as leis do regime deposto a 5 de outubro de 1910. Ali chegados atiraram pela janela o busto da República que decorava a sala das sessões camarárias, imagem esta que atualmente se encontra à guarda do Museu Municipal de Valongo, sendo aliás o busto que ilustra a capa do livro, e que foi restaurada em 1980 pelo pintor ermesindense, Manuel Carneiro.

Também a educação e instrução conheceu fortes avanços neste período da história. Por exemplo, em Ermesinde, foi criado o ensino noturno, destinado a adultos que não tendo tido oportunidade de frequentar a escola o fizessem em regime pós-laboral. Verifica-se, portanto que os republicanos mostraram preocupação com a instrução pública de todos, homens e mulheres, crianças e adultos. Ficou claro que havia preocupação de instruir os cidadãos para que fossem capazes de interagir na sua comunidade, não por influência de outrem mas por convicção própria resultante dos seus ideais e da informação esclarecida pelas leituras e aí os republicanos seriam capazes de avançar para o sufrágio universal direto.

As questões sociais, a segurança e a saúde, nos capítulos onze e doze, não foram mitigadas pelos republicanos. No capítulo da segurança, as maiores povoações do concelho contaram com postos da Guarda Nacional Republicana. Na saúde o médico municipal teve uma atuação mais vigiada aos mais carentes do concelho e em termos sociais os republicanos fundaram uma creche em Ermesinde para

as crianças mais pobres e distribuíram esmolas aos mais pobres pelo Natal, Páscoa e 5 de Outubro.

Exemplos do progresso e prosperidade que o concelho conheceu no período da Primeira República foram igualmente evocados nesta obra. O capítulo treze salienta a industrialização neste período, cabendo aqui a Ermesinde, mais uma vez, um papel de relevo no livro, com a memória da Fábrica da Cerâmica e da Fábrica de Tecidos de Sá, duas das maiores indústrias do concelho criadas na Primeira República. Estas duas unidades fabris tiveram na condução dos seus destinos dois republicanos, respetivamente Augusto César Mendonça e Amadeu Sousa Vilar. Esta última figura tem, aliás, um lugar de destaque na história de Ermesinde, já que foi ele o primeiro presidente da Comissão Administrativa Paroquial Republicana, o equivalente à atual Junta de Freguesia.

Ainda no capítulo dos progressos que a Primeira República trouxe ao concelho, o autor destaca a concretização do projeto do prolongamento da linha do elétrico de Águas Santas a Ermesinde, a qual passou a ligar o Porto a esta freguesia ou ainda, a construção da Avenida

Oliveira Zina, em Valongo, graças ao benemérito, António Alves de Oliveira Zina que financiou a construção da obra. Ou seja, criaram-se mais vias e meios de comunicação, melhoraram-se caminhos e estradas, aperfeiçoou-se a iluminação pública e ainda grande progresso no tecido empresarial na freguesia de Ermesinde.

O último capítulo do livro destaca os republicanos históricos: Joaquim Maia Aguiar, Manuel Augusto Marques de Sousa, Amadeu de Sousa Vilar, Augusto César Mendonça, Luciano Moura, entre outros.

A investigação para esta publicação centra-se sobretudo na freguesia de Ermesinde. Contudo, não deixa o autor de debruçar-se sobre o início do século XX e dar a conhecer os efetivos populacionais que viviam no município e de fazer referência aos principais eventos históricos que antecederam a Implantação da República. Mostrou ser, igualmente, relevante analisar os momentos de maior fervor republicano, que, de alguma forma, transformaram antigas festas religiosas em significativas festas cívicas com evocações ao

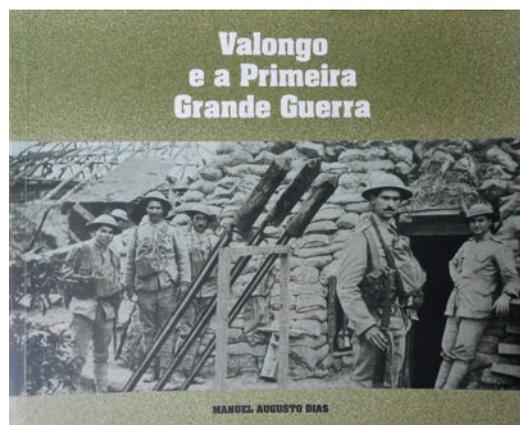
1º de Dezembro, 31 de Janeiro e aniversário do 5 de Outubro.

Diz o autor, em forma de conclusão de que a evocação do 5 de Outubro, para além do seu significado político e patriótico,

deve ser um momento de reflexão de todos, governantes e governados, no sentido de construírem um futuro mais próspero e sustentável.

DIAS, Manuel Augusto (2018) – *Valongo e a Primeira Grande Guerra*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo, pág. 276.

ISBN: 978-989-20-9008-5



### **Manuela Ribeiro**

Pós-graduada em Ciências Documentais – Arquivo

Técnica Superior C. M. V.

Manuel Augusto Dias, natural de Ansião e residente na cidade de Ermesinde, é licenciado em História, pela Universidade de Coimbra e mestre em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea, pela Universidade do Minho.

Exerce a carreira de docente no ensino público, privado e profissional. Colabora em jornais regionais e nacionais e é autor de vários livros e comunicações em congressos, debates e colóquios regionais e nacionais.

No ano em que se comemorou o Centenário do Armistício que

pôs fim à Primeira Grande Guerra, o município de Valongo editou a obra “Valongo e a Primeira Grande Guerra”.

Com cerca de 300 páginas, o livro é dividido em cinco capítulos: O Deflagrar do Grande Conflito, A Posição do Governo Português, a entrada de Portugal na Guerra, na Frente Ocidental, O CEP na Frente Ocidental, Os Expedicionários de Valongo.

Com prefácio do Presidente da Câmara Municipal de Valongo, José Manuel Ribeiro, começa por referir que a obra assume uma singela homenagem a todos os comba-

tentes valonguenses que arriscaram a vida num conflito mundial, com esperança na conquista do prestígio nacional e na consolidação da política do regime republicano.

A primeira Grande Guerra que a Europa e o mundo conheceram entre 1914 e 1918 provocou dezenas de milhões de vítimas, entre as quais 20 milhões de mortos somando civis e militares.

Ao longo dos três primeiros capítulos o autor dá a conhecer toda a envolvência histórica e social num período que marcou essencialmente todos aqueles que perderam a vida em prol do seu país.

Os republicanos, desde 1910 reorganizaram o exército português, criando o serviço militar obrigatório para todos os portugueses do género masculino. O Portugal republicano mostrou-se profundamente nacionalista e, estando em causa os territórios coloniais, não podia deixar de participar na Guerra, ao lado dos Aliados, sem qualquer afirmação de neutralidade.

No terceiro capítulo, o autor dedica-se à explicação da entrada de

Portugal na Guerra, referindo que a sua participação está diretamente relacionada com a apreensão dos barcos alemães ancorados nos portos do Império Português, por ordem do Governo Republicano.

A participação de Portugal na guerra contabilizou, à sua escala, perto de 8000 mortos. No dia do Armistício, 11 de novembro de 1918, havia na força expedicionária portuguesa mais de 21000 baixas. Os soldados do concelho de Valongo, como se verifica nos dois últimos capítulos terão, na sua maioria, seguido para Moçambique, logo nos primeiros contingentes, onde muitos acabariam por morrer, vítimas de doença. Para França quase todos seguiram a partir de março de 1917 e ao longo de todo esse ano.

Para a Flandres, ao serviço do Corpo Expedicionário Português, estiveram pouco mais de meia centena de valonguenses, registando-se apenas um morto, o Segundo Sargento Manuel Ferreira dos Santos Júnior da freguesia de Ermesinde.

O mesmo não aconteceu em Moçambique, onde morreram 41 soldados naturais do concelho de

Valongo, como refere o capítulo 5. Não se sabe o número exato de homens do concelho de Valongo mobilizados para defender as colónias, mas sabe-se que o número de vítimas mortais é perturbador. Por freguesias, Ermesinde e Valongo foram aquelas que mais homens viram ser integrados no Corpo Expedicionário português para a Flandres, 14 homens de cada uma das freguesias. Seguem-se Alfena e Campo, cada uma com 12 militares mobilizados, e por fim Sobrado, com quatro soldados mobilizados.

Finda a guerra, começou a tratar-se da paz. A Delegação Portuguesa à Conferência de Paz foi presidida, em primeiro lugar pelo Prof. Egas Moniz (Nobel da Medicina) e a seguir pelo estadista republicano Afonso Costa. Este último enviou à junta de freguesia de Ermesinde, sendo esta freguesia do concelho que mais esforço fez,

mobilizando 14 homens para a Flandres e registar 16 mortos na guerra – 15 em Moçambique e 1 em França.

Portugal sai como um dos vencedores da Grande Guerra, ao lado dos Aliados, posição esta que lhe permitiu reivindicar a sua condição de vencedor nas negociações para a paz e conseguiu manter as suas colónias em África durante mais cinco décadas e meia.

A Primeira Grande Guerra revelou-se pelos seus efeitos, o evento político-social que mais contribuiu para a decadência e definitiva queda da Primeira República. Mas Portugal e em jeito de conclusão, pelo autor, contribuiu diretamente para a Paz internacional.

A obra termina com uma extensa cronologia do dia a dia da Grande Guerra.

# VALLIS LONGUS

**Revista de História. Arte. Cultura. Património. Identidade. Cidadania**

## **1. Normas para apresentação de textos originais**

Todos os textos propostos para publicação devem ser enviados em formato digital para o seguinte endereço electrónico: joelsmata@gmail.com

## **2. Sistema de arbitragem científica**

O Director da *Vallis Longus* promoverá a arbitragem científica dos textos propostos para publicação, remetendo-os sob anonimato a dois membros da Comissão Científica da Revista para recolha dos respectivos pareceres que, no caso sejam unânimes na rejeição, serão vinculativos.

**3.** O Director da Revista *Vallis Longus* compromete-se a dar conhecimento da decisão de publicação, no prazo de 30 dias, após a recepção dos originais.

## **4. Revisão tipográfica**

A revisão de provas tipográficas é da responsabilidade do Director, que garante a reprodução tipograficamente correcta dos textos de acordo com os originais remetidos por forma digital, adequando-os, caso

se torne necessário, às normas de redacção admitidas pela Revista e abaixo indicadas.

## **5. Normas de redacção**

### **a. Texto**

O texto deve ser redigido em Microsoft Word, com as seguintes configurações:

Folhas A4;

Margens de 3 cm ( superior, inferior, esquerda e direita);

Texto justificado;

Fonte Arial, tamanho 12;

Espaço 1.5;

### **b. Material Gráfico e ilustrações**

A legenda e a fonte (obrigatória) devem ser em Arial tamanho 10;

### **c. Autor(es):**

Nome;

Endereço electrónico

### **d. Resumo + *abstract*: (500 caracteres)**

Este conteúdo deve ser informativo e indicativo

**e.** Palavras-chave + *keywords*:

As palavras seleccionadas devem concentrar-se no assunto principal do texto (máximo: 5 palavras).

**f.** Capítulos e subcapítulos:

Os textos a apresentar devem ser compostos por: introdução, capítulos e no máximo um subcapítulo por capítulo (tamanho 12, negrito);

**g.** Numeração das páginas:

**h.** Os números das páginas devem ser inseridos no canto superior direito.

**i.** Abreviaturas, siglas e acrónimos

Não utilizar pontos nas siglas (ex. ONU em vez de O.N.U.)

**j.** Unidades de medida:

Deve ser deixado um espaço entre os numerais e as unidades de medida, que serão reproduzidas sempre em minúsculas (ex. 10 cm; 50 km<sup>2</sup>).

**6.** Citações e referências bibliográficas de acordo com a NP-495-1/4

**a.** Citações

As citações devem ser elaboradas de acordo com a NP-405-I, sistematizadas da seguinte forma:

As citações devem remeter para nota pé-de-página, numeradas sequencialmente, sendo a primeira citação completa e

as seguintes (mesmo autor, obra) de forma abreviada:

<sup>1</sup>MATA, Joel Silva Ferreira (2018) – *História Económica, Social e Administrativa do concelho de Valongo (1836-1926)*. Volume I. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.

<sup>2</sup>MATA, Joel Silva Ferreira (2018), p.325.

As citações até três linhas, dentro do corpo do texto devem ser identificadas por “<sup>1</sup>”, remetendo para a nota pé-de-página; as citações com mais de três linhas devem ser apresentadas fora do texto, fonte 11, recuada para a linha do parágrafo, sem aspas, espaçamento 1.15, sem recuo da margem direita, remetendo para a nota pé-de-página.

**7.** Monografia:

*Um autor:*

MATA, Joel Silva Ferreira (2018) – *História Económica, Social e Administrativa do concelho de Valongo (1836-1926)*. Volume I. Valongo: Câmara Municipal de Valongo, p.378.

*Até três autores:*

DULLIN, Sabine; JEANNESSON, Stanislas; TAMIATTO, Jérémie (2022) – *Atlas da Guerra Fria*. Lisboa: Guerra & Paz, p.74.

*Mais de três autores:*

FREIRE, Maria Raquel, et al. (2011) – *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p.87.

**8.** Artigo científico citado de revista científica:

CERVO, Amado Luiz (2001) – «A Política externa brasileira dos anos 1990 e as relações com Portugal», in *Revista de Relações Internacionais. Universidade Lusíada do Porto*, n.º2 (2201). CEUL: Porto, pp.63-78.

**9.** Referência a actas apresentadas em congresso:

GOMES, Saul (2012) – «Leitura e espiritualidade nas Ordens Militares em Portugal Medieval», in *Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Município de Palmela, 2012. pp.265-278.

**10.** Artigo de dicionário/enciclopédia:

Autor referenciado:

PASQUINO, Pasquale (1993) – «Augusto Wilhelm Rehberg. Pesquisas sobre a Revolução Francesa, 1793», in *Dicionário das Obras Políticas*, coord. F. Chatelet; O. Duhamel, E. Pisier. Rio de Janeiro: Civilização Editora, pp.983-991.

Autor não referenciado:

SOUSA, Fernando de (Dir.) (2005) – «Relações Internacionais e História Internacional», in *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, p.162.

**11.** Referência a um artigo electrónico:

GOMES, Manuel Carmo (2020) – *História: os primeiros passos: da varíolação a Edward Jenner*. [Disponível em: <https://webpages.ciencias-ulisbia.pr/~mcgomes/vacinacao/historia/index.html>]. [Consultado em 21/08/2020].

**12.** Artigo de Jornal:

DIAS, Manuel Augusto (2018.07.31) – «Ermesinde foi elevada a vila há 80 Anos» in *A Voz de Ermesinde*, p.19.

